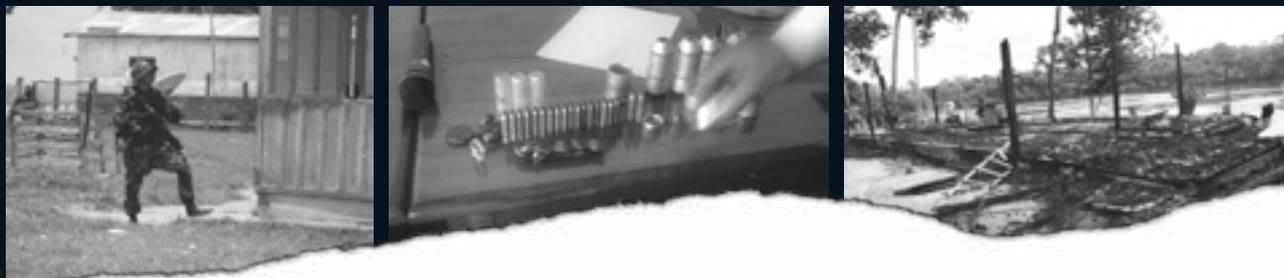


# R E L A T Ó R I O



## **Violência contra os povos indígenas no Brasil**



DADOS DE 2012





ISSN 1984-7645

RELATÓRIO  
**Violência contra os  
Povos Indígenas no Brasil**

D A D O S   D E   2 0 1 2

*APOIO*



Este relatório é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

PRESIDENTE

Dom Erwin Kräutler

ENDEREÇO

SDS - Ed. Venâncio III, sala 309-314

CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650

Fax: (61) 2106-1651

[www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)

RELATÓRIO

## **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2012**

ISSN 1984-7645

COORDENAÇÃO DA PESQUISA

Lúcia Helena Rangel – Doutora em Antropologia – PUC-SP

PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS

Regionais do Cimi e Setor de Documentação do Cimi

ORGANIZAÇÃO DAS TABELAS DE DADOS

Eduardo Holanda, Leda Bosi e Marluce Ângelo da Silva

REVISÃO DAS TABELAS DE DADOS

Lúcia Helena Rangel e Roberto Antonio Liebgott

SELEÇÃO DE IMAGENS

Aida Cruz

REVISÃO

Leda Bosi e Patrícia Bonilha

DIAGRAMAÇÃO

Licurgo S. Botelho

CAPA

Aldeia Teles Pires, do povo Munduruku, após ataque da Polícia Federal.  
Indígenas mostram cápsulas recolhidas após a ação da PF.

*Fotos: Povo Munduruku/Aldeia Teles Pires*

## Dedicatórias

---



Para **Amilton Lopes**, cacique Guarani-Kaiowá, da comunidade Nhanderu Marangatu. Guerreiro incansável dos direitos de seu povo. Tinha como lema, estivesse nos palácios governamentais reivindicando direitos ou em acampamentos às margens de rodovias: “Tudo pelos Guarani”. Deixou-nos no dia 16 de setembro. Sua bela e dura trajetória de lutas, vitórias e sofrimentos, certamente, será lembrada pelo povo Guarani-Kaiowá e por seus aliados.

Ao companheiro indigenista e historiador **Antonio Brand**. Secretário Executivo do Cimi entre as décadas de 1980 e 1990, foi também fundador do Cimi no Mato Grosso do Sul. Em Brasília, o indigenista desempenhou imprescindível papel na batalha pelos artigos indígenas na Constituinte de 1987-1988, sendo vítima de criminalizações, mas sem jamais abandonar a luta. Ultimamente lecionava na Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande (MS), orientando alunos no mestrado e doutorado. Junto aos Guarani-Kaiowá, Brand atuou por cerca de 30 anos, até sua morte. Pela Nação Guarani despendeu grande esforço intelectual e de militância.



*Acampamento Laranjeira Nhanderu – Foto: Egon Heck/Cimi*

O povo Guarani-Kaiowá continuou fora da agenda governamental. Apesar do processo de genocídio que enfrenta em Mato Grosso do Sul, em 2012 nenhuma terra indígena foi declarada ou homologada para este povo.

<b>O surdo clamor de um povo não mais será abafado</b> .....	6
Dom Erwin Kräutler – <i>Bispo da Prelazia do Xingu e Presidente do Cimi</i>	
<b>APRESENTAÇÃO</b>	
<b>Enfrentamentos ou retrocessos: o embate em curso</b> .....	9
Cleber César Buzatto – <i>Secretário Executivo do Cimi</i>	
<b>INTRODUÇÃO</b>	
<b>A dura e dolorosa realidade a que os Povos Indígenas estão submetidos no Brasil</b> .....	13
Lucia Helena Rangel – <i>Antropóloga / PUC-SP</i>	
Roberto Antonio Liebgott – <i>Missionário leigo atuando no Cimi Regional Sul</i>	
<b>ARTIGOS</b>	
<b>"Dia D da saúde indígena"</b> .....	18
Julio José Araujo Junior – <i>Procurador da República no Amazonas/AM</i>	
Leandro Mitidieri Figueiredo – <i>Procurador da República em São Mateus/ES</i>	
Natalia Lourenço Soares – <i>Procuradora da República em Serra Talhada/PE</i>	
Walquiria Imamura Picoli – <i>Procuradora da República em São Mateus/ES</i>	
<b>Selvageria estatal contra o povo Munduruku</b> .....	20
Ruy Sposati – <i>Jornalista</i>	
<b>Capítulo I - Violência contra o patrimônio</b>	
Omissão e morosidade na regularização de terras .....	31
Conflitos relativos a direitos territoriais .....	39
Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio .....	41
<b>Capítulo II - Violência contra a pessoa praticada por particulares e agentes do poder público</b>	
Assassinatos .....	51
Tentativa de assassinato .....	59
Homicídio culposo .....	63
Ameaça de morte .....	66
Ameaças várias .....	70
Lesões corporais dolosas .....	74
Abuso de poder .....	76
Racismo e discriminação étnico culturais .....	77
Violência sexual .....	80
<b>Capítulo III - Violências provocadas por omissão do poder público</b>	
Suicídio e tentativa de suicídio .....	85
Desassistência na área de saúde .....	88
Morte por desassistência à saúde .....	102
Mortalidade na infância .....	104
Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas .....	106
Desassistência na área de educação escolar indígena .....	108
Desassistência geral .....	115
<b>Capítulo IV - Violência contra Povos Indígenas Isolados e de pouco contato</b>	
Os Povos Indígenas Isolados continuam ameaçados .....	128
<b>ANEXO</b>	
Tabelas resumo da violência contra os Povos Indígenas – Dados de 2012 .....	138

# O surdo clamor de um povo não mais será abafado

*“Solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui. (...) Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação e extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos. Decretem a nossa morte coletiva Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay e enterrem-nos aqui”*

Com esse pungente e angustiante apelo da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay apresento mais um Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas – Dados de 2012. Para sensibilizar a comunidade nacional e internacional, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) sente-se no dever de divulgar a cada ano uma lista de agressões violentas que continuam vitimando nossos irmãos e irmãs indígenas.

A carta dos Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay não deixa de comover o país e o mundo com a decisão deste povo de não sair de suas terras. Nem uma sentença judicial, nem o emprego da força policial, nem a recusa do governo em demarcar o seu território tradicional farão os Guarani-Kaiowá desistir. Resta-lhes uma derradeira e macabra alternativa: a morte coletiva.

As injustiças praticadas contra os povos indígenas ultrapassam todos os limites. Os Guarani-Kaiowá estão cansados de ser tratados como resíduos humanos,

Foto: Marcos Homero Lima – MPF/MS



Família Guarani-Kaiowá, da comunidade de Pyelito Kue/Mbarakay



**Em Pyelito Kue, indígenas são obrigados a atravessar o rio utilizando uma corda para ter acesso ao seu acampamento.**



A mensagem dos Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay é mais que mera denúncia. É um apelo desesperado de um povo ao governo, à justiça e a toda a sociedade nacional por medidas urgentíssimas para salvaguardar o direito à vida e defender a dignidade humana dos povos autóctones deste país.



“supérfluos e descartáveis” (Documento de Aparecida – DAp 65), jogados de um lugar para o outro, enxotados como animais e desprezados pela sociedade, pelos órgãos públicos e pelo governo.

Os dados apresentados neste Relatório provam, de modo irrefutável, a intolerância e truculência vigentes em nosso país em relação às populações indígenas. Terras demarcadas são invadidas, depredadas sob o olhar complacente do poder público. Terras com todo o processo demarcatório já concluído têm seus procedimentos paralisados pelo governo federal em troca de apoio político no Congresso Nacional.

As políticas públicas são meramente assistencialistas e paliativas. Não asseguram condições dignas de saúde, de educação, muito menos providenciam meios e condições de sustentabilidade da vida e do meio ambiente. As florestas são devastadas, as águas contaminadas. Famílias indígenas são expulsas de suas terras. O rio que banha aldeias é desviado, cortando-lhes a água, como acontece na construção da hidrelétrica Belo Monte.

Interesses econômicos sobrepõem-se descaradamente à legislação ambiental e propostas de emenda constitucional, como a PEC 215, e portarias da Advocacia Geral da União (AGU), como a Portaria 303, são ações anti-indígenas em curso para diluir ou limitar os direitos fundamentais destes povos, inscritos na Carta Magna do Brasil.

A mensagem dos Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay é mais que mera denúncia. É um apelo desesperado de um povo ao governo, à justiça e a toda a sociedade nacional por medidas urgentíssimas para salvaguardar o direito à vida e defender a dignidade humana dos povos autóctones deste país. O brado de Pyelito Kue/Mbarakay comove hoje a comunidade internacional e chama atenção do mundo inteiro para a realidade insustentável em que vivem os Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul e outros povos nas diversas regiões do Brasil, igualmente ameaçados em sua sobrevivência física e cultural.

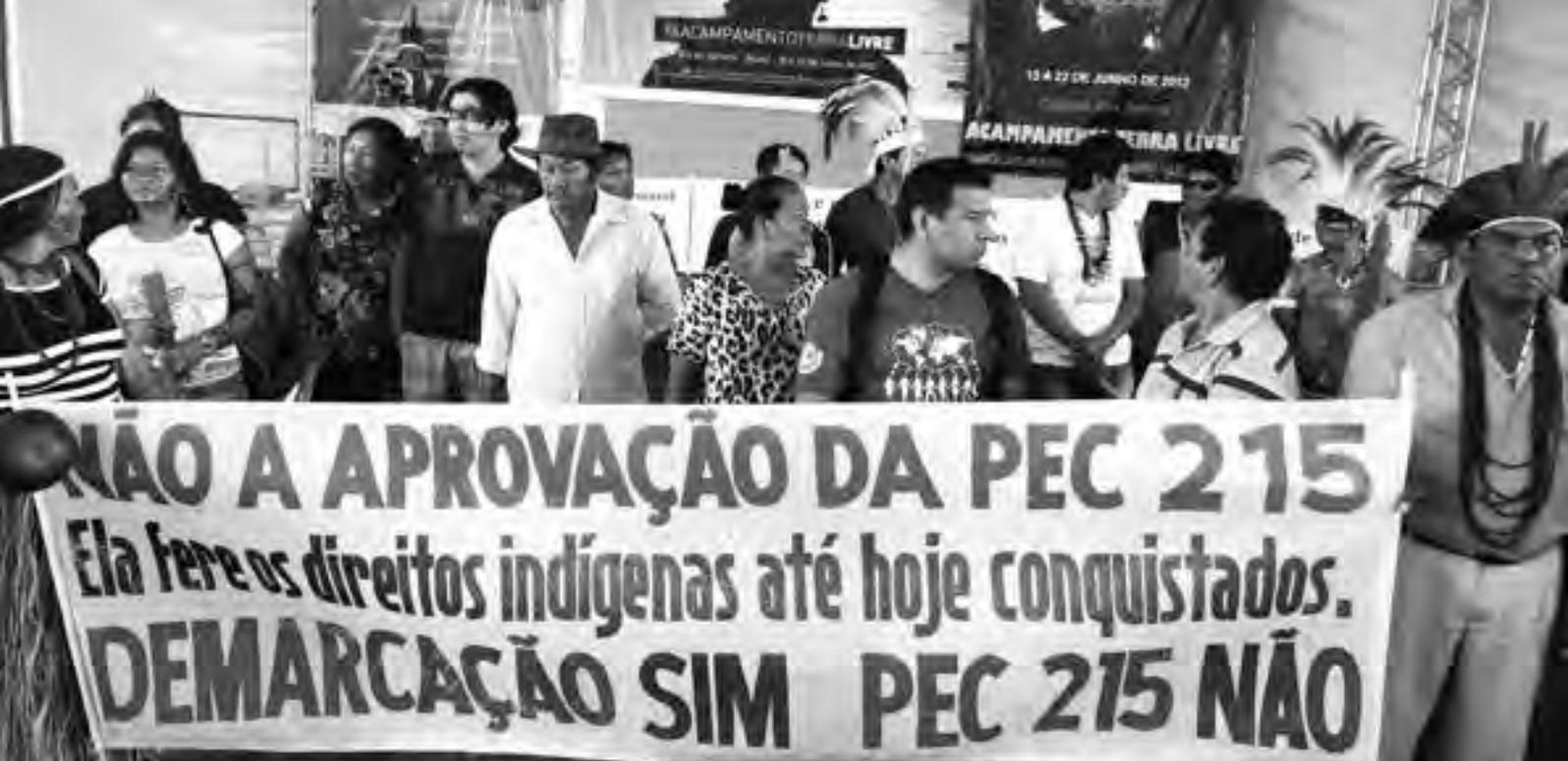
O presente relatório demonstra que nestes anos dos governos Lula e Dilma nada mudou. A nossa luta, pelo contrário, hoje está mais acirrada como lamenta Sônia Guajajara, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab): “Se antes lutávamos pelo cumprimento dos nossos direitos, hoje lutamos para não perder esses direitos reconhecidos na Constituição”.

O lúgubre clamor surdo que sobe de Pyelito Kue/Mbarakay não pode mais ser abafado. Exige ação e reação imediatas.

Brasília, 13 de maio de 2013

**Erwin Kräutler**

*Bispo do Xingu e Presidente do Cimi*



*Durante a Rio+20 indígenas protestam contra a PEC 215/2000, a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e o agronegócio*

Por meio da PEC 215/00, os setores econômicos anti-indígenas, especialmente os ligados ao agronegócio e às empresas de capital internacional que monopolizam e controlam todas as fases do setor, tais como Monsanto, Bayer, Basf, Syngenta, Cargill e Bunge, buscam ter o poder nas próprias mãos para decidir acerca da “não” titulação de terras quilombolas, da “não” criação de novas unidades de conservação ambiental e da “não” demarcação das terras indígenas no país.





# Enfrentamentos ou retrocessos: o embate em curso

**Cleber César Buzatto**  
Secretário Executivo do Cimi

O processo de violências e ataques contra os povos indígenas foi intensificado, ao longo do ano de 2012, no Brasil. Os povos, por sua vez, deram sinais muito evidentes de que não aceitarão qualquer tipo de retrocesso em relação aos seus direitos.

Em março de 2012, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional 215/00, resultado de uma estreita articulação das bancadas ruralista e evangé-

lica na Câmara dos Deputados. Por meio da PEC 215/00, os setores econômicos anti-indígenas, especialmente os ligados ao agronegócio e às empresas de capital internacional que monopolizam e controlam todas as fases do setor, tais como Monsanto, Bayer, Basf, Syngenta, Cargill e Bunge, buscam ter o poder nas próprias mãos para decidir acerca da “não” titulação de terras quilombolas, da “não” criação de novas unidades de conservação ambiental e da “não” demarcação das terras indígenas no país.

Fotos: Egon Heck/Cimi



Os povos indígenas, que já vinham se manifestando contrariamente à referida Proposta, intensificaram as mobilizações em diversas regiões e em Brasília. Muitas delegações de lideranças indígenas se fizeram presentes na Câmara e conseguiram impedir a criação da Comissão Especial Temporária, ato do presidente da Câmara necessário para a continuidade da tramitação da matéria.

Em julho, o poder executivo, por meio da Advocacia Geral da União (AGU), desferiu um novo e duro golpe nos direitos dos povos indígenas, publicando a Portaria 303/12. Esta Portaria manifesta uma interpretação extremamente abrangente, geográfica e temporalmente, em relação às Condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do caso Raposa Serra do Sol (Petição 3388), estendendo a aplicação das mesmas a todas as terras indígenas do país e retroagindo *ad eternum* sua aplicabilidade. Em síntese, a portaria determina que os procedimentos de demarcação de terras já “finalizados” sejam “revistos e adequados” aos seus termos. Além disso, determina que sejam “revistos” os procedimentos em curso e impõe limites severos aos direitos de usufruto exclusivo dos povos sobre suas terras, previsto na Constituição Federal, e de consentimento livre, prévio e informado, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A reação dos povos indígenas a este novo instrumento de ataque aos seus direitos foi imediata. Em vários estados, como no Mato Grosso, na Bahia e no Rio Grande do Sul, os povos bloquearam rodovias por vários dias em protesto contra a Portaria. Além disso, centenas de lideranças indígenas de todas as regiões do país se deslocaram a Brasília e realizaram seguidas manifestações públicas junto à sede da AGU, do Ministério da Justiça e do próprio Palácio do Planalto, exigindo a revogação da Portaria 303/12. Diante dos protestos indígenas, em setembro, a Advocacia Geral da União editou a portaria 415/12, suspendendo os efeitos da Portaria 303/12 e estabelecendo que a mesma deverá entrar em vigor no dia seguinte à publicação do acórdão do julgamento dos Embargos de Declaração da Petição 3388 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O fato potencializou a pressão para que o STF finalize o julgamento do processo relativo à terra indígena Raposa Serra do Sol. Neste sentido, uma eventual decisão do STF que corrobore os termos estabelecidos pela Portaria 303/12 ampliaria profundamente a instabilidade jurídica e política vivida pelos povos indígenas e, na prática, significaria a conflagração de conflitos fundiários

Fotos: Egon Heck/Cimi



Durante a Rio+20, indígenas de Mato Grosso do Sul lembram o desaparecimento do professor Rolindo Vera e do Cacique Nísio Gomes



Indígenas exigem respeito aos povos da Amazônia

O investimento na ação orçamentária “Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras indígenas” foi praticamente nulo. Dos irrelevantes R\$ 15.878.556,00 “autorizados”, apenas R\$ 11.897.459,00 foram “empenhados” e menos de R\$ 6 milhões foram efetivamente “liquidados” no ano de 2012.

Foto: Laíla Menezes



Delegação indígena do Acre protesta em Brasília contra a PEC 215/2000

ainda mais graves envolvendo a posse das terras indígenas, inclusive a reabertura de conflitos solucionados com o ato demarcatório. Diante disso, representantes de diversos povos indígenas protocolaram, ao longo do segundo semestre de 2012, dezenas de documentos junto aos ministros do STF solicitando que os mesmos acolham os Embargos de Declaração apresentados pela Procuradoria Geral da República e pelas comunidades da Terra Indígena Raposa Serra do Sol no âmbito da Petição 3388. É forte o indicativo de que o STF se manifeste sobre o caso ao longo do ano de 2013.

Não bastasse a publicação da Portaria 303/12, o governo federal continuou aprofundando o processo de retração dos procedimentos de reconhecimento e demarcação de terras indígenas no país. Em 2012, apenas 2 terras foram declaradas tradicionais indígenas pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, e 7 terras foram homologadas pela Presidenta da República, Dilma Rousseff. O investimento na ação orçamentária “Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras indígenas” foi praticamente nulo. Dos irrelevantes R\$ 15.878.556,00 “autorizados”, apenas R\$ 11.897.459,00 foram “empenhados” e menos de R\$ 6 milhões foram efetivamente “liquidados” no ano de 2012.

Aumentaram as evidências acerca da existência de uma nítida associação entre a implementação do projeto neo-desenvolvimentista agro-extrativista exportador do governo brasileiro com a omissão do Estado em relação aos povos indígenas. O flagrante abandono na área fundiária e no que tange às políticas públicas, especialmente ao atendimento à saúde e à educação escolar indígena, influencia muitos povos a aceitarem projetos de exploração de seus territórios como forma de obter compensações/mitigações para responder

O que efetivamente vem ocorrendo é que o “desenvolvimento brasileiro” resulta da violação de direitos humanos, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais de populações amplas e diversas no Brasil, especialmente das comunidades tradicionais e dos povos indígenas.

às demandas criadas pelo mesmo. Esse fato gera um risco considerável de que os direitos conquistados com muita luta pelos povos sejam transformados em meros efeitos compensatórios decorrentes da exploração de seus territórios de uma ou de outra forma.

Com isso, fica evidenciada a falácia existente na tese propagandeada pelo governo brasileiro, junto à sociedade nacional e internacional, segundo a qual o “desenvolvimento” econômico do Brasil estaria beneficiando indistintamente toda a população do país. Ao contrário disso, o que efetivamente vem ocorrendo é que o “desenvolvimento brasileiro” resulta da violação de direitos humanos, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais de populações amplas e diversas no Brasil, especialmente das comunidades tradicionais e dos povos indígenas.

No atual contexto, estamos convencidos de que, para manterem e efetivarem seus direitos, em busca da superação das violências e de melhores condições de vida, os povos indígenas precisarão de disposição para enfrentamentos ainda mais contundentes, urgentes e permanentes em todos os níveis, desde a aldeia até o “centro” do poder, em Brasília. ■

Foto: Egon Heck/Cimi



Indígenas do Mato Grosso do Sul pedem o fim do genocídio contra seus povos



**Povos Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá protestam em Brasília contra projetos legislativos que atentam contra seus direitos** – Foto: Eden Magalhães

Em 2012 aumentaram, de modo preocupante, os casos de assassinatos, ameaças de morte, espancamentos, atropelamentos e a omissão do poder público. Faltaram recursos humanos e financeiros para atender as demandas indígenas, além do pouco empenho do governo no que se refere às demarcações, proteção e fiscalização das terras indígenas.

**Índigena observa danos causados pelas obras da usina hidrelétrica de Belo Monte** – Foto: Lunaé Parracho





# A dura e dolorosa realidade a que os Povos Indígenas estão submetidos no Brasil

*Lucia Helena Rangel, antropóloga / PUC-SP*

*Roberto Antonio Liebgott, missionário leigo atuando no Cimi Regional Sul*

O Relatório de Violência contra os povos indígenas no Brasil é um instrumento, no entender do Cimi, de denúncia das violações aos direitos indígenas e, ao mesmo tempo, de explicitação das demandas pela garantia destes direitos, fundamentalmente a demarcação das terras, a proteção ao meio ambiente, políticas públicas que respeitem as diferenças étnicas e culturais, especialmente em saúde, educação, segurança e acesso e usufruto às terras.

Os dados que dispomos foram obtidos a partir dos relatos e denúncias dos povos e das organizações indígenas, de informações dos missionários e missionárias do Cimi, de notícias veiculadas pelos meios convencionais de comunicação, pelos sites da internet e pelas agências de notícias nas mais diferentes cidades e regiões. Além disso, o Cimi buscou informações junto a órgãos públicos que prestam assistência às comunidades, no Ministério Público e nos relatórios e boletins policiais.

Os dados que apresentamos não esgotam todas as ocorrências. Ao contrário. Temos consciência de que eles são parciais mas, na nossa avaliação, indicam características e tendências dos ataques e ameaças que sofrem as populações indígenas no país.

Em 2012 aumentaram, de modo preocupante, os casos de assassinatos, ameaças de morte, espancamentos, atropelamentos e a omissão do poder público. Faltaram recursos humanos e financeiros para atender as demandas indígenas, além do pouco empenho do governo no que se refere às demarcações, proteção e fiscalização das terras indígenas. Além disso, são preocupantes os dados de suicídios, especialmente em Mato Grosso do Sul entre os Guarani-Kaiowá. Os dados

do Ministério da Saúde indicam a tendência de que esta prática pode se tornar ainda mais constante nos próximos anos, principalmente entre os adolescentes e jovens, em função da falta de perspectivas de futuro e o aumento dos conflitos externos e internos. Segundo o ministério, ocorreram no ano passado 56 casos, e nos últimos 10 anos, 470.

## **As violências praticadas contra os povos indígenas têm, segundo os dados, suas causas vinculadas:**

– Às disputas fundiárias, incrementadas pela omissão, morosidade do governo frente aos conflitos e à sua postura em não demarcar as terras, não cumprindo a Constituição Federal (Art. 231). Esse quadro contribui para o aumento das invasões de terras, dos ataques às comunidades, das ameaças de morte, espancamentos e de outras formas de violações aos direitos humanos;

– Aos confinamentos populacionais existentes nas reservas indígenas de Dourados, Amambai, Caarapó, no Mato Grosso do Sul, e outras. Estes verdadeiros campos de concentração, constituem-se hoje em espaços de intensos conflitos internos e externos;

– Aos acampamentos na beira de estradas, ínfimos espaços de terras onde dezenas de comunidades indígenas estão abandonadas e enfrentam cotidianamente inúmeros perigos e adversidades;

– À degradação ambiental promovida nas regiões onde as terras, em sua maioria, foram demarcadas, como é o caso da Amazônia. A tendência é que essa degradação se intensifique em função da cobiça pelos

minérios, madeira, biodiversidade, pela agropecuária e pela exploração de energia elétrica;

– À política desenvolvimentista do governo, que tem como eixo a exploração dos recursos ambientais e minerais e transforma os direitos indígenas em obstáculo ao “desenvolvimento econômico”;

– À falta de uma política indigenista orgânica, que se inter-relacione com as demais políticas, o que fragiliza as ações e serviços voltados às comunidades indígenas gerando, com isso, desassistência em educação, saúde, falta de saneamento básico nas comunidades, falta de água potável, causando o alastramento de doenças infecto contagiosas, desnutrição, verminose, diarreia, vômitos e mortalidade infantil.

## Os números da violência contra os povos indígenas em 2012

Os 54 casos listados em nosso relatório demonstram a realidade de omissão e morosidade no tocante à regularização de terras indígenas. Registramos casos nos seguintes estados: Alagoas (1), Ceará (1), Goiás (1), Maranhão (1), Mato Grosso do Sul (19), Pará (7), Rio Grande do Sul (11), Roraima (7) e Santa Catarina (6). Em 2011 foram registrados 46 casos. O governo da presidente Dilma Rousseff tem cedido às pressões do agronegócio, especialmente da bancada ruralista no Congresso Nacional, e pouco tem feito no tocante à regularização de terras indígenas.

Em todo o ano de 2012 foram homologadas apenas 7 terras indígenas. Levantamentos do Cimi indicam a existência de 339 terras indígenas sem nenhuma providência e 293 terras em estudo, sendo que destas 44 estão engavetadas no Palácio do Planalto, aguardando apenas a assinatura da presidente da República.

A omissão do governo federal é explicitada nos inúmeros acampamentos indígenas espalhados por várias regiões do país, onde crianças e adultos são atropelados e comunidades estão sujeitas a violências e expulsões.

Apesar de toda a comoção e as denúncias sobre a situação dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, neste estado se concentra o maior número de casos de

A omissão do governo federal é demonstrada em nossa realidade, nos inúmeros acampamentos indígenas espalhados por várias regiões do país, onde crianças e adultos são atropelados, comunidades estão sujeitas a violências e expulsões.

omissão e morosidade na regularização de terras em 2012, com 19 ocorrências. Nenhuma das homologações assinadas pelo governo federal em 2012 foi referente a comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul.

Em um comparativo quanto à atuação dos governos federais desde a era Sarney, em 1985, até a presidente Dilma, no que tange a demarcações de terras, vamos constatar: de 1985 até 1990, o governo Sarney homologou 67 terras; Fernando Collor de Melo, que governou menos de dois anos, homologou 112 terras; Itamar Franco, que também governou por um curto espaço de tempo, homologou 18 terras; Fernando Henrique Cardoso, em oito anos, homologou 145 terras; Luiz Inácio Lula da Silva, em oito anos, homologou 79 terras. A presidente Dilma Rousseff, em dois anos, homologou ínfimas 10 terras.

No ano de 2012, houve um aumento significativo das invasões possessórias, da exploração ilegal de recursos naturais e de danos diversos ao patrimônio. Foram 62 ocorrências, enquanto em 2011 registramos 42 casos. Os casos registrados demonstram que ações deliberadas têm sido empreendidas por invasores, especialmente garimpeiros e madeireiros, contra as terras indígenas. A fragilidade e a falta de infraestrutura dos órgãos de fiscalização estimulam o avassalador avanço predatório sobre as terras indígenas, colocando em risco esses poucos espaços territoriais onde ainda há no país preservação ambiental. Chamam atenção os estados do Pará, Mato Grosso e Roraima onde ocorreram 33 casos. Nestas unidades da federação foram registrados desmatamentos, garimpo ilegal, invasões, incêndios provocados, etc.

O caso que chamou muita atenção foi o ataque de forças policiais ao povo Munduruku, no Pará. Usando

No ano de 2012, houve um aumento significativo das invasões possessórias, da exploração ilegal de recursos naturais e de danos diversos ao patrimônio. Foram 62 ocorrências, enquanto em 2011 registramos 42 casos. Os casos registrados demonstram que ações deliberadas têm sido empreendidas por invasores, especialmente garimpeiros e madeireiros, contra as terras indígenas.



**Povos de Rondônia exigem respeito à Convenção 169 da OIT**

o pretexto de cumprimento de ordem judicial que determinava a destruição de dragas de garimpos no Rio Teles Pires e de pontos ilegais de mineração, o delegado Antonio Carlos Muriel Sanchez comandou a invasão, no dia 7 de novembro de 2012, à aldeia indígena Teles Pires, no município de Jacareacanga. De acordo com depoimentos prestados à 6ª Câmara do Ministério Público Federal, na aldeia, foram realizados todo tipo de atrocidades, como espancamentos, assassinato, tentativa de assassinato, destruição de moradias, de escola, posto de saúde, celulares, computadores, aparelho de radiofonia, embarcações de pesca, de transporte e das dragas utilizadas no garimpo.

Segundo as lideranças indígenas, a repressão policial à comunidade indígena da aldeia Teles Pires foi uma tentativa de intimidar o povo Munduruku que tem se posicionado frontalmente contra as pretensões do governo federal de impor empreendimentos hidrelétricos no Rio Tapajós. Os indígenas têm a exata dimensão dos impactos avassaladores que tais empreendimentos acarretariam ao meio ambiente e, especialmente, às suas terras.

Voltou a crescer o número de assassinatos de indígenas. Em 2012 registramos 60 vítimas, contra os 51 casos ocorridos em 2011. Também cresceu o número de assassinatos em Mato Grosso do Sul, com o registro de 37 vítimas, contra os 32 casos registrados em 2011. O estado continua à frente no número de casos no país, com mais de 60% das ocorrências. A grande maioria das mortes ocorreu entre indígenas do povo Guarani-Kaiowá, com 34 pessoas assassinadas. Também houve mortes entre os povos Terena (2) e Guarani Nhandeva (1).

Dados do Ministério da Saúde (Diasei/DSEI) mostram uma realidade ainda mais impactante, refe-

Voltou a crescer o número de assassinatos de indígenas. Em 2012 registramos 60 vítimas, contra os 51 casos ocorridos em 2011. Também cresceu o número de assassinatos em Mato Grosso do Sul, com o registro de 37 vítimas, contra os 32 casos registrados em 2011.

rentes a homicídios em Mato Grosso do Sul. Os números do ministério indicam que ocorreram 43 assassinatos de indígenas no ano de 2012, enquanto o Cimi teve acesso a informações que apontam para 37 vítimas no estado.

Nos últimos 10 anos, os levantamentos do Cimi mostram que pelo menos 563 indígenas foram assassinados no país. Uma média anual de 56,3 indígenas. Como nos anos anteriores, Mato Grosso do Sul se destaca: 60% das ocorrências em 2012 e 55% das ocorrências nos últimos 10 anos, totalizando, pelos levantamentos do Cimi, 317 vítimas.

Constatamos com preocupação que agentes públicos ou terceiros, residentes próximos às terras indígenas, estão retendo cartões bancários e de benefícios de indígenas. Os dados coletados pelo Cimi indicam que esta é uma prática criminosa que se repete ao longo dos anos e visa essencialmente obter dividendos financeiros, lesando indígenas que recebem benefícios sociais, como aposentadorias ou programas assistenciais. Um funcionário público, de acordo com as informações, teria retido 27 cartões de benefícios de indígenas, com a alegação de que os mesmos não sabiam lidar com dinheiro.

Em 2012, registramos a ocorrência de 11 casos de racismo e discriminação étnica cultural. No decorrer de 2011 foram registrados 20 casos. As ocorrências se

Nos últimos 10 anos, os levantamentos do Cimi mostram que pelo menos 563 indígenas foram assassinados no país. Uma média anual de 56,3 indígenas. Como nos anos anteriores, Mato Grosso do Sul se destaca: 60% das ocorrências em 2012 e 55% das ocorrências nos últimos 10 anos, totalizando, pelos levantamentos do Cimi, 317 vítimas.

deram em Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia e Roraima. Em Mato Grosso do Sul, declarações preconceituosas foram feitas na internet por uma estudante contra o grupo de rap Brô MC's, depois deste se apresentar em um programa de televisão. A apresentação do grupo foi tratada como "lixo" e os indígenas foram chamados de "fedorentos". Em Minas Gerais, um jornalista escreveu um artigo recheado de ofensas gravíssimas aos índios, especialmente aos Guarani-Kaiowá. Devido à grande reação de leitores e de internautas nas redes sociais, o jornal decidiu retirar o artigo do site, como também demitir o jornalista.

O ano de 2012 foi marcado pelo aumento dos casos de desassistência na área de saúde. Foram registrados pelo Cimi 86 casos, contra os 53 listados em

Foto: Renato Santana/Cimi



*Indígenas Guarani Mbya, no sul do país, são obrigados a viver à beira de rodovias*



**Indígenas Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá se fazem presentes em atos no Congresso Nacional, na defesa de seus direitos**

O descaso do poder público atingiu mais de 80 mil pessoas. O Ministério Público Federal decidiu, diante da gravidade da situação e das inúmeras denúncias apresentadas pelas comunidades indígenas e por seus aliados, realizar um “Dia D da Saúde Indígena” para ingressar com diversas ações judiciais contra a União.

2011. O descaso do poder público atingiu mais de 80 mil pessoas. O Ministério Público Federal decidiu, diante da gravidade da situação e das inúmeras denúncias apresentadas pelas comunidades indígenas e por seus aliados, realizar um “Dia D da Saúde Indígena” para ingressar com diversas ações judiciais contra a União.

São realmente assustadoras as informações levantadas sobre a precariedade das infraestruturas das casas de saúde indígena. Não há no Brasil uma única casa de saúde indígena que funcione regularmente e que preste assistência e acolhimento adequado. Os dados são dramáticos quanto à falta de higiene, de conservação dos medicamentos e do acompanhamento dos profissionais. O Ministério Público Federal, em Mato Grosso, denunciou a precária situação da Casa de Saúde Indígena de Cuiabá: graves problemas estruturais, superlotação, esgoto a céu aberto, infiltrações nas paredes, proximidade a um lixão onde estavam depositados lixo doméstico e

hospitalar, uso de remédios vencidos, além de falta de materiais de emergência.

No entender do Cimi, o Ministério da Saúde não conseguiu dinamizar as ações e serviços junto às comunidades indígenas, através da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Os dados indicam que as comunidades recebem apenas assistência paliativa, não há sequer esboço de uma política de saúde articulada no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). São impactantes e assustadoras as informações sobre a falta de saneamento básico nas comunidades, a falta de água potável, a falta de medicamentos, de veículos e de profissionais capacitados.

Foram registrados 36 casos de desassistência na área de educação escolar indígena no ano de 2012. As ocorrências dão conta de que jovens e crianças assistem aulas em barracões improvisados, falta energia elétrica e alunos estudam embaixo de árvores. Os relatos das comunidades indígenas denunciam ainda a falta de investimentos na formação de professores e na garantia de infraestrutura, essencialmente para a construção de escolas, sua manutenção, aquisição de mobiliários, material didático e de informática.

Os dados indicam que não há escolas que assegurem a conclusão do ensino fundamental e que, na quase totalidade das comunidades indígenas, não há ensino médio. Impondo, com isso, que os estudantes indígenas frequentem as escolas nos municípios, onde lhes são negados os direitos a uma educação escolar diferenciada. Os dados apresentados pelo Cimi indicam que a política de educação escolar indígena está relegada, basicamente, aos municípios, que impõem as condições, os profissionais e os currículos escolares.

Os chamados territórios etnoeducacionais, apresentados pelo Ministério da Educação, são ainda uma mera ficção, ou seja, não estão em funcionamento, os povos indígenas não os conhecem e sequer sabem como poderão ser implementados.

Há, de acordo com os dados de violências, a nítida impressão de que os povos indígenas estão submetidos a uma política indigenista concebida na lógica de que tudo o que é direito deve ser deixado para depois e o que é interesse econômico tem que ser executado imediatamente e sem obstáculos. ■

Há, de acordo com os dados de violências, a nítida impressão de que os povos indígenas estão submetidos a uma política indigenista concebida na lógica de que tudo o que é direito deve ser deixado para depois e o que é interesse econômico tem que ser executado imediatamente e sem obstáculos.

# “Dia D da saúde indígena”

**Atuação coordenada do MPF em favor de um serviço público essencial no dia internacional dos direitos humanos**

**Julio José Araujo Junior**

*Procurador da República no Amazonas/MA*

**Leandro Mitidieri Figueiredo**

*Procurador da República em São Mateus/ES*

**Natalia Lourenço Soares**

*Procuradora da República em Serra Talhada/PE*

**Walquiria Imamura Picoli**

*Procuradora da República em São Mateus/ES*

Garantir o direito fundamental à saúde dos povos indígenas, enfrentar de modo coordenado o quadro nacional de condições precárias de prestação do serviço público de saúde aos povos indígenas e propor soluções que acarretem melhorias imediatas e mudanças na sua execução por parte da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Estes foram os principais objetivos que nortearam a mobilização conjunta de unidades do Ministério Público Federal (MPF) em 17 Estados brasileiros no chamado “Dia D da Saúde Indígena”, que ocorreu em 10 de dezembro de 2012.

O estabelecimento de subsistema de saúde indígena dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) representa o reconhecimento de que os povos indígenas merecem tratamento que esteja atento às suas especificidades socioculturais, às doenças que os afetam, à logística de transporte de pacientes e de insumos e aos anseios das 305 etnias (segundo dados do Censo de 2010 do IBGE) que compõem essa população de cerca de 900 mil pessoas.

São comuns, no entanto, os relatos que mencionam a morte de pacientes nas aldeias em razão da demora da chegada do transporte de resgate, a ausência de medicamentos elementares nos polos-base, a inexistência de médicos e odontólogos para fazer o atendimento às comunidades, a falta de estrutura das Casas de Saúde Indígena (CASAs), em completo abandono, a enorme quantidade de motores e barcos quebrados, entre tantas outras violações dos direitos dos povos indígenas.



A criação da Sesai, em 2010, em substituição à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) como órgão responsável pela gestão da saúde indígena, acenava com dias melhores nesta área, mas a promessa não se concretizou. Em que pesem as disposições constitucionais que asseguram a saúde como direito de todos, bem como os comandos legais contidos nos artigos 19-A a 19-G da Lei nº 9.836/99 e a previsão de um orçamento razoável para o serviço de saúde aos povos indígenas<sup>1</sup>, os inquéritos civis públicos instaurados pelos procuradores da República em todo o país demonstram que

<sup>1</sup> A LOA/2012 destinou R\$ 593.000.000,00 (quinhentos e noventa e três milhões de reais) à saúde indígena, conforme se depreende de [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/Anexos/ANL12595-Volume-1.pdf](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/Anexos/ANL12595-Volume-1.pdf). Acesso em 13/11/2012.

não se operaram as mudanças desejadas. A inexistência de uma transição quando da transmissão do serviço da Funasa para a Sesai, sem qualquer estruturação prévia desta, foi um dos principais fatores que contribuíram para um cenário crítico.

Nesse contexto, a partir do compartilhamento de experiências entre os procuradores da República que atuam na temática da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, com o apoio do Grupo de Trabalho de Saúde Indígena, procurou-se desvendar as razões do quadro crítico da saúde indígena como política pública do governo federal. Constatou-se que o problema não era localizado de algumas aldeias ou etnias, mas uma questão urgente e comum.

Reunidos no II Encontro Regional da 6ª Câmara do MPF em Manaus, realizado no mês de novembro de 2012, os membros do MPF presentes aprovaram uma carta que denuncia tal situação e conclama os demais procuradores da República que atuam nesta temática a aderirem a uma atuação coordenada<sup>2</sup>. Nascia o “Dia D da Saúde Indígena”. A data escolhida foi 10 de dezembro, dia internacional dos direitos humanos, quando se comemora o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No “Dia D”, ajuizaram-se mais de 15 ações civis públicas, as quais trataram de diversos temas, como fornecimento regular de medicamentos essenciais, reforma de CASAs, fornecimento de água potável nas aldeias, atendimento de indígenas em áreas não demarcadas, melhorias de transporte e reformas de polos-base.

Além disso, foram expedidas mais de 30 recomendações sobre assuntos relacionados com a articulação entre os DSEIs, os estados e os municípios; vedação de tratamento discriminatório; prestação de recursos repassados pela União aos municípios; criação de polos-base e de postos de saúde. Note-se que as recomendações e ações não se dirigiram unicamente à Sesai, mas também aos Municípios que recebem recursos da saúde indígena e têm responsabilidades na prestação de contas à União e na execução do serviço.

A experiência do “Dia D da Saúde Indígena” demonstra, em primeiro lugar, que a comunhão de esforços para o enfrentamento de problemas comuns representa para o MPF e os povos indígenas o fortalecimento dos laços de solidariedade na garantia de direitos constitucionalmente previstos, em especial aqueles

As datas de atuação coordenada simbolizam um momento de união, reflexão e contestação por todos os defensores de uma sociedade plural e solidária. O “Dia D”, que despontou como uma semente para novas mobilizações, se solidifica não apenas como um dia, mas como um fórum permanente de acompanhamento e vigilância do respeito aos direitos fundamentais dos povos indígenas.

constantes dos artigos 215, 216 e 231 da Constituição da República. Afinal, problemas que parecem localizados ou específicos de uma comunidade, quando vistos sob uma perspectiva geral, em conjunto com outras dificuldades de todas as aldeias indígenas no Brasil, deixam claro a ineficiência de gestão e apontam para o quadro de precariedade da saúde pública, notadamente aquela prestada a grupos minoritários.

Em segundo lugar, a mobilização de 10 de dezembro teve o mérito de levar ao poder Judiciário questões atinentes à má execução da política pública em questão, a despeito da previsão de recursos e da regulamentação ampla da matéria. Impressiona constatar que, a despeito da existência de recursos, o serviço público de saúde indígena ainda deixa muito a desejar no que se refere à sua gestão. Nesse ponto, o acionamento do poder Judiciário para se manifestar sobre a questão pode representar uma mudança concreta de rumos na efetivação desse direito fundamental.

Por fim, o “Dia D” insere-se em mobilizações coordenadas que a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF vem realizando com o fim de dar visibilidade às populações tradicionais. Diante de um cenário em que muitas violações de direitos dos grupos não-hegemônicos são constantemente ignoradas por aqueles cujo dever é cumprir a Constituição, as datas de atuação coordenada simbolizam um momento de união, reflexão e contestação por todos os defensores de uma sociedade plural e solidária. Mais: o “Dia D”, que despontou como uma semente para novas mobilizações (como a de 19 de abril de 2013, quando se realizou a atuação coordenada “MPF em defesa das terras indígenas”), se solidifica não apenas como um dia, mas como um fórum permanente de acompanhamento e vigilância do respeito aos direitos fundamentais dos povos indígenas. ■

2 Disponível em <http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/institucional/encontros/ii-encontro-regional-da-6a-ccr-manaus-am/carta-do-ii-encontro-regional-da-6a-camara-de-coordenacao-e-revisao-do-ministerio-publico-federal-1> – Acesso em 16/05/2013.

# OPERAÇÃO ELDORADO

## Selvageria estatal contra o povo Munduruku

**Ruy Sposati,**  
Jornalista

Viu as dragas e as balsas pegando fogo, enquanto sobrevoava o rio Teles Pires. Uma bomba passa ao lado do avião, à direita. No campo de visão de V., não havia indígenas.

O bimotor desce – a pista de pouso não fora destruída. Havia rastros de sangue no chão, marcas de bala nos telhados e nas paredes. Espalhados pelo caminho, restos de cartuchos, munições e carcaças de bombas. Todas as casas estavam com as portas arrombadas.

E então a comunidade começa a sair e ir ao encontro de V. Estavam todos escondidos nas casas, assustados com a chegada do avião. Reúnem-se no barracão e explicam à liderança Munduruku do que tinham medo.

V. ouve, então, os relatos de uma série de pessoas baleadas, machucadas, queimadas, ainda afetadas pelo spray de pimenta. Uma mãe chorava desesperadamente: sua filha de cinco anos estava desaparecida. Achava que poderia estar morta, pois havia se perdido dela na mata. Havia uma mulher com o rosto inchado por causa de um soco que o policial lhe deu. Os professores não-indígenas que trabalham na comunidade também foram agredidos. Todas as embarcações foram explodidas ou fuziladas e afundadas. Os barcos de pesca foram danificados ou destruídos. As armas de caça, quebradas ou levadas. Dinheiro e ouro foram roubados. Computadores – entre eles, da saúde e das escolas – foram inutilizados. A escola foi alvejada por tiros e bombas nas paredes e telhado. Celulares e câmeras foram tomados, esmigalhados, jogados no rio ou tiveram seus cartões de memória apreendidos. Os motores de popa da saúde foram lançados ao rio. Fiações do tele-



Fotos: Povo Munduruku, Aldeia Teles Pires

*Adenilson Munduruku foi assassinado com um tiro na cabeça,*

fone comunitário foram cortadas e o rádio da aldeia confiscado, impedindo qualquer contato de indígenas com outras aldeias. O carro da aldeia foi carbonizado.

V. chegara na aldeia em 8 de novembro, um dia depois de uma comunidade de indígenas Munduruku, Kayabi e Apiaká, em Jacareacanga, no Pará, divisa do estado do Pará com o Mato Grosso, ter sofrido um violento ataque da Polícia Federal.

Neste mesmo dia, uma comissão especial do poder Legislativo esteve no local para apurar as denúncias que haviam chegado à cidade. No relatório da visita, o presidente da Câmara Municipal de Jacareacanga, Elias Freire (PSDB), afirmou haver “indícios de vários



*Até helicóptero foi utilizado, numa verdadeira operação de guerra*



*desferido por um delegado da PF que comandava a ação*



*Homens fortemente armados participaram da ação na Aldeia Teles Pires*

Três tiros acertaram as pernas de Adenilson Kirixi, que perdeu o equilíbrio e caiu na água. “Nessa hora, o delegado deu um tiro na cabeça do Adenilson. Aí, os policiais jogaram uma bomba no Adenilson, quando o corpo já estava afundando no rio”. Quando os indígenas tentaram resgatar o corpo do parente, foram alvejados pelos policiais que estavam em terra. “Eles diziam que não era para pegarmos o corpo. Do helicóptero, a polícia atirava e jogava bombas de efeito moral na aldeia, no meio de todo mundo, com as mulheres, as crianças”.

crimes praticados pela força policial inclusive com exposição de vulneráveis, o que contraria disposições legais do Estatuto da Criança e do Adolescente”. O vereador Raimundo Santiago (PT), o Raimundinho do PT, mostrou-se “pasma com a violência praticada contra os indígenas” e disse que “as imagens que vi comprovam sobejamente que ocorreu crime contra o povo da aldeia Teles Pires”.

Os indígenas entregaram à comissão uma relação dos bens destruídos pelos policiais.

Minutos antes dos indígenas contarem a V. o que havia acontecido, um Munduruku havia sido encontrado boiando no Rio Teles Pires. Era o corpo inchado de Adenilson Kirixi Munduruku. Ele havia sido assassinado no dia anterior, 7 de novembro, durante a ação policial.



*Casas foram arrombadas e computadores inutilizados*

## 7 de novembro

Na manhã daquele dia, 400 botas pularam de três helicópteros camuflados e de voadeiras alugadas de ribeirinhos, espalhando-se estrategicamente pelo território indígena, amassando as formigas da aldeia Teles Pires.

Era a Polícia Federal (PF) e a Força Nacional de Segurança, acompanhados da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), executando manobras da Operação Eldorado, uma mega ação de desmantelamento de esquemas de garimpagem ilegal nos estados de Mato Grosso, Pará, Rondônia, Amazonas, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Chegaram 244 anos depois do vigário José Monteiro de Noronha ter anotado pela primeira vez em seu caderninho, em 1768, a presença dos primeiros Munduruku – chamados por ele de de “Maturucu” – às margens do rio Maués, no hoje estado do Amazonas.

Depois do pouso, E. M. e um grupo de lideranças saíram à procura de representantes da Funai e do chefe da operação para conversar. Só encontraram o delegado da Polícia Federal, Antônio Carlos Moriel Sanches, que, segundo as lideranças, foi o responsável pela intervenção. “O delegado falou que não tinha conversa com autoridade, com indígena, tinha que fazer o que foram fazer”, conta E. M.. “Uma liderança [indígena] telefonou para Brasília, e de lá falaram que era pra avisar o delegado que não fizesse nada até que alguém de Brasília chegasse lá”.

“Nessa hora, só estava a Polícia Federal. O pessoal da Funai e do Ibama estava junto com os policiais, sobrevoando em dois helicópteros e deixando os policiais em locais estratégicos para invadir a aldeia”, assinala E. M..

“O delegado começou a empurrar as lideranças. Eu também fui empurrado. O delegado disse que não tinha conversa com ninguém, nem com cacique nem com liderança”. Nesse momento, segundo E. M., estavam presentes as lideranças, caciques, seguranças de caciques, mulheres e crianças.

“Foi quando o delegado tirou o revólver para atirar na liderança que ele empurrou. Foi nessa hora que o segurança do cacique empurrou o braço do delegado, que escorregou e caiu na água, porque ali era um declive e o chão é liso”, explica.

Foi então que a Polícia Federal abriu fogo contra os indígenas. “Os dois primeiros tiros contra a vítima

foram dados pelo delegado, que ainda estava dentro d’água, com a água pela cintura. Vários policiais começaram a atirar contra os indígenas”.

Segundo os relatos, três tiros acertaram as pernas da vítima Adenilson Kirixi, que perdeu o equilíbrio e caiu na água, sem conseguir se levantar novamente. “Nessa hora, o delegado deu um tiro na cabeça do Adenilson, que caiu morto e afundou no rio”. Segundo os indígenas, o delegado foi resgatado pelos policiais e levado para cima da draga. “Aí, os policiais jogaram uma bomba no Adenilson, quando o corpo já estava afundando no rio”.

Quando os indígenas tentaram resgatar o corpo do parente, foram alvejados pelos policiais que estavam em terra. “Eles diziam que não era para pegarmos o corpo. Do helicóptero, a polícia atirava e jogava bombas de efeito moral na aldeia, no meio de todo mundo, com as mulheres, as crianças”, relata.

O laudo cadavérico realizado pela Polícia Civil do Mato Grosso confirmou que Adenilson Kirixi levou três tiros nas pernas e um tiro frontal na cabeça. Não há informação se houve apreensão e perícia na arma que efetuou – ou nas armas que efetuaram – os tiros.



*Indígenas mostram cápsulas recolhidas após ataque da PF à Aldeia Teles Pires*

Procurada pela reportagem, a Polícia Federal não quis se manifestar sobre as acusações.

## Meu irmão

G. K. era irmão de Adenilson. “Quando ouvi o tiroteio, fui correndo para a beira do rio. Estavam dizendo que meu tio tinha morrido. Eu queria saber se era verdade. Os policiais jogaram bomba e spray de pimenta. Meu olho ardeu e eu fiquei sem rumo”.

O indígena relata que um terceiro helicóptero teria chegado nesse momento, com mais policiais. Foi quando ele saiu correndo em direção à mata, perseguido pela PF. “Me escondi embaixo das árvores, ouvindo o barulho das bombas, dos helicópteros e dos tiros. Tinha mais gente escondida lá também”, relembra. Três horas depois, G. K. volta à aldeia e insiste em apurar informações sobre a morte do irmão.

“Os policiais me diziam que não tinha ninguém morto, que os feridos estavam no hospital. Meu irmão não estava lá”. O Munduruku encontrou, então, o servidor da Funai, Paulão – os indígenas não sabem de onde veio -, que acompanhava a Operação. Ele também lhe negara ter havido alguma morte.

Segundo todos os relatos, Paulão teria sido o servidor da Funai responsável pelo acompanhamento da Operação.

O laudo cadavérico realizado pela Polícia Civil do Mato Grosso confirmou que Adenilson Kirixi levou

três tiros nas pernas e um tiro frontal na cabeça. Não há informação se houve apreensão e perícia na arma que efetuou – ou nas armas que efetuaram – os disparos.

Parte dos indígenas fugiram para a mata, parte para as residências, imaginando que ali estariam seguros. Durante a fuga, dois indígenas foram gravemente feridos pelos policiais. E. M. e O. K. estão hospitalizados em Cuiabá. Outros indígenas também foram levados para o hospital. O pelotão, então, invadiu a aldeia, arrombando portas e janelas, jogando bombas dentro dos domicílios “Levaram tudo o que tinha dentro das casas, nossos facões, facas, espingarda de caça”, atesta.

## “Chutaram meu pai”

“Eu vi os tiros e saí correndo pra pedir socorro no rádio e na internet. “Quem estava no rádio comigo ouvia os tiros”, conta I. W.. “O meu pai chegou onde eu estava, ferido. Tinha levado um tiro de bala de borracha. A gente saiu e começou a gritar pra eles pararem de atirar, mas eles não pararam”, relata I. W.. “Corriam atrás da gente e atiravam. Atiraram na mulher do meu irmão, que está grávida de 8 meses. Atiravam com bala de borracha e com bala de verdade também”.

“Então, entramos de novo em casa, com mais umas dez pessoas. A polícia arrombou a porta e entrou jogando bombas de gás lacrimogêneo na gente. Tinha uma mulher com um bebê de dois meses lá dentro”. Segundo I.W., os policiais mandaram todos saírem da casa e colocarem as mãos na cabeça. “Chutaram o meu pai e agrediram todos os homens que estavam ali. Eu dizia pra eles que a gente não era bandido pra ser tratado daquele jeito”.

Segundo I. W., aos homens – também idosos e crianças – foi ordenado que deitassem no chão com as mãos na cabeça, enquanto as mulheres e crianças foram mantidas como reféns, separadamente, no campo, com armas apontadas para elas. “As mulheres e crianças ficaram o dia inteiro debaixo do sol, com os policiais

Segundo I. W., aos homens – também idosos e crianças – foi ordenado que deitassem no chão com as mãos na cabeça, enquanto as mulheres e crianças foram mantidas como reféns, separadamente, no campo, com armas apontadas para elas. “As mulheres e crianças ficaram o dia inteiro debaixo do sol, com os policiais armados em volta”.



*Veículo incendiado durante operação da PF*



*O Ministério da Justiça abriu inquérito para apurar o assassinato e a violência do ataque. O MPF também abriu investigação paralela, afinal, como*

armados em volta. A gente pediu comida, mas não deram. Não deixavam a gente falar a nossa língua, só português”. “Eu gritava, e o policial me perguntou se eu estava com raiva. Eu respondi que sim, porque estavam invadindo a aldeia e as casas. Os policiais disseram que tinham um mandado judicial e que só estavam cumprindo sua obrigação. Eu perguntei pra eles se o juiz também tinha autorizado que eles invadissem as casas e agredissem as pessoas”.

“Arrombaram o posto de saúde, jogaram uma bomba de gás e apontaram uma arma para a cabeça da técnica de enfermagem, L. R.. Jogaram os remédios no chão e quebraram os medicamentos. Também atiraram na escola, jogaram bombas e quebraram as telhas”, relata. I. W. chorou muito ao contar esta história.

“O tiroteio durou 30 minutos. Parecia filme de guerra. Quando pararam de atirar, um grupo de policiais saiu em busca do corpo que havia afundado no rio, enquanto outros recolhiam cascas de munição e bombas que encontravam pela frente”, relembra E. M.. “A gente ficou cercado pelos policiais. Levaram o nosso rádio. Destruíram o motor que gerava energia para a aldeia”.

Os índios feridos foram levados de helicóptero para atendimento no Hospital Regional de Alta Floresta, em estado grave. Segundo as lideranças indígenas, ainda

“Arrombaram o posto de saúde, jogaram uma bomba de gás e apontaram uma arma para a cabeça da técnica de enfermagem, L. R.. Jogaram os remédios no chão e quebraram os medicamentos. Também atiraram na escola, jogaram bombas e quebraram as telhas”, relata. I. W. chorou muito ao contar esta história.

estão internados. Os agentes da PF receberam atendimento no local.

E. M. relata as prisões posteriores ao ataque. “Eles levaram 17 pessoas para a fazenda Brascan, onde havia uma base da polícia”, conta. O irmão de E. M. também havia sido preso. Uma indígena que acompanhava o irmão, que havia sido preso, também foi levada. Eles foram enviados a Sinop, no Mato Grosso – a aldeia fica em Jacareacanga – e depuseram à polícia. Os depoimentos teriam sido acompanhados por um procurador da Funai de Cuiabá cujo nome não souberam dizer. Posteriormente, foram levados de volta à aldeia pela polícia.



o governo poderá se investigar de forma isenta?

“O tiroteio durou 30 minutos. Parecia filme de guerra. Quando pararam de atirar, um grupo de policiais saiu em busca do corpo que havia afundado no rio, enquanto outros recolhiam cascas de munição e bombas que encontravam pela frente”, relembra E. M.. “A gente ficou cercado pelos policiais. Levaram o nosso rádio. Destruíram o motor que gerava energia para a aldeia”.

Foi no final da operação, ainda no dia 7, que as dragas e balsas foram destruídas. Segundo os indígenas, cada uma das onze embarcações destruídas no leito do rio tinham de 30 a 40 mil litros de combustível, além de baterias. Eles relatam que os peixes estão morrendo e que não podem usar o rio, agora contaminado pelos fluídos.

Segundo os indígenas, a polícia permaneceu nas proximidades por mais três dias.

Os professores e profissionais de saúde não-índios não querem voltar para a aldeia. Os alunos não querem ir às aulas. A comunidade possui cerca de 500 pessoas, contando com mais duas aglomerações, a dos Kayabi e a dos Apiaká, que também dependem da estrutura de Teles Pires.

Foi no final da operação, ainda no dia 7, que as dragas e balsas foram destruídas. Eles relatam que os peixes estão morrendo e que não podem usar o rio, agora contaminado pelos fluídos.

### Blitzkrieg bop\*

No dia 6, W. U. conta que indígenas Kayabi compartilharam pelo rádio a informação de que helicópteros estavam sobrevoando suas terras. “Achávamos que eles estavam vindo pra se reunir com a gente”, relata. Contudo, segundo W. U., o que estava acontecendo ali era a construção das bases da Operação Eldorado. A primeira fora construída na Fazenda Brascan, localizada no Vale Ximari, em Apiacás (MT), a dez quilômetros da comunidade Kayabi. A segunda base da Operação foi montada a um quilômetro da aldeia, no igarapé Bure-tama. Foi neste local, “onde há apenas um morador”, que um grupo de guerreiros Munduruku foi ter com os policiais para entender o que estava acontecendo.

Quando os indígenas encontraram os policiais, eles estavam evacuando uma das balsas que seria destruída. “Perguntamos o que eles iriam fazer. Eles disseram que não queriam conversa, que vieram fechar o garimpo e explodir as dragas, que tinham uma ordem judicial pra isso”. Os indígenas pediram para ver o mandado que autorizava a Operação e insistiram sobre a necessidade de uma reunião entre a polícia e as lideranças. “Explicamos que o garimpo era o nosso sustento, que não poderíamos fechar assim. Trouxemos o documento do acordo com a Funai sobre o garimpo”, explica. “Aí começou o desentendimento. Um policial quebrou uma flecha e deu um empurrão num cacique de uma aldeia próxima. Eles falaram pra gente tirar o que a gente quisesse da draga, porque a draga ia ser explodida, e assim foi feito”. Segundo W. U., os indígenas retornaram à aldeia para contar ao cacique e outras lideranças que a polícia estava na área e havia destruído uma das embarcações. Os policiais suspenderiam a destruição e só voltariam no dia seguinte.

W. U. foi atingido por bombas e está com marcas de queimadura no corpo.

Segundo todos os relatos, a Força Nacional de Segurança não se envolveu nos momentos de violência da Operação. A Polícia Federal em Mato Grosso decidiu suspender temporariamente a Operação. O MPF do Mato Grosso e do Pará abriram investigação sobre o caso.

\* A expressão *blitzkrieg bop* significa ataque relâmpago, sem aviso, e faz referência à tática utilizada pelos nazistas.

# Por que mataram Adenilson Munduruku?

**E**a vida corria bem seu curso para os Munduruku, desde quando Karosakaybu os criara, na aldeia Wakopadi, nas cabeceiras do rio Krepori. E então os pariwat chegaram; para nós, era o século XVIII, com nossas frentes colonizadoras. As coisas nunca são as mesmas, e ali, definitivamente, nunca mais foram as mesmas para os Munduruku.

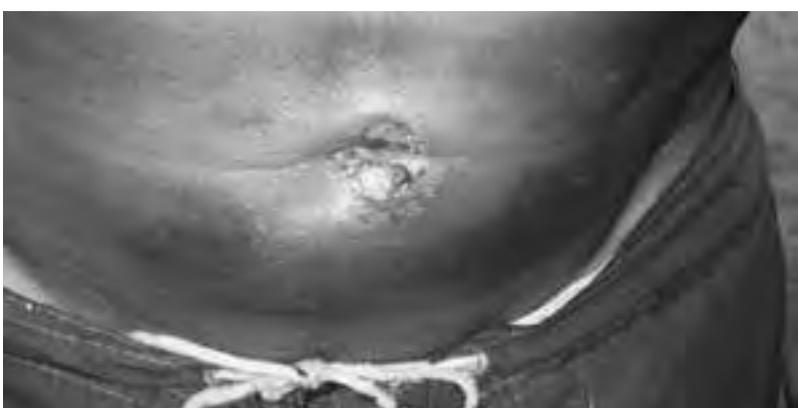
Os Munduruku, hoje, totalizam pouco mais de 11 mil pessoas, espalhadas em áreas indígenas reivindicadas, demarcadas ou homologadas. A difícil localização e situação de quase isolamento das comunidades – num cenário de pressão das espoliações para a exploração exógena de suas terras e riquezas – os colocaram, ao longo da história, em contextos complexos de conflito com a sociedade envolvente.

Um exemplo disso foi o episódio ocorrido em julho deste ano. Um Munduruku foi barbaramente assassinado com 21 facadas e pauladas que destruíram seu rosto. O corpo da vítima foi encontrado por um morador jogado em um terreno baldio, próximo à residência do pai. À época, dois dos quatro suspeitos de serem autores do crime foram deixados em liberdade pela polícia civil. A falta de investigação e providências das autoridades foi o estopim para que, enfurecidos, os indígenas cercassem a delegacia da Polícia Civil de Jacareacanga exigindo que a polícia permitisse que eles fizessem justiça com as próprias mãos. A delegacia foi depredada e incendiada pelos Munduruku – a cidade, sitiada.

Em 2002, a situação do garimpo nas terras indígenas estava calamitosa. Centenas de garimpeiros trabalhavam clandestinamente, viviam dentro das terras indígenas e traziam consigo toda uma cadeia extremamente perversa que orbitava a atividade. Exploração de mão de obra, dominação, drogas e prostituição eram algumas delas. Foi então que os Munduruku também tiveram de começar a resolver as coisas com as próprias mãos, e retiveram os garimpeiros e funcionários da Funai para pressionar o órgão a realizar um acordo que desaguasse numa operação de retirada dos mineradores da área.

“Sabemos perfeitamente que o garimpo, além de ilegal, é ruim para o nosso rio e para a nossa gente”, explica V.. “Acontece que essa foi a única forma que encontramos para sobreviver nos últimos tempos”, expõe.

Fotos: Povo Munduruku, Aldeia Teles Pires



“Mas nós sempre quisemos acabar com os garimpos”.

E, então, V. apresenta um documento ao qual ainda não foi dada nenhuma publicidade por parte do governo, e que confirma a vontade dos indígenas em terminar com os garimpos. Um ofício registrou uma reunião que ocorrera entre indígenas Munduruku, Kayabi e Apiaká e diversas coordenações da Funai regional e nacional, junto ao MPF-PA, em setembro de 2005, onde os indígenas apresentaram propostas para a substituição do garimpo por um projeto de desenvolvimento e geração de renda para a comunidade. Como alternativa à extração do ouro, os indígenas exigiam suporte para implantar e consolidar projetos de “produção de artesanato, produção de mel de abelhas, piscicultura, avicultura, implantação de casa de farinha e agricultura (consórcio de culturas). Dentre essas



*Cápsulas recolhidas pela comunidade da Aldeia Teles Pires, do povo Munduruku*

É certo, então, que esta ação belicosa ofensiva não se explica por si só. A retificação de que não houvera “emboscada” alguma dos indígenas contra a operação, conforme declarou a PF em nota pública. Por que, então, mataram aquele Munduruku? Por que invadiram e aterrorizaram de maneira brutal e desastrosa toda uma aldeia?

propostas, a mais discutida e que os índios priorizaram foi a de produção de artesanato (...). Quando o índio vai caçar, pega sementes, cipó e vigia a área”, relatava o ofício, protocolado nas quatro instituições.

### “Façamos”

“Com esses projetos, gradativamente, iríamos acabar com o garimpo. Só que eles nunca saíram do papel”, expõe V.. Então, as comunidades começaram a interferir diretamente na extração ilegal, no sentido de reduzir os impactos causados pela atividade. “Morria muito branco, índio, tinha tráfico de drogas e a Funai não tomava nenhuma providência. E a gente continuava escravo do garimpo. Então, nós mesmos tomamos providências”. V. relata que os próprios indígenas estabeleceram com os garimpeiros novas regras sobre como se daria o trabalho na área. Proibiram os garimpeiros de portarem armas, levarem bebidas e comercializarem drogas, entre outras coisas. Colocaram placas pela comunidade, para que todos que entrassem informassem o que iriam fazer ali. Em 2010, sob o conhecimento da Funai e do Ibama – e portanto dos ministérios da Justiça e do Meio

Ambiente – estas regras tornariam-se um “Acordo de parceria para atividade de mineração” entre indígenas Kayabi e os proprietários das balsas.

Com o dinheiro do garimpo, os Munduruku mantinham uma casa de apoio em Jacareacanga. Garantiam a geração de energia para a aldeia. “Os alunos que estudam fora eram mantidos com o dinheiro da mensalidade do garimpo, e tudo o que era comprado [com esse dinheiro] é de toda a comunidade. A manutenção de equipamentos das aldeias vem daí. Quem trabalha dentro da aldeia também recebia daí”.

Além das comunidades receberem um pagamento mensal dos proprietários das balsas pela exploração do rio, alguns indígenas trabalham diretamente na mineração. Outros vendem produtos como farinha de puba, polvilho, tapioca, frutas, pescados e artesanatos. “Hoje, depois do que aconteceu, nós simplesmente não temos condições de nos manter”, lamenta V..

### V. explica

Embora considere injusta, V. poderia ao menos compreender uma operação que se limitasse a destruir os instrumentos de extração do minério. Contudo, ele é taxativo ao apontar que “a ação policial não foi só no garimpo. Foi dentro da aldeia. E não existia garimpo dentro da aldeia. Por que atacaram a aldeia, então?”

É certo, então, que esta ação belicosa ofensiva não se explica por si só, levando em conta o acordo citado acima e o contraponto da narrativa dos indígenas à versão da Polícia Federal – ou seja, a retificação de que não houvera “emboscada” alguma dos indígenas contra a operação, conforme declarou a PF em nota pública, justificando publicamente o uso da violência e culpabilizando os indígenas pelo ocorrido. Por que, então, mataram

Adenilson Munduruku? Por que invadiram e aterrorizaram de maneira brutal e desastrosa toda uma aldeia?

V. tem uma explicação. “Nós já dissemos [à Funai e ao governo] que não permitimos estudos de impacto ambiental na nossa terra para hidrelétricas. A operação da Polícia Federal tem ligação com a nossa resistência à construção das barragens. Eles querem fragilizar as comunidades pra ficar mais fácil construí-las. Mas nós nunca vamos aceitar trocar nossas terras por migalhas. O que eles fizeram só fortalece a nossa luta”, diz.

I. W. concorda com V.. “Eles acham que, tirando o garimpo, ficamos sem dinheiro, e vamos ter que aceitar a barragem. Só que nós estamos firmes de não aceitar barragem na nossa terra”. Funcionários do órgão indigenista oficial que não podem se identificar concordam que a perseguição se dá por conta da total contrariedade dos Munduruku a empreendimentos hidrelétricos e hidroviários, e afirmam ser a aldeia Teles Pires o principal foco dessa resistência.

Os Munduruku se opõem frontalmente à construção de dois complexos de barragens do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. São os Complexos Hidrelétricos Tapajós e Teles Pires, conjunto de treze hidrelétricas previstas para a região.

Parte delas está sendo licenciada pelo órgão federal responsável, o Ibama; parte pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Mato Grosso. O complexo Tapajós está todo inventariado, mas apenas duas das

sete usinas com processo de licenciamento abertos, em fase de estudos. No último dia 21, a Justiça Federal de Santarém proibiu a concessão de licença ambiental para uma delas, a pedido do MPF-PA, enquanto não forem realizadas consulta prévia aos índios afetados e avaliação ambiental integrada de todas as usinas planejadas para a bacia do Rio Tapajós no Pará.

Para viabilizar os licenciamentos das barragens do Tapajós – e o início da operação das usinas Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira (RO) –, a presidenta Dilma Rousseff publicou, em janeiro, uma medida provisória (MPV) que reduzia sete unidades de conservação em áreas atingidas pelos empreendimentos. A MPV foi convertida em lei em junho, dois dias depois da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável na Rio +20. Tanto a medida quanto a lei foram contestadas pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, no Supremo Tribunal Federal.

“A operação da Polícia Federal tem ligação com a nossa resistência à construção das barragens. Eles querem fragilizar as comunidades pra ficar mais fácil construí-las. Mas nós nunca vamos aceitar trocar nossas terras por migalhas. O que eles fizeram só fortalece a nossa luta”, diz.

Fotos: povo Munduruku, Aldeia Teles Pires



**Incêndio provocado pela ação PF na Aldeia Teles Pires**

Esta reportagem foi publicada na edição 350, de novembro, do jornal Porantim. A reportagem não teve acesso à relação detalhada de todos os participantes da operação, sejam eles da PF, da FN, da Funai, do Ibama ou de outros órgãos que tenham participado da ação. As fotos e vídeos utilizados na matéria foram registrados por indígenas Munduruku e Kayabi.

# Capítulo I

---

## Violência contra o patrimônio



**31** Omissão e morosidade na regularização de terras

**39** Conflitos relativos a direitos territoriais

**41** Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio

Em 2012, o governo federal liquidou apenas R\$ 5.975.556,00, ou 37,63% dos R\$ 15.878.566,00, previstos para a ação Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas



*Indígenas Guarani-Kaiowá pedem revogação da Portaria 303 da AGU – Foto: Geraldo Alckmin/Cimi MS*

**A** terra e todos os recursos naturais nela existentes, assim como os usos da territorialidade, são o maior bem que compõe o patrimônio indígena. Além disso, os bens produzidos tais como casas, roças e outras edificações, tanto as tradicionais como, por exemplo, casas de reza, quanto as mais recentes, como escolas ou postos de saúde, completam o patrimônio, incluindo até mesmo o artesanato e outras manufaturas.

O patrimônio indígena inclui igualmente bens imateriais, tais como o direito autoral de imagem, o direito intelectual, os conhecimentos tradicionais de medicina e outros saberes, artes e expressões religiosas.

Apesar de toda a importância da terra para os povos indígenas para sua sobrevivência física e cultural, estas se encontram em quase sua totalidade invadidas, com algum tipo de exploração ilegal, e colocadas em risco, em detrimento do que estabelece a Constituição Federal, que determina que as terras indígenas são de usufruto exclusivo das comunidades indígenas.

# Omissão e morosidade na regularização de terras

No ano de 2012 foram registrados 54 casos de omissão e morosidade na regularização de terras indígenas, nos seguintes estados: Alagoas (1), Ceará (1), Goiás (1), Maranhão (1), Mato Grosso do Sul (19), Pará (7), Rio Grande do Sul (11), Roraima (7) e Santa Catarina (6). Em 2011 foram registrados 46 casos.

O governo da presidente Dilma Rousseff tem cedido às pressões do agronegócio, especialmente da bancada ruralista no Congresso Nacional, e pouco tem feito no tocante à regularização de terras indígenas. Em todo o ano de 2012 foram homologadas apenas 7 terras indígenas. Levantamentos do Cimi indicam a existência de 339 terras indígenas sem nenhuma providência.

A omissão do governo federal se reflete nos inúmeros acampamentos indígenas espalhados por várias regiões do país, onde crianças e adultos são atropelados e comunidades estão sujeitas a violências e expulsões.

Apesar de toda a comoção e as denúncias sobre a situação dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, neste estado se concentra o maior número de casos de omissão e morosidade na regularização de terras em 2012, com 19 ocorrências. Nenhuma das homologações assinadas pelo governo federal em 2012 se destinou a comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul.

## Quadro geral da morosidade

São muitos os casos de omissão e morosidade na regularização de terras, além dos 54 aqui apresentados. Desde os anos 1990 o Cimi tem acompanhado o andamento dos processos administrativos de regularização das terras indígenas através dos dados da Funai, do Ministério da Justiça e das publicações do Diário Oficial da União (DOU), com mais ênfase nas terras reivindicadas pelas comunidades indígenas, além dos dados enviados pelas

equipes e regionais do Cimi. Nos registros do Cimi constavam 1.045 terras, até o final de 2012, divididas em três categorias: as terras regularizadas, as terras em processo de regularização e as terras reivindicadas por comunidades indígenas, mas sem procedimentos de regularização, as “sem providência”.

Pouco mais de um terço do total das terras foi totalmente regularizado: 361 (34%) até o final de 2012. As categorias reservadas, dominiais e com restrição somam 46 (4%). Outras 293 (28%) estão em alguma fase de regularização. As demais terras, 339 (32%) estão sem providência. Ou seja, 644 terras aguardam o início ou a finalização do procedimento de demarcação.

Observa-se que em todos os casos, as autoridades responsáveis não têm cumprido os prazos estabelecidos pelo Decreto nº 1.775/96, que regulamenta a demarcação das terras, atribuição da Funai e do Ministério da Justiça.

Situação Geral das Terras Indígenas	Quantidade
Registradas	361
Homologadas	44
Declaradas	59
Identificadas	36
A identificar	154
Sem providência	339
Reservadas/Dominiais	40
Com Restrição	06
GT constituído no estado do MS como Terra Indígena	06
<b>Total</b>	<b>1.045</b>

Dados atualizados em dezembro de 2012

## HOMOLOGAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS POR GESTÃO PRESIDENCIAL

GOVERNO	PERÍODO	Nº DE HOMOLOGAÇÕES	MÉDIA ANUAL
José Sarney	1985 – 1990	67	13
Fernando Collor de Melo	Jan. 1991 – set. 1992	112	56
Itamar Franco	Out. 1992 – dez. 1994	18	09
Fernando Henrique Cardoso	1995 – 2002	145	18
Luiz Inácio Lula da Silva	2003 – 2010	79	10
Dilma Rousseff	2011 – 2012	10	05

**DECRETOS DE HOMOLOGAÇÃO DE DEMARCAÇÃO EM 2012**

	TERRA INDÍGENA	POVO	UF	ha	DECRETO
01	Riozinho do Alto Envira	Isolados, Ashaninka	AC	270.972	Decreto S/N de 05.06.2012 (DOU 06.06.2012)
02	Santa Cruz da Nova Aliança	Kokama	AM	5.969	Decreto S/N de 05.06.2012 (DOU 06.06.2012)
03	Matintin	Tikuna	AM	21.760	Decreto S/N de 05.06.2012 (DOU 06.06.2012)
04	Tenharim Marmelo – Gleba B	Tenharim	AM	474.741	Decreto S/N de 05.06.2012 (DOU 06.06.2012)
05	Porto Limoeiro	Tikuna	AM	4.587	Decreto S/N de 05.06.2012 (DOU 06.06.2012)
06	Lago do Marinheiro	Mura	AM	3.586	Decreto S/N de 05.06.2012 (DOU 06.06.2012)
07	Xipaya	Xipaya	PA	178.723	Decreto S/N de 05.06.2012 (DOU 06.06.2012)

**PORTARIA DECLARATÓRIA DO MINISTRO DA JUSTIÇA EM 2012**

	TERRA INDÍGENA	POVO	UF	ha	ATO
01	Maracaxi	Tembé	PA	720	Portaria MJ nº 595 de 11.4.2012 (DOU – 12.4.2012)
02	Mato Preto	Guarani Mbya	RS	4230	Portaria MJ nº 2.222, de 21/09/ 2012 (DOU – 25.09.12)

**TERRAS INDÍGENAS COM IDENTIFICAÇÕES APROVADAS PELA PRESIDENTE DA FUNAI EM 2012**

	TERRA INDÍGENA	POVO	UF	HA	ATO
01	Tuwa Apekuokawera Gleba - Sororó	Aikewar, Suruí	PA	11.764	Identificada, Despacho nº 3 de 24.1.2012 (DOU 25.1.2012)
02	Tremembé da Barra do Mundaú	Tremembé	CE	3.580	Identificada, Despacho nº 7 de 2.2.2012 (DOU 6/2/2012)
03	Tenaondé Porã / Tekoa Pyau	Guarani	SP	15.969	Identificada, Despacho nº 123 de 18.4.2012 (DOU – 19.4.2012)
04	Taego Awá / Mata Azul	Avá Canoeiro	TO	29.000	Identificada, Despacho nº 124 de 18.4.2012 (DOU – 19.4.2012)
05	Menku (Revisão de limites)	Myky	MT	146.398	Identificada, Despacho nº 125 de 18.4.2012 (DOU – 19.4.2012)
06	Wassu Cocal	Wassu	AL	9.098	Identificada, Despacho nº 652 de 11.7.2012 (DOU – 13.4.2012)
07	Ponciano	Mura	AM	4.329	Identificada, Despacho nº 421 de 30.07.2012 (DOU – 01.08.2012)
08	Murutinga/Tracajá	Mura	AM	13.286	Identificada, Despacho nº 422 de 30.07.2012 (DOU – 01.08.2012)
09	Sissaima	Mura	AM	8.780	Identificada, Despacho nº 423 de 30.07.2012 (DOU – 01.08.2012)
10	Vista Alegre	Mura	AM	13.206	Identificada, Despacho nº 4214 de 30.07.2012 (DOU – 01.08.2012)
11	Kanela (Buriti Velho) Kanela-Ramkokamekra (nome em homenagem aos velhos)	Kanela	MA	100.221	Identificada, Despacho nº 549 de 28.8.2012 (DOU – 29.8.2012) (Revisão de limites)

**PORTARIA DE RESTRIÇÃO EM 2012**

	TERRA INDÍGENA	POVO	UF	ha	PORTARIA
01	Pirititi	Islados	RR	43.404	Portaria de restrição nº 1.672 de 14.12 2012 (DOU – 26.12.12)

Em 2012, a Funai publicou 11 portarias de identificação. Apesar do aumento significativo em relação ao ano de 2011, quando foram publicadas apenas 2 portarias, o órgão indigenista ficou muito aquém das demandas apresentadas pelos povos indígenas. Além disso, situações dramáticas como a dos Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, não foram enfrentadas e encaminhadas pelo órgão indigenista: nenhuma terra indígena foi identificada para este povo.

Já o Ministério da Justiça mais uma vez decepcionou os povos indígenas. Em todo o ano de 2012 somente foram publicadas 2 portarias declaratórias, bem menos do que as 6 declaradas no ano de 2011. Assim, até o final de 2012, 36 terras estavam, com o relatório circunstanciado publicado no Diário Oficial da União, aptas para que seus

limites fossem declarados pelo ministro da Justiça, através de publicação da portaria declaratória.

No âmbito da Presidência da República, a presidente Dilma Rousseff homologou apenas 7 terras indígenas em 2012. São elas: Riozinho do Alto Envira, no estado do AC; Santa Cruz da Nova Aliança, Matintin, Tenharim Marmelo – Gleba B, Porto Limoeiro e Lago do Marinheiro, no estado do Amazonas; e Xipaya, no estado do Pará. Até o final de 2012, 59 terras indígenas aguardavam a assinatura do decreto de homologação. Isso inclui 11 terras que estão prontas para serem homologadas desde o governo Fernando Henrique Cardoso. Lembramos que a homologação é um procedimento que ocorre após a publicação da portaria declaratória, de responsabilidade do Ministério da Justiça.

**OMISSÃO E MOROSIDADE NA REGULARIZAÇÃO DE TERRAS**

**54 CASOS**

**AL – 1 Caso**

**TERRA INDÍGENA:** XUKURU-KARIRI

**POVO:** XUKURU-KARIRI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Descumprimento de prazos para demarcação

**DESCRIÇÃO:** Em encontro realizado com a presença de representantes de nove grupos indígenas de Alagoas, além do procurador José Godoy Bezerra e Souza e do antropólogo Ivan Freitas, foi discutido o problema da demarcação da terra indígena do povo Xukuru-Kariri, que há 19 anos aguarda a regularização de seu território. Conforme declaração do procurador, “são precárias as condições de sobrevivência desses índios. Falta alimento pela ausência de espaço destinado à agricultura de subsistência. Cresce o número de homicídios, uma vez que é recorrente a disputa pela terra”.

**FONTE:** Procuradoria da República de Alagoas, 25/04/2012

**CE – 1 Caso**

**TERRA INDÍGENA:** TAPEBA

**POVO:** TAPEBA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** Cerca de 120 indígenas ocuparam a coordenação regional da Funai em Fortaleza para pedir celeridade no processo de demarcação da terra. Desde o final da década de 1970 os indígenas esperam a publicação do relatório. Conforme o cacique Francisco Alves Teixeira, essa publicação faria com que três mil posseiros saíssem do território. O estopim para a mobilização foi a derrubada de 10 casas na aldeia Sobradinho, o que fez com que o cacique e outras famílias ficassem ao relento.

**FONTE:** O Povo, CE, 31/07/2012

**GO – 1 Caso**

**TERRA INDÍGENA:** CARRETÃO I

**POVO:** TAPUIA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O povo vive entre os municípios de Rubiataba e Nova América, em terras não contínuas e reivindica demarcação maior conforme relatório do GT, ainda não publicado. Na situação atual, eles não têm acesso à caça, pesca e coleta de frutos, faltando ainda terra para o plantio de roças. Os três cemitérios da comunidade ficaram fora da demarcação.

**FONTE:** Cacique Dorvalino Augusto da Silva e 6ª Câmara, 30/08/2012; Cimi Regional Goiás/Tocantins

**MA – 1 Caso**

**TERRA INDÍGENA:** GOVERNADOR

**POVO:** GAVIÃO PUKOBYE

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Não regularização fundiária

**DESCRIÇÃO:** O levantamento fundiário não foi concluído por conta da ação dos fazendeiros que impediram os técnicos da Funai de entrar nas propriedades. Como solução, a Funai propôs a redução da área pretendida.

**FONTE:** Lideranças indígenas; Cimi Regional Maranhão, dezembro 2012

**MS – 19 Casos**

**TERRA INDÍGENA:** KURUSU AMBÁ

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O Acampamento está contemplado no TAC de demarcação dos territórios tradicionais Guarani. Está englobado pelo Grupo de Estudo da Bacia Iguatemipecuá, criado pela

portaria 790/2008. Apesar da conclusão do estudo pelo grupo de identificação, a Funai não publicou o relatório circunstanciado de identificação e delimitação. Os levantamentos fundiário e cartográfico não estão concluídos.

**FONTE:** Cimi Regional MS - Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** KARAJÁ YVY

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O território está contemplado no TAC de demarcação dos territórios tradicionais Guarani. Desde 2008 o procedimento administrativo encontra-se na fase de identificação. A Funai não publicou o relatório circunstanciado de identificação e delimitação. Os levantamentos fundiário e cartográfico não estão concluídos.

**FONTE:** Cimi Regional MS - Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** KA'AJARI

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Desde 2008 o procedimento administrativo encontra-se na fase de identificação. A Funai não publicou o relatório circunstanciado de identificação e delimitação. Os levantamentos fundiário e cartográfico não estão concluídos.

**FONTE:** Cimi Regional MS - Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** YPO'I E TRIUNFO

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O acampamento indígena Y'poi está contemplado no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de demarcação dos territórios tradicionais Guarani, englobado pelo Grupo de Estudo da Bacia Nandevapeguá, criado pela Portaria 792/2008. A Funai não publicou o relatório circunstanciado de identificação e os levantamentos fundiário e cartográfico não estão concluídos.

**FONTE:** Cimi Regional MS - Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** LARANJEIRA NHÄNDERU

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Em estudo desde 2008, ainda não foi publicado o relatório de identificação. Os levantamentos fundiário e cartográfico não estão concluídos. A antropóloga coordenadora do GT não definiu cronograma para a finalização dos estudos, razão pela qual o MPF requereu à Justiça Federal expedição de mandado de busca e apreensão do material.

**FONTE:** Cimi Regional MS - Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** BOQUEIRÃO

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Em estudo desde 2008, pelo GT da Bacia Dourados-Amambaipegua, não foi publicado o relatório circunstanciado de identificação. Os levantamentos fundiário e cartográfico não estão concluídos.

**FONTE:** Cimi Regional MS - Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** ACAMPAMENTO

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Em estudo desde 2008 pelo GT da Bacia Dourados -

Amambaipegua, não foi publicado o relatório circunstanciado de identificação. Os levantamentos fundiário e cartográfico não estão concluídos.

**FONTE:** Cimi Regional MS - Assessoria Jurídica

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Em estudo desde 2008, o GT da Bacia Dourados - Amambaipegua, não foi publicado o relatório circunstanciado de identificação. Os levantamentos fundiário e cartográfico não estão concluídos.

**FONTE:** Cimi Regional MS - Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** CHARQUEADA

**POVO:** TERENA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O processo de demarcação encontra-se parado por força de decisão judicial. Os processos foram enviados ao STF, pelo fato de o governador de Mato Grosso do Sul haver ingressado no litígio defendendo os fazendeiros.

**FONTE:** Cimi Regional MS - Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** KADIWÉU

**POVO:** KADIWÉU

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena encontra-se demarcada desde 1900, mas estava invadida. Os indígenas reocuparam seu território mas a Justiça Federal expediu ordem de despejo contra a comunidade.

**FONTE:** Cimi Regional MS - Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** BURITI

**POVO:** TERENA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** A demarcação da terra indígena está paralisada por força de ordem judicial. A comunidade já sofreu vários despejos enquanto aguarda a regularização.

**FONTE:** Cimi Regional MS - Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** ARROIO KORÁ

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O território encontra-se demarcado e homologado, mas a comunidade não está na posse da terra por conta de decisão do STF que em 2009 suspendeu o decreto de homologação.

**FONTE:** Cimi Regional MS - Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** NHANDERU MARANGATU

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena encontra-se demarcada e homologada, mas a comunidade não está na posse da terra por conta de decisão do STF que em 2005 suspendeu o decreto de homologação.

**FONTE:** Cimi Regional MS - Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** TAUNAY / IPEGUE

**POVO:** TERENA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena encontra-se identificada, mas o processo de demarcação está paralisado na justiça federal por força de decisão judicial.

**FONTE:** Cimi Regional MS - Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** KAMAKUÃ

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Desde 2008 o procedimento demarcatório encontra-se na fase de identificação. A Funai não publicou o relatório circunstanciado de identificação e delimitação. Os levantamentos fundiários e cartográficos não estão concluídos.

**FONTE:** Cimi Regional MS – Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** ÑU PORÃ

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Em estudo desde 2008, pelo Grupo de Trabalho da Bacia Dourados - Amambaípegua. A Funai não publicou o relatório circunstanciado de identificação. Os levantamentos fundiários e cartográficos não estão concluídos.

**FONTE:** Cimi Regional MS – Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** ÑU VERÃ

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Em estudo desde 2008, pelo Grupo de Trabalho da Bacia Dourados - Amambaípegua. A Funai não publicou o relatório circunstanciado de identificação. Os levantamentos fundiários e cartográficos não estão concluídos.

**FONTE:** Cimi Regional MS – Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** PASSO PIRAJÚ

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Em estudo desde 2008, pelo Grupo de Trabalho da Bacia Dourados - Amambaípegua. A Funai não publicou o relatório circunstanciado de identificação. Os levantamentos fundiários e cartográficos não estão concluídos.

**FONTE:** Cimi Regional MS – Assessoria Jurídica

**TERRA INDÍGENA:** APIKAY

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Em estudo desde 2008, pelo Grupo de Trabalho da Bacia Dourados - Amambaípegua. A Funai não publicou o relatório circunstanciado de identificação. Os levantamentos fundiários e cartográficos não estão concluídos.

**FONTE:** Cimi Regional MS – Assessoria Jurídica

### PA – 7 Casos

**TERRA INDÍGENA:** CACHOEIRA SECA

**POVO:** ARARA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena sofreu redução de seu tamanho original. Existem vários estudos e portaria declaratória, mas a demarcação física não foi implementada ainda pelo poder público. A conclusão deste procedimento tornou-se condicionante para a conclusão da Hidrelétrica de Belo Monte, porém as obras estão em pleno andamento.

**FONTE:** Cimi Regional Norte II – Equipe Altamira

**TERRA INDÍGENA:** AKRÃTIKATÊJÊ

**POVO:** GAVIÃO

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** Há mais de 30 anos os indígenas travam uma luta na Justiça contra a Eletronorte para ter o direito de receber uma área de terras similar à que perderam para o reservatório da Hidrelétrica Tucuruí. Esse direito foi reconhecido pela 5ª Turma do TRF1 através de decisão judicial, conforme julgamento da ação civil pública movida pelo MPF contra a Eletronorte.

**FONTE:** Cimi Regional Norte II, Equipe de Marabá

**TERRA INDÍGENA:** PACAJÁ

**POVO:** ASURINI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório



Foto: Matias Rempel (GAP/RS)

**A omissão do poder público na regularização de terras obriga comunidades Guarani Mbya a sobreviver à beira de rodovias**

**DESCRIÇÃO:** Após permanecer vários anos afastados de sua terra original, os Asurini tentam voltar às terras antigas e, para isso, solicitam a regularização fundiária desse território. Em 2008 foi constituído um grupo de trabalho para realizar os estudos antropológicos, ambientais e territoriais preliminares da área (identificação e delimitação do novo território), porém até o momento o relatório não foi concluído. Além disso, os índios questionam os estudos realizados na área, afirmando que o GT da Funai deixou de fora mais da metade da área reivindicada pelo grupo. Enquanto a regularização não ocorre, grupos madeireiros que atuam na região estão saqueando os recursos naturais existentes na área.

**FONTE:** Cimi Regional Norte II - Equipe de Marabá

**TERRA INDÍGENA:** GUAJANAÍRA

**POVO:** GUAJAJARA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** As famílias indígenas vivem num aglomerado de lotes dentro de um projeto de assentamento para reforma agrária. Há anos reivindicam junto à Funai a regularização fundiária de suas terras em reserva indígena, mas até o momento nenhum procedimento foi iniciado para atender o pedido dos índios.

**FONTE:** Cimi Regional Norte II - Equipe de Marabá

**TERRA INDÍGENA:** KANAIN

**POVO:** ATIKUM

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** As famílias indígenas vivem num aglomerado de lotes dentro de um projeto de assentamento para reforma agrária na região. Há anos reivindicam junto à Funai a regularização fundiária de suas terras em reserva indígena, mas até agora nenhum procedimento foi iniciado para atender o pedido dos índios.

**FONTE:** Cimi Regional Norte II - Equipe Marabá

**TERRA INDÍGENA:** AMANAYE

**POVO:** AMANAYE

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Desde 1945 o governo do estado do Pará reconhece

como de domínio e usufruto exclusivo das famílias indígenas que viviam na confluência dos rios Surubiju e Ararandewa. Até o momento nenhuma providência foi tomada para garantir a regularização das terras tradicionais. Atualmente a área está invadida e degradada por invasores – madeireiros, fazendeiros. Os índios solicitam um grupo de estudo para iniciar o procedimento de regularização fundiária do território.

**FONTE:** Cimi Regional Norte II - Equipe de Marabá

**TERRA INDÍGENA:** XIKRIN DO RIO CATETÉ

**POVO:** XIKRIN

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** Os índios acusam a Companhia Vale de ter instalado uma mina de ferro em cima de um antigo cemitério, como também de terem removido restos mortais de seus parentes do local sem devolvê-los ao grupo. A comunidade vem cobrando insistentemente a instalação de um Grupo de Trabalho junto à Funai para realizar um estudo que identifique a área como terra indígena, bem como a devolução das urnas fúnebres para o local de onde foram removidas.

**FONTE:** Comunidade Xikrin; Cimi Regional Norte II

## RR – 7 Casos

**TERRA INDÍGENA:** BOM JESUS

**POVOS:** MAKUXI, WAPIXANA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Paralisação em processo de revisão demarcatória

**DESCRIÇÃO:** A comunidade indígena reivindica a revisão dos limites da terra indígena para, com isso, garantir a subsistência do grupo. A demarcação realizada pela Funai se mostra insuficiente para atender as necessidades da comunidade.

**FONTE:** CIR - Conselho Indígena de Roraima; Pastoral Indigenista de Roraima.

**TERRA INDÍGENA:** MALACACHETA, MOSKOW

**POVOS:** MAKUXI, WAPIXANA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Paralisação em processo de revisão demarcatória

**DESCRIÇÃO:** Os povos Makuxi e Wapixana reclamam que os proces-

Foto: Geraldo Alcamin/Cimi/MS



Indígenas Guarani-Kaiowá se manifestam contra a Portaria 303 da AGU e pedem sua revogação

sos de revisão das terras indígenas Malacacheta e Moskow encontram-se paralisados na Funai.

**FONTE:** CIR - Conselho Indigenista de Roraima

**TERRA INDÍGENA:** MANOÁ/PIUM, JABUTI, CANAUANIN

**POVOS:** MAKUXI, WAPIXANA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Paralisação em processo de revisão demarcatória

**DESCRIÇÃO:** As comunidades indígenas das terras Manoá/Pium, Jabuti e Canauanin reivindicam a revisão dos limites destas terras, objetivando garantir a subsistência do grupo, visto que a demarcação realizada pela Funai se mostra insuficiente para atender as necessidades da comunidade.

**FONTE:** CIR - Conselho Indígena de Roraima

**TERRA INDÍGENA:** TRUARU

**POVOS:** MAKUXI, WAPIXANA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Paralisação em processo de revisão demarcatória

**DESCRIÇÃO:** As comunidades reclamam que sua população tem crescido muito e não conta com fontes de água permanente nem com terra suficiente para desenvolver todas as atividades econômicas, sociais e culturais, sendo necessária a revisão dos limites da terra, mas o processo de revisão está paralisado na Funai.

**FONTE:** CIR - Conselho Indígena de Roraima

**TERRA INDÍGENA:** ANTA

**POVOS:** MAKUXI, WAPIXANA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Paralisação em processo de revisão demarcatória

**DESCRIÇÃO:** Esta terra indígena está rodeada de fazendas e a comunidade enfrenta problemas na produção agrícola, por causa de sua pequena extensão e falta de fontes de água permanente. O processo de revisão dos limites está paralisado na Funai.

**FONTE:** CIR - Conselho Indígena de Roraima

**TERRA INDÍGENA:** BARATA LIVRAMENTO

**POVOS:** MAKUXI, WAPIXANA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Paralisação em processo de revisão demarcatória

**DESCRIÇÃO:** As comunidades reclamam que sua população tem crescido muito e não contam com fontes de água permanente nem com terra suficiente para desenvolver todas as atividades econômicas, sociais e culturais, fazendo com que muitos de seus moradores vão em busca de melhores condições nas cidades vizinhas, onde são discriminados. Faz-se necessária a revisão dos limites da terra, mas o processo de revisão está paralisado na Funai.

**FONTE:** CIR - Conselho Indígena de Roraima

**TERRA INDÍGENA:** ARAPUÁ

**POVO:** WAPIXANA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A terra não está identificada e seus moradores passam por muitas necessidades, uma vez que as autoridades de saúde e educação não apoiam a comunidade, por não estar oficialmente reconhecida e seus limites identificados.

**FONTE:** CIR - Conselho Indígena de Roraima

## RS – 11 Casos

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**POVO:** GUARANI MBYA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** As terras indígenas (Itapuá, Ponta da Formiga, Morro do Coco, Arroio do Conde, Petim e Passo Grande) estão em estudo de identificação e delimitação desde 2008. As comunidades aguardam a conclusão dos estudos, pois habitam áreas extremamente pequenas, faltando áreas para plantação, água para beber e até espaço para transitar.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis; Conselho de Articulação Povo Guarani

**TERRA INDÍGENA:** IRAPUÁ

**POVO:** GUARANI MBYA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Danos ao meio ambiente

**DESCRIÇÃO:** O relatório circunstanciado de identificação e delimitação foi publicado em 2011, porém os Guarani continuam acampados na beira da estrada e sem acesso à sua terra tradicional. Para a sobrevivência desta comunidade existe a necessidade da conclusão do procedimento administrativo de demarcação da área. A comunidade encontra-se em uma área extremamente pequena.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre; Conselho de Articulação do Povo Guarani

**TERRA INDÍGENA:** MATO PRETO

**POVO:** GUARANI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O procedimento administrativo está paralisado há 3 anos, sem nenhuma ação do Ministério da Justiça para a publicação da portaria declaratória e a realização da demarcação física da área. A comunidade encontra-se acampada sem condições dignas de sobrevivência.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Irai

**TERRA INDÍGENA:** PASSO GRANDE DA FORQUILHA

**POVO:** KAINGANG

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O procedimento administrativo está paralisado desde a publicação da portaria declaratória, sem a realização da demarcação física da área. Desde então, a comunidade encontra-se sem condições de sobrevivência.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Irai

**TERRA INDÍGENA:** LAJEADO DO BUGRE

**POVO:** KAINGANG

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O procedimento administrativo está paralisado desde a publicação da portaria de criação do grupo de trabalho, para a realização dos estudos de identificação da terra indígena. Sem a definição dos limites da área, os indígenas vivem em uma total insegurança, deixando a comunidade sem condições de sobrevivência, à margem da estrada.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Irai

**TERRA INDÍGENA:** MATO CASTELHANO

**POVO:** KAINGANG

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O procedimento administrativo está paralisado desde a publicação da portaria de criação do grupo de trabalho para a realização dos estudos de identificação da terra indígena. Sem a definição dos limites da área, os indígenas vivem em uma total insegurança, deixando a comunidade sem condições de sobrevivência, pois estão às margens das estradas.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Irai

**TERRA INDÍGENA:** CARAZINHO

**POVO:** KAINGANG

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O procedimento administrativo está paralisado desde a publicação da portaria de criação do grupo de trabalho para a realização dos estudos de identificação da terra indígena. Sem a definição dos limites da área, os indígenas vivem em uma total insegurança, deixando a comunidade sem condições de sobrevivência, pois estão confinados em um pequeno espaço de terra.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Irai

**TERRA INDÍGENA:** RIO DOS ÍNDIOS

**POVO:** KAINGANG

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O procedimento administrativo está paralisado desde a publicação da portaria de criação do grupo de trabalho para a realização dos estudos de identificação da terra indígena. Existem pequenos agricultores dentro da área. Sem a definição dos limites da área, os indígenas vivem em uma total insegurança, deixando a comunidade sem condições de sobrevivência, pois estão confinados em um pequeno espaço de terra.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe de Irai

**TERRA INDÍGENA:** NOVO XINGU

**POVO:** KAINGANG

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A comunidade reclama que o atraso na publicação do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da área está prejudicando a comunidade indígena, pois existem várias ações judiciais contra os índios e ameaça de despejo da comunidade.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Irai

**TERRA INDÍGENA:** KANDÓIA

**POVO:** KAINGANG

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** O procedimento administrativo está paralisado desde a publicação do relatório de identificação. Sem a definição dos limites da área, os indígenas vivem em uma total insegurança, deixando a comunidade sem condições de sobrevivência, pois estão confinados em um pequeno espaço de terra e debaixo de lona.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Irai

**TERRA INDÍGENA:** TEKOHÁ PORÃ

**POVO:** GUARANI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A comunidade aguarda a regularização da terra indígena, desapropriada pelo governo estadual há 13 anos. Não foram concluídas as indenizações aos não indígenas e o governo do estado também não cumpriu o protocolo de intenções para terminar o pagamento. Atualmente, a comunidade ocupa apenas metade da área desapropriada.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre; Conselho de Articulação do Povo Guarani

## SC – 6 Casos

**TERRA INDÍGENA:** RETA/ITAJU

**POVO:** GUARANI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Há anos as lideranças indígenas reivindicam a regularização fundiária de sua terra mas, até o momento, a Funai não tomou nenhuma providência. Assim, a comunidade vive insegura e pressionada por construções de grandes obras, como o Contorno Ferroviário de São Francisco, que fica muito próximo da aldeia.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis - SC

**TERRA INDÍGENA:** PIRAÍ, TARUMÃ, PINDOTY

**POVO:** GUARANI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Os procedimentos demarcatórios das terras Piraí, Tarumã e Pindoty foram suspensos por força de uma decisão judicial. A suspensão foi cassada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, mas a demarcação física ainda não ocorreu. As comunidades aguardam, além da demarcação física, a retirada dos ocupantes não indígenas de dentro da área, para que possam utilizar a totalidade de suas terras.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis

**TERRA INDÍGENA:** MORRO ALTO

**POVO:** GUARANI MBYA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Esta terra sofreu com a anulação do procedimento demarcatório na justiça federal, suspendendo os efeitos da portaria declaratória do Ministério da Justiça. A portaria 152/2012 manteve a suspensão. A comunidade aguarda, além da demarcação física, a retirada dos invasores de dentro da área.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis - SC

**TERRA INDÍGENA:** FRAIBURGO

**POVO:** KAINGANG

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas que ocupam a terra indígena foram despejados devido a uma ação de reintegração de posse movida por uma empresa que tem a posse da terra. Os indígenas solicitaram da Funai a criação de um grupo de trabalho para identificação da área. Houve uma antropóloga fazendo um relatório preliminar. Mas até o momento não houve nenhum encaminhamento desse estudo por parte da Funai.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis / SC

**TERRA INDÍGENA:** CAMBIRELA

**POVO:** GUARANI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** A Funai criou um grupo de trabalho para a terra indígena no ano de 2011 e no ano de 2012 o GT não terminou o trabalho. Mesmo com a criação do GT, a comunidade não consegue acessar recursos como lenha e matéria prima para artesanato. Não consegue também acessar recursos públicos e projetos de assistência.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis

**TERRA INDÍGENA:** YAKÁ PORÃ

**POVO:** GUARANI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório

**DESCRIÇÃO:** Há anos as lideranças reivindicam que a Funai inicie o processo de regularização fundiária da terra indígena. Enquanto a situação continua sem solução, a comunidade vive insegura.

**FONTE:** Cimi Regional Cimi - Equipe de Florianópolis

# Conflitos relativos a direitos territoriais

**E**m 2012 foram registrados 9 casos de conflitos relativos a direitos territoriais, nos estados do Ceará (1), Mato Grosso (2), Mato Grosso do Sul (3), Pará (2) e Santa Catarina (1).

No estado do Ceará, casas do povo Tapeba foram demolidas, mesmo tendo suas terras sido identificadas e delimitadas pela Funai. Já em Mato Grosso, ruralistas e madeireiros organizaram carreatas contra a portaria de identificação emitida pela Funai relativa à terra Japuira. Mapas do município com indicação da localização do território tradicional foram espalhados pela cidade, em clara incitação da população contra o povo Myky.

Em Mato Grosso do Sul, o povo Kadiwéu, cansado de esperar pela desintrusão de sua terra, demarcada desde 1981, resolveu retomar o domínio de sua área. Os fazendeiros, que se dedicam à criação de gado de corte em terra indígena, conseguiram junto ao poder Judiciário a expulsão dos índios.

A comunidade Guarani-Kaiowá, da terra indígena

Laranjeira Nhanderu, teve as estradas que dão acesso à aldeia bloqueadas por um fazendeiro que instalou mourões de madeira na via para impedir o trânsito de indígenas e das entidades e órgãos que prestam apoio e assistência à comunidade. Foi necessária a intervenção do Ministério Público Federal, via ação judicial, para impor ao fazendeiro o desbloqueio da estrada.

No estado do Pará, a pretexto de combater o garimpo no Rio Teles Pires, a Polícia Federal realizou uma verdadeira operação de guerra, com contingente superior a 200 policiais e forte aparato bélico. O povo Munduruku teve sua aldeia invadida, suas casas arrombadas e destruídas, veículos, barcos e balsas incendiados. A comunidade ficou impedida de pescar, dada a quantidade de combustível que foi despejada no rio pelos policiais.

Já em Santa Catarina, uma empresa florestal abriu picadas na terra indígena Tarumã, do povo Guarani. As picadas serviriam para a instalação de cercas que atravessariam a parte central da aldeia.

Foto: Ruy Sposati/Cimi/MS



*Comunidade Guarani-Kaiowá, de Laranjeira Nhanderu, teve as estradas que dão acesso à aldeia bloqueadas por um fazendeiro*

## CONFLITOS RELATIVOS A DIREITOS TERRITORIAIS

## 9 CASOS

**CE – 1 Caso****TERRA INDÍGENA:** TAPEBA**POVO:** TAPEBA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Destruição do patrimônio

**DESCRIÇÃO:** Após determinação do juiz da 3ª Vara Cível de Caucaia, José Coutinho Tomaz Filho, 10 casas do povo indígena foram demolidas e a população não tem para onde ir. Segundo a Justiça de Caucaia, a terra pertence a um proprietário particular. Para o coordenador regional da Funai, Paulo Fernando Barbosa, o juiz não poderia expedir essa ordem porque a terra já foi delimitada e identificada pela Funai, aguardando somente o relatório para a demarcação física. Somente a Justiça Federal poderia interferir. A comunidade fica às margens da BR 020.

Com cerca de quatro mil hectares, sobre a área existem escolas e plantações.

**FONTE:** *Jornal de Hoje/CE*, 23/06/2012

**MS – 3 Casos****TERRA INDÍGENA:** ARROIO KORÁ**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** Membros do MPF que visitaram aldeias Guarani Kaiowá no sul do Mato Grosso do Sul declararam que a situação dos indígenas é “pior que campo de refugiados”. Conforme o procurador da República, Marco Antonio Delfino, que visitou as aldeias após várias denúncias e petições, o que existe é uma grave violação dos direitos dos povos indígenas vivendo numa situação precária e desumana. Segundo o procurador, um ato emergencial para resolver parte dos problemas é a devolução das terras de direito para os índios.

**FONTE:** *G1 MS*, 28/11/2012

**TERRA INDÍGENA:** KADIWÉU**POVO:** KADIWÉU**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** Cerca de 60 indígenas ocuparam parte da terra Kadiwéu no dia 27 de abril. A terra foi demarcada em 1981 mas se encontra invadida. São 23 propriedades dedicadas à criação de gado de corte. Cansados de esperar por providências do governo, as famílias retomaram o domínio da área já demarcada que se encontra em litígio judicial. No dia 1º de novembro a Polícia Federal iniciou a retirada das famílias da área.

**FONTE:** *Cimi Regional MS; MPF*

**TERRA INDÍGENA:** ARROIO KORÁ**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas, que ocupavam uma terra indígena declarada, denunciaram ter sofrido novo ataque de pistoleiros. Aproximadamente 10 homens em uma caminhonete e mais dois a cavalo teriam se aproximado do grupo atirando para o alto. Os indígenas fugiram para a mata fechada até o final dos disparos. A Funai confirmou o ataque dos pistoleiros que, além de atirarem, derrubaram o acampamento. Acionada pela Funai, a Força Nacional esteve no local.

**FONTE:** *Midiamaxnews*, 10/09/2012

**MT – 2 Casos****TERRA INDÍGENA:** JAPUÍRA**POVO:** MYKY**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** Ruralistas e madeireiros de Brasnorte interessados na ocupação da terra indígena fizeram carreatas e ameaças e obtiveram liminar na Justiça que suspendeu o procedimento demarcatório de revisão dos limites da terra. Mapas do município com indicação da área do território tradicional foram espalhados pela cidade incitando a população contra os Myky.

**FONTE:** *Cimi Regional Mato Grosso*

**TERRA INDÍGENA:** JARUDÓRI**POVO:** BORORO**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** Apesar de já demarcada, a terra indígena continua invadida por fazendeiros e pelo distrito que leva o mesmo nome da terra. O processo relativo à Ação Civil Pública, que pede a reintegração de posse aos indígenas, está parado na Justiça Federal.

**FONTE:** *Cimi Regional Mato Grosso*

**PA – 2 Casos****TERRA INDÍGENA:** OROROBÁ**POVO:** ATIKUM**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** Parte da reserva de floresta da área indígena foi invadida por posseiros que alegam que a terra pertence ao Incra. Há possibilidade de conflitos visto que os índios ameaçam expulsar à força os invasores caso não sejam tomadas providência pelo governo.

**FONTE:** *Comunidade da Aldeia Ororobá; Cimi Regional Norte II*

**TERRA INDÍGENA:** AMANAYE**POVO:** AMANAYE**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

**DESCRIÇÃO:** Após conflitos no seu território, entre índios e não índios invasores, famílias indígenas fugiram e foram viver com parentes em outra área, fora da área recém demarcada. Os índios querem reocupar seu território mas se sentem inseguros caso a Funai não providencie a imediata remoção e desintrusão do território. Os indígenas denunciam a morosidade do órgão nesse sentido.

**FONTE:** *Cimi Regional Norte II - Equipe de Marabá*

**SC – 1 Caso****TERRA INDÍGENA:** TARUMÃ**POVO:** GUARANI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão

**DESCRIÇÃO:** Funcionários de uma firma florestal abriram picadas na terra indígena para a instalação de cercas que atravessariam a parte central da aldeia, onde se localizam as casas dos indígenas. Um funcionário da Funai solicitou a paralisação da construção, porém isso não ocorreu e ainda ameaçaram os índios de expulsão do local.

**FONTE:** *Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis/SC*

# Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio

**E**m 2012 aumentou significativamente os casos registrados de invasões possessórias e exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio indígena, com 62 ocorrências. Em 2011 foram registrados 42 casos.

Os casos ocorreram nos estados do Acre (1), Alagoas (1), Amapá (1), Amazonas (2), Goiás (1), Maranhão (8), Mato Grosso (13), Mato Grosso do Sul (3), Pará (13), Rio Grande do Sul (3), Rondônia (6), Roraima (7) e Santa Catarina (3). Os casos registrados nas 13 unidades da federação demonstram que ações deliberadas têm sido empreendidas por invasores, especialmente garimpeiros e madeireiros, contra as terras indígenas. A fragilidade e a falta de infraestrutura dos órgãos de fiscalização estimulam o avassalador avanço predatório sobre as terras indígenas, colocando em risco esses poucos espaços territoriais onde ainda há no país preservação ambiental.

Chamam atenção os estados do Pará, Mato Grosso e Roraima que, juntos, contam com 33 ocorrências. Nestas unidades da federação foram registrados desmatamentos, garimpo ilegal, invasões, incêndios provocados etc.

No Pará, estado que junto com Mato Grosso tem o maior número de casos, fiscais do Ibama e policiais foram atacados por madeireiros. Segundo testemunhas, os invasores arregimentaram mais de 100 pessoas e iniciaram ataques a esses servidores. Um cacique, que acompanhava a operação, foi abordado por desmatadores e precisou se refugiar na mata para não ser agredido.

Em Mato Grosso, a construção de uma hidrelétrica afeta a vida do povo Enawenê-Nawê. O ritual Yaõkwa, inscrito no livro de registro das celebrações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e incluído na lista do Patrimônio Imaterial da Unesco, encontra-se ameaçado com a falta de peixes no Rio Juruena e em outros rios, devido à instalação das Centrais Hidrelétricas do Complexo do Juruena.

Também em Mato Grosso, no Parque Indígena do Xingu, o Ibama flagrou a extração ilegal de madeira no interior da terra. Máquinas e barracos foram encontrados no local da extração, além de motosserra e outros objetos.



Foto: Igor de Almeida

*Povo Awá Guajá, no Maranhão, sofre com o desmatamento de suas florestas*

## INVASÕES POSSESSÓRIAS, EXPLORAÇÃO ILEGAL DE RECURSOS NATURAIS E DANOS DIVERSOS AO PATRIMÔNIO

### 62 CASOS

#### AC – 1 Caso

**TERRA INDÍGENA:** JAMINAWÁ DA COLOCAÇÃO SÃO PAULINO

**POVO:** JAMINAWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento para pastagem

**DESCRIÇÃO:** Lideranças do povo denunciaram à Funai que diversos fazendeiros estão invadindo a terra indígena, além de ameaçarem de morte a população. Relataram que um deles estava naquele momento iniciando o desmate de oito alqueires para a criação de novas pastagens. O indígena pediu apoio à Funai para que pudesse retornar com sua família para a aldeia e que alguém do órgão o acompanhasse e explicasse aos invasores que ali é terra indígena. A Funai respondeu que ele deveria comprar uma filmadora e registrar o que estava acontecendo para servir de prova. Os índios ficam presos em suas casas porque se saírem podem sofrer atentados.

**FONTE:** Cimi Regional Norte II, 05/06/2012

#### AL – 1 Caso

**TERRA INDÍGENA:** WASSU COCAL

**POVO:** WASSU COCAL

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Garimpo ilegal

**DESCRIÇÃO:** A Polícia Federal deflagrou a operação Wassu Cocal, contra a exploração ilegal de minério e desmatamento na terra indígena. Durante buscas realizadas em cinco áreas de exploração ilegal de granito, foram presas três pessoas responsáveis por exploração de trabalho escravo. Adolescentes trabalhavam com explosivos e carregamento de pedras e os trabalhadores eram mantidos em condições degradantes.

**FONTE:** R7 AL, 30/05/2012

#### AM – 2 Casos

**TERRA INDÍGENA:** YANOMAMI

**POVO:** YANOMAMI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Garimpo ilegal

**DESCRIÇÃO:** Militares do Pelotão de Fronteira de Maturacá encontraram um garimpeiro que agia na terra indígena que faz sobreposição com o Parque Nacional do Pico da Neblina. O garimpeiro foi conduzido à 2ª Brigada de Infantaria do Exército em São Gabriel da Cachoeira onde se encontravam os agentes do Ibama que realizaram a autuação do infrator e apreenderam vários equipamentos, dentre eles uma motobomba autoescovante.

**FONTE:** A Crítica, 15/05/2012

**TERRA INDÍGENA:** KATUKINA / KAXINAWÁ

**POVOS:** KANAMARI, KATUKINA, KULINA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Extração ilegal de madeira, caça predatória

**DESCRIÇÃO:** A comunidade denunciou a exploração de recursos naturais como peixe, caça, quelônios, frutos e a retirada ilegal de madeira das terras indígenas. Além disso, os invasores comercializam os produtos retirados destas terras, inclusive nas comunidades que foram vítimas dos saques e da exploração.

**FONTE:** Cimi Regional Norte I - Equipe Tefé, outubro/2012

#### AP – 1 Caso

**TERRA INDÍGENA:** TUMUCUMAQUE

**POVOS:** APALÁI, KAXUYANA, TIRIYO, WAIAMPI, WAYANA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Garimpo ilegal

**DESCRIÇÃO:** Os diversos povos habitam área preservada no Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, e os limites entre os estados do Amapá e do Pará não passam de mera formalidade. Lideranças das etnias do Parque reuniram-se para denunciar garimpo clandestino e tráfico de animais, o que constitui ameaça constante à segurança das aldeias.

**FONTE:** Jornal do Dia, 25/04/2012

#### GO – 1 Caso

**TERRA INDÍGENA:** AVÁ-CANOEIRO

**POVO:** AVÁ-CANOEIRO

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão

**DESCRIÇÃO:** A pequena comunidade está vivendo em estado de abandono. Além das dificuldades para sobrevivência, com alimento escasso, falta de água potável, casas semidestruídas, os indígenas sofrem com a invasão do gado das fazendas vizinhas, caçadores profissionais, pesca predatória e incêndios criminosos. Além da destruição da fauna e flora, a grilagem de terras age na reserva. Das cinco ocupações, quatro delas foram praticadas depois que a região foi considerada reserva indígena. Há cerca de quatro anos um grileiro ocupou parte da gleba já desocupada pela União e teria vendido parcelas a dois empresários. Um deles, dono de fábrica de gelo, construiu no alto da serra e no meio da reserva uma casa de alvenaria e garante que está providenciando escritura.

**FONTE:** Diário do Norte, 17/09/2012

#### MA – 8 Casos

**TERRA INDÍGENA:** CANA BRAVA/GUAJAJARA

**POVO:** GUAJAJARA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Estradas - construção e pavimentação

**DESCRIÇÃO:** Órgãos defensores dos direitos indígenas se reuniram na sede da OAB/MA, para denunciar os problemas que vêm sendo enfrentados pelos índios Guajajara que vivem no território Canabrava. A abertura de rodovia dentro do território indígena e a falta de controle pelos órgãos competentes têm ocasionado a invasão de madeireiros e a permanência de não indígenas na terra indígena. Os não índios têm realizado várias ações criminosas ao longo dos quase 22 km da BR 226 que atravessam a terra indígena, tais como o tráfico de entorpecentes e a prática de assaltos a veículos que trafegam por aquela rodovia. Nos meses de março e abril foram assassinados três indígenas, inclusive a cacique da aldeia Coquinho II.

**FONTE:** G1 MA; TV Mirante, 7/05/12; Nota do Cimi, 04/05/2012

**TERRA INDÍGENA:** AWÁ

**POVO:** AWÁ-GUAJÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento

**DESCRIÇÃO:** A floresta dos Awá vem sendo desmatada mais rápido do que de qualquer outro povo da floresta. Campanhas para

salvar os Awá levaram um dos procuradores do estado do Maranhão a ordenar uma investigação para encontrar os responsáveis. Em agosto, fiscais confiscaram equipamentos que eram usados para desmatar a região, sendo que outras provas também comprovam que esta atividade ilegal continua sendo realizada a menos de seis quilômetros da comunidade. A Funai reconheceu que os Awá se sentem muito ameaçados e com medo de sair para caçar.

**FONTE:** *Cimi Regional Maranhão, 19/04/2012; MSN Notícias, 04/09/2012*

**TERRA INDÍGENA:** ARARIBÓIA

**POVO:** GUAJAJARA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão e exploração madeireira

**DESCRIÇÃO:** Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), 242 km<sup>2</sup> da floresta já foram devastados. As famílias indígenas que retiravam suas fontes de subsistência da natureza através da caça, pesca e coleta de alimentos, hoje sobrevivem do programa Bolsa Família, visto que os madeireiros tiram tudo o que tem valor da floresta. Conforme depoimento da moradora e professora da escola indígena, "...a mata é nossa proteção contra chuva, doenças. Se acabarem as árvores, o que a caça vai comer? E como vamos comer a caça?"

**FONTE:** *O Globo, 14/05/2012*

**TERRA INDÍGENA:** CANA BRAVA/GUAJAJARA

**POVO:** GUAJAJARA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Incêndio

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena foi alvo de queimadas irregulares realizadas no seu entorno. Por falta de controle, o fogo chegou à terra indígena provocando graves prejuízos.

**FONTE:** *Cimi Regional Maranhão - Equipe Imperatriz, dezembro/2012*

**TERRA INDÍGENA:** BACURIZINHO

**POVO:** GUAJAJARA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Incêndio

**DESCRIÇÃO:** Fazendeiros atearam fogo no entorno da terra Bacurizinho e este se alastrou e queimou grande parte da mata dos indígenas. Segundo eles, esta foi uma das maiores queimadas já vistas. A comunidade perdeu grande parte da área de floresta, atingida pelo fogo.

**FONTE:** *Cimi Regional Maranhão - Equipe Imperatriz, dezembro/2012*

**TERRA INDÍGENA:** AWÁ

**POVOS:** AWÁ-GUAJÁ, GUAJAJARA, KA'APOR

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão e exploração madeireira

**DESCRIÇÃO:** Com o processamento do ferro gusa na região da Amazônia Maranhense, Carajás, a terra indígena está sendo desmatada ilegalmente para a produção de parte do carvão utilizado no processamento de ferro. Além disso, há denúncias de existência de trabalho análogo à escravidão e poluição ambiental. A situação foi denunciada ao MPF/MA que anunciou instauração de inquérito para a respectiva apuração.

**FONTE:** *Greenpeace e entidades do movimento social do MA. Cimi Regional Maranhão, dezembro/2012*

**TERRA INDÍGENA:** ALTO TURIAÇU

**POVOS:** AWÁ-GUAJÁ, KA'APOR, TIMBIRA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão e exploração madeireira

**DESCRIÇÃO:** A atividade de exploração da madeira em terra indígena não é autorizada pelo Ibama ou pela Funai. Quadrilha formada por madeireiros e políticos da região tiram as toras para vender às serrarias. Há corrupção entre os que dão autorização

para a entrada dos caminhões, sendo que 20 veículos por dia saíam carregados do local. A investigação teve início com a operação "Arco de Fogo", em 2011, no entanto, a retirada de madeira continua.

**FONTE:** *Globo.com; Cimi Regional Maranhão, dezembro/2012*

**TERRA INDÍGENA:** CARU

**POVOS:** AWÁ-GUAJÁ, GUAJAJARA, ISOLADOS

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão e exploração madeireira

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena está sendo degradada em ritmo acelerado, colocando em risco principalmente os indígenas isolados. Segundo informações da Funai/ Imperatriz, a terra passou a ser invadida por quadrilhas que arrendam áreas florestais e deixam grande quantidade de toras pelo chão. As cargas de madeiras apreendidas nas BRs trazem documentação de empresas que foram fechadas e reabertas em tempo recorde com documentos florestais emitidos.

**FONTE:** *Manoel Nascimento, chefe do Serviço de Gestão Ambiental, Aud. Pública, 12/12/12*

## MS – 3 Casos

**TERRA INDÍGENA:** KADIWÉU

**POVO:** KADIWÉU

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento

**DESCRIÇÃO:** A ocupação irregular de 155 mil hectares da terra indígena, por fazendeiros, deixou um rastro de destruição. Os indígenas que reocuparam a área denunciaram os crimes ambientais. Conforme foi constatado pelo Ministério Público Federal, houve corte seletivo de árvores nativas e desmatamento em larga escala para construção de uma pista de pouso. Foram cortadas espécies nativas como peroba, ipê e aroeira, cuja derrubada só pode ser efetuada mediante autorização e com a existência de plano de manejo.

**FONTE:** *MPF MS, 16/05/2012*

**TERRA INDÍGENA:** LARANJEIRA NHÄNDERU

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Agrotóxico

**DESCRIÇÃO:** A comunidade é atingida pelo latifúndio, agronegócio e agrotóxicos. Além da espera pela demarcação, o que aflige o povo é a água que bebe, o peixe que come e o milho que colhe, devido aos agrotóxicos espalhados pelos aviões que contaminam a água dos poços e envenena, principalmente, crianças e idosos. Segundo declarações dos índios, eles sentem até os pingos de veneno que é jogado sobre a plantação. Suas casas, seus córregos, seus espaços de lazer, suas trilhas são ameaçadas pelas monoculturas do agronegócio. Conforme relatam, no ano passado foi a cana-de-açúcar e neste ano é a espiga transgênica que requer venenos para garantir os negócios dos fazendeiros. Conforme as palavras da liderança Nilda Almeida Pedro, "quando os fazendeiros passam o veneno, fazem-no ao amanhecer, antes da saída do sol, e com o vento chega até nós, até os animais; respiramos o ar envenenado e durante o dia sentimos dor de cabeça, estômago e outros sintomas no corpo".

**FONTE:** *CPT MS, setembro/2012*

**TERRA INDÍGENA:** KURUSU AMBÁ

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**DESCRIÇÃO:** A comunidade está acampada na fazenda Auxiliadora desde 2009, aguardando a regularização de sua terra. Um dos grandes problemas enfrentados é a contaminação da água

de um rio de onde tiram os peixes para sua alimentação. Uma vez por semana, fazendeiros jogam agrotóxicos sobre as plantações, causando uma contaminação generalizada do ar, do solo e dos mananciais de água. Segundo as lideranças, crianças e velhos passam mal. Enfrentam ainda problemas de desnutrição devido à falta de alimentos, o que os torna suscetíveis à tuberculose.

**FONTE:** *Jornal O Dia a Dia*, 27/12/2012

## MT – 13 Casos

**TERRA INDÍGENA:** ENAWENÊ-NAWÊ

**POVO:** ENAWENÊ-NAWÊ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Construção de hidrelétrica

**DESCRIÇÃO:** O ritual Yaókwa, que envolve a pesca de barragem, inscrito no livro de registro das celebrações do Iphan e incluído na lista do Patrimônio Imaterial da Unesco, está sob ameaça. Uma carta do povo Enawenê-Nawê ao Ministério Público Federal, relata a falta de peixes no rio Juruena e nos demais rios onde estão instaladas as centrais Hidrelétricas do Complexo Juruena, região norte de Mato Grosso. A oferta de peixes está ameaçada pela construção de um complexo de hidrelétricas, o que já modificou a dinâmica hídrica e reduziu a abundância de peixes, essenciais para os rituais sagrados e para a alimentação do povo indígena que não consome carne vermelha.

**FONTE:** *Procuradoria da República em Mato Grosso*, 16/04/2012

**TERRA INDÍGENA:** APIAKÁ / KAYABI

**POVOS:** APIAKÁ, KAYABI, MUNDURUKU

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Danos ao patrimônio

**DESCRIÇÃO:** Após a Justiça Federal determinar a interrupção das obras da hidrelétrica de Teles Pires I, os indígenas que vivem na área de impacto da usina, além de sofrerem constantes ameaças, tiveram os motores de seus barcos roubados. Conforme declaração da juíza federal de Mato Grosso, Célia

Regina Ody Bernardes, a Licença de Instalação n. 818/2011, para a construção da hidrelétrica, não atendeu à normativa constitucional e convencional quanto às sensíveis questões envolvidas no complexo licenciamento ambiental da UHR Teles Pires. Segundo ela, o Ibama emitiu a licença sem antes ouvir os povos indígenas afetados. Conforme o MPF, a usina vai destruir as corredeiras de Sete Quedas de Teles Pires, que, além de ser uma área sagrada dos Kayabi, é o nascedouro dos peixes que alimentam a população indígena.

**FONTE:** *Agência Estado*, 02/04/2012

**TERRA INDÍGENA:** PARQUE INDÍGENA DO XINGU

**POVOS:** SUYÁ, TCHUKARAMÃE

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento

**DESCRIÇÃO:** Ibama flagra extração ilegal de madeira no Parque Indígena do Xingu. Segundo Evandro Silva, chefe do Ibama em Sinop, os fiscais conseguiram flagrar trabalhadores que faziam extração de madeira dentro da área indígena. Foi deslocada uma equipe que flagrou 11 pessoas trabalhando na retirada da madeira. Havia barracos montados que serviam de abrigo durante a noite. Três máquinas foram encontradas no local, além de materiais como motosserra e outros objetos. Foram apreendidos cerca de 800m<sup>3</sup> de madeiras.

**FONTE:** *G1 MT*, 24/08/2012

**TERRA INDÍGENA:** KAYABI

**POVO:** APIAKÁ, KAYABI, MUNDURUKU

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento para pastagem

**DESCRIÇÃO:** A área indígena tem sido desmatada ilegalmente para grilagem de terras, pecuária e extração ilegal de diversos recursos naturais. O Ibama, na operação de fiscalização Verdes Veredas, apreendeu mais de 1.800 cabeças de gado, numa área que já havia sido embargada em fiscalizações anteriores. Foram apreendidos, ainda, trator, caminhões, motos, motosserra e armas de fogo.

**FONTE:** *G1 PA*, 06/07/2012



Mesmo com decisão judicial, invasores não são retirados da terra indígena Awá e o desmatamento continua ocorrendo naquela terra

**TERRA INDÍGENA:** CAPOTO/JARINA

**POVO:** KAYAPÓ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Extração ilegal de madeira

**DESCRIÇÃO:** Os índios reivindicam a presença da Polícia Federal para denunciar a prática de crimes ambientais, dentre eles desmatamento ilegal e pesca predatória. Querem, ainda, a apuração do incêndio de uma caminhonete da Funai que havia sido usada pelos índios. A aldeia onde aconteceu o incidente está localizada em uma área reivindicada pelos Kayapó como terra indígena. Em 2011, o Ministério Público Federal instaurou um inquérito civil para fiscalizar o procedimento de demarcação e a regularização fundiária dessa terra.

**FONTE:** MPF, 14/02/2012

**TERRA INDÍGENA:** MANOKI (IRANTXE I)

**POVO:** IRANTXE

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento

**DESCRIÇÃO:** Em fevereiro, o Sistema de Alerta de Desmatamento do Imazon detectou 12,6 km<sup>2</sup> de devastação no noroeste de Mato Grosso, sendo que a terra indígena representou, sozinha, 62,6% do desflorestamento. Já em 2011, a Opan, Operação Nativa, havia revelado que 20% da terra Manoki já tinha sido devastada. O território atualmente ocupado pela comunidade, predominantemente de cerrado, está praticamente todo cercado por lavouras de grãos e pastagens. Por causa disso, os indígenas têm sido diretamente afetados pelo despejo de agrotóxicos.

**FONTE:** 24 Horas News, 21/03/2012

**TERRA INDÍGENA:** KAYABI

**POVO:** KAYABI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento para pastagem

**DESCRIÇÃO:** Grileiros invadiram e construíram casas na terra indígena. Durante a Operação Soberana, em setembro, o Ibama destruiu as construções e seus agentes avaliaram que os problemas identificados são graves, com 4,5 mil hectares desmatados ilegalmente para atividades agropecuárias. Foram apreendidas motosserras, trator, armas de fogo e munições.

**FONTE:** G1, 29/09/2012

**TERRA INDÍGENA:** SARARÉ

**POVO:** MANAIRISU

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão e exploração madeireira

**DESCRIÇÃO:** Ações do Ibama em Mato Grosso, no combate ao desmatamento, procederam à lavratura de 17 autos de infrações, quatro termos de embargo e a apreensão de duas motosserras na região da terra indígena Sararé. A ação ocorreu ao longo dos 983 km de fronteira seca e alagada que separam o Brasil e a Bolívia. Além do desmatamento, estavam em operação garimpeiros no entorno e dentro da terra indígena.

**FONTE:** Expresso MT, 29/10/2012

**TERRA INDÍGENA:** MARAIWATSÉDÉ

**POVO:** XAVANTE

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão e exploração madeireira

**DESCRIÇÃO:** Segundo dados da Funai, atualmente Marãiwatsédé é a terra indígena com maior área desmatada da Amazônia Legal, com 61,5% do território convertido, em sua maior parte, para atividades de agricultura e pecuária. Em 1992, 66% da área era composta de floresta e 11% de cerrado.

**FONTE:** Agência Estado, 18/12/2012

**TERRA INDÍGENA:** MUNDURUKU

**POVOS:** KAYABÍ, MUNDURUKU

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Garimpo ilegal

**DESCRIÇÃO:** O Ministério Público Federal denunciou a exploração ilegal de ouro no leito do Rio Teles Pires, via balsas escariantes, nas terras indígenas do MT. A quadrilha que explorava ouro ilegalmente tinha ramificações nos estados do Pará, Rondônia, Amazonas e São Paulo. Havia um esquema de documentação, pelas cooperativas, para legalizar o ouro.

**FONTE:** Procuradoria da República em Mato Grosso, 18/12/2012

**TERRA INDÍGENA:** MARÁIWATSEDE

**POVO:** XAVANTE

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Agrotóxico

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas denunciaram despejo de agrotóxico próximo à terra indígena. Um avião teria pulverizado uma área próxima à aldeia durante 20 minutos. Aproximadamente 20 Xavante, que estavam no local, relatam que sentiram fortes dores de cabeça e febre alta após a ação. O padre Aquilino Xavante relata que não é o primeiro caso de despejo de veneno e que já ocorreram mortes em função de pulverização em locais próximos à aldeia. Cosme Xavante, uma das lideranças, afirma que o avião passou rapidamente por cima da aldeia. “Nós temos uma lavoura na divisa com a fazenda. Eles passaram jogando veneno na semana passada também, mas nunca tão perto”.

**FONTE:** Cimi - Assessoria de Comunicação, dezembro, 2012

**TERRA INDÍGENA:** JAPUÍRA

**POVO:** MYKY

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento

**DESCRIÇÃO:** A extração de madeira vem ocorrendo no local proposto para identificação da terra indígena tradicional do povo Myky. A área é importante culturalmente porque é espaço do tucunzal, onde os indígenas apanham o tucum para artesanato e confecção das cordas da rede tradicional. Além desta, também a área do taquaral está sendo invadida e desmatada.

**FONTE:** Cimi Regional Mato Grosso

**TERRA INDÍGENA:** JARUDORI

**POVO:** BORORO

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena é alvo de invasão para desmate ilegal, causando danos ao meio ambiente.

**FONTE:** Cimi Regional Mato Grosso

## PA – 13 Casos

**TERRA INDÍGENA:** XIKRIN DO RIO CATETÉ

**POVOS:** KAYAPÓ, XIKRIN

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento

**DESCRIÇÃO:** Segundo informações do Ministério Público Federal, a empresa Vale teria retirado vegetação para a construção de uma Linha de Transmissão sem repor a mata em outra área, o que teria afetado indígenas na região. O Ibama informou que a supressão de mata para determinado fim deve ser compensada com o reflorestamento em outra região. Em ação judicial que tramita na Vara Única Federal de Redenção, a Vale teria falhado em atender as obrigações para mitigar impactos sobre os índios, assim, pede que a mineradora pague todos os danos materiais e morais causados aos índios nos últimos

dois anos em que o empreendimento estaria em operação, sem cumprir as medidas compensatórias.

**FONTE:** *Brasil Econômico – SP, 31/5/2012*

**TERRA INDÍGENA:** KAYAPÓ

**POVO:** KAYAPÓ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Garimpo ilegal

**DESCRIÇÃO:** Durante a operação Soberania, realizada pelo Ibama, foram apreendidas 19 bombas-hidráulicas utilizadas na extração ilegal de ouro, próximo à reserva indígena, além de meio quilo de mercúrio. O uso sem controle do mercúrio coloca em risco o solo, rios, peixes e a saúde da população.

**FONTE:** *G1 PA, 24/06/2012*

**TERRA INDÍGENA:** SORORÓ

**POVO:** SURUÍ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Estradas - construção e pavimentação

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas bloquearam o tráfego na BR-153 para que medidas sejam adotadas no sentido de compensar os índios e proteger seu território contra os impactos sofridos com o asfaltamento da estrada que corta a terra indígena. Já em 2010, o Ibama e o Corpo de Bombeiros do Pará constataram, depois de um incêndio de grandes proporções na área, que 30% da Terra Indígena já havia sido devastada por queimadas, na maior parte das vezes causadas por cigarros acesos e lixo jogado pelas janelas dos veículos que transitam na rodovia.

**FONTE:** *MPF PA, 07/01/2012*

**TERRA INDÍGENA:** KAYAPÓ

**POVO:** KAYAPÓ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão e exploração madeireira

**DESCRIÇÃO:** Os invasores alegam ser assentados pelo Incra, o que não é verdade, pois se trata de território de ocupação imemorial dos indígenas. Já foram retirados por quatro vezes, mas terminam voltando. A invasão acaba funcionando como porta de entrada de madeireiros ilegais que vêm causando estragos no patrimônio florestal dos Kayapó. Para o MPF, a má-fé dos invasores é evidente e eles precisam ser retirados com urgência da região, para evitar acirramento dos conflitos.

**FONTE:** *MPF PA, 17/04/2012*

**TERRA INDÍGENA:** ALTO RIO GUAMÁ

**POVO:** TEMBÉ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Extração ilegal de madeira

**DESCRIÇÃO:** Ao procurar impedir que a madeira fosse levada, os fiscais ambientais do Ibama, policiais militares e indígenas foram atacados pelos madeireiros. Segundo testemunhas, os invasores arregimentaram mais de 100 pessoas e iniciaram ameaças e ataques a tiros contra as equipes dos fiscais e indígenas. O cacique Valdeci, que acompanhava a operação, foi abordado por desmatadores e precisou se refugiar na mata para não ser agredido. Segundo o coordenador da Funai, a retirada dos colonos começou na década de 1990, mas está parada desde 2003. Ele alega que “O Incra não conseguiu terras para reassentar essas pessoas”.

**FONTE:** *Folha de S. Paulo, 03/12/2012*

**TERRA INDÍGENA:** KAYABI

**POVO:** MUNDURUKU

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Destruição do patrimônio

**DESCRIÇÃO:** A Polícia Federal, na chamada operação Eldorado, alegando o fechamento de garimpos ilegais na área indígena,

explodiu tanques de combustível, que contaminaram os rios e igarapés próximos da aldeia. Barcos/voadeiras foram destruídos, assim como o posto de saúde, e casas foram invadidas. Os celulares que estavam filmando as atrocidades foram confiscados e destruídos.

**FONTE:** *Indígenas; Cimi Regional Norte II, março/2013*

**TERRA INDÍGENA:** SORORÓ

**POVO:** SURUÍ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Caça ilegal

**DESCRIÇÃO:** Com o aumento da densidade populacional no entorno da terra indígena, os recursos naturais estão sendo degradados. A terra indígena vem sendo invadida em busca de três modalidades de caça: esportiva, de subsistência e comercial. Outro problema enfrentado pela comunidade é a explosão de rocha em minas localizadas próximas à sua área para extração de minérios. O barulho espanta a pequena quantidade de caça que os indígenas ainda podem utilizar para sua subsistência.

**FONTE:** *Cimi Regional Norte II, Equipe de Marabá*

**TERRA INDÍGENA:** SORORÓ

**POVO:** SURUÍ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Incêndio

**DESCRIÇÃO:** Há anos a terra indígena vem sofrendo com queimadas que destroem suas reservas florestais. Segundo os índios, todos os anos, no verão, camponeses e fazendeiros localizados no entorno da terra indígena põem fogo nos pastos e provocam incêndio na área indígena. Não há programas de combate às queimadas e monitoramento dessas ações.

**FONTE:** *Comunidade Suruí; Cimi Regional Norte II*

**TERRA INDÍGENA:** ANAMBÉ

**POVO:** ANAMBÉ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão e exploração madeireira

**DESCRIÇÃO:** Madeireiros de vários municípios no entorno da terra indígena vêm explorando ilegalmente a madeira da área indígena, por meio de cooptação e aliciamento de lideranças.

**FONTE:** *Cimi Regional Norte II, Equipe de Marabá*

**TERRA INDÍGENA:** ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU

**POVO:** ARAPIUM

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão

**DESCRIÇÃO:** Mesmo com o procedimento administrativo de demarcação da terra concluído, existe a presença de mais de 1000 famílias de invasores dentro da área.

**FONTE:** *Cimi Regional Norte II - Equipe de Altamira*

**TERRA INDÍGENA:** CACHOEIRA SECA

**POVO:** ARARA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Extração ilegal de madeira

**DESCRIÇÃO:** Aumentou o desmatamento dentro da terra indígena para retirada ilegal de madeira, grilagem de terra e formação de grandes fazendas. Havendo também a abertura de estradas clandestinas no interior da terra indígena, tornando-se vias de acesso para invasores e pescadores.

**FONTE:** *Cimi Regional Norte II - Equipe Altamira*

**TERRA INDÍGENA:** MÃE MARIA

**POVO:** GAVIÃO

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Construção de hidrelétricas

**DESCRIÇÃO:** A comunidade dos Akrãtikateje vive novamente sob a

ameaça de ter suas terras inundadas com a construção do reservatório da UHE Marabá. Segundo os índios, a Eletronorte ainda não reparou os prejuízos sofridos com a construção da UHE de Tucuruí. Por essa razão, não permitem a realização de estudos de viabilidade para uma nova hidrelétrica, sem antes discutir o processo de aquisição das terras que perderam com a primeira barragem.

**FONTE:** *Cimi Regional Norte II - Equipe de Altamira*

**TERRA INDÍGENA:** APYTEREWA

**POVO:** PARAKANÃ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão

**DESCRIÇÃO:** Embora a terra indígena esteja com o seu procedimento administrativo de demarcação concluído e regularizado desde 2009, ainda existe a presença de centenas de famílias não indígenas dentro da área, além de grandes fazendeiros.

**FONTE:** *Cimi Regional Norte II - Equipe de Altamira*

## RO – 6 Casos

**TERRA INDÍGENA:** KARIPUNA

**POVO:** KARIPUNA DE RONDÔNIA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Extração ilegal de madeira

**DESCRIÇÃO:** Órgãos federais trabalham para conter o desmatamento da área indígena. Trinta e cinco homens entraram na área em busca de invasores e encontraram vestígios de acampamentos feitos por madeireiros. Áreas de esplanada foram encontradas com mais de 155 toras de madeira extraídas ilegalmente dias antes, mas a equipe da Funai não tem poder de polícia e ninguém foi preso.

**FONTE:** *G1, 21/08/2012*

**TERRA INDÍGENA:** SETE DE SETEMBRO

**POVO:** SURUÍ DE RONDÔNIA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Extração ilegal de madeira

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena tem sido alvo contínuo da ação de desmatamento ilegal. O fluxo de caminhões carregados de madeira tem sido intenso, até 80 por dia. Não há fiscalização por parte do Ibama e há vários pontos de vazão no território.

**FONTE:** *G1 RO, 13/07/2012*

**TERRA INDÍGENA:** ROOSEVELT

**POVO:** CINTA LARGA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Garimpo ilegal

**DESCRIÇÃO:** O garimpo ilegal de diamantes voltou a ser praticado na terra indígena. Informações vindas da região Espigão D'Oeste e do distrito de Pacaranã dão conta de que dezenas de homens estariam com maquinário pesado extraíndo o minério. O fim das barreiras da Polícia Federal que fiscalizavam as entradas da terra indígena pode ter agravado a situação, dada a maior facilidade de acesso de garimpeiros à região.

**FONTE:** *Rondoniaovivo, 25/07/2012*

**TERRA INDÍGENA:** TUBARÃO LATUNDÊ

**POVO:** LATUNDÊ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Extração ilegal de madeira

**DESCRIÇÃO:** Denúncia de corte ilegal de árvores dentro da área indígena. Operação composta pelo Ibama, Polícia Federal, Funai e Força Nacional resultou na apreensão de um veículo, duas motosserras, toras de madeira nobre - itaúba - de alto valor de mercado, e 60 lascas da madeira para a construção de cerca.

**FONTE:** *Rondônia Dinâmica, 23/07/2012*

**TERRA INDÍGENA:** RIO BRANCO

**POVOS:** ARIKAPÚ, ARUÁ, DIAHOI, KANOÉ, MAKURAP, SAKURABIAT, TUPARI, WAYORÓ

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Construção de hidrelétrica (PCH)

**DESCRIÇÃO:** Os povos indígenas vêm tendo sua sobrevivência ameaçada devido aos impactos causados pela construção de seis PCHs na Bacia do Rio Branco. Durante as estações de verão e inverno, sofrem com mudanças drásticas no fluxo natural do rio. No verão, há grande dificuldade no transporte fluvial. A desova de peixes e quelônios é afetada pela alternância do volume d'água. Apesar das denúncias, novas PCHs continuam a ser construídas, sendo que a mais recente tem porte superior às demais, havendo outras previstas para essa bacia.

**FONTE:** *Equipe Pastoral Indigenista; Cimi Regional Rondônia - JI-Paraná, 07/12/2012*

**TERRA INDÍGENA:** PAKAAS NOVAS

**POVO:** ORO WARI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Pesca ilegal

**DESCRIÇÃO:** Uma tonelada e meia de peixe das espécies Curimatá e Bodó foi apreendida pela Polícia Militar Ambiental na reserva indígena. A pesca foi realizada no período de piracema, quando a atividade é proibida. Um dos suspeitos é reincidente nessa prática.

**FONTE:** *Globo.com, 14/12/2012*

## RR – 7 Casos

**TERRA INDÍGENA:** YANOMAMI

**POVO:** YANOMAMI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Garimpo ilegal

**DESCRIÇÃO:** A Polícia Federal prendeu 31 pessoas que tiveram mandado de prisão temporária expedidos por suposto envolvimento na organização criminosa que financiava o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami. A Justiça decretou a prisão de 33 acusados, entre aviadores, empresários ligados ao ramo de joalheria e proprietários de balsas e motores utilizados na extração ilegal de ouro na reserva indígena. Cinco aviões completos e um incompleto foram apreendidos em fazendas ou pistas de pouso clandestinas na zona rural. Foram concedidas onze autorizações para apreender aeronaves utilizadas na manutenção do garimpo ilegal. Além disso, durante os mandados de busca e apreensão, foram apreendidos R\$ 214 mil, uma pequena quantia de dólar americano, dólar guianense e de bolívar. Aproximadamente 7 kg de ouro foram recolhidos também. Ainda, nove armas de fogo, 572 munições, nove rádios amadores, cinco computadores e 215 litros de combustível de possível procedência da Venezuela foram apreendidos. A PF recolheu também diversos carros de luxo e ainda está à procura de duas Kombis e uma Saveiro.

**FONTE:** *Folha de Boa Vista, 20/07/2012*

**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA SERRA DO SOL

**POVO:** MAKUXI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Garimpo ilegal

**DESCRIÇÃO:** Garimpeiros clandestinos invadem a TI para explorar minérios, poluindo as águas do Rio Maú com o uso de produtos químicos. Lideranças indígenas têm medo de denunciar o fato devido às ameaças de morte, uma vez que a Funai e a Polícia Federal se omitem e as autoridades locais afirmam que não podem desativar o garimpo por se tratar de área de fronteira.

**FONTE:** *CIR – Conselho Indígena de Roraima; Pastoral Indigenista de Roraima e Equipe Itinerante*

**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA SERRA DO SOL

**POVOS:** MAKUXI, WAPIXANA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão

**DESCRIÇÃO:** Lideranças denunciam a presença de invasores ocupando a área indígena, provocando conflitos e disputas, mesmo tendo sido indenizados pela Funai.

**FONTE:** CIR – Conselho Indígena de Roraima

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**POVOS:** MAKUXI, WAPIXANA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** plantação de acácias

**DESCRIÇÃO:** Os insumos utilizados nas plantações de acácias estão contaminando as águas dos igarapés, o que vem comprometendo a produção de peixes. Os animais fugiram das áreas indígenas, o que compromete a caça. As roças estão comprometidas pela invasão e descontroladas destas plantações que atraem sobretudo abelhas. Há casos de ataques de abelhas a pessoas idosas.

**FONTE:** Organização dos Indígenas da Cidade – ODIC

**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA SERRA DO SOL

**POVOS:** MAKUXI, PARINTINTIN

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Falta de Fiscalização

**DESCRIÇÃO:** As áreas estão sendo invadidas e servindo de passagem para garimpeiros e outras pessoas não indígenas que diariamente atravessam as comunidades em direção à República da Guiana. Na faixa de fronteira não existe nenhum tipo de fiscalização por parte da Funai, Polícia Federal ou Exército. O posto mais próximo da Funai fica a mais de 100 Km de distância e não conta com estrutura suficiente para fiscalização.

**FONTE:** Cimi Regional Norte I; Pastoral Indigenista da Diocese de Roraima

**TERRA INDÍGENA:** YANOMAMI

**POVO:** YANOMAMI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Garimpo ilegal

**DESCRIÇÃO:** Apesar das várias operações da Polícia Federal para a retirada de garimpeiros, os invasores permanecem no interior da área indígena, com garimpos ativos. Lideranças Yanomami encontram constantemente pistas clandestinas que dão suporte aos garimpeiros. Na maioria das vezes, os garimpeiros abandonam o local antes da chegada dos policiais.

**FONTE:** Cimi Regional Norte I; Pastoral Indigenista da Diocese de Roraima

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**POVOS:** MAKUXI, WAPIXANA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão

**DESCRIÇÃO:** Embora as terras Cajueiro, Aningal, Ponta da Serra, Ananás e Pium estejam com os procedimentos demarcatórios concluídos, os indígenas relatam que invasões de fazendeiros comprometem o usufruto exclusivo dos recursos naturais existentes nas áreas. Não há fiscalização ou perspectiva de desintrusão das áreas invadidas por parte do governo federal.

**FONTE:** CIR - Conselho Indígena de Roraima

## RS – 3 Casos

**TERRA INDÍGENA:** ARROIO DO KONDE

**POVO:** GUARANI MBYA

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Danos ao meio ambiente

**DESCRIÇÃO:** Uma terraplanagem está sendo executada dentro da

terra indígena que encontra-se em estudo para delimitação e identificação. O governo do estado autorizou, através da Fundação Estadual de Proteção Ambiental, a implantação de indústrias e gasoduto sobre a área em estudo.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre; Conselho de Articulação do Povo Guarani

**TERRA INDÍGENA:** CANTAGALO

**POVO:** GUARANI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena está com o procedimento administrativo parcialmente concluído. Existem famílias de não indígenas dentro da área, o que provoca conflitos. Além disso, os animais dos vizinhos entram no interior da terra e comem as plantações da comunidade.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre; Conselho de Articulação do Povo Guarani

**TERRA INDÍGENA:** PIRAI

**POVO:** GUARANI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Agrotóxico

**DESCRIÇÃO:** A comunidade está sendo vítima do uso de veneno para o plantio de arroz em uma fazenda vizinha à terra indígena, prejudicando a aldeia, pois está muito próximo do local de pesca e da captação de água para o consumo.

**FONTE:** Cimi Regional Sul

## SC – 3 Casos

**TERRA INDÍGENA:** MORRO ALTO

**POVO:** GUARANI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão e exploração madeireira

**DESCRIÇÃO:** O vice-cacique denunciou a invasão por não indígenas, que fazem trilhas e cortam a madeira da terra indígena. Além dessa situação, o cacique denunciou à Funai o corte de árvores com motosserra por funcionários de uma empresa de topografia, que alegou possuir títulos como proprietário da terra e estavam lá para fazer a delimitação. A Polícia Federal ficou de abrir inquérito.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis/SC

**TERRA INDÍGENA:** TARUMÃ

**POVO:** GUARANI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão

**DESCRIÇÃO:** O cacique havia preparado um terreno para fazer um roçado e construir sua casa, numa terra indígena já declarada. Quando voltou para iniciar a construção e plantar a roça, não indígenas haviam ocupado o local para plantação. A comunidade ficou atemorizada.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis/SC

**TERRA INDÍGENA:** CONQUISTA

**POVO:** GUARANI

**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Incêndio

**DESCRIÇÃO:** Conforme denúncia de liderança indígena, a casa de reza (Opy) foi incendiada. Ela estava situada dentro dos limites declarados pelo Ministério da Justiça. Foram destruídos todos os instrumentos musicais e utensílios espirituais usados pela comunidade. Segundo os indígenas, a casa foi construída próxima a muitas trilhas utilizadas por não indígenas, o que aumenta suspeita de incêndio criminoso. Foi registrado boletim de ocorrência na Polícia Militar do município.

**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis/SC

# Capítulo II

## Violência contra a pessoa

- 51** Assassinato
- 59** Tentativa de assassinato
- 63** Homicídio culposo
- 66** Ameaça de morte
- 70** Ameaças várias
- 74** Lesões corporais dolosas
- 76** Abuso de poder
- 77** Racismo e discriminação étnico cultural
- 80** Violência sexual



*Cápsulas de armas de fogo deflagradas contra a aldeia indígena Teles Pires, do povo Munduruku – Foto: Povo Munduruku*

# Assassinatos

Voltou a crescer o número de assassinatos de indígenas. Em 2012 registramos 60 vítimas, contra os 51 casos ocorridos em 2011. Também cresceu o número de assassinatos em Mato Grosso do Sul, com o registro de 37 vítimas, contra os 32 casos registrados em 2011. O estado continua à frente no número de casos no país, com mais de 60% das ocorrências. A grande maioria das mortes ocorreu entre indígenas do povo Guarani-Kaiowá, com 34 pessoas assassinadas. Também houve mortes entre os povos Terena (2) e Guarani Nhandeva (1).

Ganhou repercussão nacional e internacional, o assassinato do indígena Adenilson Munduruku. Usando o pretexto de cumprimento de ordem judicial que determinava a destruição de dragas de garimpos no Rio Teles Pires e de pontos ilegais de mineração, o delegado Antonio Carlos Muriel Sanchez comandou a invasão, no dia 7 de novembro de 2012, à aldeia indígena Teles Pires, no município de Jacareacanga, estado do Pará. De acordo com depoimentos prestados à 6ª Câmara do Ministério Público Federal, na aldeia foram realizadas todo tipo de atrocidades, como espancamentos, assassinato, tentativa de assassinato, destruição de moradias, de escola, posto de saúde, celulares, computadores, aparelho de radiofonia, embarcações de pesca, de transporte e das dragas utilizadas no garimpo. O mesmo delegado foi apontado pelos indígenas como o autor dos disparos que resultaram na morte de Adenilson.

Também cresceu o número de assassinatos registrados no estado do Maranhão, com 7 vítimas, contra as 2 ocorrências listadas em 2011. Todas as vítimas eram do povo Guajajara. Constam, ainda, assassinatos nos estados de Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia, Roraima e Santa Catarina.

Estado	Povo Indígena	Nº de vítimas
Mato Grosso do Sul	Guarani-Kaiowá, Terena e Guarani Nhandeva	37
Maranhão	Guajajara	7
Bahia	Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá	4
Paraná	Kaingang	2
Paraíba	Potiguara	2
Pará	Munduruku	2
Roraima	Makuxi	2
Santa Catarina	Kaingang	1
Alagoas	Xukuru-Kariri	1
Mato Grosso	Arara	1
Rondônia	Kaxarari	1
<b>Total de vítimas</b>		<b>60</b>

O maior número de vítimas é do sexo masculino, com 52 pessoas, enquanto as do sexo feminino somam 8. Do total de vítimas, 12 eram menores e três eram anciãos.

Os registros mostram que 15 assassinatos foram resultado de brigas, sendo que em 10 casos houve consumo ou abuso de álcool como elemento facilitador. Foi registrado 1 caso que sugere latrocínio. Três casos envolveram diretamente conflito fundiário. Em 28 casos, o motivo foi registrado como desconhecido ou ignorado.

## Assassinatos no Brasil e no Mato Grosso do Sul

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
Nº absoluto MS	13	16	28	28	53	42	33	34	32	37	317	31,7
Nº absoluto restante	29	21	15	30	39	18	27	26	19	23	247	24,7
<b>Total Brasil</b>	<b>42</b>	<b>37</b>	<b>43</b>	<b>58</b>	<b>92</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>51</b>	<b>60</b>	<b>563</b>	<b>56,3</b>
MS (%)	33%	43%	65%	48%	58%	70%	54%	57%	62%	61%	55%	56%

Dados do Cimi

Predomina o uso de armas brancas, com 25 casos. Registraram-se 16 assassinatos com armas de fogo e 8 casos de espancamento.

Os três casos envolvendo conflitos fundiários foram registrados em Rondônia, junto ao povo Kaxarari, e no Maranhão, no povo Guajajara. Francisco da Conceição Souza, liderança Guajajara, vinha fazendo denúncias contra invasores da Terra Indígena Bacurizinho. Francisco foi assassinado por dois pistoleiros.

Nos últimos 10 anos, os levantamentos do Cimi mostram que pelo menos 563 indígenas foram assassinados no país. Uma média anual de 56,3 indígenas. Como nos anos anteriores, Mato Grosso do Sul se destaca com 60% das ocorrências em 2012, e com 55% das ocorrências nos últimos 10 anos, totalizando, pelos levantamentos do Cimi, 317 vítimas naquele estado.

Os dados apresentados pelo Ministério da Saúde (DIASEI/DSEI), referentes a homicídios em Mato Grosso do Sul, são ainda mais assustadores. Os números do ministério indicam que ocorreram 43 assassinatos de indígenas no ano de 2012, enquanto o Cimi teve acesso a informações que apontam para 37 vítimas.



Como nos anos anteriores, Mato Grosso do Sul se destaca com 60% dos assassinatos de indígenas no Brasil

### Assassinatos no Mato Grosso do Sul

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
22	21	20	16	26	18	41	52	23	39	40	43*	361

Dados do Ministério da Saúde

\* Dado sujeito à revisão.

## ASSASSINATO

### 55 CASOS – 60 VÍTIMAS

#### AL – 1 Caso – 1 Vítima

06/04/2012

VÍTIMA: Mayneman José W. Santana

POVO: XUKURU-KARIRI

TERRA INDÍGENA: XUKURU-KARIRI

MUNICÍPIO: PALMEIRA DOS ÍNDIOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Sítio Mandacaru, zona rural do município

DESCRIÇÃO: Segundo a polícia, o crime foi de latrocínio, visto que a motocicleta Honda pertencente à vítima foi levada pelo autor do crime.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Cadaminuto, 07/04/2012

#### BA – 3 Casos – 4 Vítimas

16/05/2012

VÍTIMA: Uélio Muniz

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: PAU BRASIL

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Água Vermelha

DESCRIÇÃO: Após uma discussão, o indígena foi morto por outro índio do mesmo povo. Não se tem dados sobre o motivo.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Correio24horas, 17/05/2012

NOVEMBRO 2012

VÍTIMA: João Rodrigues de Magalhães, Não identificado

POVO: TUPINAMBÁ

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ

MUNICÍPIO: SANTANA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Santana

DESCRIÇÃO: Dois indígenas foram encontrados mortos e não se sabe o motivo nem o autor dos crimes. João Magalhães morreu em consequência dos tiros e o outro indígena, não identificado, morreu queimado.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Rede Anaind, novembro/2012

04/11/2012

VÍTIMA: Marcelo Dias Conceição

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: PAU BRASIL

MUNICÍPIO: EUNÁPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Avenida Norte Sul, bairro Santa Lúcia

DESCRIÇÃO: A vítima foi atingida com três tiros por um desconhecido, chegou a ser hospitalizada mas não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: A Tarde/BA, 06/11/2012; Cimi Regional/LE, março/2013

**MA – 6 Casos – 7 Vítimas**

**09/03/2012**

VÍTIMA: Francisco da Conceição Souza Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: BACURIZINHO

MUNICÍPIO: GRAJAÚ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bairro Canoeiro, Grajaú

DESCRIÇÃO: A vítima era agente de saúde. Debatia na comunidade sobre a constituição de mais um polo indígena com outras lideranças. Além disso, estava envolvida no processo de denúncia contra invasores da Terra Indígena Bacurizinho, extração de madeira e tráfico de drogas. Foi executado por dois pistoleiros numa moto.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: CPT MA, 14/05/2012; Cimi Pastoral Indigenista de Grajaú, dezembro/2012

**28/04/2012**

VÍTIMA: Maria Amélia Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: CANA BRAVA/GUAJAJARA

MUNICÍPIO: BARRA DO CORDA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-226

DESCRIÇÃO: A vítima foi executada com dois tiros, e tudo indica que o assassinato ocorreu em represália a uma manifestação realizada pela aldeia da qual ela era cacique. Os manifestantes reivindicavam mais segurança na BR-226, que corta a terra indígena Cana Brava. Dentre as reivindicações, se exigia do poder público a instalação de um posto da Polícia Rodoviária Federal na região de Barra do Corda e Grajaú.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: Procuradoria da República no Estado do Maranhão, 01.5.2012; Pastoral Indigenista

**02/03/2012**

VÍTIMA: M.S.G.G.

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: BACURIZINHO

MUNICÍPIO: GRAJAÚ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Periferia de Grajaú

DESCRIÇÃO: A vítima estava gestante de alguns meses e foi morta por seu companheiro. Não há dados sobre o motivo. O suspeito desapareceu após avisar os parentes da jovem.

MEIO EMPREGADO: Estrangulamento

FONTE: Nota do Cimi, 04/05/2012; Cimi Pastoral Indígena de Grajaú, dezembro/2012

**23/09/2012**

VÍTIMA: Luis Guajajara Neto, Isaias Guajajara Neto

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: CARU

MUNICÍPIO: BOM JARDIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Alzilândia

DESCRIÇÃO: De acordo com a Polícia Civil, os assassinatos ocorreram após um desentendimento. O autor do crime também ficou ferido e foi levado para São Luís em estado grave. A Funai acredita que os crimes estão relacionados ao comércio ilegal de madeira na terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo e arma branca

FONTE: G1 MA, 24/09/2012; Cimi Regional/MA

**07/09/2012**

VÍTIMA: Homem

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: CARU

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Azilândia

DESCRIÇÃO: O indígena foi assassinado durante uma festa. Não há mais informações.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Cimi Regional Maranhão, setembro/2012

**15/11/2012**

VÍTIMA: Janoca Bernardo de Sousa Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: BACURIZINHO

MUNICÍPIO: GRAJAÚ

DESCRIÇÃO: A jovem estava em casa em companhia da irmã. O pai estava embriagado e espancou violentamente a adolescente. A irmã correu para pedir socorro e quando a mãe chegou encontrou a vítima de cócoras, morta com uma corda no pescoço, numa casa em construção, que ficava próxima à residência das vítimas.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: Pastoral Indigenista de Grajaú/MA, Cimi Regional Maranhão, dezembro 2012

**MS – 36 Casos – 37 Vítimas**

**01/01/2012**

VÍTIMA: Rosimar da Silva Oliveira

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: A vítima andava na aldeia com a namorada quando foi atingida com golpes de faca e facão no rosto e pescoço por dois jovens. Chegou a entrar numa das casas da aldeia, mas não resistiu. Um adolescente de 16 anos foi preso pela Força Nacional.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Midiamaxnews, 02/01/2012

**01/01/2012**

VÍTIMA: Nilson Riquelme

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAÍ

MUNICÍPIO: AMAMBAÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Estrada vicinal à aldeia de Amambaí

DESCRIÇÃO: De acordo com testemunhas, a vítima foi morta por um familiar. Segundo a Polícia Civil, o autor do crime é um adolescente da mesma aldeia.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: Fátima News, 02/01/2012

**24/01/2012**

VÍTIMA: Jovem

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRINHA

MUNICÍPIO: MIRANDA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cachoeirinha

DESCRIÇÃO: O crime ocorreu após um baile na aldeia. Dois suspeitos foram identificados. Um deles, que foi preso, é tio do adolescente que está foragido. A vítima chegou a ser socorrida mas não resistiu aos ferimentos.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: G1, 25/01/2012

**29/01/2012****VÍTIMA:** Faustino Gonsales**POVO:** GUARANI NHANDÉVA**TERRA INDÍGENA:** POTRERO GUAÇU**MUNICÍPIO:** PARANHOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Paraguassu

**DESCRIÇÃO:** O ancião, de 91 anos, foi encontrado morto com um corte na garganta, em frente à aldeia Paraguassu. Testemunhas informaram à polícia que viram uma motocicleta rondando a casa do indígena. O corpo foi encaminhado ao IML de Ponta Porã.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca**FONTE:** *Correio do Estado*, 30/01/2012**29/01/2012****VÍTIMA:** Luciano Francisco**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAÍ**MUNICÍPIO:** AMAMBAÍ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Amambaí

**DESCRIÇÃO:** O indígena foi atingido por vários golpes. Não há informações sobre o motivo e o autor.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca**FONTE:** *Midiamaxnews*, 29/01/2012**30/01/2012****VÍTIMA:** Bruno Cen turion Machado**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Margens da Rodovia MS-156, na rotatória que dá acesso à aldeia.

**DESCRIÇÃO:** O acusado, acompanhado de um comparsa, brigou com a vítima que se recusou a entregar sua bicicleta, atacando-o e provocando sua morte. Foi preso, acusado de latrocínio.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca**FONTE:** *Conjunturaonline*, 31/01 e 01/02/2012**28/01/2012****VÍTIMA:** Pedrina Bogarin**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** JAGUAPIRÉ**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaguapiré

**DESCRIÇÃO:** O acusado estuprou a vítima e depois a matou. Confessou este crime além de outros que praticou em 2006 e 2011. Foi preso por agentes da Força Nacional.

**MEIO EMPREGADO:** Enxada**FONTE:** *Correio News*, 02/02/2012**05/02/2012****VÍTIMA:** Adolescente**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bororo

**DESCRIÇÃO:** O adolescente, de 16 anos, foi morto a facadas. As lideranças indígenas estão indignadas com a onda de violência nas aldeias de Dourados e pedem mais segurança.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca**FONTE:** *Capital News*, 06/02/2012**09/02/2012****VÍTIMA:** Josivaldo Brites Rodrigues**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Próximo a escola Araporã

**DESCRIÇÃO:** O rapaz saiu de casa e não retornou. Sua bicicleta foi roubada, o que fez a polícia suspeitar de latrocínio. Um suspeito foi detido. A direção da AJI-Associação de Jovens Indígenas considerou a onda de assassinatos na região como uma guerra. Segundo eles, é a chamada “Lei do Facão de cortar cana”. Jovens desfilam nas estradas com facões na mão, com o rosto coberto e ficam escondidos em matas ou esquinas. Quando alguém passa, é golpeado com facão até a morte. Segundo a Associação, nem a presença da Força Nacional tem sido suficiente para intimidar as “gangues” que estão assustando a comunidade. Dentro da reserva não há iluminação pública e são centenas de estradas e trilhas que cortam os 3,6 mil hectares da terra indígena.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca**FONTE:** *Midiamaxnews*, 09/02/2012**MARÇO/2012****VÍTIMA:** Maria Benites**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAÍ**MUNICÍPIO:** AMAMBAÍ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Rua Ari Nunes da Silva, Vila Mariana, em Amambaí

**DESCRIÇÃO:** O corpo da vítima estava em um terreno baldio e foi reconhecido por outra indígena. No local havia restos de alimentos e bebida alcoólica. Conforme boletim de ocorrência, a vítima tinha uma marca de perfuração no tórax.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo**FONTE:** *Capital News*, 07/03/2012**15/04/2012****VÍTIMA:** Homem**POVO:** GUARANI NHANDÉVA**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ**MUNICÍPIO:** CAARAPÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Estrada vicinal na aldeia Tey Kuê

**DESCRIÇÃO:** A vítima foi encaminhada ao Hospital São Mateus e em seguida removida para o Hospital da Vida de Dourados, mas não resistiu aos ferimentos. A polícia não tem informações sobre o caso.

**MEIO EMPREGADO:** Espancamento**FONTE:** *Dourados Agora*, 16/04/2012**ABRIL****VÍTIMA:** Julio Gonçalves**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** KURUPY**MUNICÍPIO:** NAVIRAÍ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** próximo a alojamento de usina

**DESCRIÇÃO:** O corpo do indígena foi encontrado próximo ao alojamento da Usina Infnit, por um guarda da empresa que fazia a ronda pelo local. Segundo a perícia da Polícia Civil, foi constatado que o indígena foi morto com uma facada no pescoço e que havia sido violentado sexualmente. O corpo foi encaminhado ao IML (Instituto Medico

Legal), e após os exames seria levado para a aldeia, para o sepultamento.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** Capital News, 17/04/2012

**27/05/2012**

**VÍTIMA:** Adolescente

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAÍ

**MUNICÍPIO:** AMAMBAÍ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Amambaí

**DESCRIÇÃO:** O crime aconteceu durante uma festa de aniversário, de um dos acusados. Houve um desentendimento e a vítima foi atacada por três adolescentes. A Polícia Civil apreendeu a arma do crime e recipientes de bebida alcoólica.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** Midiamaxnews, 28/05/2012

**12/07/2012**

**VÍTIMA:** Maristela Ortiz

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ

**MUNICÍPIO:** CAARAPÓ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Tey Kuê

**DESCRIÇÃO:** O assassinato ocorreu após discussão com o marido, conforme suspeita dos líderes da aldeia que disseram que um grupo de pessoas estava reunido, ingerindo bebida alcoólica. Durante a bebedeira, a adolescente e seu marido discutiram e ela entrou para sua casa. O acusado entrou logo em seguida e momentos depois deixou o local de bicicleta. Passado algum tempo, vizinhos encontraram a adolescente morta e o marido não foi mais localizado. O caso está sendo apurado por investigadores porque a vítima não apresentava sinais de violência ou lesão.

**MEIO EMPREGADO:** Desconhecido

**FONTE:** Capital News, 12/07/2012

**07/07/2012**

**VÍTIMA:** Gino Romero

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bororó

**DESCRIÇÃO:** A vítima foi morta com um tiro na cabeça. Ele estava em sua casa quando recebeu a visita de outros indígenas. Segundo a polícia, a vítima entrou em discussão com os três homens e um deles atirou. A mãe da vítima suspeita de vários colegas dele. Um indígena é apontado como um dos supostos mandantes do crime.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** Dourados Agora, 08/07/2012

**18/08/2012**

**VÍTIMA:** Abel Lima Velasques

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** JAGUAPIRÉ

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaguapirú

**DESCRIÇÃO:** Vítima e acusado estavam na casa da prima do acusado, todos ingerindo bebida alcoólica, quando o acusado entrou na cozinha para pegar um prato de comida. De repente, sem motivação, a vítima o agrediu com uma facada no rosto,

que pegou de raspão. O acusado reagiu e deu vários chutes e socos na vítima que, depois de morto, foi arrastado por 30 metros do local.

**MEIO EMPREGADO:** Espancamento

**FONTE:** Midiamaxnews, 19/08/2012

**JUNHO/2012**

**VÍTIMA:** Mario Penayo

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** PIRAJUÍ

**MUNICÍPIO:** PARANHOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Pirajuí

**DESCRIÇÃO:** A vítima foi encontrada caída na estrada, dentro da aldeia. O caso foi registrado como homicídio doloso.

**FONTE:** Capital News, 15/06/2012

**26/08/2012**

**VÍTIMA:** Irmo Martins

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**MUNICÍPIO:** ARAL MOREIRA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Guassuty

**DESCRIÇÃO:** De acordo com o boletim de ocorrência, Irmo Martins foi encaminhado ainda com vida para o hospital da cidade, mas devido à gravidade do ferimento, acabou não resistindo. Testemunhas do crime informaram aos policiais que atenderam a ocorrência em que o autor seria um paraguaio, mas não sabem o nome dele, nem seu paradeiro.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** Campo Grande News, 27/08/2012

**07/03/2012**

**VÍTIMA:** Gilmar Cabreira

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bororo

**DESCRIÇÃO:** A Polícia Civil foi acionada a ir a aldeia Bororo para, em princípio, atender a um caso de suicídio. Após verificação, a Polícia constatou que a árvore próxima ao corpo da vítima era muito baixa para que ele pudesse ter cometido suicídio. Duas jovens que estavam com ele foram interrogadas. Após serem confrontadas, as duas confessaram terem assassinado Gilmar. Elas afirmaram que estavam bebendo quando o encontraram. Ele teria tentado ter relações sexuais com uma delas, que se recusou. Foi, então, que uma das acusadas tirou sua blusa e a camisa da vítima, amarrando as duas juntas e, alegando estar fazendo uma "brincadeira", enrolou-as em torno do pescoço de Gilmar, até que o enforcasse.

**MEIO EMPREGADO:** Estrangulamento

**FONTE:** Campo Grande News, 08/03/2012

**07/09/2012**

**VÍTIMA:** Alis Marcos de Souza

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Rodovia M-156, entre Dourados e Itaporã

**DESCRIÇÃO:** A vítima e um primo estavam transitando pela região quando foram surpreendidos por um grupo de indígenas que, sem motivo aparente, os atacou. O adolescente chegou a ser socorrido mas não resistiu. Horas após o crime um adolescente de 15 anos, suspeito de participar do crime foi

encaminhado à delegacia. As autoridades procuram pelos outros envolvidos.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Midiamaxnews*, 08/09/2012

**05/09/2012**

**VÍTIMA:** Luiz Nunes Magalhães

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaguapiru

**DESCRIÇÃO:** A vítima foi morta por um adolescente, parente do indígena. Alegou que a vítima estava com uma faca e que pretendia matá-lo. A motocicleta do indígena foi roubada por outro adolescente que se encontrava na casa e que depois a abandonou numa mata próxima.

**MEIO EMPREGADO:** Espancamento

**FONTE:** *Correio do Estado/MS*, 10/09/2012

**10/09/2012**

**VÍTIMAS:** Lauro e Diosel Arce Martins

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Fazenda Três Irmãos

**DESCRIÇÃO:** O acusado de triplo homicídio, dois irmãos indígenas e um caseiro não-indígena, na Fazenda Três Irmãos, alegou que uma das vítimas o ameaçou de morte. Eles estavam embriagados e o adolescente disse que matou em legítima defesa. O acusado saíra há três meses da Unidade Educacional de Internação (Unei), onde cumpria medida socioeducativa por homicídio.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Agora MS*, 11/09/2012; *O Correio News*, 11/09/2012

**02/09/2012**

**VÍTIMA:** João Belmonte

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAÍ

**MUNICÍPIO:** AMAMBAÍ

**DESCRIÇÃO:** O indígena foi encontrado morto no interior da aldeia Amambaí. A autoria do crime é desconhecida.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *O Estado de MS*, 03/09/2012

**14/09/2012**

**VÍTIMA:** Josimar de Souza Fernandes

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bororo

**DESCRIÇÃO:** O adolescente, de 13 anos, saiu de casa de bicicleta e com R\$ 120,00 para ir à casa de um familiar e não retornou. Seu corpo foi encontrado com vários golpes de facão e faca. A polícia trabalha com a hipótese de latrocínio, visto que o dinheiro e a bicicleta não foram encontrados.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Fátima News*, 14/09/2012

**27/09/2012**

**VÍTIMA:** Osmar Velasques

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** TAQUAPERÍ

**MUNICÍPIO:** CORONEL SAPUCAIA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Taqueperi

**DESCRIÇÃO:** O corpo do indígena foi encontrado na aldeia. De acordo com o boletim de ocorrência, o corpo estava encostado em um árvore. A polícia investiga o caso.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Fátima News*, 28/09/2012

**OUTUBRO/2012**

**VÍTIMA:** Claudino Modesto

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaguapiru

**DESCRIÇÃO:** Dois indígenas estavam conversando e ingerindo bebida alcoólica. Por um motivo fútil se desentenderam e, após uma discussão, o acusado atingiu a vítima que morreu na hora. O autor do crime confessou e foi encaminhado à Delegacia, sendo autuado em flagrante por homicídio.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Campo Grande News*, 6/10/2012

**22/09/2012**

**VÍTIMA:** Adolescente

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** JARARÁ

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Sítio da zona rural de Juti

**DESCRIÇÃO:** Suspeita-se de agressão sexual seguida de morte porque a vítima estava sem roupas. O caso está sendo investigado.

**MEIO EMPREGADO:** Estrangulamento

**FONTE:** *Midiamaxnews*, 27/09/2012

**13/10/2012**

**VÍTIMA:** Rodrigo Moraes Machado

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Penitenciária de segurança máxima

**DESCRIÇÃO:** A vítima estava cumprindo pena por tentativa de homicídio quando, após uma discussão, foi atacada pelo acusado e não resistiu.

**MEIO EMPREGADO:** Asfixia

**FONTE:** *Dourados News*, 14/10/2012

**31/10/2012**

**VÍTIMA:** Homem

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** TAQUAPERÍ

**MUNICÍPIO:** CORONEL SAPUCAIA

**DESCRIÇÃO:** O corpo da vítima foi encontrado pelo capitão da aldeia, com sinais de espancamento em várias partes do corpo. O crime está sendo investigado.

**MEIO EMPREGADO:** Espancamento

**FONTE:** *G1 MT*, 01/11/2012

**04/12/2012**

**VÍTIMA:** Celso Duarte

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAÍ

**MUNICÍPIO:** AMAMBAÍ

**DESCRIÇÃO:** Após consumirem bebida alcoólica até de madrugada, houve um desentendimento entre os familiares e a adolescente investiu com uma faca contra o padrasto que não resistiu.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** Midiamaxnews, 04/12/12

**16/12/2012**

**VÍTIMA:** Nivaldo Barbosa

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Tey Kuê

**DESCRIÇÃO:** A vítima morreu com um golpe de facão no pescoço. Lideranças indígenas foram informadas acerca da identidade do acusado, que foi preso e entregue à Polícia Civil.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** Midiamaxnews, 17/12/2012

**24/12/2012**

**VÍTIMA:** Olírio Oliveira

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bororó

**DESCRIÇÃO:** A esposa quando voltava para casa encontrou o marido morto. Não há suspeitos e não se sabe o motivo do crime.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** Midiamaxnews, 25/12/2012

**09/12/2012**

**VÍTIMA:** Daniel Martins

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** ALDEIA LIMÃO VERDE

**MUNICÍPIO:** NAVIRAÍ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Vila Industrial

**DESCRIÇÃO:** O indígena trabalhava no corte de cana para a usina da Infinity. Foi morto por dois colegas que estavam no mesmo alojamento, após uma discussão onde todos tinham ingerido bebida alcoólica.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** Sul News, 09/12/2012

**JUNHO/2012**

**VÍTIMA:** Adilson Gonçalves Ferreira

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAÍ

**MUNICÍPIO:** AMAMBAÍ

**DESCRIÇÃO:** Conforme informações da Polícia Civil, os irmãos trabalhavam em uma propriedade rural de Juti há pelo menos seis meses quando se desentenderam. O acusado escondeu o corpo em um barranco e só agora o crime foi descoberto.

**MEIO EMPREGADO:** Pedaco de madeira

**FONTE:** A Gazeta News, 25/12/2012

**15/03/2012**

**VÍTIMA:** Sebastião Gonçalves Irala

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** JAGUAPIRÉ

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Reserva Indígena Bororó

**DESCRIÇÃO:** Segundo a mulher do acusado, seu marido havia deixado o celular carregando na residência da vítima e quando retornou para pegar o aparelho observou que ele estava alcoolizado, negando-se a entregar o celular. O indígena insistiu pela devolução do aparelho, mas foi surpreendido com um golpe de foice e, para se defender, aplicou um golpe de facão, atingindo o agressor que morreu.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** Cimi Regional MS

**14/10/2012**

**VÍTIMA:** Ronilson Samuel Custodio

**POVO:** TERENA

**TERRA INDÍGENA:** TAUNAY / IPEGUE

**MUNICÍPIO:** AQUIDAUANA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Bairro Nova Campo Grande, Rua 103

**DESCRIÇÃO:** A vítima foi encontrada morta com golpes de enxada em casa por um amigo. Segundo relato do amigo, eles ingeriram bebidas alcoólicas na noite anterior na residência da vítima e que por volta das 20h30, foi embora para a casa do pai com a esposa. O agressor é dono da casa onde a vítima morava. A polícia está investigando o caso. O agressor está foragido.

**MEIO EMPREGADO:** Ferramenta

**FONTE:** Campo Grande News; Cimi Regional MS

### MT – 1 Caso – 1 Vítima

**10/6/2012**

**VÍTIMA:** Sandoval Vela da Silva

**POVO:** ARARA

**TERRA INDÍGENA:** ARARA DO RIO BRANCO

**MUNICÍPIO:** ARIPUANA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Clube Cabana

**DESCRIÇÃO:** Policial militar matou a tiros o indígena. De acordo com informações de testemunhas, ambos estavam em um clube e o indígena estava querendo dançar com uma moça à força. O policial, que estava à paisana, teria tentado resolver o impasse. Houve discussão entre eles e o indígena teria ameaçado, dizendo que iria até a casa dele buscar sua arma de fogo. A discussão continuou do lado de fora do clube, quando o policial efetuou vários tiros contra o índio, que morreu no local.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** Circuitomt, 11/06/2012

### PA – 2 Casos – 2 Vítimas

**23/06/2012**

**VÍTIMA:** Lelo Akai Munduruku

**POVO:** MUNDURUKU

**TERRA INDÍGENA:** MUNDURUKU

**MUNICÍPIO:** JACAREACANGA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Jacareacanga/PA

**DESCRIÇÃO:** Segundo a polícia, a vítima sofreu roubo seguido de morte, já que os suspeitos teriam levado pepitas de ouro que estavam com ele. A população indígena, revoltada com o assalto, foi até à cidade protestar contra o crime.

**MEIO EMPREGADO:** Espancamento e arma branca

**FONTE:** G1 PA, 26/06/2012; Tapajósemfoco, 25/06/2012

**07/11/2012**

**VÍTIMA:** ADENILSON KRIXI

**POVO:** MUNDURUKU

**TERRA INDÍGENA:** MUNDURUKU

**MUNICÍPIO:** JACAREACANGA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Divisa do Mato Grosso com o Pará

**DESCRIÇÃO:** Cerca de 400 policiais federais, Força Nacional, Funai e Ibama entraram em conflito com indígenas por ocasião da apreensão de uma balsa que fazia extração ilegal de ouro, na chamada Operação Eldorado de combate ao garimpo ilegal. Houve confronto e três indígenas foram baleados. Dois ficaram feridos e o terceiro morreu com um tiro na cabeça, disparado pelo delegado da Polícia Federal, responsável pela operação. Movimentos sociais repudiaram a ação que qualificaram como truculenta.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** *Só Notícias MT*, 8/11/12; *Expresso MT*, 16/11/12; *G1 MT*, 4/12/2012

## PB – 1 Caso – 2 Vítimas

**31/07/2012**

**VÍTIMA:** Claudemir Ferreira da Silva, Geusivam Silva de Lima

**POVO:** POTIGUARA

**TERRA INDÍGENA:** POTIGUARA - MONTE MOR

**MUNICÍPIO:** MARÇAÇÃO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Vergonha

**DESCRIÇÃO:** O indígena estava jogando dominó com o cacique Potiguara e dois adolescentes, quando foram surpreendidos por dois homens numa motocicleta. Um deles desceu e armado com um revólver ordenou que todos se deitassem no chão e começou a atirar contra o grupo. O indígena e o cacique que o acompanhava morreram. Há suspeitas de que o crime foi praticado por luta pela terra. Recentemente a comunidade, juntamente com os 32 caciques das aldeias mais o cacique geral, decidiram proibir o arrendamento de terras para o plantio de cana-de-açúcar. Fato contínuo, a comunidade decidiu retomar terras tradicionais. Certo é que o crime tem características de crime de pistolagem e todos os caciques se sentem ameaçados.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** *PB Agora*, 01/08/2012; *Informe Cimi 1028*, 24/08/2012

## PR – 2 Casos – 2 Vítimas

**12/06/2012**

**VÍTIMA:** Maria de Lurdes Jacinto Borges

**POVO:** KAINGANG

**TERRA INDÍGENA:** ACAMPAMENTO

**MUNICÍPIO:** CORONEL DOMINGOS SOARES

**DESCRIÇÃO:** A vítima foi encontrada morta em uma casa em construção. Ela foi assassinada a pauladas e tijoladas. Dois acusados da autoria do crime foram presos. Um assumiu a autoria tentando livrar o outro. O acusado que assumiu a autoria disse ainda que foi a um baile após o crime e relatou que manteve relações sexuais com a vítima e depois a matou.

**MEIO EMPREGADO:** Espancamento

**FONTE:** *Jornal Novo Tempo*, 15/08/2012

**04/09/2012**

**VÍTIMA:** Ari Pires

**POVO:** KAINGANG

**TERRA INDÍGENA:** QUEIMADAS

**MUNICÍPIO:** ORTIGUEIRA

**DESCRIÇÃO:** Confronto entre índios pela disputa na escolha de um novo cacique para a aldeia provocou uma briga da qual resultou a morte de um indígena.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** *Gazeta do Povo Online*, 05/09/2012

## RO – 1 Caso – 1 Vítima

**26/08/2012**

**VÍTIMA:** João Oliveira da Silva Kaxarari

**POVO:** KAXARARI

**TERRA INDÍGENA:** KAXARARI

**MUNICÍPIO:** LÁBREA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Ramal da Mendes Júnior, que dá acesso ao sul do Amazonas

**DESCRIÇÃO:** O assassinato tem ligação com a invasão de terras. A vítima já sofrera ameaças de morte por parte dos invasores da terra indígena. As constantes invasões para extração ilegal de madeira, furto de minério e criação de gado atingem vários povos como os Suruí, região de Cacoal, os Cinta Larga, em Espigão D'Oeste e, agora, os Kaxarari, na Ponta do Abunã.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** *Rondônia ao vivo*, 27/08/2012; *Cimi Regional Rondônia*

## RR – 1 Caso – 2 Vítimas

**05/06/2012**

**VÍTIMAS:** Wellington da Silva Patrício, Lucas da Silva Patrício

**POVO:** MAKUXI

**TERRA INDÍGENA:** MANGUEIRA

**MUNICÍPIO:** ALTO ALEGRE

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Fazenda São Francisco

**DESCRIÇÃO:** Dois irmãos Makuxi foram assassinados por um administrador de fazenda onde eles trabalhavam. Lucas foi executado por tiros de espingarda. Já seu irmão Wellington foi atacado a golpes de faca. O assassino se apresentou horas depois à polícia, confessou o crime e foi solto.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Folha de Boa Vista*, 07/06/2012

## SC – 1 Caso – 1 Vítima

**19/04/2012**

**VÍTIMAS:** Araci Fernandes

**POVO:** KAINGANG

**TERRA INDÍGENA:** TOLDO CHIMBANGUE

**MUNICÍPIO:** CHAPECÓ

**DESCRIÇÃO:** Uma briga ocorreu durante festa da comunidade que comemorava o dia do índio. O conflito foi iniciado por simpatizantes do cacique eleito, Idalino Fernandes, que já estavam na festa quando o grupo do candidato derrotado chegou. A eleição foi realizada por sugestão da Justiça Federal em virtude de uma disputa interna no interior da comunidade. Em virtude da briga um indígena foi morto e outro teve a mão decepada.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo e arma branca

**FONTE:** *Diário Catarinense*, 02/5/2012

# Tentativa de assassinato

**E**m 2012 registramos 23 casos de tentativas de assassinato nos estados da Bahia (3), Distrito Federal (1), Mato Grosso (3), Mato Grosso do Sul (11), Paraná (1), Rio Grande do Sul (1), Roraima (1), Santa Catarina (1) e São Paulo (1).

Um acampamento erguido por cerca de 400 Guarani-Kaiowá, de Arroio Korá, em Mato Grosso do Sul, foi atacado por pistoleiros. Na ocasião, um indígena desapareceu. Na

Bahia, pistoleiros atiraram contra os Pataxó Hã-Hã-Hãe, da terra indígena Caramuru Catarina Paraguassu, em áreas reocupadas de seu território. Os indígenas reivindicavam o julgamento da ação de nulidade de títulos que incidiam sobre suas terras. Já em São Paulo, após a oficialização da ampliação de suas terras, 2 Guarani Mbya sobreviveram a um ataque com armas de fogo, disparados por indivíduos em dois carros.



Foto: Cimi/MS

*Acampamento indígena Guarani-Kaiowá foi atacado por pistoleiros. Na ocasião, um indígena desapareceu*

## TENTATIVA DE ASSASSINATO

23 CASOS – 1.024 VÍTIMAS

## BA – 3 Casos – 602 Vítimas

25/2/2012

VÍTIMA: Welton Santos Souza

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUASSU

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Estrada, na saída da Fazenda Santa Maria

DESCRIÇÃO: O indígena foi baleado em uma estrada depois de sair da Fazenda Santa Maria. O disparo atingiu a altura do joelho, ele foi socorrido e levado para o Hospital. O autor do disparo fugiu e não foi localizado. De acordo com informações iniciais, algumas pessoas estavam em um barranco e uma delas efetuou o disparo. A fazenda ocupada pelos indígenas há cerca de dois anos é uma área de conflito entre os indígenas e os fazendeiros.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Globo.com*, 26/2/2012

ABRIL/2012

VÍTIMA: Comunidade

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUASSU

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fazendas no sul da Bahia

DESCRIÇÃO: Pistoleiros atiraram contra as fazendas onde estavam os indígenas, e atearam fogo em roupas. O líder do grupo atacado, Gerson Pataxó, disse que os 600 indígenas fugiram para o mato. Os índios reivindicam o julgamento de uma ação que corre desde 1982, onde se pede a anulação de títulos de várias propriedades, reconhecidas como terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Jornal do Comércio*, 24/04/2012

2012

VÍTIMA: Homem

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUASSU

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

DESCRIÇÃO: A vítima foi atingida com tiros na perna e socorrida no Hospital de Itabuna. Desde que os indígenas estão retomando terras no sul da Bahia ocorreram graves incidentes. Segundo lideranças, os fazendeiros da região estão contratando pistoleiros para tentar expulsar os índios das áreas ocupadas. A ação que pede a anulação de títulos emitidos pelo governo baiano a favor dos fazendeiros e cuja relatora é a ministra Carmen Lúcia Rocha chegou a ter o julgamento agendado para 20 de outubro, mas a pedido do governo do estado o tema foi retirado da pauta, "... pelo risco de grave comoção pública e eventual desordem social".

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi Regional Leste*, março/2013

## DF – 1 Caso – 1 Vítima

29/09/2012

VÍTIMA: João

POVO: GUAJAJARA

MUNICÍPIO: BRASÍLIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tekohaw, Brasília

DESCRIÇÃO: Tio e sobrinho brigaram por motivo de conflito familiar.

O acusado acertou o tio com uma paulada na testa e em seguida com uma flecha. Levada ao hospital, a vítima está fora de perigo. O acusado confessou o crime e foi indiciado.

MEIO EMPREGADO: Pedaco de madeira

FONTE: *Diário do Grande ABC/SP*, online, 02/10/2012

## MS – 11 Casos – 411 Vítimas

14/02/2012

VÍTIMA: Marlon Assis Moraes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: O indígena agredido estava bebendo em companhia de um vizinho, quando este, segundo a Polícia, pegou um pedaço de pau e atingiu o colega com vários golpes. A vítima foi socorrida por lideranças da aldeia e encaminhada ao hospital. O acusado está sendo procurado pela Polícia Militar.

MEIO EMPREGADO: Pedaco de madeira

FONTE: *Capital News*, 15/02/2012

24/2/2012

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê

DESCRIÇÃO: Os dois indígenas faziam uso de bebida alcoólica em um carnaval quando o crime aconteceu. O acusado esfaqueou a vítima durante uma briga na aldeia Tey Kuê. O acusado disse à Polícia Civil que golpeou o indígena quando tentava apartar uma briga entre os dois adolescentes. A vítima foi encaminhada para o hospital e passa bem.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Portal do MS*, 25/2/2012

05/07/2012

VÍTIMA: Mário Lopes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Passo Piraju

DESCRIÇÃO: A vítima sofreu um golpe de facão no pescoço, foi socorrida por uma equipe da Sesai e encaminhada em estado grave para o Hospital da Vida. O acusado negou o crime mas foi autuado em flagrante pois havia informações contra ele.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Correio do Estado*, 09/06/2012

17/08/2012

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAÍ

MUNICÍPIO: AMAMBAÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambaí

DESCRIÇÃO: Um indígena sofreu cortes na cabeça, pelo corpo e teve um dos dedos da mão decepado, possivelmente a golpes de

fação. Segundo a equipe de plantão da Sesai que prestou o atendimento emergencial, a vítima não soube descrever os motivos da agressão e nem quem foram os autores. Conforme informações do motorista da Sesai, praticamente todos os dias existem ocorrências de violências no polo regional do órgão em Amambaí.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Correio do Estado - MS, 20/08/2012*

**10/08/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** ARROIO KORÁ

**MUNICÍPIO:** PARANHOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Acampamento erguido dentro da terra indígena que está ocupada por fazendeiros

**DESCRIÇÃO:** Pistoleiros atacaram o acampamento erguido por cerca de 400 Guarani Kaiowá. Segundo informações, um indígena (João Oliveira) não conseguiu fugir e está desaparecido. A terra indígena está homologada pelo governo federal, mas ocupada por fazendeiros. Segundo os indígenas, o ataque durou pelo menos quatro horas e, neste período, homens, crianças e mulheres se protegeram na mata nativa. Eles relatam que dois córregos separaram o grupo dos pistoleiros, que começaram a agir por volta das 8 horas. O território é motivo de conflitos fundiários e judiciais: além das violências cometidas contra os Guarani Kaiowá, a homologação da terra indígena foi suspensa pelo STF (Supremo Tribunal Federal). A morosidade na decisão de retirada dos não-índios da terra indígena promove a violência contra os Guarani Kaiowá.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** *Cimi - Assessoria de Imprensa, 10/08/2012*

**03/10/2012**

**VÍTIMA:** Irineu Espíndola

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bororó

**DESCRIÇÃO:** A casa do indígena foi cercada por jovens armados com paus e com espingarda de chumbinho. Um deles, após várias ameaças, atirou com a espingarda na testa da vítima. Ele foi socorrido e encaminhado ao Hospital da Missão.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** *Dourados Agora, 04/10/2012*

**04/11/2012**

**VÍTIMA:** Neide Vilhalva Rodrigues

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Itahum

**DESCRIÇÃO:** A vítima ficou gravemente ferida e foi encaminhada ao Hospital Vida. O marido, acusado da agressão, alegou que estava embriagado. Foi autuado em flagrante acusado de tentativa de homicídio.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Fátima News, 06/11/2012*

**23/12/2012**

**VÍTIMA:** Lázaro Gonçalves

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** JARARÁ

**MUNICÍPIO:** JUTI

**DESCRIÇÃO:** Segundo o registro policial, o acusado não queria o filho morando com ele e o atacou quando este voltava para casa.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Campo Grande News, 23/12/2012*

**09/12/2012**

**VÍTIMA:** Felisvaldo Benites Ortiz

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Residencial Monte Carlo, próximo à Aldeia Bororo

**DESCRIÇÃO:** O indígena teve as orelhas decepadas após levar vários golpes de faca. Uma testemunha que presenciou a briga disse à polícia que a vítima e o suspeito do crime caminhavam pela rua MC11, quando começaram a brigar. A vítima está em estado grave e o suspeito não foi encontrado pela polícia.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Dourados Agora, 10/12/2012*

**07/05/2012**

**VÍTIMA:** Jaziel Machado Figueiredo

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** JAGUAPIRÉ

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaguapiru

**DESCRIÇÃO:** O indígena foi atingido por uma facada nas costas, após discussão com uma pessoa identificada como "Sargento". Não sabe explicar os motivos da discussão. Os fatos estão sendo apurados pela polícia. Foi levado para o Hospital e depois de medicado foi encaminhado à Delegacia, pois havia um mandado de busca contra ele.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Dourados News; Cimi Regional MS*

**NOVEMBRO**

**VÍTIMAS:** Lindomar Ferreira, Elvis Clei Polidorio

**POVO:** TERENA

**TERRA INDÍGENA:** CACHOEIRINHA

**MUNICÍPIO:** MIRANDA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** BR 262 - Próximo a Miranda

**DESCRIÇÃO:** As lideranças indígenas estavam retornando à aldeia quando perceberam que uma D20 branca esperou que eles passassem à frente e, então, começou a persegui-los tentando a todo custo derrubá-los. Por várias vezes, chegou a encostar na traseira da moto, chegando a ameaçá-los. Este tipo de agressão na região está se tornando comum.

**MEIO EMPREGADO:** Agressão física e verbal

**FONTE:** *Cimi Regional MS*

## MT – 3 Casos – 3 Vítimas

**04/06/2012**

**VÍTIMA:** Teakuri Karajá

**POVO:** KARAJÁ

**TERRA INDÍGENA:** LAGO GRANDE

**MUNICÍPIO:** SANTA TEREZINHA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Ibutuna

**DESCRIÇÃO:** Após uma briga, o acusado esfaqueou a vítima, depois de ter ingerido bebida alcoólica e discutir com a irmã da vítima. Os índios da comunidade fizeram a detenção do agressor e o levaram até à Polícia Militar.

**MEIO EMPREGADO:** Arma branca

**FONTE:** *Jornal Cenário MT, 04/06/2012*

**01/08/2012**

**VÍTIMA:** Pedro Kezowe

**POVO:** PARESI

**TERRA INDÍGENA:** PARESI

**MUNICÍPIO:** TANGARÁ DA SERRA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Vila Portuguesa

**DESCRIÇÃO:** Testemunhas relataram que duas pessoas encapuzadas teriam pulado o muro da casa e uma delas fez disparos contra a vítima. O indígena foi socorrido e não corre risco de morte. Segundo a PM, não há indício de que tenha sido tentativa de roubo, porque não levaram nada do local.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** 24 Horas News, 02/08/2012

**03/11/2012**

**VÍTIMA:** Mário Paridzané

**POVO:** XAVANTE

**TERRA INDÍGENA:** MARÃIWATSÉDÉ

**MUNICÍPIO:** SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Maraiwatsédé

**DESCRIÇÃO:** O filho do cacique Damião estava dirigindo um carro da Sesai, voltando para a aldeia de Maraiwatsédé, após levar crianças desnutridas para serem atendidas no hospital. O carro foi perseguido por quatro veículos e, após ser fechado por um deles, sofreu um capotamento, ferindo o motorista. A Associação dos Produtores Rurais de Suiá Missu difundiu a notícia de que o indígena estava alcoolizado. A pistolagem se instalara na região a serviço de fazendeiros que ocupam ilegalmente a terra indígena. Mário foi socorrido por um motorista de caminhão que se encontrava parado na estrada e levado até a aldeia. Quando, na mesma noite, um grupo de indígenas retornou ao local do acidente encontrou a caminhonete incendiada. O carro era o único veículo cedido pelo governo para atendimento à saúde indígena em Maraiwatsédé e, com a destruição do veículo, a situação que já era ruim, piorou.

**MEIO EMPREGADO:** Agressão física e verbal

**FONTE:** Brasil de Fato, 12/11/2012

## PR – 1 Caso – 1 Vítima

**DEZEMBRO 2012**

**VÍTIMA:** Adolescente

**POVO:** GUARANI

**MUNICÍPIO:** SANTA AMÉLIA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Terra Indígena Laranjinha

**DESCRIÇÃO:** O adolescente foi espancado por seis rapazes só porque era morador da aldeia. O estado dele é grave. Até o momento não teve assistência médica adequada, podendo ficar com sequelas. A comunidade denuncia, através de ato público, o descaso da Funai e da Sesai.

**MEIO EMPREGADO:** Espancamento

**FONTE:** Folha de Londrina/PR, 26/04/13

## RR – 1 Caso – 1 Vítima

**12/01/2012**

**VÍTIMA:** Criança

**POVO:** YANOMAMI

**TERRA INDÍGENA:** YANOMAMI

**MUNICÍPIO:** CARACARAÍ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Caracarai

**DESCRIÇÃO:** A criança foi atingida quando colhia buritis, na companhia do pai, que denunciou o atentado. O menino foi internado no hospital da Criança em Boa Vista. O acusado fugiu.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** Terra, 24/01/2012

## RS – 1 Caso – 2 Vítimas

**05/01/2012**

**VÍTIMA:** Josimar Sales, Crianças

**POVO:** KAINGANG

**TERRA INDÍGENA:** SANTA MARIA

**MUNICÍPIO:** SANTA MARIA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Próximo a estação rodoviária

**DESCRIÇÃO:** Foram efetuados três disparos, sendo que um deles quase atingiu um indígena e algumas crianças da comunidade. O projétil se alojou em um edifício do outro lado da rua, e acredita-se que o autor dos disparos estava oculto em uma parte do mato fechado do terreno. Com essa situação, a comunidade viveu momentos de desespero e apreensão.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** Revistaovies.com/reportagem – 10/01/2012

## SC – 1 Caso – 1 Vítima

**19/04/2012**

**VÍTIMA:** Homem não identificado

**POVO:** KAINGANG

**TERRA INDÍGENA:** TOLDO CHIMBANGUE

**MUNICÍPIO:** CHAPECÓ

**DESCRIÇÃO:** A briga ocorreu numa festa da comunidade, que comemorava o dia do índio. O conflito foi iniciado por simpatizantes do cacique eleito, Idalino Fernandes, que já estavam na festa quando os simpatizantes do candidato derrotado chegaram. A eleição foi realizada por sugestão da Justiça Federal em virtude de uma disputa de poder no interior da comunidade. Em virtude da briga, um indígena foi morto e outro teve a mão decepada.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** Diário Catarinense, 02/5/2012

## SP – 1 Caso – 2 Vítimas

**01/06/2012**

**VÍTIMA:** Jovens

**POVO:** GUARANI MBYA

**TERRA INDÍGENA:** KRUKUTU

**MUNICÍPIO:** SÃO PAULO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Krukutu e Tenonde Porã

**DESCRIÇÃO:** O cacique da aldeia conta que logo após a oficialização da ampliação das terras, iniciaram-se as ameaças, as represões e os atentados. Dois jovens sobreviveram a um ataque com armas de fogo quando dois carros pararam diante dos indígenas e dispararam quatro tiros. Os jovens se esconderam na mata, atrás de uma árvore.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** Frente de Ação Pró-Xingu, 05/06/2012

# Homicídio culposo

Registramos 21 vítimas de homicídio culposo em 2012, contra as 12 registradas em 2011. Dezenove pessoas foram vítimas de atropelamentos, e em pelo menos 10 casos os condutores fugiram sem prestar socorro. O maior número de casos ocorreu em Mato Grosso do Sul, com 8 vítimas.

Das 21 vítimas, 15 estão entre os povos Pataxó Hã-Hã-Hãe (1), da Bahia; Pitaguari (1), do Ceará; Guajajara (1), no Maranhão; Xavante (1), no Mato Grosso; Guarani Nhandeva e Guarani-Kaiowá (8), de Mato Grosso do Sul; Kaingang (2), do Rio Grande do Sul; e Guarani (1), de São Paulo. No estado do Paraná, a Polícia Rodoviária Federal não identificou a que povo pertenciam as outras 6 vítimas.

Em Mato Grosso do Sul, em um mesmo dia, ocorreram 3 atropelamentos em diferentes localidades, todos resultando em mortes das vítimas.

Os dados relativos aos atropelamentos de indígenas nas margens de rodovias federais e estaduais são preocupantes, especialmente em Mato Grosso do Sul. Nossos missionários e missionárias tiveram acesso a depoimentos de lideranças indígenas que testemunharam casos de atropelamentos em Mato Grosso do Sul que indicam que eles estão acontecendo como práticas criminosas, e não apenas como acidentes de trânsito. Lideranças do Conselho da Aty Guasu, do povo Guarani-Kaiowá, vêm denunciando que naquele estado indígenas têm sido vítimas de “assassinatos disfarçados em atropelamentos”. Ou seja, vem ocorrendo uma modalidade de crime de homicídio onde se utilizam veículos (motocicletas ou automóveis) como arma letal. Matam e fogem do local do crime, cabendo, horas depois, à Polícia Rodoviária Federal informar que se trata “apenas” de mais um caso de atropelamento.



Foto: Renato Santana/Cimi

*A presença de indígenas à beira de rodovias é reconhecida pelo poder público até em placas de sinalização*

## HOMICÍDIO CULPOSO

16 CASOS – 21 VÍTIMAS

## BA – 1 Caso – 1 Vítima

2012

VÍTIMA: José Muniz

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUASSU

MUNICÍPIO: ITAJU DO COLÔNIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Região de Alegria

**DESCRIÇÃO:** O indígena adoeceu numa área retomada. Os familiares enviaram um carro para buscá-lo mas o motorista, ameaçado por pistoleiros, foi impedido de chegar ao local. O indígena não resistiu e morreu por falta de atendimento. A situação na região era tensa. A distorção de notícias levou pânico à população, com boatos de que os indígenas invadiriam a cidade.

MEIO EMPREGADO: Morte por falta de atendimento

FONTE: Cimi Regional Leste, março/2013

## CE – 1 Caso – 1 Vítima

10/10/2012

VÍTIMA: Criança

POVO: PITAGUARY

TERRA INDÍGENA: PITAGUARY

MUNICÍPIO: MARANGUAPE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Maranguape, região metropolitana de Fortaleza

**DESCRIÇÃO:** A criança foi atropelada por um ônibus quando se dirigia à escola e não resistiu. Inicialmente o motorista fugiu, se apresentando mais tarde.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: G1 CE, 11/10/2012

## MA – 1 Caso – 1 Vítima

05/09/2012

VÍTIMA: Morão da Silva Pompeu Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: CANA BRAVA/GUAJAJARA

MUNICÍPIO: BARRA DO CHAPÉU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Barreirinha, BR-226

**DESCRIÇÃO:** O indígena foi atropelado na BR que corta a terra indígena. Não há informações sobre o autor do atropelamento.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: Pastoral Indigenista de Grajaú; Cimi Regional MA, dezembro/2012

## MS – 8 Casos – 8 Vítimas

08/04/2012

VÍTIMA: Suzi Caroline Ramos Martins

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: PORTO LINDO

MUNICÍPIO: JAPORÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-MS 386, no km 31

**DESCRIÇÃO:** A adolescente foi vítima de acidente de trânsito quando caminhava com uma amiga pela Rodovia MS-386, por volta das 17h30, quando foi atropelada por uma moto. O motociclista não foi identificado, fugiu do local sem prestar socorro. A vítima teve traumatismo craniano. Ela foi encaminhada para

o hospital de Iguatemi e depois transferida para o hospital da Vida, onde veio a falecer.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: Campo Grande News, 09/04/2012

21/07/2012

VÍTIMA: Mulher idosa

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ARROIO KORÁ

MUNICÍPIO: PARANHOS

**DESCRIÇÃO:** A aposentada foi atropelada na cidade de Paranhos e não resistiu aos ferimentos.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: Liderança indígena, Elizeu Lopes, 21/07/12

21/07/2012

VÍTIMA: Indígena, filho de dona Damiana

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekoha Apyka'i

**DESCRIÇÃO:** O rapaz, filho da liderança Damiana do tekohá Apyka'i, foi atropelado e morto. Vale ressaltar que ele foi a quarta vítima de atropelamento na BR-463, km 6. A comunidade, que reivindica a demarcação da terra que hoje está sob domínio de usineiros, é constantemente ameaçada por pessoas que trafegam na rodovia.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: Liderança indígena, Elizeu Lopes, 21/07/12

17/01/2012

VÍTIMA: Kiuska Martins Cabreira

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Avenida Guaicuru - Dourados - MS

**DESCRIÇÃO:** Segundo relato da mãe da vítima, elas seguiam pela rodovia em uma carroça, quando aconteceu uma colisão contra um veículo de Dourados, conduzido por um homem que não teve seu nome divulgado. Com a batida, todos caíram da carroça. Uma criança foi arremessada e sofreu um forte impacto; foi socorrida mas acabou morrendo no hospital. Na carroça, além do bebê estavam a mãe, a avó e duas adolescentes, que sofreram ferimentos leves.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: Grande FM; Cimi Regional MS

24/06/2012

VÍTIMA: Wagner

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-163, próximo a Dourados

**DESCRIÇÃO:** Segundo a mãe da vítima, o indígena foi atropelado por um veículo com placa do Paraguai. Morreu na hora.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

FONTE: Cimi Regional MS

**25/06/2012**

**VÍTIMA:** José Barbosa de Almeida  
**POVO:** GUARANI KAIOWÁ  
**TERRA INDÍGENA:** LARANJEIRA NHÂNDERU  
**MUNICÍPIO:** RIO BRILHANTE  
**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** BR 163 - Trevo de Rio Brilhante  
**DESCRIÇÃO:** A vítima saiu de bicicleta do acampamento em Laranjeira Nhanderu para exigir transporte escolar para crianças indígenas que andam diariamente cerca de 6 km para pegar o ônibus municipal. Durante o trajeto foi atropelado por uma ambulância. Após longa espera no hospital de Rio Brilhante foi conduzido ao hospital da Vida, em Dourados. Infelizmente não resistiu e faleceu. José Barbosa, o Zezinho, como era conhecido, foi importante liderança na luta pela demarcação da terra Laranjeira Nhanderu.

**MEIO EMPREGADO:** Atropelamento  
**FONTE:** Conselho Aty Guasu; Cimi Regional MS

**15/06/2012**

**VÍTIMA:** Agnaldo Cari de Souza  
**POVO:** GUARANI KAIOWÁ  
**TERRA INDÍGENA:** ACAMPAMENTO  
**MUNICÍPIO:** DOURADOS  
**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** BR-163, a 100 metros do acampamento indígena  
**DESCRIÇÃO:** O indígena foi atingido pela moto do acusado e morreu no local.

**MEIO EMPREGADO:** Atropelamento  
**FONTE:** Cimi Regional MS

**10/08/2012**

**VÍTIMA:** Bebê  
**POVO:** GUARANI KAIOWÁ  
**TERRA INDÍGENA:** KURUSU AMBÁ  
**MUNICÍPIO:** PARANHOS  
**DESCRIÇÃO:** A comunidade indígena denunciou que um bebê de nove meses morreu após um ataque aos Guarani-Kaiowá. A criança caiu do colo da mãe durante a fuga dos índios, que tentavam escapar de homens armados que abriram fogo contra eles. Os índios retomaram um tekohá e afirmam que foram recebidos à bala. A área é isolada, tem dificuldade de comunicação, e fica no extremo sul de MS, em região de fronteira seca com o Paraguai.

**MEIO EMPREGADO:** Conflito fundiário  
**FONTE:** Midiamaxnews, 14/08/2012

## MT – 1 Caso – 1 Vítima

**22/11/2012**

**VÍTIMA:** Homem  
**POVO:** XAVANTE  
**TERRA INDÍGENA:** AREÕES  
**MUNICÍPIO:** ÁGUA BOA  
**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** BR-158, entre os municípios de Água Boa e Canarana  
**DESCRIÇÃO:** O indígena foi atropelado na rodovia e o motorista não foi identificado. Membros da Sesai se deslocaram até o IML da cidade e informaram que o índio é da etnia Xavante, no entanto não identificaram a vítima.

**MEIO EMPREGADO:** Atropelamento  
**FONTE:** G1 MT, 22/11/2012

## PR – 1 Caso – 6 Vítimas

**2012**

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Estado do Paraná  
**DESCRIÇÃO:** Segundo a Polícia Rodoviária Federal no estado, em 2012 foram 9 casos de atropelamentos no Paraná, destes 6 resultaram em morte.

**MEIO EMPREGADO:** Atropelamento  
**FONTE:** Cimi - Assessoria de Comunicação, 08/02/2013

## RS – 2 Casos – 2 Vítimas

**AGOSTO/2012**

**VÍTIMA:** Claudio da Silva  
**POVO:** KAINGANG  
**TERRA INDÍGENA:** ARROIO DO KONDE  
**MUNICÍPIO:** GUAÍBA  
**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Acampamento na BR 116  
**DESCRIÇÃO:** Mais uma liderança Kaingang foi vítima de atropelamento nas estradas do município de Guaíba. Cláudio lutava há anos pela demarcação da Terra Indígena Arroio do Konde e Morro do Osso. O atropelamento ocorreu em frente do acampamento dos Kaingang. O acidente causou-lhe morte encefálica e ele não resistiu.

**MEIO EMPREGADO:** Atropelamento  
**FONTE:** Zaqueu Kaingang, 18/08/2012; Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre, 23/08/2012

**15/10/2012**

**VÍTIMA:** Teresinha Sales  
**POVO:** KAINGANG  
**TERRA INDÍGENA:** IRAÍ  
**MUNICÍPIO:** IRAÍ  
**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** km 2 da BR-386  
**DESCRIÇÃO:** Moradora da reserva indígena, a vítima foi atropelada por um carro e não resistiu. O motorista fugiu do local sem prestar socorro.

**MEIO EMPREGADO:** Atropelamento  
**FONTE:** Correio do Povo, 16/10/2012

## SP – 1 Caso – 1 Vítima

**09/05/2012**

**VÍTIMA:** Rodinei Guarani  
**POVO:** GUARANI  
**TERRA INDÍGENA:** JARAGUÁ  
**MUNICÍPIO:** JARAGUÁ  
**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Rodovia dos Bandeirantes / Estrada Turística do Jaraguá  
**DESCRIÇÃO:** A vítima estava com dois amigos, quando foi atropelada na Rodovia dos Bandeirantes. Ainda não se sabe ao certo quais foram as circunstâncias do acidente. Sabe-se que foi à noite, por volta das 21 horas. A vítima era bem articulada na comunidade. Ressalta-se que este não foi o único atropelamento nas proximidades da aldeia.

**MEIO EMPREGADO:** Atropelamento  
**FONTE:** Pastoral Indigenista de São Paulo, 10/05/2012

# Ameaça de morte

**E**m 2012 quase dobrou o número de casos de ameaças de morte contra indígenas registrados pelo Cimi: 19 casos, contra os 11 de 2011. Tais ocorrências se deram nos estados do Acre, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.

Lidera as ocorrências o estado de Mato Grosso do Sul, com 6 casos e 6 vítimas. No estado do Maranhão, lideranças Guajajara relataram que estão juradas de morte por traficantes e assaltantes que agem impunemente na região. Ações criminosas têm sido desenvolvidas ao longo dos quase 22 km da BR-226 que atravessa a terra indígena

Guajajara. Também no Maranhão, indígenas do povo Gavião foram ameaçados por madeireiros que invadem suas terras para retirada de madeira.

Em Mato Grosso, ligações anônimas ao escritório da Funai e recados de terceiros ameaçaram a vida do Cacique Xavante Damião Paridzané, da terra indígena Marãiwatsédé.

Em Mato Grosso do Sul, lideranças indígenas foram abordadas e ameaçadas em vias públicas ou através de ligações telefônicas anônimas. Os casos são tão graves que muitas lideranças estão sob proteção da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Foto: Gilberto Vieira/Cimi MT



*Por lutar pela permanência em sua terra tradicional, lideranças da terra indígena Marãiwatsédé passaram a ser ameaçadas de morte*

## AMEAÇA DE MORTE

19 CASOS – 30 VÍTIMAS

## AC – 1 Caso – 4 Vítimas

2012

**VÍTIMAS:** Francisco Nunes Saldanha Jaminawa, Três Jaminawa  
**TERRA INDÍGENA:** JAMINAWÁ DA COLOCAÇÃO SÃO PAULINO

**MUNICÍPIO:** SENA MADUREIRA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia São Paulino

**DESCRIÇÃO:** Uma das vítimas, Sr. Francisco N. Saldanha, procurou a Funai para relatar as ameaças que vêm recebendo, assim como toda a população, por parte dos invasores da terra indígena, que a estão desmatando. Narrou os fatos e deu os nomes de fazendeiros ao órgão indigenista. Os índios ficam em suas casas, pois têm medo de ser agredidos. Segundo a liderança indígena, a situação está muito tensa e a população aguarda que medidas sejam tomadas, com urgência, pois há perigo de confronto.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** Cimi Regional Norte II, 5/06/2012

## MA – 2 Casos – 11 Vítimas

2012

**VÍTIMAS:** José Luciano Clemente, Marciliano Clemente, Marcelino Clemente, Raimundo Carlos

**POVO:** GUAJAJARA

**TERRA INDÍGENA:** CANA BRAVA/GUAJAJARA

**MUNICÍPIO:** GRAJAÚ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Coquinho, Ilha de São Pedro, Bananal

**DESCRIÇÃO:** As lideranças Guajajara relataram que estão juradas de morte por madeireiros e traficantes que atuam impunemente na região. A abertura de rodovia dentro da terra indígena tem ocasionado a invasão de madeireiros e a permanência de não indígenas dentro do território dos Guajajara. Os não indígenas têm realizado várias ações criminosas ao longo dos quase 22 km da BR-226 que atravessa a terra indígena, tais como o tráfico de entorpecentes e a prática de assaltos a veículos que trafegam por aquela rodovia, além da extração ilegal de madeiras.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** Nota do Cimi, 04/05/2012; lideranças Guajajara

2012

**VÍTIMA:** Severino Bandeira Lima, Cirpiano Timbira, Evandro Gavião, Antonio André Gavião, Bernardo da Silva Guará, Anastácio Guará

**POVO:** GAVIÃO

**TERRA INDÍGENA:** GOVERNADOR

**MUNICÍPIO:** AMARANTE

**DESCRIÇÃO:** Os madeireiros que invadem as terras do povo Gavião promoveram uma série de ações violentas contra as comunidades: ameaçaram lideranças, espancaram e atiraram em pessoas, em estrada que dá acesso à aldeia.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** Cimi Regional Maranhão, dezembro/2012

## MG – 1 Caso – 3 Vítimas

16/04/2012

**VÍTIMAS:** Neuza Pinheiro Campos, Santo Caetano Barbosa, Lideranças

**POVO:** XAKRIABÁ

**TERRA INDÍGENA:** XAKRIABÁ

**MUNICÍPIO:** SÃO JOÃO DAS MISSÕES

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Morro Vermelho

**DESCRIÇÃO:** O acusado invadiu a aldeia ameaçando uma indígena e acusando-a de roubo. O autor estava armado e dizia que o Cacique Santo Caetano era um dos seus principais alvos e que o mesmo não perde por esperar. Disse ainda que estava acostumado a trocar tiros com bandidos em São Paulo e que retornaria à aldeia para terminar o serviço. Conforme informa o Cacique, várias lideranças Xakriabá têm sido alvo de constantes ameaças por parte dos fazendeiros. Estas violências têm sido denunciadas constantemente às autoridades competentes mas, segundo as lideranças, nenhuma medida foi tomada. O fato ocorrido é mais um que se soma a várias outras situações de violência e ameaças enfrentadas pelo povo Xakriabá em função da luta travada na região pela demarcação de seu território.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** Povo Xakriabá e Cimi Regional Leste, 17/04/2012

## MS – 6 Casos – 6 Vítimas

06.04.2012

**VÍTIMA:** Tonico Benites

**POVO:** GUARANI NHANDÉVA

**TERRA INDÍGENA:** PIRAJUÍ

**MUNICÍPIO:** PARANHOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Estrada em frente da aldeia Pirajuí-Paranhos-MS

**DESCRIÇÃO:** A liderança indígena, seus filhos e sua esposa, grávida de sete meses, trafegavam em uma estrada quando foram abordados por um homem que portava dois revólveres. Tonico Benites foi obrigado a desembarcar do veículo quando o agressor pediu seus documentos pessoais e do carro, passando a interrogá-lo em tom ameaçador: "Você vai perder tudo, família, carro, dinheiro". Isso repetidas vezes. Disse ainda que o indígena não estava fazendo um trabalho que prestasse, referindo-se à ocupação da terra e à pesquisa antropológica, e que ele não comentasse com ninguém o ocorrido. Tomou o dinheiro do indígena e, depois de 40 minutos de intimidações, o ameaçou dizendo que não voltasse mais, caso contrário não ficaria vivo.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 11/04/2012; Cimi Regional MS

2012

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** ARROIO KORÁ

**MUNICÍPIO:** PARANHOS

**DESCRIÇÃO:** Num vídeo divulgado pelo site Midiamax, o acusado declarou que estaria convocando pessoas para a "guerra"

contra os índios, na região onde uma terra foi retomada. Na mensagem o fazendeiro declarou, ainda, que reuniria os fazendeiros e os armaria para a guerra. Acrescentou que a maioria dos fazendeiros estaria com ele e que para conseguir armas “é só querer”. Nas suas palavras: “Esses índios aí, o que sobrar, nós vamos dar para os porcos comerem”. O delegado Marcelo Alexandre informou que a Polícia Federal estaria monitorando a situação na região do conflito fundiário.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** *Midiamaxnews, 03/09/2012*

**DEZEMBRO/2012**

**VÍTIMA:** Ládio Véron, Valdelice Véron, Arlindo Véron

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** TAKUARA

**MUNICÍPIO:** JUTI

**DESCRIÇÃO:** Segundo lideranças indígenas, um fazendeiro da região contratou um jagunço por R\$ 600,00, um celular e uma arma para assassinar três lideranças da terra indígena. Os indígenas fizeram um Boletim de Ocorrência denunciando o fato.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** *Caros Amigos, 28/12/2012*

**20/10/2012**

**VÍTIMA:** Genito Gomes

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** GUA Y VIRI (LIMA CAMPO)

**MUNICÍPIO:** ARAL MOREIRA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Rodovia MS-485, que liga Amambaí a Aral Moreira

**DESCRIÇÃO:** A vítima estava com a esposa e um tio esperando um ônibus na beira da estrada para irem à cidade de Amambaí, quando, de repente, um carro passou em alta velocidade e aos gritos apontou a arma para a vítima.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaças

**FONTE:** *Cimi Regional MS*

**09/09/2012**

**VÍTIMA:** Zacarias Rodrigues

**POVO:** TERENA

**TERRA INDÍGENA:** CACHOEIRINHA

**MUNICÍPIO:** MIRANDA

**DESCRIÇÃO:** A vítima estava abrindo o porta mala do seu veículo, quando se aproximaram dois homens e começaram a ameaçá-lo: “Estamos de olho em você. Queremos a sua cabeça”. Na semana seguinte, novas ameaças foram feitas pelos mesmos homens: “Vou te meter bala”, saindo em alta velocidade num veículo.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** *A vítima; Cimi Regional MS*

**22/09/2012**

**VÍTIMA:** Justo de Souza, Lindomar Ferreira

**POVO:** TERENA

**TERRA INDÍGENA:** CACHOEIRINHA

**MUNICÍPIO:** MIRANDA

**DESCRIÇÃO:** As vítimas foram ameaçadas por um indígena por questionarem o fato de o acusado estar arrendando terra. O aliciamento do indígena por parte de um fazendeiro vinha provocando conflito dentro da comunidade.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** *Cimi Regional MS*

**MT – 1 Caso**

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** XAVANTE

**TERRA INDÍGENA:** MARÁIWATSEDE

**MUNICÍPIO:** RIBEIRÃO CASCALHEIRA

**DESCRIÇÃO:** As lideranças indígenas Xavante recebem ameaças dos invasores por meio de recados ou por ligações telefônicas ao escritório da Funai. Uma área de pastagem da aldeia, à beira da BR-158, foi incendiada e dois bois morreram. Conforme declaração do cacique Damião Paridzané, os fazendeiros disseram que “se eu sair andando em qualquer lugar, vão me pegar”.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** *Diário de Cuiabá, 04/08/2012*



Liderança da terra indígena Maráiwatsédê, do povo Xavante, é vítima de ameaças de morte

**PA – 3 Casos – 4 Vítimas**

**MAIO 2012**

**VÍTIMA:** João Wera Guarani

**POVO:** GUARANI MBYA

**TERRA INDÍGENA:** NOVA JACUNDÁ (ALDEIA)

**MUNICÍPIO:** JACUNDÁ

**DESCRIÇÃO:** O cacique foi ameaçado pelo líder de um movimento de trabalhadores rurais, localizado a três quilômetros da aldeia, no ramal que dá acesso à mesma. Os índios denunciam os ocupantes de invadirem ilegalmente a reserva indígena para a retirada de recursos naturais, bem como atividades de caça, comprometendo a subsistência da comunidade.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** Comunidade indígena Guarani de Nova Jacundá; Cimi Regional Norte II

**2012**

**VÍTIMA:** José Carlos Ferreira

**POVO:** ARARA

**TERRA INDÍGENA:** ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU

**MUNICÍPIO:** SÃO FÉLIX DO XINGU

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Na terra indígena e na cidade de Altamira

**DESCRIÇÃO:** Com o reconhecimento étnico e a demarcação da terra, o indígena foi ameaçado de morte por invasores. As ameaças eram direcionadas à vítima por ser de liderança dentro da comunidade e defensor do Rio Xingu, na luta contra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** Equipe de Altamira; Indígena; Cimi Regional Norte II

**2012**

**VÍTIMA:** Temekware-yma Parakanã, Kokoa Parakanã

**POVO:** PARAKANÃ

**TERRA INDÍGENA:** APYTEREWA

**MUNICÍPIO:** SÃO FÉLIX DO XINGU

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Interior da terra indígena

**DESCRIÇÃO:** A terra indígena vinha sofrendo invasões de madeireiros e, com o anúncio da desintrusão da área, estes passaram a ameaçar as lideranças reconhecidas dentro da comunidade. As ameaças são feitas através de recados, avisos.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** Equipe de Altamira; Cimi Regional Norte II; Indígena

**RO – 2 Casos**

**26/08/2012**

**VÍTIMA:** Lideranças

**POVO:** KARITIANA

**TERRA INDÍGENA:** KARITIANA

**MUNICÍPIO:** PORTO VELHO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Porto Velho, Triunfo e Candeias

**DESCRIÇÃO:** As lideranças e as demais pessoas da comunidade vêm sendo constantemente ameaçadas de morte pelos políticos, fazendeiros e madeireiros da região que exploram a terra indígena e, além disso, fazem uma acirrada campanha contra os indígenas nos meios de comunicação.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** Cimi Regional Rondônia

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** KAXARARI

**TERRA INDÍGENA:** KAXARARI

**MUNICÍPIO:** EXTREMA

**DESCRIÇÃO:** Em função da luta pela ampliação do território indígena, lideranças Kaxarari vêm sendo constantemente ameaçadas de morte por fazendeiros e madeireiros da região.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** Cimi Regional Rondônia

**RR – 1 Caso – 1 Vítima**

**2012**

**VÍTIMA:** Venilto Ribeiro dos Santos

**POVO:** MAKUXI

**TERRA INDÍGENA:** ARAÇÁ

**MUNICÍPIO:** AMAJARI

**DESCRIÇÃO:** A vítima afirma que foi ameaçada de morte em inúmeras ocasiões por defender a homologação da terra indígena Araçá, tendo já apresentado queixa na Funai e na Polícia Federal.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** CIR – Conselho Indígena de Roraima

**SC – 1 Caso**

**26/11/2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** GUARANI MBYA

**TERRA INDÍGENA:** PINDO TY

**MUNICÍPIO:** ARAQUARI

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Tarumã, Morro Alto, Balneário Barra do Sul e São Francisco do Sul

**DESCRIÇÃO:** Duas áreas que envolvem as aldeias indígenas já foram declaradas, restando somente a assinatura do decreto de homologação pela presidente Dilma Rousseff. Uma associação de proprietários de terras fez um laudo refutando o estudo antropológico da Funai que apresentou a região como habitada originalmente pelos Guarani. O empresário que detém a maior parte das terras ameaçou: "... Se colocarem índios aqui, a bala vai comer solta". "Que não sejam loucos". As ameaças foram veiculadas em jornais do estado de Santa Catarina.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** Notícias do Dia; Cimi Regional Sul, 29/11/2012

**SP – 1 Caso – 1 Vítima**

**27/05/2012**

**VÍTIMA:** Homem

**POVO:** GUARANI MBYA

**TERRA INDÍGENA:** KRUKUTU

**MUNICÍPIO:** SÃO PAULO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Krukutu e Tenonde Porã

**DESCRIÇÃO:** Segundo o cacique, logo após a oficialização da ampliação das terras, iniciaram-se as ameaças, repressões e atentados. O principal alvo dos pistoleiros são as crianças de 9 a 16 anos que saem de suas casas no final da tarde para coletar lenha. No dia 27 de maio homens desconhecidos apontaram armas de fogo para um jovem Guarani que coletava lenha.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** Frente de Ação Pró-Xingu, 05/06/2012

## Ameaças várias

**F**oram registrados 15 casos de variadas ameaças nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e São Paulo.

Foram ameaçados indivíduos e comunidades inteiras, especialmente em acampamentos situados em Mato Grosso do Sul, a exemplo do que ocorreu no município de Aral Moreira, quando a comunidade recebeu ameaças de um indivíduo que se identificou como funcionário de uma fazenda próxima. O homem foi detido pela comunidade e a Força Nacional foi acionada.

Registramos ainda 4 casos de retenção de cartões bancários e de benefícios nos estados do Acre, Amazonas

e Maranhão. Na maioria dos casos, funcionários públicos e comerciantes foram acusados de reter os cartões dos indígenas. No município de Humaitá, no Amazonas, um funcionário público teria retido 27 cartões de benefícios de indígenas, com a alegação de que os mesmos não sabiam lidar com dinheiro.

Os dados coletados pelo Cimi indicam que esta é uma prática criminosa que se repete ao longo dos anos e visa essencialmente obter dividendos financeiros, lesando indígenas que recebem benefícios sociais, como aposentadorias ou programas assistenciais.

Foto: Cimi/MS



*Comunidade indígena do acampamento Guaiviry foi ameaçada por suposto funcionário de uma fazenda*

## AMEAÇAS VÁRIAS

15 CASOS – 90 VÍTIMAS

## AC – 1 Caso – 1 Vítima

2012

VÍTIMA: Alkzira Kampa

POVO: ASHANINKA

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cocuaçu

**DESCRIÇÃO:** Denúncias foram relatadas contra comerciantes e funcionários da Funai que, supostamente, se apoderaram dos cartões e senhas de indígenas aposentados dos povos Kampa e Kulina, do Alto Envira. A indígena Alzira Kamapa estava sem alimento, já que seu cartão estava com o coordenador do CTL/Funai. O caso foi checado e verificaram que o suspeito estava recebendo o salário dela todos os meses, conforme extrato do INSS. Como defesa, o suspeito alegou que apenas tenta ajudar os índios que não falam português e têm dificuldades de se comunicar com os comerciantes de Feijó.

MEIO EMPREGADO: Apropriação indébita de cartão

FONTE: Contilnet, 26/03/2012

## AM – 2 Casos

2012

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KANAMARI

TERRA INDÍGENA: KATUKINA / KAXINAWÁ

MUNICÍPIO: JUTAÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Batedor, Boca do Biá, Castanhal

**DESCRIÇÃO:** A acusada, que se autodenominava coordenadora do Polo Base de Saúde, e seu marido, que há nove anos foi contratado para alfabetizar os Katukina e não comparece à sala de aula, foram acusados de se apoderarem dos cartões bancários de indígenas e de aposentados. Além disso, são negados aos Agentes de Saúde Indígena combustível para conduzir pacientes ao Polo Base e para o retorno às aldeias, chegando a cobrar R\$ 5,00 por litro do combustível, que é destinado às ações de saúde nas comunidades. Marido e mulher utilizam a gasolina nos barcos, que deveriam servir os indígenas, para serviços particulares com fins lucrativos e atendimentos políticos.

MEIO EMPREGADO: Retenção de cartão e senha bancária

FONTE: Cimi Regional Norte I - Equipe Tefé, outubro/2012

2012

VÍTIMA: Comunidade

POVO: PIRAHÃ

TERRA INDÍGENA: PIRAHÃ

MUNICÍPIO: HUMAITÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade Forquilha

**DESCRIÇÃO:** Denúncias indicam que um funcionário da Funai está ficando com 27 cartões de benefícios de indígenas, sob a alegação de que os mesmos não sabem manusear dinheiro. Os indígenas não recebem alimentos e ficam na BR 230 trocando caça por alimentos.

MEIO EMPREGADO: Apropriação indébita de cartão

FONTE: Cimi Regional Norte I, dezembro/2012

## MA – 2 Casos – 1 Vítima

2012

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: MORRO BRANCO

MUNICÍPIO: GRAJAÚ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia no município de Grajaú

**DESCRIÇÃO:** De acordo com a Polícia Militar, o suspeito visitava a aldeia e auxiliava os indígenas a receber os benefícios junto ao INSS. Porém, aproveitando-se da falta de conhecimento das vítimas, ele ficava com os cartões e repassava apenas uma pequena quantidade do dinheiro aos beneficiários.

MEIO EMPREGADO: Apropriação indébita de cartão

FONTE: DM.com.br, 15/06/2012

2012

VÍTIMA: José Maria Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: AMARANTE

**DESCRIÇÃO:** O indígena aguardava condução para se deslocar à cidade de Imperatriz do Maranhão, onde seria testemunha de uma indígena num processo de aposentadoria. Os acusados o ameaçaram com uma faca e roubaram sua carteira.

MEIO EMPREGADO: Roubo

FONTE: Cimi Regional Maranhão, Equipe Imperatriz, dezembro/2012

## MS – 4 Casos – 86 Vítimas

15/01/2012

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: GUA Y VIRI (LIMA CAMPO)

MUNICÍPIO: ARAL MOREIRA

**DESCRIÇÃO:** O acusado foi detido pela polícia após fazer ameaças à comunidade indígena. O acusado se identificou como funcionário de uma fazenda vizinha à área. Ele fazia perguntas sobre a identidade das lideranças do local e ameaçava o grupo dizendo "que novos ataques de pistoleiros vão ocorrer". Segundo o conselho da Aty Guasu, a comunidade prendeu o homem e acionou a Força Nacional e a Polícia Federal.

MEIO EMPREGADO: Ameaças

FONTE: Dourados Informa, 15/1/2012

15/12/2012

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: LARANJEIRA NHÄNDERU

MUNICÍPIO: RIO BRILHANTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamento Laranjeira Nhänderu

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas romperam a barreira de troncos colocada pelo fazendeiro para a passagem de uma ambulância que prestava atendimento ao Sr. Agustáceo Locário Zuca, que passava mal na aldeia. O fazendeiro trançou a porteira com cadeado, fechando a estrada vicinal aos indígenas.

MEIO EMPREGADO: Trancamento de estrada

FONTE: Cimi Regional MS

**27/10/2012**

**VÍTIMA:** Luiz Henrique Eloy

**POVO:** TERENA

**TERRA INDÍGENA:** KADIWÉU

**MUNICÍPIO:** AQUIDAUANA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Estrada vicinal que liga a aldeia

**DESCRIÇÃO:** Um historiador, um advogado (funcionário do Cimi) e quatro lideranças foram perseguidos por homens armados em seis caminhonetes. As vítimas estavam fazendo uma visita às comunidades indígenas, onde ocorrem vários conflitos e foram perseguidos quando saíram da área dos Kadiwéu.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte

**FONTE:** Cimi Regional MS, março/2013

**08/09/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** TERENA

**TERRA INDÍGENA:** CACHOEIRINHA

**MUNICÍPIO:** MIRANDA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Fazenda Petrópolis

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas declaram que a fazenda Petrópolis incide dentro dos limites da terra indígena. Cerca de 80 indígenas

cansados de aguardar a retirada dos fazendeiros de suas terras, já que o processo administrativo estava praticamente concluído, resolveram fazer uma retomada de suas terras. Eles foram abordados por fazendeiros e homens encapuzados e armados. Uma fazendeira jogou o carro contra os indígenas. As vítimas filmavam o ocorrido quando tiveram a filmadora e um celular subtraídos por uma mulher que estava no grupo de agressores.

**MEIO EMPREGADO:** Conflito fundiário

**FONTE:** Indígenas (Zacarias Rodrigues); Cimi Regional MS

## MT – 3 Casos – 1 Vítima

**27/02/2012**

**VÍTIMA:** Bebê

**POVO:** KARAJÁ

**TERRA INDÍGENA:** KARAJÁ SANTANA DO ARAGUAIA

**MUNICÍPIO:** SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

**DESCRIÇÃO:** O Conselho Tutelar de Goiânia denunciou uma suposta tentativa de adoção ilegal de um bebê indígena por um casal de empresários. De acordo com o Conselho, um documento foi lavrado no cartório de registro de imóveis pelo avô, que disse ser responsável pela mãe da criança e pelo bebê,

Foto: Egon Heck/Cimi



“Novos ataques de pistoleiros vão ocorrer”. Aviso dado à comunidade Guaiviry

e que estaria doando o neto porque não tinham condições financeiras, psicológicas e culturais para sustentá-lo. A mãe da criança era uma adolescente de 17 anos e o bebê tinha 21 dias. O Conselho Tutelar chegou ao caso depois de denúncias de funcionários da maternidade onde foi feito o parto. Os envolvidos afirmaram que, na tribo, era fácil conseguir uma criança. Eles, então, foram até a aldeia e constataram que, realmente, estava fácil e ilegalmente fizeram a adoção.

**MEIO EMPREGADO:** Tentativa de adoção ilegal

**FONTE:** G1, 28/02/2012; Conselho Tutelar de Goiânia, 27/02/2012

#### ABRIL/2012

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** APIAKÁ

**TERRA INDÍGENA:** APIAKÁ / KAYABI

**MUNICÍPIO:** ALTA FLORESTA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Obras da hidrelétrica Teles Pires I

**DESCRIÇÃO:** Após a justiça federal determinar a paralisação das obras da hidrelétrica Teles Pires I, os povos indígenas sofreram ameaças constantes em sua integralidade física. O MPF/MT confirmou que tem instruído os indígenas a não circular sozinhos na cidade e a evitar confrontos.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaças

**FONTE:** Agência Estado, 02/04/2012

#### 26/12/2012

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** XAVANTE

**TERRA INDÍGENA:** MARÁIWATSÉDÉ

**MUNICÍPIO:** SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Área próxima à aldeia

**DESCRIÇÃO:** Indígenas Xavante denunciam despejo de agrotóxico próximo à terra indígena. Um avião teria pulverizado uma área próxima à aldeia durante 20 minutos. Aproximadamente 20 Xavante, que estavam no local, relataram sentir fortes dores de cabeça e febre alta após a ação. Segundo o padre Aquilino Xavante “Foi um ataque visível para nós... (...) Não é o primeiro caso de despejo de veneno e já ocorreram mortes em função de pulverização em locais próximos à aldeia”.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaça à vida

**FONTE:** Cimi - Assessoria de Comunicação, dezembro 2012

## PA – 2 Casos – 1 Vítima

#### 17/10/2012

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** MUNDURUKU

**TERRA INDÍGENA:** MUNDURUKU

**MUNICÍPIO:** JACAREACANGA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Itaituba

**DESCRIÇÃO:** Pesquisadores não foram autorizados pelos indígenas para coletar dados dentro da terra indígena para estudos do Complexo Hidrelétrico de Tapajós. A Eletronorte convocou uma reunião entre o consórcio, a Funai e algumas lideranças, com o objetivo de acalmar os ânimos dos índios. Estes, por sua vez exigiam a presença do Ministério Público Federal. Os indígenas mantiveram a posição de não admitir a entrada de pesquisadores nas suas terras. A representante da Funai de Brasília ameaçou os índios, dizendo que se eles engrossassem com o governo, o governo engrossaria com os Munduruku.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaças verbais

**FONTE:** Indígenas; Cimi Regional Norte II, março/2013

#### 26/11/2012

**VÍTIMA:** Miquilina Apiaká

**POVO:** APIAKÁ

**TERRA INDÍGENA:** KAYABI

**MUNICÍPIO:** JACAREACANGA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Teles Pires

**DESCRIÇÃO:** Por ocasião da operação Eldorado, uma indígena grávida de 8 meses tentou fugir dos policiais, indo em direção à roça, mas não conseguiu porque foi perseguida pelo helicóptero, que fazia vários disparos em sua direção.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** Indígenas; Cimi Regional Norte II; Relato da Câmara de Ver. Do Mun. De Jacareacanga

## SP – 1 Caso

#### ABRIL/2012

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** GUARANI MBYA

**TERRA INDÍGENA:** KRUKUTU

**MUNICÍPIO:** SÃO PAULO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Krukutu e Tenond Porã

**DESCRIÇÃO:** Desde a publicação da ampliação das terras indígenas, os índios da região de Parelheiros vêm sofrendo ameaças por parte de grileiros de terras que, mesmo estando em situação irregular, não pretendem desocupar as terras que agora pertencem oficialmente ao povo Guarani Mbyá. Homens desconhecidos estiveram na aldeia e alertaram os indígenas de que a situação não iria ficar assim. Logo após eles se retirarem, começaram os atentados. Além disso, conforme testemunhas, com frequência, carros passam vagarosamente em frente às aldeias, como se estivessem observando ou procurando alguém.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaças

**FONTE:** Frente de Ação Pró-Xingu, 5/06/2012

## Lesões corporais dolosas

**E**m 2012 registramos 6 casos de lesões corporais dolosas, com 8 vítimas. Em 2011 foram registrados 13 casos. As lesões corporais foram causadas por agressões físicas e espancamentos.

Durante a denominada operação “Eldorado”, organizada pela Polícia Federal, realizada contra os povos

Munduruku e Apiaká, no Pará, uma criança sofreu queimadura no pescoço devido a uma bomba lançada que explodiu próximo da mesma, enquanto fugia dos policiais. Outros indígenas sofreram lesões pelo corpo devido às rajadas de tiros de balas de borracha e estilhaços de bombas.

Foto: Povo Munduruku



*Índigena Munduruku mostra marcas de lesões causadas por ação da Polícia Federal, na Aldeia Teles Pires*

LESÕES CORPORAIS DOLOSAS

6 CASOS – 8 VÍTIMAS

**MS – 4 Casos – 4 Vítimas**

**14/03/2012**

**VÍTIMA:** Mulher

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Terra Indígena Dourados

**DESCRIÇÃO:** O indígena é acusado de agredir e ameaçar de morte a esposa. Segundo o boletim de ocorrência, o acusado atacou a vítima causando vários hematomas, além da ameaça de morte. Ele foi preso e enquadrado na Lei Maria da Penha.

**MEIO EMPREGADO:** Espancamento

**FONTE:** Fátima News, 15/03/2012

**12/02/2012**

**VÍTIMA:** João Augusto Fernandes Rodrigues

**POVO:** TERENA

**TERRA INDÍGENA:** TAUNAY / IPEGUE

**MUNICÍPIO:** AQUIDAUANA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Salão de festa da aldeia Ipeque.

**DESCRIÇÃO:** A vítima conta que estava no baile no salão de festa da aldeia Ipegue, quando começou a dançar com uma moça da aldeia, que lhe pediu um copo com água. Ao chegar no fundo da casa, a vítima foi abordada por 15 indígenas e espancada na cabeça até desmaiar. Um indígena, que estava armado na aldeia, viu que a vítima tinha sido amarrada no fundo do salão de festa, no escuro e iria morrer. Ele ordenou aos homens que o soltassem e a vítima foi socorrida.

**MEIO EMPREGADO:** Espancamento

**FONTE:** Midiamaxnews, 12/02/2012

Foto: Povo Munduruku



**Indígena Munduruku com marcas da violência provocada por ação da PF, na Aldeia Teles Pires**

**04/06/2012**

**VÍTIMA:** Sara Cândida Aquino

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** JAGUAPIRÉ

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaguapirú

**DESCRIÇÃO:** O acusado foi preso após espancar a própria esposa enquanto ela dormia. Segundo a vítima, estava dormindo quando começou a ser violentamente agredida pelo acusado. Os motivos que levaram o acusado a cometer o crime não foram revelados

**MEIO EMPREGADO:** Espancamento

**FONTE:** Midiamaxnews, 05/06/2012; Dourados Informa, 05/06/2012

**08/11/2012**

**VÍTIMA:** Homem

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bororó

**DESCRIÇÃO:** Segundo registro policial, o indígena caminhava pela aldeia quando foi assaltado por desconhecidos que anunciaram o roubo. Os assaltantes agrediram o indígena e levaram sua carteira.

**MEIO EMPREGADO:** Pedaco de madeira

**FONTE:** Capital News, 13/11/2012

**PA – 2 Casos – 4 Vítimas**

**27/11/2012**

**VÍTIMAS:** Eurico Krixi, Edvaldo Moris, Severino Krixi, Criança

**POVO:** MUNDURUKU

**TERRA INDÍGENA:** KAYABI

**MUNICÍPIO:** JACAREACANGA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Teles Pires

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas foram atingidos com tiros durante a operação Eldorado da Polícia Federal, mas nenhum veio a falecer. A criança sofreu queimadura no pescoço devido à bomba que explodiu próximo dela enquanto fugia dos policiais na aldeia.

**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo

**FONTE:** Indígenas; Cimi Regional Norte 2; Relato da Câmara de Vereadores do Mun. Jacareacanga

**07/11/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** MUNDURUKU

**TERRA INDÍGENA:** KAYABI

**MUNICÍPIO:** JACAREACANGA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Teles Pires

**DESCRIÇÃO:** Indígenas relataram na Câmara de Vereadores de Jacareacanga que, durante a ação da Polícia Federal dentro da área indígena, alguns indígenas a caminho da roça eram interceptados pelos helicópteros com rajadas de tiros. Os policiais dividiram os índios em grupos. Os homens eram agredidos e receberam tiros de borracha. As mulheres e as crianças foram postas sob um sol escaldante e sob a vigilância dos policiais.

**MEIO EMPREGADO:** Agressões físicas

**FONTE:** Indígenas; Cimi Regional Norte II

# Abuso de poder

**T**rês casos de abuso de poder foram registrados em 2012, contra os 2 registrados em 2011.

O caso que chamou mais atenção foi o ataque de forças policiais ao povo Munduruku, no Pará. Usando o pretexto de cumprimento de ordem judicial que determinava a destruição de dragas de garimpos no Rio Teles Pires e de pontos ilegais de mineração, o delegado Antonio Carlos Muriel Sanchez comandou a invasão, no dia 7 de novembro de 2012, à aldeia indígena Teles Pires, no município de Jacareacanga. De acordo com depoimentos prestados à 6ª Câmara do Ministério Público Federal, na aldeia foram realizadas todo tipo de atrocidades, como espancamentos,

assassinato, tentativa de assassinato, destruição de moradias, de escola, posto de saúde, celulares, computadores, aparelho de radiofonia, embarcações de pesca, de transporte e as dragas utilizadas no garimpo.

Segundo as lideranças indígenas, a repressão policial à comunidade indígena da aldeia Teles Pires foi uma tentativa de intimidar o povo Munduruku que tem se posicionado frontalmente contra as pretensões do governo federal de impor empreendimentos hidrelétricos no Rio Tapajós. Os indígenas têm a exata dimensão dos impactos avassaladores que tais empreendimentos acarretariam ao meio ambiente e, especialmente, às suas terras.

## ABUSO DE PODER

### 3 CASOS – 15 VÍTIMAS

#### MS – 1 Caso – 1 Vítima

07/11/2012

**VÍTIMA:** Comunidade, Silvio Velasques

**POVO:** GUARANI NHANDEVA

**TERRA INDÍGENA:** PARAGUASSU

**MUNICÍPIO:** PARANHOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Posto de saúde em aldeia atendida pelo médico

**DESCRIÇÃO:** A vítima, presidente do Conselho Local de Saúde Indígena, relata que, ao desenvolver o seu trabalho de fiscalização, por várias vezes, sofreu agressões verbais do médico que acompanha os pacientes do posto de saúde. Ele constantemente ameaça as pessoas que trabalham na equipe. Relata também vários casos de abuso de poder e autoritarismo do profissional para com os indígenas, além do mau atendimento às pessoas e da não permissão de intérprete.

**MEIO EMPREGADO:** Agressão verbal

**FONTE:** Cimi Regional MS e vítima

#### PA – 1 Caso – 14 Vítimas

07/11/2012

**VÍTIMAS:** Waldir Waro, Agnaldo Kabá, Joilson de Souza, Valdison Ferreira, Eliano Waro, Adonias Krixí, Audilino Yoto, Joilson Waro, Marcelo Kamassuriv, Adriel Krixí, Danilo Krixí, Severino Krixí, Edson Kabá, Zezito Waro e Comunidade

**POVO:** MUNDURUKU

**TERRA INDÍGENA:** KAYABI

**MUNICÍPIO:** JACAREACANGA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Teles Pires

**DESCRIÇÃO:** Após a invasão e destruição de equipamentos da aldeia Teles Pires, na chamada operação Eldorado, a Polícia Federal prendeu 14 indígenas levando-os para a sede da Polícia Federal no município de Sinop (Mato Grosso), onde os indígenas prestaram depoimentos sem assistência jurídica. A comunidade também denunciou em audiência na Câmara de Vereadores de Jacareacanga que, durante a ação, alguns indígenas que estavam a caminho da roça foram interceptados por helicóptero com rajadas de tiros. Os policiais dividiram os índios em grupos. Os homens eram agredidos e receberam tiros de balas de borracha. As mulheres e as crianças foram postas sob um sol escaldante e sob a vigilância dos policiais.

**MEIO EMPREGADO:** Ameaças

**FONTE:** Indígenas; Cimi Regional Norte 2; Relato Câmara de Vereadores do Mun. Jacareacanga

#### SC – 1 Caso

30/04/2012

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** GUARANI

**TERRA INDÍGENA:** PIRAI

**MUNICÍPIO:** SÃO FRANCISCO DO SUL

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas denunciam que a professora não indígena que leciona nas comunidades Guarani não reconhece nem respeita os caciques como autoridades nas comunidades. Informam também que presenciaram atitudes intimidatórias e gritos nas salas, assustando as crianças que relutam em frequentar as aulas.

**MEIO EMPREGADO:** Agressão verbal

**FONTE:** Cimi Regional Sul/Equipe Florianópolis; Lideranças Guarani

# Racismo e discriminação étnico culturais

**E**m 2012, nossos levantamentos registram a ocorrência de 11 casos de racismo e discriminação étnico culturais. No decorrer de 2011 foram registrados 20 casos. As ocorrências se deram em Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia e Roraima.

Em Mato Grosso do Sul, declarações preconceituosas foram feitas na internet por uma estudante contra o grupo de rap Brô MC's, depois deste se apresentar em um programa de televisão. A apresentação do grupo foi tratada como "lixo" e os indígenas foram chamados de "fedorentos". Também em Mato Grosso do Sul, estudantes indígenas foram impedidas de realizar a segunda prova do Enem, sob a alegação de que a identidade indígena não teria

validade, assim como houve o relato de algumas vítimas de que teriam ouvido frases preconceituosas, tais como "índio só sabe invadir terras dos outros".

Em Minas Gerais, um jornalista escreveu um artigo recheado de ofensas gravíssimas aos índios, especialmente aos Guarani-Kaiowá. Devido à grande reação de leitores e de internautas nas redes sociais, o jornal decidiu retirar o artigo do site, como também demitir o jornalista.

Em Rondônia, candidatos a vereador, do município de Seringueiras, declararam em reuniões que não existiam índios no município e que o governo desapropriaria mil famílias de fazendeiros para demarcar uma área destinada a índios de outras regiões.

Em 2012, o governo federal não aplicou nenhum centavo dos R\$ 500 mil autorizados para a ação Proteção, Promoção, Fortalecimento e Valorização das Culturas Indígenas



Foto: Cristiano Navarro

Após se apresentar em programa televisivo, o grupo de rap Brô MC's foi chamado de "lixo" e de "fedorentos"

## RACISMO E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO CULTURAIS

## 11 CASOS – 14 VÍTIMAS

**SETEMBRO/2012**

**VÍTIMA:** Povos indígenas do Brasil

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Internet

**DESCRIÇÃO:** O texto publicado no jornal seria uma notícia do repúdio dos indígenas à portaria 303 da Advocacia-Geral da União porém, comentando os protestos dos índios contra essa portaria, o texto passa a idéia de que os índios querem se tornar “nações independentes”. Os comentários postados pelos internautas sobre essa matéria estão eivados de frases racistas, chamando os índios de “vagabundos, safados e bandidos, que se intitulam nativos”; “que os índios querem um estado independente dentro do território brasileiros e logo no Amazonas área riquíssima em minério e petróleo”. Outro comentário diz textualmente: “Já passou da hora dos fuzileiros fazerem a devida limpeza nestes traidores da pátria”.

**MEIO EMPREGADO:** Declarações preconceituosas na internet

**FONTE:** *Tribunal da Imprensa*, 04/09/2012

**MS – 4 Casos – 12 Vítimas****14/04/2012**

**VÍTIMA:** Jovens do Brô MC'

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** JAGUPIRÉ

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Página no Facebook

**DESCRIÇÃO:** O grupo Brô MC's participou do programa TV Xuxa, da Rede Globo. E, logo em seguida, em uma página no Facebook, a autora da discriminação, uma estudante, classifica a apresentação do grupo como um “lixo”, chama os músicos de “índios fedorentos” e utiliza palavras de baixo calão. O MPF requisitará informações ao site para verificar a veracidade das mensagens. Se forem confirmadas, será aberto um inquérito.

**MEIO EMPREGADO:** Declarações preconceituosas na internet

**FONTE:** *Ministério Público Federal do Mato Grosso do Sul*, 16/04/2012; *G1 MS*, 16/04/2012

**09/05/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Dourados

**DESCRIÇÃO:** Órgãos da imprensa noticiaram que os indígenas das aldeias Bororo e Jaquapiru fariam um manifesto pacífico, onde os motoristas que seguiriam pela MS-156 seriam obrigados a desviar a rota para dentro da aldeia. O objetivo seria que a população tomasse conhecimento da precária situação das estradas. Chamou atenção o número de comentários postados na internet onde pessoas, usando o anonimato, expressaram seu preconceito aos indígenas, tais como “pau neles, nos índios e em quem não quer trabalhar”... Os policiais deviam estar na cidade defendendo a população; e o direito de ir e vir cadê? Esse capitão de m... dos índios, nunca trabalhou na

vida fica aí tomando cachaça e o dinheirinho trocado dos índios, pau neles...” (Maycon)

**MEIO EMPREGADO:** Declarações preconceituosas na internet

**FONTE:** *Dourados News*

**NOVEMBRO/2012**

**VÍTIMAS:** Gislene Dias Bernardo, Lúcia Duarte, Élice Missias Silva, Eliete da Silva, Ariane Sol, Cléia Severino Gonçalves, Taiane R. Castro José, Kellen Natalice Veron

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** CAMPO GRANDE

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Escola Municipal Porfíria Lopes do Nascimento - Sidrolândia

**DESCRIÇÃO:** As estudantes foram impedidas de realizar a 2ª Prova do Enem com a alegação, pelos representantes da Secretaria Municipal de Educação, de que o documento apresentado de identidade indígena, fornecido pela Funai, não tinha valor como documento de identidade. Algumas ainda ouviram frases preconceituosas como “(...) Índio só sabe invadir terra dos outros”. Outras foram retiradas de dentro da sala das provas. Conforme o Estatuto do Índio, a Funai emite o Registro

Foto: Cristiano Navarro



**Integrante do grupo de rap Brô MC's, vítima de discriminação em rede social**

Administrativo de Nascimento e Óbito de Indígenas (RANI), que “... constituirá, quando couber, documento hábil para proceder ao registro civil do ato correspondente, admitido na falta deste, como meio subsidiário de prova”.

**MEIO EMPREGADO:** Declarações preconceituosas

**FONTE:** Midiamaxnews; Campo Grande News, novembro/2012; Cimi Regional MS

**22/10/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** LARANJEIRA NHÂNDERU

**MUNICÍPIO:** RIO BRILHANTE

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Acampamento Laranjeira Nhänderu

**DESCRIÇÃO:** O fazendeiro colocou uma cerca com tronco de árvore e arame farpado, obstruindo a entrada vicinal utilizada pelos indígenas. Os alunos não puderam estudar porque o ônibus não pôde pegá-los para levar à escola.

**MEIO EMPREGADO:** Trancamento de estrada

**FONTE:** Cimi Regional / MS

## MG – 1 Caso

**08/11/2012**

**VÍTIMA:** Indígenas

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**MUNICÍPIO:** BELO HORIZONTE

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Publicação do jornal O Tempo (MG)

**DESCRIÇÃO:** O jornalista escreveu um artigo recheado de ofensas gravíssimas e com clara discriminação contra os indígenas, em especial os Guarani Kaiowá. Os próprios leitores do jornal reagiram com indignação, sugerindo que o jornalista deveria ser demitido e processado. Em 13 de novembro, o jornal O Tempo publicou uma nota dizendo que o jornalista foi afastado do seu quadro de colunistas e a coluna foi retirada do site do jornal.

**MEIO EMPREGADO:** Declarações preconceituosas na imprensa

**FONTE:** O Tempo/MG, 08/11/2012

## RO – 2 Casos – 2 Vítimas

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** PURUBORÁ

**TERRA INDÍGENA:** PUROBORÁ

**MUNICÍPIO:** SERINGUEIRAS

**DESCRIÇÃO:** Os candidatos a vereador do município de Seringueiras agiram em suas reuniões com discriminação e preconceito. Afirmaram, publicamente, que não existem índios no município e que o governo iria desapropriar mil famílias de fazendeiros para demarcar uma área trazendo indígenas de outras regiões porque o povo Puruborá não é indígena. O fato foi denunciado ao MPF de Ji-Paraná.

**MEIO EMPREGADO:** declarações discriminatórias

**FONTE:** Equipe Pastoral Indigenista; Cimi Regional RO, Ji-Paraná, 07/12/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Professores

**POVO:** ARARA

**TERRA INDÍGENA:** IGARAPÉ LOURDES

**MUNICÍPIO:** JI-PARANÁ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Representação de Ensino de Ji-Paraná

**DESCRIÇÃO:** Os professores da aldeia Iterap foram demitidos sem

justa causa. Quando perguntaram ao representante de ensino o motivo das demissões, o servidor respondeu “não devo dar satisfação para índios”.

**MEIO EMPREGADO:** Declarações preconceituosas

**FONTE:** Cimi Regional Rondônia - Equipe Pastoral Indigenista Ji-Paraná, 07/12/2012

## RR – 3 Casos

**16/07/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** BOA VISTA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Boa Vista, Roraima

**DESCRIÇÃO:** O jornal Folha de Boa Vista publicou uma caricatura onde um policial diz para um garimpeiro: “Só quem pode ficar na reserva são os índios!”. E o garimpeiro responde: “Mas eles estão indo para a periferia de Boa Vista. Quem vai ficar aqui?”. A caricatura dá a entender que os garimpeiros podem invadir as terras dos indígenas e explorá-las porque eles estão deixando suas terras. A charge foi publicada dias após uma operação da Polícia Federal para retirar os garimpeiros da Terra Indígena Yanomami.

**MEIO EMPREGADO:** Imprensa

**FONTE:** Pastoral Indigenista de Roraima

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** YANOMAMI

**TERRA INDÍGENA:** YANOMAMI

**MUNICÍPIO:** MUCAJAÍ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Mucajaí

**DESCRIÇÃO:** Índios Yanomami são constantemente agredidos e discriminados por moradores e policiais militares na cidade de Mucajaí. A denúncia vem de alguns moradores que, frequentemente, testemunham tais agressões.

**MEIO EMPREGADO:** Agressão física e verbal

**FONTE:** Pastoral Indigenista de Roraima

**26/06/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** WAPIXANA

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** BOA VISTA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Assembléia Legislativa de Boa Vista

**DESCRIÇÃO:** Durante audiência pública na Câmara Legislativa de Boa Vista, lideranças indígenas deram depoimento afirmando que não são empecilho para o desenvolvimento do estado de Roraima, e que também querem participar das definições sobre políticas públicas que lhes afetam diretamente. Durante estes depoimentos, em total desrespeito às lideranças, os deputados saíram da sala, liam jornais, conversavam entre si e atendiam celulares. A Secretária do Movimento das Mulheres do Conselho Indígena de Roraima, Telma Marques, reclamou que os parlamentares não estavam respeitando a fala dos índios, ao que a Presidente da Mesa argumentou que deviam sair pois tinham outros assuntos para resolver. Os indígenas resolveram abandonar o local em desagravo à falta de respeito dos parlamentares. Houve algumas manifestações de deputados afirmando que a homologação da TI Raposa Serra do Sol havia sido mal feita e que o governo federal tinha se equivocado nesta decisão.

**MEIO EMPREGADO:** preconceito

**FONTE:** Pastora Indigenista de Roraima

# Violência sexual

**F**oram registrados, em 2012, 7 casos envolvendo violência sexual, com 12 vítimas. As ocorrências foram registradas nos estados do Amazonas (2), Maranhão (1), Mato Grosso do Sul (2), Rio de Janeiro (1) e Rondônia (1).

Em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, foi denunciada uma rede de pedofilia. Meninas indígenas de até

10 anos, de famílias muito pobres, seriam vítimas dessa rede, em que, segundo denunciado pelo Conselho Tutelar local, haveria participação de comerciantes da região. Seis meninas aceitaram prestar depoimento à Polícia Federal e passaram a ser protegidas por um programa de proteção a testemunhas.

Foto: Clarissa Tavares



*Polícia Federal investiga rede de prostituição contra meninas indígenas, em São Gabriel da Cachoeira, AM*

## VIOLÊNCIAS SEXUAIS PRATICADAS CONTRA INDÍGENAS NO BRASIL

## 7 CASOS – 12 VÍTIMAS

**AM – 2 Casos – 7 Vítimas****08/06/2012**

VÍTIMA: Adolescente

POVO: BARÉ

MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: São Gabriel da Cachoeira

DESCRIÇÃO: A menina estava indo para a escola quando foi abordada por um motorista de taxi que cometeu o abuso sexual. A vítima ficou grávida.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *A Crítica*, 08/09/2012**2012**

VÍTIMA: Adolescentes

POVO: BARÉ

MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: São Gabriel da Cachoeira

DESCRIÇÃO: Segundo denúncias feitas pelo Conselho Tutelar, há uma rede de pedofilia em São Gabriel da Cachoeira, e, conforme relato de uma conselheira, essa situação aumenta a cada ano. São meninas de até 10 anos de idade, de famílias muito pobres que vêm de suas comunidades e sem condições financeiras acabam vítimas dessa rede que, segundo relatam, são de comerciantes locais. A prática já foi denunciada ao MP e ao Fórum de Justiça mas, segundo a conselheira, não passa disso. Além do mais, as meninas e as famílias ficam com medo de denunciar. Conforme uma psicóloga que acompanha estes casos há alguns anos, o medo de denunciar, a omissão das autoridades públicas e as ameaças explícitas são as principais causas da perpetuação e do crescimento da prática de exploração sexual. Em agosto, seis meninas aceitaram prestar depoimento à representação da Polícia Federal, porém o conteúdo das declarações não foi revelado à reportagem. O representante da Polícia Federal no município, Cláudio César, disse apenas que os depoimentos farão parte de um relatório que ele enviará para a promotoria do município e para a superintendência da PF.

MEIO EMPREGADO: Exploração sexual de menores

FONTE: *A Crítica*, 08/09/2012 e 02/10/2012; *G1/AM*, 6/11/2012**MA – 1 Caso – 1 Vítima****15/06/2012**

VÍTIMA: Criança

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: BACURIZINHO

MUNICÍPIO: GRAJAÚ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Guajajara no município de Grajaú

DESCRIÇÃO: A criança foi resgatada em Aparecida de Goiânia (GO). Ela foi vítima de abuso sexual e está grávida. O suspeito, ao saber da gravidez da menina, teria contratado dois pistoleiros para que a sequestrassem da aldeia para Aparecida de Goiânia e pretendia fugir para São Paulo.

MEIO EMPREGADO: Sequestro e exploração sexual de menor

FONTE: *DM.com.br*, 15/06/2012**MS – 2 Casos – 2 Vítimas****24/10/2012**

VÍTIMA: M.B.R.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: TEKOHÁ PYELITO KUE

MUNICÍPIO: IGUATEMI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fazenda São Luís

DESCRIÇÃO: A indígena se dirigia para o centro urbano de Iguatemi, quando o motoqueiro que a levava mudou de rota, entrou numa fazenda onde oito pistoleiros aguardavam a indígena e a violentaram sexualmente. Conforme relato da vítima, os pistoleiros a amordaçaram e a ameaçaram com uma faca, fazendo perguntas sobre a terra indígena Pyelito Kue e suas lideranças.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *Assessoria de Comunicação do Cimi*, 25/10/2012**02/11/2012**

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A criança foi abusada sexualmente. Os pais procuraram pela Força Nacional de Segurança, responsável pelo policiamento da aldeia, porém o atendimento foi negado. Para deter o suspeito, o pai da criança e um pastor conseguiram amarrá-lo. O acusado foi encaminhado ao 1º Distrito Policial da cidade, onde foi autuado em flagrante por estupro de vulnerável.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *MS Record*, 03/11/2012**RJ – 1 Caso – 1 Vítima****23/12/2012**

VÍTIMA: Mulher

POVO: TUKANO

MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Maracanã, Rio de Janeiro

DESCRIÇÃO: Segundo o cacique Tukano, uma das índias teria sido estuprada por um segurança durante uma festa de fim de ano na unidade São Cristovão do Colégio Pedro II. Conforme depoimento do cacique, ao tentar sair do local, por volta das 22h, a mulher foi pedir ajuda a um segurança que a conduziu a um local isolado e praticou o crime.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *Jornal do Brasil*, 27/12/2012**RO – 1 Caso – 1 Vítima****16/01/2012**

VÍTIMA: G.T

POVO: MAKURAP

TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rio próximo à sua casa

DESCRIÇÃO: A indígena se dirigiu à Delegacia de Polícia Civil para denunciar uma tentativa de estupro cometida por um parente.

MEIO EMPREGADO: Tentativa de estupro

FONTE: *Rondonotícias*, 02/02/2012



# Capítulo III

## Violência por omissão do poder público

- 85** Suicídio e tentativa de suicídio
- 88** Desassistência na área de saúde
- 102** Morte por desassistência à saúde
- 104** Mortalidade infantil
- 106** Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas
- 108** Desassistência na área de educação escolar indígena
- 115** Desassistência geral



*Dados do Ministério da Saúde indicam o aumento do número de suicídios em 2012, com o registro de 56 vítimas apenas no MS – Foto: Egon Heck/Cimi*

# Suicídio e tentativa de suicídio

Em 2012, dados parciais do Cimi demonstram a existência de 23 casos de suicídios, dos quais 12 vítimas eram homens, 1 mulher e, em 10 casos, não há identificação do sexo. A maioria das vítimas, 9, pertence ao povo Guarani-Kaiowá, de Mato Grosso do Sul. Mas também assusta o número de casos verificados no estado do Tocantins, com 7 vítimas, entre o povo Karajá. Este povo vem relatando e pedindo providências ao MPF/TO para o consumo excessivo de bebida alcoólica na comunidade.

Outros casos foram registrados nos estados do Amazonas (1), Mato Grosso (4), Rondônia (1) e Roraima (1).

Na maioria dos casos, 11, o meio empregado foi o

enforcamento. Houve 1 caso com utilização de arma de fogo. No restante dos casos, 11, não há informações sobre o meio empregado.

Em 10 dos 23 casos foram registradas as idades das vítimas. Os casos de suicídio envolvem, sobretudo, pessoas jovens. Duas vítimas possuíam 14 anos de idade. Nas outras ocorrências registradas, 8 vítimas possuíam entre 15 e 25 anos.

## Tentativa de suicídio

Foi registrada uma tentativa de suicídio, em Mato Grosso, junto ao povo Karajá, por meio de enforcamento.

## Genocídio: dados oficiais mostram a dramática situação dos Guarani-Kaiowá

Em 2012 voltou a subir os casos de suicídios entre os Guarani-Kaiowá, com 56 vítimas. Os dados são do próprio Ministério da Saúde (DIASI/DSEI) que indicam 611 casos de suicídios nos últimos 13 anos (2000-2012).

Em levantamentos anteriores, o Cimi já alertava para a existência de muitos mais casos do que aqueles que publicávamos. Mais uma vez, dados de um órgão governamental de saúde demonstram o agravamento da situação dos Guarani-Kaiowá, com o aumento da incidência de suicídios. Entretanto,

pouco ou nada foi feito no decorrer de 2012 para mudar tal realidade.

Os dados relativos aos suicídios apontam para uma realidade de genocídio silencioso em Mato Grosso do Sul. As pequenas reservas indígenas na qual estão confinados e com uma super povoação, constituem-se em graves espaços de conflitos, especialmente entre os jovens. Os dados do Ministério da Saúde indicam que 98% dos suicídios são por enforcamento, 70% são do sexo masculino e a faixa etária mais atingida está entre os jovens de 15 a 29 anos.

### Suicídio entre indígenas – 2000 a 2012 no Mato Grosso do Sul

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
<b>Nº de Suicídios</b>	45	41	55	53	42	50	40	40	60	42	42	45	56*	611*

Dados do DIASI/DSEI-MS – 2000 a 2012

\* Dados sujeitos à revisão e alteração.

## SUICÍDIO

## 14 CASOS – 23 VÍTIMAS

## AM – 1 Caso – 1 Vítima

**23/03/2012**

VÍTIMA: M.M

IDADE: 18 anos

POVO: MAYORUNA

TERRA INDÍGENA: LAMEIRÃO

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rua Cunha Gomes, Centro

**DESCRIÇÃO:** Segundo um vigilante que estava a serviço na Casa do Índio, a estudante caminhava por volta das 5h da manhã, saindo da cidade, e chorava muito. Foi abordada pelo vigilante, que tentou conversar, mas não obteve sucesso. Por volta das 6h, pessoas que caminhavam pela BR 307 chegaram à Casai e deram a notícia que havia uma jovem pendurada em uma corda, no galho de um ingazeiro. A Polícia Militar foi acionada e juntamente com os técnicos de enfermagem da Sesai retiraram o corpo, que foi conduzido à Casa do Índio e depois para o Hospital São Sebastião para a realização de autópsia.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Blog Jambo Verde; Cimi Norte Regional I, 25/03/2012*

## MT – 1 Caso – 4 Vítimas

**26.01.2012**

VÍTIMA: Homem

POVO: KARAJÁ

TERRA INDÍGENA: SÃO DOMINGOS

MUNICÍPIO: SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Próximo À Ilha do Bananal - mediações de São Félix do Araguaia

**DESCRIÇÃO:** A vítima, que trabalhava de guarda, foi encontrada enforcada por moradores da área indígena. As causas do suicídio ainda são desconhecidas. Existe uma possível associação com o consumo de álcool. Este foi, pelo menos, o quarto suicídio de indígenas em janeiro de 2012, nas aldeias do norte do Araguaia.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *24 Horas News, 27/01/2012*

## MS – 9 Casos – 9 Vítimas

**JULHO/2012**

VÍTIMA: Adolescente

IDADE: 14 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JATAYVARY

MUNICÍPIO: PONTA PORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Jatayvari - Lima Campo

**DESCRIÇÃO:** O estudante morava com a mãe e o padrasto. Segundo a agente de saúde, Rosângela, o motivo teria sido desentendimento com a namorada.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Agente de saúde; Cimi Regional MS***14/07/2012**

VÍTIMA: C.D.

IDADE: 16 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JATAYVARY

MUNICÍPIO: PONTA PORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Jatayvari-Lima Campo

**DESCRIÇÃO:** A vítima era estudante e relatou que vinha mostrando um comportamento de tristeza. Comentou com a irmã que desejava muito comprar uma moto, o que seria praticamente impossível pois teria que esperar muito.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Irmã da vítima; Agente de saúde; Cimi Regional MS***17/12/2012**

VÍTIMA: N.D.

IDADE: 24 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Passo Pirajú

**DESCRIÇÃO:** O indígena trabalhava numa construção civil em Campo Grande. Quando chegou em casa, a mulher notou que estava triste e estranho. Ele contou que não estava contente com o trabalho e que teria sido melhor que não tivesse ido. Foi encontrado, no final da tarde, enforcado numa árvore à beira do rio.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Cimi Regional MS***01/06/2012**

VÍTIMA: S. G.

IDADE: 21 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: TAQUAPERÍ

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

**DESCRIÇÃO:** A indígena encontrou o irmão enforcado na aldeia Taquaperi, em Coronel Sapucaia, a 400 quilômetros de Campo Grande.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Campo Grande News, 01/06/2012***22/07/2012**

VÍTIMA: V.N.

IDADE: 21 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAÍ

MUNICÍPIO: AMAMBAÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambaí

**DESCRIÇÃO:** O indígena usou uma corda de náilon amarrada a um galho de árvore para cometer o suicídio. O corpo foi localizado pela família no dia seguinte. Segundo informações, a vítima era casada e a esposa está grávida de seis meses do primeiro filho. Ele trabalhava em uma usina de álcool, no corte de cana.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *A Gazeta News - 23/07/2012*

**MARÇO/2012**

VÍTIMA: Adolescente

IDADE: 14 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAÍ

MUNICÍPIO: AMAMBAÍ

DESCRIÇÃO: Em 3 de julho de 2012 indígenas encontraram os restos mortais de um adolescente que havia desaparecido em março. A Polícia constatou que o motivo da morte foi suicídio, visto que havia no pescoço da vítima uma corda que estava amarrada a uma árvore. Não há informações sobre o motivo.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Fátima News*, 07/07/2012

**10/04/2012**

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA CAMPESTRE

MUNICÍPIO: ANTÔNIO JOÃO

DESCRIÇÃO: A vítima cometeu o suicídio com uma corda no pescoço. A mulher tentou socorrer sem resultado. Motivo desconhecido.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *MS Notícias*, 11/04/2012

**27/01/2012**

VÍTIMA: J.M.

IDADE: 25 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAÍ

MUNICÍPIO: AMAMBAÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambaí

DESCRIÇÃO: Após discutir com a esposa, o indígena consumiu bebida alcoólica e se suicidou com o próprio cinto em um galho de árvore. O corpo do rapaz foi encontrado por familiares.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *O Jornal do MS*, 01/02/2012

**24/01/2012**

VÍTIMA: D. R.

IDADE: 22 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAÍ

MUNICÍPIO: AMAMBAÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia de Amambaí

DESCRIÇÃO: O indígena foi encontrado por sua esposa, pendurado do lado de fora de sua residência. O cinto da calça da vítima foi usado para realizar o enforcamento. O corpo encontrava-se pendurado em uma das madeiras de sustentação da varanda de sua casa. Sua esposa tentou cortar o cinto na tentativa de salvá-lo, mais a vítima já estava morta. Os policiais civis estiveram no local e estão apurando o caso.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *A GazetaneWS*, 24/01/2012

**RO – 1 Caso – 1 Vítima**

**17/03/2012**

VÍTIMA: M.Q.K.

POVO: KAXARARI

TERRA INDÍGENA: KAXARARI

MUNICÍPIO: EXTREMA

DESCRIÇÃO: De acordo com informações do líder indígena Ary Kaxarari, o indígena se matou com um tiro de espingarda. Segundo relato da liderança, a vítima havia sido ameaçada pelo ex-administrador da Vila Marmelo. A Polícia investiga o caso.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Rondoniaivo*, 18/03/2012

**RR – 1 Caso – 1 Vítima**

**2012**

VÍTIMA: Adolescente

IDADE: 18 anos

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: UIRAMUTÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade São Luís, região das Serras

DESCRIÇÃO: O caso foi informado pelo Conselho Indígena de Roraima.

FONTE: *CIR – Conselho Indígena de Roraima*

**TO – 1 Caso – 7 Vítimas**

**JAN/AGO/2012**

VÍTIMA: Homens

POVO: KARAJÁ

TERRA INDÍGENA: KARAJÁ SANTANA DO ARAGUAIA

MUNICÍPIO: LAGOA DA CONFUSÃO

DESCRIÇÃO: Segundo informações do Distrito Sanitário Especial Indígena de São Félix do Araguaia, de janeiro a agosto de 2012 ocorreram sete mortes em decorrência de suicídio, além da constatação de aproximadamente 80 situações de vulnerabilidade que englobam tentativas e ameaças. Os índios relataram que é muito alta a incidência de alcoolismo na comunidade e reivindicam a manutenção de uma guarda indígena empenhada na fiscalização da entrada e consumo de álcool nas aldeias. Em diversos momentos, em reunião com o procurador da República, Álvaro Manzano, os índios ressaltaram sua condição cultural conflituosa, pois vivem simultaneamente a influência de seus costumes tradicionais e da sociedade envolvente, com valores opostos, fato apontado como sendo um dos fatores que podem estar relacionados ao alcoolismo e aos suicídios.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica

FONTE: *MPF/TO*, 24/08/2012

**TENTATIVA DE SUICÍDIO**

**MT – 1 Caso – 1 Vítima**

**2012**

VÍTIMA: Homem

POVO: KARAJÁ

TERRA INDÍGENA: KARAJÁ SANTANA DO ARAGUAIA

MUNICÍPIO: SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Isabel do morro “Hawaló”

DESCRIÇÃO: O indígena tentou o suicídio utilizando um pedaço de corda, mas foi salvo a tempo. Não há dados sobre o motivo.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *24 Horas News*, 27/01/2012

# Desassistência na área de saúde

O ano de 2012 foi marcado pelo aumento dos casos de desassistência na área de saúde. Foram registrados, pelo Cimi, 86 casos, contra os 53 listados em 2011. O descaso do poder público atingiu mais de 80 mil pessoas.

Foram registrados casos nos seguintes estados: Acre (5), Alagoas (5), Amazonas (9), Bahia (6), Maranhão (6), Mato Grosso (6), Mato Grosso do Sul (5), Minas Gerais (1), Pará (7), Paraíba (3), Paraná (3), Pernambuco (2), Rio de Janeiro (1), Rondônia (4), Roraima (8), Santa Catarina (5), São Paulo (2), Sergipe (1) e Tocantins (7). Os estados do Amazonas e Roraima se destacaram com 9 e 8 casos, respectivamente.

**Dia D da Saúde Indígena** – A situação caótica na área da saúde e as inúmeras denúncias apresentadas pelas comunidades indígenas e por seus aliados levaram o Ministério Público Federal a ingressar contra a União com diversas ações judiciais. Tais ações buscaram melhorar o atendimento às

comunidades, recuperar casas de saúde e garantir o acesso a medicamentos.

Os povos indígenas de Roraima sofrem com o atraso no pagamento dos convênios e falta de atendimento, de medicamentos, de transporte e de estrutura da casa do índio. Situação similar ocorre no Amazonas, estado onde também aumentaram os casos de desassistência na área de saúde.

No estado do Acre, apesar da “ação emergencial” empreendida pelo Ministério da Saúde, crianças do povo Jaminawá permaneciam em situação de desassistência. Nos povos Ashaninka e Kulina, da região do Alto Envira, os mais afetados pelas precárias condições de saúde são as crianças, as mulheres e os idosos. Ainda no Acre, as comunidades indígenas conviviam com a casa de saúde indígena em situação precária: ventiladores desativados e fossas a céu aberto. Com capacidade para abrigar 60 pessoas, a casa de saúde geralmente recebia mais de 100 pessoas.

Em 2012, o governo federal liquidou apenas R\$ 2.318.188,00, ou 8,70% dos R\$ 26.650.000,00 autorizados para a ação Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena

Foto: Arquivo Cimi



Delegação indígena do Acre participa de audiência no Ministério da Saúde

Em Alagoas, lideranças do povo Xukuru-Kariri decidiram ocupar o prédio da Funasa, buscando melhores condições na área de saúde. Para os indígenas, a mudança no sistema de saúde indígena piorou a situação. Reclamam da falta de médicos, medicamentos e de transporte para os pacientes, além de atrasos nos pagamentos dos servidores da saúde.

De acordo com os dados do Cimi, chega-se à constatação de que o Ministério da Saúde não conseguiu dinamizar as ações e os serviços junto às comunidades indígenas, através da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Os dados indicam que as comunidades recebem apenas assistência paliativa e que não há sequer esboço de uma política de saúde articulada no âmbito dos DSEIs. São impactantes e assustadoras as informações sobre a falta de saneamento

básico nas comunidades, a falta de água potável, a falta de medicamentos, de veículos e de profissionais capacitados.

São assustadoras as informações levantadas sobre a precária infraestrutura das casas de saúde indígena. Não há no Brasil uma única casa de saúde indígena que funcione regularmente e que preste assistência e acolhimento adequado. Os dados são dramáticos quanto à falta de higiene, de conservação dos medicamentos e do acompanhamento dos profissionais. O Ministério Público Federal, em Mato Grosso, denunciou a precária situação da Casa de Saúde Indígena de Cuiabá: graves problemas estruturais, superlotação, esgoto a céu aberto, infiltrações nas paredes, proximidade a um lixão onde são depositados lixo doméstico e hospitalar, e uso de remédios vencidos, além de falta de materiais de emergência.

## DESASSISTÊNCIA NA ÁREA DE SAÚDE

86 CASOS – 80.496 VÍTIMAS

### AC – 5 Casos – 213 Vítimas

**FEVEREIRO/2012**

VÍTIMA: Crianças

POVO: JAMINAWÁ

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO PURUS

MUNICÍPIO: SANTA ROSA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Moema, Porto Rico, Estirão, Nova Aliança.

DESCRIÇÃO: Na falta de assistência continuada por parte da Sesai e Secretaria Estadual de Saúde, dezenas de crianças ficaram em estado grave. Há falta de medicamentos, de assistência e de água potável. O governo fez um cronograma que previa ações e distribuição de 145 filtros de água.

MEIO EMPREGADO: Desnutrição

FONTE: *Regional Cimi Amazônia Ocidental*, 07/02/2012

**2012**

VÍTIMA: Comunidades

POVOS: ASHANINKA, KULINA (MADIJA)

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: FEIJÓ

DESCRIÇÃO: O problema de atendimento à saúde indígena é crítico na região do Alto Envira, onde a assistência não chega às comunidades. Na localidade, crianças, mulheres e idosos mostram os mesmos sintomas: febre alta, constantes vômitos, diarreia e desnutrição. O grupo aguarda, na cidade, consultas e alguns casos necessitam de procedimentos cirúrgicos. Enquanto a ajuda médica não chega, eles ficam expostos ao clima inconstante e a outras séries de riscos, como a insalubridade do lugar. De acordo com o cacique Ninawá Huni Kui, os índios continuam no local pela dificuldade em voltar para suas aldeias, receosos de perder a chance de possíveis consultas, exames e cirurgias. Eles levam até 12 dias para chegar à cidade, com embarcação a motor. Sem motor, demoram até um mês. Segundo ainda o cacique, os Polos Base encontram-se abandonados, sem estrutura de transporte e comunicação.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: *O Rio Branco/AC*, 11/07/2012

**22/03/2012**

VÍTIMA: Comunidades

POVOS: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Cidade de Feijó

DESCRIÇÃO: Nove indígenas que chegaram ao município de Feijó foram submetidos à situação de abandono. Depois de receberem alta médica foram levados para o Polo da base administrativa. Quando localizados, estavam com febre, frio, fome e ao relento. O chefe do Polo Base não compareceu para oferecer assistência aos pacientes. Quando os indígenas conseguiram entrar na casa do Polo base, encontraram dois pacientes com tuberculose aguardando por tratamento há mais de um mês. Não havia camas, redes, alimento ou qualquer estrutura básica de atendimento aos indígenas. A farmácia existente no local também estava fechada.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência e abandono de pacientes

FONTE: *Contilnet*, 24/03/2012

**2012**

VÍTIMA: Comunidades

POVOS: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: SENA MADUREIRA

DESCRIÇÃO: A Casa de Saúde Indígena em Sena Madureira estava com estrutura precária. Ventiladores desativados, fossas a céu aberto e uma crise administrativa que torna a situação dos pacientes que conseguem chegar até lá ainda mais calamitosa. A estrutura física da casa foi feita para alojar no máximo 60 pessoas, mas abriga geralmente cerca de 100, sendo que, na maioria das vezes, encaminha indígenas, ainda com soro no braço, de volta para suas aldeias.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio

FONTE: *Boletim de Notícias*, 26/03/2012, citado pela 6a. Câmara de Coordenação e Revisão

**2012**

VÍTIMA: Comunidades

POVO: KAXINAWÁ

TERRA INDÍGENA: KAXINAWÁ NOVA OLINDA

**MUNICÍPIO:** FEIJÓ

**DESCRIÇÃO:** Cerca de 70 indígenas, na região central do Acre, cobram providências sobre a situação de abandono que enfrentam no atendimento à saúde. Segundo eles, a situação precária no atendimento obrigou o fechamento do polo de saúde de Feijó.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** Juruá online, 19/07/2012

**AL – 5 Casos – 1 Vítima****2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** XUKURU-KARIRI

**TERRA INDÍGENA:** XUKURU-KARIRI

**MUNICÍPIO:** PORTO REAL DO COLÉGIO

**DESCRIÇÃO:** Povos de Alagoas ocuparam o prédio da Funasa para reivindicar melhores condições de saúde. A mudança do Sistema de Atenção à Saúde Indígena piorou, segundo eles. Não há medicamentos, médicos, transporte para os doentes, além de pagamentos atrasados aos responsáveis pela saúde indígena.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Procuradoria da República em Alagoas, 25/04/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Simone Campos

**POVO:** TINGUI-BOTÓ

**TERRA INDÍGENA:** TINGUI BOTÓ

**MUNICÍPIO:** FEIRA GRANDE

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Feira Grande

**DESCRIÇÃO:** A indígena, após passar por uma cirurgia para a retirada de um tumor na cabeça, precisaria dar continuidade ao tratamento com visitas ao médico e sessões de fisioterapia. Como não houve esse atendimento, aos poucos a vítima foi perdendo a capacidade de se movimentar e, atualmente, vive em uma cadeira de rodas com dificuldade até mesmo para se comunicar.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** Gazetaweb, 11/11/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** TINGUI-BOTÓ

**TERRA INDÍGENA:** TINGUI BOTÓ

**MUNICÍPIO:** FEIRA GRANDE

**DESCRIÇÃO:** Hipertensão, diabetes e câncer eram doenças desconhecidas para os índios antes do convívio com a sociedade envolvente. Atualmente, essas três enfermidades são o flagelo para a comunidade. Conforme declaração do indígena Ricardo de Campos, membro do conselho de saúde da aldeia, depois que a prefeitura decidiu que os índios só podem ser atendidos nos postos de saúde em caso de urgência, os doentes precisam se deslocar até Arapiraca para serem atendidos.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** Gazetaweb, 11/11/12

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades AL e SE

**POVOS:** KARIRI-XOKÓ, XOKÓ

**TERRA INDÍGENA:** KARIRI-XOKÓ

**MUNICÍPIO:** ARAPIRACA

**DESCRIÇÃO:** Conforme inspeção do MPF/AL, foram verificados problemas referentes à insuficiência de medicamentos dos

Polos Base das aldeias; faltam medicamentos prescritos pelos médicos das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena nas farmácias básicas; faltam remédios de uso controlado e contínuo, além de medicamentos dos programas especiais do Ministério da Saúde para controle de doenças crônicas. De acordo, ainda, como o MPF, quando a Sesai passou a ser gestora da saúde indígena, em 2011, reduziu o elenco de medicamentos disponíveis de 138 para 89 itens listados na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais. Desses, são oferecidos em Alagoas e Sergipe apenas 61 itens, ainda em quantidade insuficiente. Foi apurado pelo MPF que seriam necessários 200 itens de medicamentos para o atendimento específico das doenças verificadas no quadro epidemiológico da região.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de medicamentos

**FONTE:** Assessoria de Comunicação do MPF/AL, 10/12/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** KARIRI-XOKÓ

**TERRA INDÍGENA:** KARIRI-XOKÓ

**MUNICÍPIO:** PORTO REAL DO COLÉGIO

**DESCRIÇÃO:** A existência de foco de esquistossomose no interior da aldeia fez com que o MPF/AL solicitasse que sejam adotadas medidas adequadas para o tratamento de água do povo indígena, assim como o deslocamento de profissionais da saúde para promover ações de prevenção, controle e monitoramento de doenças epidêmicas e o respectivo fornecimento de medicamentos. Foi recomendada também a assistência à saúde de indígenas que não estão em áreas demarcadas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de água potável

**FONTE:** Assessoria de Comunicação do MPF/AL, 10/12/2012

**AM – 9 Casos – 3.239 Vítimas****2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** SATERÊ-MAWÊ

**TERRA INDÍGENA:** ANDIRA-MARAU

**MUNICÍPIO:** MAUÉS

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas foram a Manaus reclamar das péssimas condições da Casa de Saúde do Índio (Casai). Sem estrutura para atender os pacientes, banheiros sem condição de uso, compartilhando o mesmo ambiente portadores de tuberculose, gripados, mães que acabaram de dar à luz, acompanhantes, entre outros. Além disso, os medicamentos receitados não estão disponíveis na Casai e os índios precisam se deslocar até a cidade para comprá-los e, muitas vezes, não têm dinheiro para isso. Eles sofrem também com alimentos que demoram muito para chegar à Casai e quando chegam, na maior parte, estão estragados ou fora da data de validade.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de estrutura na Casa do Índio

**FONTE:** D24AM, 22/05/2012

**20/03/2012**

**VÍTIMA:** Arnaldo Barreiro da Silva

**POVO:** APURINÃ

**TERRA INDÍGENA:** CAITITU

**MUNICÍPIO:** LÁBREA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Copaíba

**DESCRIÇÃO:** Após receber o diagnóstico de gastrite nervosa, foram receitados ao paciente seis medicamentos que não foram fornecidos pelo hospital e tampouco pela Samed. O indígena precisou da ajuda de outras pessoas para arcar com a despesa

do tratamento. Segundo relatos, a falta de medicamentos é frequente na região.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de medicamentos

**FONTE:** *Cimi Regional Norte I, 02/05/2012*

**MARÇO/2012**

**VÍTIMA:** Homem

**POVO:** DENI

**TERRA INDÍGENA:** DENI

**MUNICÍPIO:** TAPAUÁ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Samaúma

**DESCRIÇÃO:** O paciente apresentava um quadro clínico grave, visto ter sido picado por cobra venenosa. O Agente de Saúde Indígena solicitou remoção imediata para tratamento em Lábrea, o que não ocorreu. Apesar da urgência, o transporte só chegou à comunidade após quatro dias. Segundo relatos, tais atrasos na remoção são frequentes na região.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de transporte

**FONTE:** *Cimi Regional Norte I, 02/05/2012 e Zutihari Minudeni*

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** APURINÃ, PARINTINTIN, TENHARIN

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** HUMAITÁ

**DESCRIÇÃO:** Um grupo de indígenas do sul do Amazonas ocupou a Casai e o Polo Base de Humaitá. Eles denunciam a falta de estrutura da Casai, dificuldades para o deslocamento dos pacientes das aldeias até Humaitá, descaso no atendimento básico, como problemas no encaminhamento de consultas, realização de exames e atendimentos das receitas prescritas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de estrutura na Casa do Índio

**FONTE:** *A Crítica, 05/06/2012*

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** ATALAIA DO NORTE

**DESCRIÇÃO:** Dos quase 16 mil casos de malária no Amazonas, 3.200 foram diagnosticados em áreas indígenas. O número representa 20% do total de pacientes em todo o estado. As informações são da Fundação de Vigilância em Saúde (FVS), que mapeia os números da doença no Amazonas. O chefe do departamento da FVS, Romero Rodrigues Fialho, declarou que o isolamento geográfico das aldeias é apontado como uma das características que atrapalha o controle, prevenção diagnóstico e tratamento da doença.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** *G1 AM, 19/04/2012*

**22/03/2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**TERRA INDÍGENA:** ALTO RIO ENVIRA

**MUNICÍPIO:** FEIJÓ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Boca do Acre

**DESCRIÇÃO:** Mais de 30 indígenas foram acometidos por doença desconhecida em Feijó. A suspeita é a de que as doenças sejam causadas por um vírus desconhecido. Oito ficaram em estado muito grave, com sintomas de diarreia e febre alta, sem que houvesse um diagnóstico sobre o problema. De acordo com os indígenas não existe sequer soro fisiológico ou qualquer

paliativo contra febre. O médico do Instituto Evandro Chagas, que atendeu os indígenas, disse que a situação é grave, sendo necessário realizar uma pesquisa na região para detectar a causa do problema. O médico de plantão no hospital de Feijó admitiu que a saúde indígena no município é crítica e enfatizou que as doenças que atingem os índios são muitas, incluindo pneumonias, desnutrição crônica, rotavírus, gripes virais, entre outras. Ele questiona a falta de assistência à saúde e diz que a maioria dos responsáveis pelos povos indígenas não têm compromisso com seus povos e não há o mínimo de atendimento nas comunidades, que ficam distantes vários dias de barco da cidade.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** *Contilnet, 22/03/2012*

**2012**

**VÍTIMA:** 23 comunidades

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Alto e Médio Rio Negro

**DESCRIÇÃO:** A Diocese de São Gabriel da Cachoeira denunciou através de carta aberta, os problemas da saúde indígena, especialmente pela falta de políticas de atendimento continuado. O Ministério da Saúde atribuía à Sesai, o gerenciamento do orçamento destinado ao atendimento da saúde indígena e é incumbência do Distrito Sanitário Especial Indígena as compras necessárias para atender à população. A falta de profissionais nos DSEIs para a realização das licitações desencadeou uma série de problemas. Os 130 agentes de saúde, 40 enfermeiros, 15 dentistas, 4 médicos e 80 técnicos de endemias presentes na região estão limitados na sua capacidade de atendimento aos povos indígenas. Elementos mínimos, como insumos para práticas de saúde básica, medicamentos e até combustível para deslocamento para os pólos de saúde, não são adquiridos e o exercício da medicina, tanto preventiva quanto emergencial, não acontece.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** *CIR - Conselho Indígena de Roraima, 25/10/2012*

**2012**

**VÍTIMA:** Homem

**POVOS:** PARINTINTIN

**TERRA INDÍGENA:** IPIXUNA

**MUNICÍPIO:** HUMAITÁ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Pupunha

**DESCRIÇÃO:** Indígena com doença grave não está recebendo tratamento adequado por parte da Sesai e seu estado de saúde está piorando.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** *Cimi Regional Norte I, dezembro/2012*

**2012**

**VÍTIMA:** Homens

**POVOS:** PIRAHA

**TERRA INDÍGENA:** PIRAHÃ

**MUNICÍPIO:** HUMAITÁ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Forquilhão

**DESCRIÇÃO:** Dois indígenas, um com câncer e outro que sofreu AVC, reclamam da falta de tratamento adequado.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** *Cimi Regional Norte I, dezembro/2012*

**BA – 6 Casos – 233 Vítimas****2012****VÍTIMA:** Comunidade**POVOS:** PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE**TERRA INDÍGENA:** CARAMURU CATARINA PARAGUASSU**MUNICÍPIO:** PAU BRASIL**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Água Vermelha, Aldeia Caramuru

**DESCRIÇÃO:** A falta de assistência e de infraestrutura compromete inclusive o trabalho dos profissionais em saúde. Em função da falta de transporte, os médicos não vão para as comunidades e os doentes não são removidos para os centros de referência e hospitais. Medicamentos estavam com prazo de validade vencida. A comunidade de Água Vermelha consumia água poluída. Uma criança, passando mal, precisando de atendimento urgente, foi transportada na motocicleta do pai, enfrentando o sol quente.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos**FONTE:** Índios Online, 30/01/12**2012****VÍTIMA:** Comunidade**POVOS:** PATAXÓ**TERRA INDÍGENA:** PATAXÓ**MUNICÍPIO:** CARMESIA

**DESCRIÇÃO:** Os índios denunciam falta de investimento na área da saúde. Segundo eles, o posto de saúde está sem energia elétrica, a ambulância sem motorista e em péssimo estado de conservação. Além disso, na época das chuvas, os córregos transbordam e inundam as casas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral**FONTE:** Hoje em Dia, 17/04/2012**2012****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** TUPINAMBÁ**TERRA INDÍGENA:** TUPINAMBÁ**MUNICÍPIO:** ITABUNA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Serra do Padeiro

**DESCRIÇÃO:** Cerca de 40 lideranças do povo Tupinambá ocuparam a sede da Sesai em Salvador. Eles reivindicaram o cumprimento de promessas de 2011, feitas pela Sesai, para regularizar o atendimento de saúde com a designação de agentes indígenas, saneamento básico, disponibilização de transporte para os doentes e construção do posto de saúde. A Sesai, através de seus representantes informaram: “infelizmente, não temos condições de fazer nada”.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura e omissão**FONTE:** Cimi Regional Leste - Equipe Itabuna, 25/04/2012**2012****VÍTIMA:** Ponãhi Braz Pataxó**POVO:** PATAXÓ**TERRA INDÍGENA:** COROA VERMELHA**MUNICÍPIO:** PORTO SEGURO

**DESCRIÇÃO:** Uma criança em grave estado de saúde aguarda por uma cirurgia desde novembro de 2011. Os exames pré-operatórios foram feitos e encaminhados à Sesai. Esta alegou que a responsabilidade pela lentidão é do Hospital em Salvador que tem lista de espera para o procedimento. Segundo ainda a Sesai, em Porto Seguro não há estrutura para esse tipo de atendimento. A família está preocupada porque o caso da

criança está se agravando. Além do problema no atendimento médico, a aldeia também sofre em função do consumo de água poluída e reclama que a instalação hidráulica prometida pela Sesai não ocorreu.

**MEIO EMPREGADO:** Atraso na realização de cirurgia**FONTE:** Assessoria de Comunicação do Cimi, 23/05/2012**2012****VÍTIMA:** Comunidades**POVOS:** PANKARARU, PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE, TUPINAMBÁ**TERRA INDÍGENA:** TUPINAMBÁ

**DESCRIÇÃO:** Povos da Bahia reivindicam há muito tempo assistência à saúde nas várias comunidades. Há mais de um ano os problemas foram levados à Sesai, com a promessa de regularização no máximo em seis meses. Porém, nada foi feito, não há acompanhamento médico, enfermeiros ou medicamentos. Para que o doente seja atendido, é preciso carregá-lo numa rede por mais de 10 km, porque não há transporte.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral**FONTE:** Apohá Pataxó Hã-Hã-Hãe**2012****VÍTIMA:** Comunidade**POVOS:** TUXÁ**TERRA INDÍGENA:** TUXÁ**MUNICÍPIO:** RIBEIRA DO POMBAL

**DESCRIÇÃO:** Conforme denúncia do cacique Tuxá, as aldeias estão sem transporte para os doentes. O carro que servia à população quebrou e não foi consertado e nem substituído. Os carros oficiais estão sem motorista. Os doentes precisam fretar carro particular para levá-los ao hospital. Não há medicamentos, nem médicos. Foi criado um Polo Base, mas sem estrutura e sem funcionários.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral**FONTE:** Adenilton de Oliveira Santos, cacique Tuxá Banzaê, 17/10/2012**MA – 6 Casos – 53 Vítimas****2012****VÍTIMA:** Comunidade**POVOS:** AWÁ-GUAJÁ**TERRA INDÍGENA:** AWÁ**MUNICÍPIO:** ZÉ DOCA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Tiracambu

**DESCRIÇÃO:** O posto médico da aldeia foi desativado há muito tempo. A população, na maioria crianças e idosos, vive praticamente isolada e sofre com a falta de atendimento médico. Em todo o estado do Maranhão vivem 32 mil indígenas que são obrigados a sair das aldeias quando precisam de atendimento. Quando chegam à cidade, se deparam com postos de saúde sem a mínima condição de uso e, muitas vezes, correm risco pela demora no atendimento. Não há transporte. Uma ambulância foi abandonada. Mulheres e crianças se arriscam numa viagem perigosa na carroceria de uma caminhonete da Funasa.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos**FONTE:** G1, 23/03/2012**2012****VÍTIMA:** Comunidades**POVOS:** AWÁ-GUAJÁ, GAVIÃO, GUAJAJARA, KRIKATI**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**MUNICÍPIO:** ARAME

**DESCRIÇÃO:** Quase 200 índios de seis municípios do Maranhão protestaram na Assembléia Legislativa de São Luís para denunciar que as comunidades estão sem a menor assistência à saúde, principalmente pela ausência de médicos. Declaram ainda que não existe uma estrutura física, os Polos Base, nesses municípios. Segundo Licínio Carmona, chefe do DSEI, há dois meses não há candidatos interessados em preencher as vagas de médico, por problemas salariais.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** G1, 30/05/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Indígenas na periferia

**POVO:** GUAJAJARA

**TERRA INDÍGENA:** BACURIZINHO

**MUNICÍPIO:** GRAJAÚ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Periferia de Grajaú

**DESCRIÇÃO:** Muitos indígenas, por falta de assistência, estão saindo das aldeias, em direção à periferia da cidade, vivendo em casebres de madeira cobertos de papelão, frequentando o lixão e o matadouro local. Crianças sofrem por falta de atendimento e por doenças como diarreia, gripe, pneumonia. Uma auditoria realizada pelo SUS no Polo Base de Grajaú, constatou problemas na estrutura física e na administração, além da insuficiência de equipes de saúde indígena, provocando o êxodo dos índios para a zona urbana. Segundo o Ministério Público Federal do Maranhão, a invasão de madeireiros na terra indígena, a falta de assistência à saúde e a falta de atuação da Funai e da Sesai na região são as principais causas do problema.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** MPF/MA, 10/09/2012; JMTV, 2ª edição, 11/06/2012; Cimi Regional Maranhão, dezembro 2012

**2012**

**VÍTIMA:** Hajmakoma'a

**POVO:** AWÁ-GUAJÁ

**TERRA INDÍGENA:** CARU

**MUNICÍPIO:** BOM JARDIM

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Tiracambu

**DESCRIÇÃO:** O indígena foi picado por uma cobra jararaca. O socorro demorou porque, além da falta de transporte no polo de Santa Inês, não havia soro na aldeia. Uma enfermeira pediu carona nos povoados vizinhos para levar a vítima ao hospital.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de soro antiofídico

**FONTE:** Indígenas; Cimi Regional Maranhão, dezembro/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVOS:** AWÁ-GUAJÁ, KA'APOR, TIMBIRA

**TERRA INDÍGENA:** ALTO TURIAÇU

**MUNICÍPIO:** ZÉ DOCA

**DESCRIÇÃO:** Em auditoria realizada pelo Ministério da Saúde e pela Vigilância Sanitária, foram verificados problemas graves no Polo Base de saúde indígena de Zé Doça, tais como precariedade na estrutura física, falta de medicamentos e fornecimento de refeições insuficientes, entre outros. A situação é a mesma nos postos de saúde das aldeias próximas ao município e vem se estendendo desde 2009, quando foram identificados problemas nas condições físicas e materiais de atendimento aos indígenas da região. Foi realizada nova vistoria em 2011, após a Funasa ter prometido reformas no local, mas tendo em vista o que foi constatado pela Vigilância Sanitária, o

Ministério Público Federal recomendou a interdição do Polo Base, visto que a reforma foi insuficiente.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** Assessoria de Comunicação do MPF/MA, 17/10/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** AWÁ-GUAJÁ, GAVIÃO, GUAJAJARA, KRIKATI

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** IMPERATRIZ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** 17 aldeias do Maranhão

**DESCRIÇÃO:** O Ministério Público Federal/MA, detectou vários problemas nas 17 aldeias indígenas do Maranhão: falta de água potável, falta de transporte para a Casai, falta de medicamentos especiais, inclusive aqueles não disponibilizados na rede do SUS e necessários ao tratamento dos indígenas acompanhados pela Casai de Imperatriz. A procuradora da República, Natália Lourenço, destacou, ainda, que o índice de mortalidade dos bebês e das mães indígenas é elevado porque não há o devido acompanhamento pré-natal das gestantes indígenas. Outro problema é o saneamento básico, que coloca em risco a saúde sobretudo de crianças e idosos.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Assessoria de Comunicação do MPF/MA, 10/12/2012 e 12/12/12

## MG – 1 Caso

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** XAKRIABÁ

**TERRA INDÍGENA:** XAKRIABÁ

**MUNICÍPIO:** SÃO JOÃO DAS MISSÕES

**DESCRIÇÃO:** Lideranças, agentes de saúde indígena e a comunidade Xakriabá exigiram atendimento à saúde. Por diversas vezes se reuniram em Governador Valadares para expor a situação vivenciada pelo povo, mas suas propostas para a solução dos problemas não são atendidas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** Povo Xakriabá, 24/04/2012

## MS – 5 Casos – 14.249 Vítimas

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bororó, Jaguapiru, Panambizinho e região do Porto Cambira

**DESCRIÇÃO:** Segundo denúncia do presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena do MS, Fernando Silva Souza, a demanda de 14 mil índios das várias terras indígenas no Mato Grosso do Sul não é atendida pelo sistema de transporte. Há quase um mês as equipes de saúde mental, de serviço social e de saúde não estariam conseguindo se deslocar até as aldeias. Além da falta de viaturas, é comum que as poucas que estão rodando não estejam esterilizadas e, pior ainda, estejam com resquícios de sangue e até de vísceras humanas, o que pode provocar grave risco de infecções. Segundo, ainda, Fernando Souza, são necessárias quatro viaturas de plantão, ao invés de apenas duas, como ocorre atualmente, para atender os pacientes que precisam se deslocar até a cidade.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de transporte

**FONTE:** Dourados Agora, 16/03/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Bororó e Jaguapiru

**DESCRIÇÃO:** Médicos e odontólogos paralisaram o atendimento aos indígenas por falta de salários. Há crise também entre os agentes sanitários, sem material de trabalho e com vedações em vazamentos com sacolas plásticas. Segundo um agente de saúde, a prioridade no atendimento é para gestantes e crianças. Mas a capacidade para atender caiu devido à falta de profissionais. Paralela a esta situação, há um surto de desidratação entre as crianças, o que causa lotação nas unidades de saúde. Outro problema é a falta de medicamentos básicos como xaropes, anti-inflamatórios, antigripais, antitérmicos e outros medicamentos para diabete e hipertensão. Os indígenas precisam pagar do próprio bolso para comprar medicamentos mais urgentes.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** Dourados Agora, 21/03/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bororó

**DESCRIÇÃO:** Há três anos a comunidade aguarda a implantação de poços artesianos. Enquanto isso, as famílias têm como única opção um riacho onde enchem galões para beber, tomar banho e lavar roupa. O resultado é que as crianças têm frequentemente diarreia e vômito, o que causa desidratação.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de água potável e saneamento básico

**FONTE:** O Progresso, 22/03/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Passo Pirajú

**DESCRIÇÃO:** A comunidade está há mais de oito anos ocupando o local e a aldeia não tem posto de saúde, sendo que a justificativa dada pelos órgãos públicos é a ausência de demarcação. Os indígenas são submetidos a procedimentos médicos ao ar livre. Rotinas de saúde que exigem privacidade causam constrangimento aos doentes. Em 2010, o local era na sombra de um pé de maracujá. Em 2011, mudou para debaixo de moita de taquara. Atualmente, os índios reclamam: “podia pelo menos ter uma lona preta”... Segundo o MPF, a ausência de demarcação não pode ser usada como entrave para a concretização de direitos fundamentais, como o atendimento à saúde. Há indígenas com pressão alta, diabete e crianças em risco de desnutrição que necessitam de acompanhamento médico regular. Para o procurador da República, Marco Antônio Delfino de Almeida, os índios se encontram em estado de alta vulnerabilidade e é insustentável tal situação. Além desses problemas, os indígenas sofrem com a falta de instalação de energia elétrica.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e de infra-estrutura

**FONTE:** Ministério Público Federal/MS, Assessoria de Comunicação Social, 02/05/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Gestantes

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaguapiru

**DESCRIÇÃO:** Após uma pesquisa do nutricionista Fabrício Murakami, residente na Universidade Federal da Grande Dourados, com gestantes indígenas de 10 a 45 anos de idade, moradoras da aldeia Jaguapiru, foi constatado um alto grau de incidência de anemia, o que pode acarretar em nascimento prematuro

Foto: Ruy Sposati/Cimi MS



Comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul sofrem com falta de transporte, de atendimento, de medicamentos e de saneamento básico

do feto e até mesmo aborto. A maioria dessas gestantes, conforme o pesquisador, possuem renda inferior a um salário mínimo, o que compromete qualquer iniciativa de alimentação saudável e regular.

**MEIO EMPREGADO:** Desnutrição

**FONTE:** MS notícias, 21/09/2012

## MT – 6 Casos – 2 Vítimas

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades MT e GO

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** ARAGARÇAS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aragarças

**DESCRIÇÃO:** A falta de água na Casai de Aragarças, na divisa entre os estados de MT e GO, que presta assistência aos indígenas desses estados, está provocando problemas de saúde tanto entre os indígenas como os servidores. Essa situação levou o MPF a pedir judicialmente a normalização do abastecimento.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de água

**FONTE:** MPF/MT

**25/09/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVOS:** ENAWENÊ-NAWÊ

**TERRA INDÍGENA:** ENAWENÊ-NAWÊ

**MUNICÍPIO:** JUÍNA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Halataikwua

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas obstruíram a Rodovia MT-170 para reivindicar uma solução para o atendimento à saúde. No ano passado, quando se utilizaram desse meio para serem atendidos, receberam a promessa do poder público de que o problema seria solucionado. O que não ocorreu. Na carta que dirigiram às autoridades relataram o caos nas aldeias. Não há médicos, a farmácia foi danificada, os medicamentos perdidos e o enfermeiro que fica no local quer ir embora porque é difícil trabalhar nas condições em que o posto se apresenta. Diante das péssimas condições, o Ministério Público Federal/MT recomendou à União que, por meio da Sesai, conclua a construção do posto de saúde, cumprindo o prazo acordado no termo de compromisso firmado em Brasília no dia 28 de setembro de 2012, que fixou prazo para a conclusão da obra em 21 de janeiro de 2013. Os índios sofrem também com a falta de estrada que ligue o município à aldeia. A única forma de transporte é pelo rio, cujo percurso demora 10 horas. Com a construção da estrada, seria encurtado para 2 horas de viagem.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** Top News, Aripuanã, 25/09/2012; Diário de Cuiabá, 28/09/2012; MPF, 17/12/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** CUIABÁ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias em Mato Grosso

**DESCRIÇÃO:** Casos de diabetes e hipertensão têm crescido entre a população indígena em Mato Grosso. Segundo o coordenador regional, as patologias são reflexos da falta de assistência médica adequada às aldeias. Um dos principais problemas é que não existem equipes para atender às aldeias. Há regiões em

Mato Grosso que têm concentração de mais de 100 aldeias e não contam com um veículo sequer para deslocar os poucos profissionais que estão à disposição. A falta de profissionais e de transporte resulta na ausência de acompanhamento sistemático da saúde dessas populações, o que acaba proporcionando o aumento da mortalidade por doenças que poderiam ser evitadas, como diarreia e desnutrição, principais causa de morte entre as crianças indígenas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** Diário de Cuiabá, 21/09/2012

**07/11/2012**

**VÍTIMAS:** Eurico Kirixi Munduruku, Edvaldo Mores Borô

**POVO:** MUNDURUKU

**TERRA INDÍGENA:** MUNDURUKU

**MUNICÍPIO:** ALTA FLORESTA

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas foram feridos num confronto com a Polícia Federal, na operação “Eldorado”, que investigava extração ilegal de ouro. Encaminhados ao Pronto Socorro de Cuiabá não receberam tratamento adequado, ficando quase um mês nos corredores do hospital à espera de cirurgia. Por decisão da juíza substituta da 2ª Vara Federal, Célia Regina Ody Bernardes, sob pena de multa de R\$ 50 por dia, eles foram transferidos para o Hospital Geral Universitário e operados.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento emergencial

**FONTE:** G1 MT, 04/12/12; Só Notícias, 08/11/2012; Expresso MT, 16/11/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** MYKY

**TERRA INDÍGENA:** JAPUÍRA

**MUNICÍPIO:** BRASNORTE

**DESCRIÇÃO:** Há falta de medicamentos, inclusive controlados, de mora no atendimento de emergência e atraso nos exames.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Cimi Regional Mato Grosso

**2012**

**VÍTIMA:** Indígenas do Mato Grosso

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** CUIABÁ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Comunidades de Mato Grosso

**DESCRIÇÃO:** A Casai de Cuiabá está com graves problemas estruturais. Superlotação, esgoto a céu aberto, infiltrações nas paredes, proximidade a um lixão onde são depositados lixo doméstico e hospitalar, além da dificuldade de acesso à unidade. No quesito medicamentos, estão em uso remédios vencidos além da falta de materiais de emergência.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de estrutura na Casa do Índio

**FONTE:** MPF/MT, 31/1º/2013

## PA – 7 Casos – 6 Vítimas

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** KAYAPÓ

**TERRA INDÍGENA:** KAYAPÓ

**MUNICÍPIO:** ITAITUBA

**DESCRIÇÃO:** Um grupo de indígenas ocupou a sede do Distrito Sanitário Indígena do Tapajós para denunciar que estão sem assistência nas aldeias, o que estaria provocando a morte de

crianças e idosos, acometidos por doenças que poderiam ser combatidas facilmente, como a malária e verminoses.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** *Diarionline, 04/02/2012*

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** VÁRIAS ETNIAS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** MARABÁ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Sul e Sudeste do Pará

**DESCRIÇÃO:** Comunidades indígenas do sul e sudeste do Pará sofrem com a falta de estrutura no atendimento à saúde. Em várias aldeias não há médicos, medicamentos e postos de saúde. Na região de Canaã dos Carajás, no povo Atikum, há um posto que funciona de forma improvisada há 10 anos, numa casa de madeira. As cidades onde os índios podem procurar atendimento ficam a 100 km. Na reserva dos Xikrin, a água para consumo da comunidade é de péssima qualidade, o que traz problemas graves em especial para as crianças. Na maior aldeia e uma das mais estruturadas do sul do Pará, povo Catete, aproximadamente 800 pessoas, quase metade da população indígena, sofrem de tuberculose.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** *G1, 19/03/2012*

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** BELÉM

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Icoaraci

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas reuniram-se com o MPF/PA e denunciaram a precariedade do serviço de saúde prestado pela Casai no distrito de Icoaraci. Faltam medicamentos e transporte para levá-los até um hospital e muitos pagam medicamentos com o próprio dinheiro. Citaram também a ocorrência de maus tratos por parte das técnicas de enfermagem, problema que não estaria limitado somente à Casai de Icoaraci.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de estrutura na Casa do Índio

**FONTE:** *Assessoria de Comunicação do MPF/PA, 24/05/2012*

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** TEMBÉ

**TERRA INDÍGENA:** TEMBÉ

**MUNICÍPIO:** PARAGOMINAS

**DESCRIÇÃO:** O atendimento na Casai está sendo prejudicado pela falta de profissionais, de medicamentos e pela situação precária da Casa do Índio: falta de higiene, lixo espalhado, crianças que comem no chão e indígenas dormindo fora da casa por falta de espaço. Conforme desabafo de Sérgio Tembê, “não somos animais nem bichos, temos de ser tratados como seres humanos”.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de estrutura na Casa do Índio

**FONTE:** *G1 PA, 04/06/2012*

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** XIKRIN

**TERRA INDÍGENA:** XIKRIN DO RIO CATETÉ

**MUNICÍPIO:** MARABÁ

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas fizeram protesto na Casai de Marabá. Reclamam das péssimas condições do atendimento médico

e da falta de medicamentos. O veículo que deveria ser usado para dar assistência está parado há mais de dois anos no pátio da Sesai, por falta de manutenção. Cerca de 12 aldeias do sudeste do Pará dependem do atendimento oferecido pela instituição.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** *G1 PA, 06/06/2012*

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** KAYAPÓ MENKRAGNOTI

**TERRA INDÍGENA:** KAYAPÓ

**MUNICÍPIO:** NOVO PROGRESSO

**DESCRIÇÃO:** Cerca de mais de 60 lideranças apresentaram, por meio de uma carta às autoridades federais, várias denúncias sobre a falta de estrutura da Casai, onde não há alimentos para os índios que estão em tratamento, não há transporte para os pacientes das aldeias e o pagamento dos funcionários, que dependem da Prefeitura de Itaituba, está atrasado há cinco meses.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura

**FONTE:** *Lideranças indígenas, 6/08/2012*

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** ATIKUM, GUAJAJARA, GUARANI MBYA, SURUÍ

**TERRA INDÍGENA:** SORORÓ

**MUNICÍPIO:** ITUPIRANGA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Ithahy; Sororó; Akrätikatêjê; Atikum; Guajajara; Guarani Mbyá

**DESCRIÇÃO:** As comunidades denunciam a Sesai por ter piorado o atendimento à saúde, intensificando os problemas antigos, como a falta de medicamentos, a falta de infraestrutura adequada, a não disponibilização de recursos para deslocamento, e a falta de saneamento básico.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** *Cimi Regional Norte II - Equipe de Altamira*

## PB – 3 Casos

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** POTIGUARA

**TERRA INDÍGENA:** POTIGUARA (SÃO MIGUEL)

**MUNICÍPIO:** MARCAÇÃO

**DESCRIÇÃO:** A comunidade denuncia a falta de atendimento adequado nos hospitais acrescentando que o indígena só pode ficar doente de 2ª feira a 6ª feira porque nos sábados e domingos não tem atendimento. Denunciou também que a farmácia que atende aos povos indígenas da região não está funcionando e que não há transporte.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** *G1 PB, 09/07/2012*

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** POTIGUARA, TABAJARA

**TERRA INDÍGENA:** POTIGUARA - MONTE MOR

**MUNICÍPIO:** MARCAÇÃO

**DESCRIÇÃO:** Em audiência pública, com a presença de lideranças, foi denunciado o estado precário da Casai em Marcação. Não há serviços de transporte, inclusive para emergência,

faltam equipamentos, materiais de consumo e higiene e medicamentos, até mesmo os mais básicos. Os postos de saúde se encontram em uma situação caótica.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de estrutura na Casa do Índio

**FONTE:** Assessoria de Comunicação do MPF/PB, 10/12/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** TABAJARA

**TERRA INDÍGENA:** TABAJARA

**MUNICÍPIO:** MARCAÇÃO

**DESCRIÇÃO:** A Sesai se recusa a prestar atendimento médico aos indígenas Tabajara, não aldeados, que ainda não possuem terra demarcada. Conforme o procurador da República, Duciran Farena, os indígenas não estão morando na capital ou em assentamentos rurais por opção, e o atendimento poderia ser prestado por unidades móveis.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico nas cidades

**FONTE:** Assessoria de Comunicação do MPF/PB, 10/12/2012

## PE – 2 Casos

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** PANKARARU

**TERRA INDÍGENA:** PANKARARU

**MUNICÍPIO:** PETROLÂNDIA

**DESCRIÇÃO:** Conforme declaração do MPF/PE, “está faltando tudo em relação ao atendimento à saúde indígena: médico, remédio, transporte para levar pacientes para os hospitais. O quadro é de extrema indigência”. A situação precária vem sendo acompanhada pelo MPF por meio de inquérito civil público. O objetivo é garantir a prestação básica de serviços de saúde à comunidade. Há quatro meses os motoristas contratados pela Inove, locadora terceirizada que atende às comunidades, estão sem receber salários. Com isso, os pacientes ficam sem possibilidade de atendimento. A Sesai informa que os recursos já foram passados à locadora, que não está efetuando os pagamentos. Com esse jogo de empurra, os indígenas ficam prejudicados.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de transporte

**FONTE:** Índios Online, 8/12/2012; Patrícia Pankararu

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** KOIUPANKÁ

**TERRA INDÍGENA:** KOIUPANKÁ

**MUNICÍPIO:** JATOBÁ

**DESCRIÇÃO:** Conforme declaração do Ministério Público Federal/PE, a comunidade não conta com profissionais de saúde, medicamentos e posto de saúde.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** Assessoria de Comunicação do MPF/PE, 10/12/2012

## PR – 3 Casos – 1 Vítima

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades PR e MS

**POVO:** GUARANI

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** GUAÍRA

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas da região de Guaíra (PR) e Mundo Novo (MS) bloquearam a ponte Ayrton Senna que liga as duas cidades, para reivindicar a instalação de postos médicos na

aldeia e a presença de um médico para atender a população.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** Correio Braziliense, 07/08/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** GUARANI, KAINGANG

**TERRA INDÍGENA:** SÃO JERÔNIMO

**MUNICÍPIO:** SÃO JERÔNIMO DA SERRA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Apucarantina, São Jerônimo e Barão de Antonina

**DESCRIÇÃO:** A situação de atendimento à saúde desses povos foi motivo de ações civis públicas por parte do MPF/PR. Há necessidade de isolamento de fontes d'água, destinação adequada ao lixo, manutenção de fossas, e regularização no serviço de transporte de pacientes indígenas do SUS, bem como dos profissionais de saúde às áreas indígenas. Problemas com a aplicação dos recursos recebidos e não utilizados para o Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas foram alvo de denúncias ao MPF.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Assessoria de Comunicação do MPF/PR, 10/12/2012

**JUNHO/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVOS:** AVÁ-GUARANI

**TERRA INDÍGENA:** TEKOKHA ARAGUAJU

**MUNICÍPIO:** TERRA ROXA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Comunidade indígena Terra Roxa/Guaíra

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas estão em situação de extrema miséria. Além da falta de comida, há problemas no fornecimento de água e as estrutura de saúde e de educação não comportam a população indígena dessas aldeias.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de alimentação e assistência

**FONTE:** O Paraná; Cimi Regional Sul

## RJ – 1 Caso

**2012**

**VÍTIMA:** Indígenas no RJ

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** NITERÓI

**DESCRIÇÃO:** Dentro das investigações que realizou em 10 de dezembro, o MPF/RJ constatou as péssimas condições da Casai, que se encontra abandonada pelo poder público, estando os índios sobrevivendo graças à caridade alheia. Conforme denúncias, o local funciona praticamente como um asilo, onde os indígenas não têm tratamento continuado às suas necessidades terapêuticas. Há alguns que lá residem há mais de 30 anos.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de estrutura na Casa do Índio

**FONTE:** MPF/RJ, 10/12/2012

## RO – 4 Casos – 5.000 Vítimas

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades de RO, noroeste de MT e sul do AM

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** PORTO VELHO

**DESCRIÇÃO:** Conforme documento final de povos de RO, MT e AM, reunidos no Abril Indígena de 9 a 13 de abril de 2012, os representantes indígenas elencaram os vários problemas que os povos da região estão enfrentando em relação ao

atendimento à saúde. Há precariedade das CASAls, que não oferecem as mínimas condições necessárias e específicas aos doentes como, leito, medicação, transportes, estrutura e alimentação. Em alguns sub-polos não há Casa de Atendimento aos Índios. Omissão e inoperância da Sesai, o que tem causado mortes por doenças preveníveis e tratáveis como gripe, diarreia, etc. Aumento de hepatites na região de Guajará-Mirim e outras regiões de Rondônia. Alto índice de tuberculose do povo Suruí. Deficiência na gestão dos DSEIs resulta em problemas administrativos nos Polos Base de saúde. Falta de formação dos profissionais da saúde indígena, que discriminam e humilham os pacientes e acompanhantes indígenas em alguns Polos Base.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** Movimento e Organizações Indígenas de Rondônia, Noroeste de MT e Sul do Amazonas, 13/04/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Sete aldeias

**POVO:** KAXARARI

**TERRA INDÍGENA:** KAXARARI

**MUNICÍPIO:** EXTREMA

**DESCRIÇÃO:** O único acesso à aldeia é uma ponte que está destruída. De acordo com a procuradora da República, Walquíria Imamura Picoli, as péssimas condições das estradas, ramais e linhas têm causado o completo isolamento dos indígenas e dificultado o acesso das equipes da Sesai para a realização de atendimento à saúde. Quando há necessidade de atendimento, os doentes caminham ou são carregados nas costas, ou em carrinhos de mão, por aproximadamente dois quilômetros para chegar ao veículo de socorro médico. Conforme, ainda, a procuradora, sem acesso, não há como os indígenas receberem mercadorias da cidade, nem como escoar a produção de castanha, seringa, banana e outros produtos plantados e extraídos da floresta pela comunidade. O MPF recomendou ao governo do estado e ao DER uma solução para a recuperação das vias, no prazo de 15 dias, mas ainda não foram solucionados os problemas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura e de atendimento médico

**FONTE:** G1 RO, 12/11/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** DIVERSOS, PAKAA NOVA

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** GUAJARÁ-MIRIM

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** 28 aldeias entre os rios Mamoré e Guaporé

**DESCRIÇÃO:** O prédio onde está instalada a Casai de Guajará-Mirim apresenta graves deficiências estruturais e sanitárias, além de faltar móveis, camas hospitalares, roupas de cama. A quantidade de leitos é insuficiente e nem todos possuem colchões. Banheiros impróprios para o uso, instalações elétricas expostas, portas sem fechaduras e enfermarias em péssimas condições completam o cenário da Casai. Além de se dirigir à Sesai para sanar esses problemas, o MPF recomendou atendimento aos índios que não residem em terra demarcada.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de estrutura na Casa de Saúde do Índio

**FONTE:** Assessoria de Comunicação do MPF/RO, 10/12/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** KAXARARI

**TERRA INDÍGENA:** KAXARARI

**MUNICÍPIO:** EXTREMA

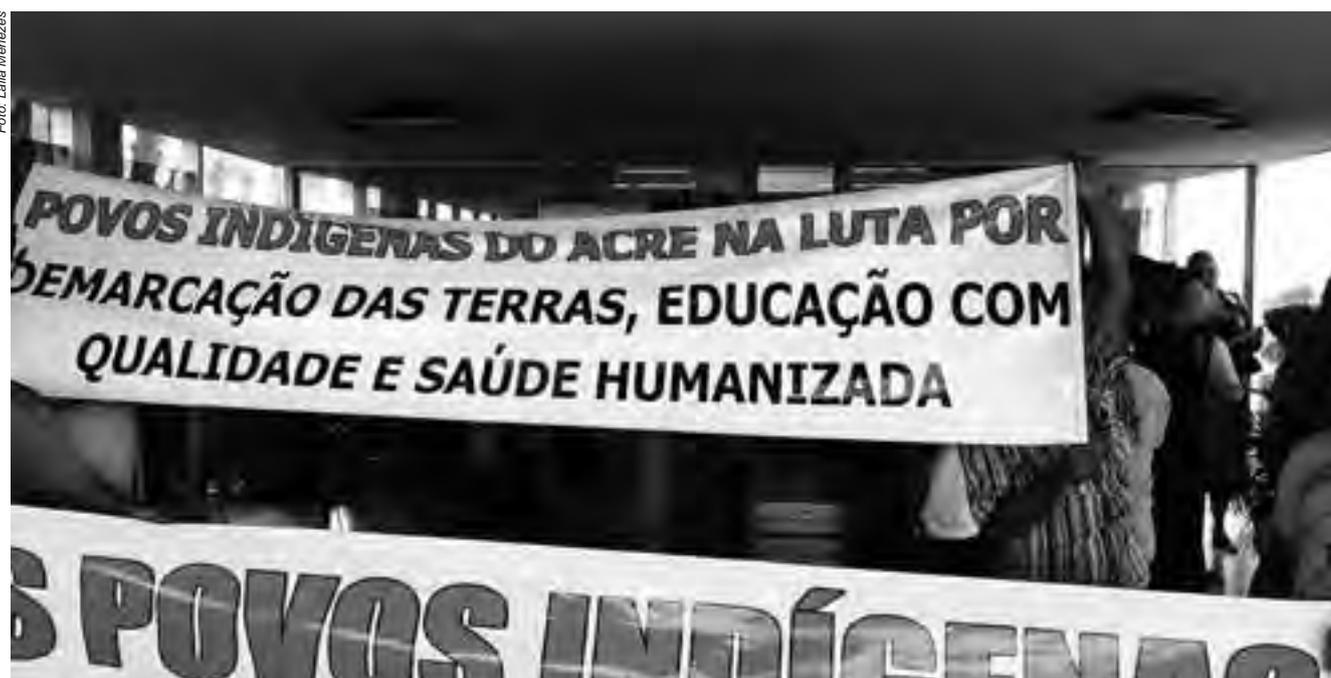
**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Sete aldeias

**DESCRIÇÃO:** Lideranças indígenas relataram ao MPF/RO a péssima condição da água que são obrigados a consumir. Em algumas aldeias, o poço de água disponível é do tipo “amazonas” ou cisterna e seca anualmente nos períodos de estiagem, em virtude da pouca profundidade de perfuração. Em outras aldeias, a água é retirada de um rio poluído pois, antes de chegar à aldeia, percorre extensa área de criação de gado de fazendas vizinhas, o que torna a água imprópria para o consumo humano. Devido à insalubridade da água consumida, são frequentes os casos de diarreia, vômitos e parasitoses nos moradores.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de água potável

**FONTE:** Assessoria de Comunicação do MPF/RO, 14/11/2012

Foto: Laila Menezes



Delegações indígenas do Acre estiveram em Brasília para exigir melhorias no atendimento à saúde

**RR – 8 Casos – 57.400 Vítimas**

**16/03/2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** BOA VISTA

**DESCRIÇÃO:** O Sindicato dos Trabalhadores em Áreas Indígenas anunciou a paralisação das atividades por tempo indeterminado de 1.400 trabalhadores. As equipes que atendem a população indígena foram reduzidas a 30%. Com isso, aproximadamente 56 mil indígenas serão prejudicados, enquanto não houver acordo com a Sesai. Os trabalhadores exigem melhores condições de trabalho e a regularização dos pagamentos atrasados. Segundo o presidente do Sindicato, Marcos Freitas, desde novembro de 2011 a saúde das áreas indígenas sofre com o atraso no pagamento.

**MEIO EMPREGADO:** Atraso no pagamento a convênio de saúde

**FONTE:** Folha de Boa Vista, 19/03/12

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** YANOMAMI

**TERRA INDÍGENA:** YANOMAMI

**MUNICÍPIO:** BOA VISTA

**DESCRIÇÃO:** Segundo o Procurador da República, Rodrigo Timóteo C. Silva, a escassez de medicamentos na área indígena é mais uma consequência desastrosa da transição da prestação da saúde indígena da Funasa para a Sesai. Conforme investigação do Ministério Público, há pacientes na Casai que estão na instituição de 4 a 6 meses e ainda não têm previsão de sair, pois faltam medicamentos e meios para se curarem. Há cerca de um ano vários medicamentos já estão em falta no estoque. A Casai, por sua vez, enfrenta graves problemas estruturais e necessita de reforma. Sua capacidade de atendimento é para 200 índios, mas encontra-se atualmente com cerca de 600 pacientes.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** BV News - Notícias de Roraima, 03/04/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** YANOMAMI

**TERRA INDÍGENA:** YANOMAMI

**MUNICÍPIO:** BOA VISTA

**DESCRIÇÃO:** Conforme declaração do MPF/RR, na terra indígena Yanomami, o acesso para a execução de ações sanitárias em geral, como a entrega de medicamentos e o transporte de profissionais de saúde, pacientes e familiares ocorre exclusivamente pela via aérea, com o uso de aviões e helicópteros. Em vista disso, o MPF recomendou que se proceda o registro e homologação das pistas de pouso localizadas em área indígena que estão em situação irregular. No Distrito Sanitário Yanomami existem 37 Polos Base que somente podem ser acessados pela via aérea, dos quais 17 estão registrados junto à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Os não registrados ou homologados não podem ser utilizados de forma regular, impossibilitando o acesso aos postos de saúde do Distrito Yanomami e inviabilizando o devido atendimento à saúde dos indígenas que lá habitam.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de transporte

**FONTE:** Procuradoria da República/RR, 10/12/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA SERRA DO SOL

**MUNICÍPIO:** ALTO ALEGRE

**DESCRIÇÃO:** Os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (Aisan), representantes das comunidades indígenas do estado de Roraima, não têm recebido treinamentos técnicos específicos na área de saúde. Além disso, as políticas e ações não valorizam os conhecimentos tradicionais em meio à construção de saberes científicos.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de formação para os profissionais

**FONTE:** Pastoral Indígena de Roraima

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA SERRA DO SOL

**MUNICÍPIO:** ALTO ALEGRE

**DESCRIÇÃO:** Uma investigação do Ministério Público constatou várias irregularidades na Casai de Boa Vista. Muitos pacientes estão há mais de 4 meses internados sem previsão de saída, pois aguardam serem medicados. Há cerca de um ano vários medicamentos estão em falta no estoque. Outra irregularidade constatada é a superlotação. A capacidade da Casai é de atender 200 indígenas, mas atualmente encontra-se com cerca de 600 pacientes. A falta de manutenção no prédio é outro problema grave. Falta energia elétrica e o forro do teto está caindo sobre os leitos.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de estrutura na Casa de Saúde do Índio

**FONTE:** CIR, Folha de Boa Vista/RR, 3/04/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** WAI WAI

**TERRA INDÍGENA:** WAI-WAI

**MUNICÍPIO:** CARACARAÍ

**DESCRIÇÃO:** Lideranças indígenas denunciam a falta de ambulância para a remoção de doentes para tratamento.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de transporte para doentes

**FONTE:** CIR - Indígena de Roraima

**15/07/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** SÃO MARCOS

**MUNICÍPIO:** BOA VISTA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Ilha, região do Baixo São Marcos

**DESCRIÇÃO:** A comunidade está sem transporte para a remoção de doentes.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de transporte para doentes

**FONTE:** CIR - Conselho Indígena de Roraima

**2012**

**VÍTIMA:** Indígenas

**POVOS:** INGARIKÓ, MAKUXI, PATAMONA, WAI WAI, WAPIXANA

**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA SERRA DO SOL

**MUNICÍPIO:** BOA VISTA

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas da cidade de Boa Vista enfrentam problemas no atendimento dos postos de saúde e hospitais especialmente na tradução para aqueles que não falam português.

**MEIO EMPREGADO:** Desrespeito à cultura e ao modo tradicional

**FONTE:** Organização dos Indígenas da Cidade - ODIC

**SC – 5 Casos – 1 Vítima****2012****VÍTIMA:** Comunidades**POVO:** GUARANI MBYA**TERRA INDÍGENA:** MORRO DOS CAVALOS**MUNICÍPIO:** PALHOÇA

**DESCRIÇÃO:** Equipe médica e caciques se reuniram com a procuradora da República e relataram a estrutura deficitária oferecida pela Sesai. Segundo eles, há somente um carro para atender nove aldeias distribuídas numa área de 400 quilômetros. O único veículo é utilizado para o transporte da equipe, para atender as emergências, transportar os indígenas em exames e buscar os remédios nos postos de saúde. De outro lado, há problemas de saneamento básico e de atendimento a desaldeados do estado.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral**FONTE:** MPF/SC, 11/12/2012**2012****VÍTIMA:** Comunidades**POVOS:** GUARANI, KAINGANG**TERRA INDÍGENA:** XAPECÓ**MUNICÍPIO:** CHAPECÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Kondá, Toldo Chimbanguê, Xaçecó

**DESCRIÇÃO:** Problemas, como a necessidade de construção de módulos sanitários, água potável de forma contínua, foram constatados pelo procurador da República em Chapecó, Renato de Rezende Gomes, que ajuizou duas Ações Cíveis Públicas sobre o assunto. De acordo com o procurador, representações feitas pelos próprios indígenas dão conta de que a Sesai vem realizando medidas paliativas no fornecimento de água potável às comunidades indígenas. Muitas vezes, as crianças das aldeias têm as aulas suspensas pela impossibilidade de manter a escola funcionando. Não há água para beber e/ou preparar a merenda escolar.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de água potável e de saneamento básico**FONTE:** MPF/SC, 11/12/2012**2012****VÍTIMA:** Comunidade Guarani**POVO:** GUARANI**TERRA INDÍGENA:** TOLDO CHIMBANGUE**MUNICÍPIO:** CHAPECÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Guarani do Araçaí

**DESCRIÇÃO:** Indígenas Guarani do Araçaí residem provisoriamente em uma área da comunidade Toldo Chimbanguê desde o ano de 2001. O Ministério Público Federal/SC requer investimentos e obras de saneamento básico para essa população, além da solução do problema de atendimento direto à saúde, visto que o Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena (DSEI), de Florianópolis, não está atendendo essa comunidade.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e de saneamento básico**FONTE:** MPF/SC, 11/12/2012**2012****VÍTIMA:** Comunidades**POVO:** GUARANI MBYA**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**MUNICÍPIO:** ARAQUARI**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Terras Indígenas: Pirai, Tarumã, Pindoty, Morro

Alto, Conquista e Yakã Porã

**DESCRIÇÃO:** As comunidades estão sem agentes de saneamento. Existe muita burocracia com a documentação exigida para a contratação de pessoal, ocasionando demora no atendimento. O Polo Base de Araquari não conta com recursos para passagens e alimentação para os indígenas e, na maioria das vezes, eles ficam com fome. Quando não conseguem atendimento nos Polos Bases têm que se deslocar para a cidade e, muitas vezes, eles não conseguem atendimento por conta do número de vagas disponíveis.

**MEIO EMPREGADO:** Falta infra-estrutura geral**FONTE:** Cimi Regional Sul e Lideranças Indígenas**ABRIL 2012****VÍTIMA:** Cecília Brizola**POVO:** GUARANI**TERRA INDÍGENA:** PIRAI**MUNICÍPIO:** ARAQUARI

**DESCRIÇÃO:** A indígena relata que durante a sua gravidez fez o pré-natal e o médico pediu várias vezes para ela fazer o exame de ultrassom. Mas ela não conseguiu pois, para a realização do exame, precisava entrar na fila e quando consegue marcar é para meses depois, muitas vezes quando a criança já nasceu.

**MEIO EMPREGADO:** Atraso na realização de exames**FONTE:** Cimi Regional Sul**SE – 1 Caso****2012****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** XOKÓ**TERRA INDÍGENA:** CAIÇARA/ILHA DE SÃO PEDRO**MUNICÍPIO:** PORTO DA FOLHA

**DESCRIÇÃO:** A aldeia é abastecida com água do Rio São Francisco, que está contaminada por esgotos lançados pelos municípios próximos da comunidade. Desde 2010, por solicitação do MPF, vêm se sucedendo licitações para a contratação de uma empresa para o tratamento da água, mas a demanda não foi incluída como prioridade do orçamento.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de água potável**FONTE:** Assessoria de Comunicação do MPF/SE, 10/12/2012**SP – 2 Casos****2012****VÍTIMA:** Comunidades**POVO:** GUARANI**TERRA INDÍGENA:** TEKOKHA YTU**MUNICÍPIO:** JARAGUÁ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Kwarãý Djekupé; Tekoa Pyau

**DESCRIÇÃO:** Desde agosto de 2010, as comunidades vêm denunciando a precária situação de vida dos indígenas nas aldeias. Naquela data, a Defensora Pública do Estado, Tatiana Belois Vieira, fez uma visita à aldeia de cima (Tekokha Pyau) e constatou a necessidade urgente de saneamento básico e a continuação das obras de 23 banheiros que ainda hoje não funcionam. Cortada pela estrada turística de Jaraguá, as aldeias contam com uma Unidade Básica de Saúde, mas não têm medicamentos.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de medicamentos e de saneamento básico**FONTE:** O São Paulo, 03/04/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Índios em São Paulo

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** SÃO PAULO

**DESCRIÇÃO:** Conforme denúncia do Ministério Público, a Casai apresenta infraestrutura precária e funcionários em número insuficiente. O terreno da casa serve como depósito de entulho e esconderijo de animais. Há no local 25 galões de hipoclorito de sódio, cada um deles com 62 quilos, que deveriam ser utilizados para o tratamento de água nas aldeias, mas o material estava vencido há mais de um ano. A alimentação oferecida aos pacientes é imprópria para a sua recuperação, não existindo, também, transporte adequado. O MPF/SP ajuizou ação civil pública com pedido de antecipação de tutela para que a União, por meio da Sesai, apresente de forma rápida e efetiva uma solução que garanta a proteção dos direitos dos pacientes indígenas que dependem da instituição.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura da Casa de Saúde Indígena

**FONTE:** MPF/SP, 11/12/2012

## TO – 7 Casos – 98 Vítimas

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** JAVAÉ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Barreira Branca

**DESCRIÇÃO:** Conforme visita do procurador da República, Álvaro Manzano, e atendendo a demandas de lideranças indígenas, foi constatado o abandono do atendimento à comunidade. O posto de saúde da aldeia está desativado há três anos e a casa de madeira utilizada para o atendimento está deteriorada.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento e de medicamentos

**FONTE:** MPF/TO

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** KRAHÔ

**TERRA INDÍGENA:** KRAHÔ

**MUNICÍPIO:** ITACAJÁ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** 28 aldeias do povo Krahô

**DESCRIÇÃO:** Segundo a comunidade, há falta de equipe dentro da área indígena, cuja situação complicou com a exoneração de agentes indígenas de saúde. Na aldeia onde há posto de saúde não existe medicação. Há apenas um carro para atender as aldeias em toda a área, o que compromete ainda mais a agilidade do atendimento. Há uma demora de dias para chegar à aldeia, e isso quando o carro não quebra. Se o médico da cidade receitar algum medicamento e este não for encontrado nas casas de apoio ou na Casai, as receitas são encaminhadas para Palmas, e acabam desaparecendo.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento e de medicamentos

**FONTE:** Comunidades indígenas e Cimi Regional Goiás/Tocantins, 17/05/2012

**13/04/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** XERENTE

**TERRA INDÍGENA:** XERENTE

**MUNICÍPIO:** TOCANTÍNIA

**DESCRIÇÃO:** Cerca de 65 agentes de Saúde Indígena foram exonerados e apenas 24 voltaram para o cargo. Muitas aldeias estão desassistidas, pois é grande a distância entre elas, e

os indígenas não têm transporte para se locomover para as aldeias mais distantes.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Indígenas Xerente e Cimi Regional Goiás/Tocantins, setembro/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades GO e TO

**POVO:** KRAHÔ-KANELA

**TERRA INDÍGENA:** MATA ALAGADA

**MUNICÍPIO:** LAGOA DA CONFUSÃO

**DESCRIÇÃO:** A comunidade denuncia a falta de remédios, em especial os que são indispensáveis para pacientes com doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e problemas cardíacos. O DSEI/TO alega que estes medicamentos não estão incluídos na Portaria 3185/2010 e por esse motivo o Distrito não pode comprá-los, fazendo com que os indígenas sejam obrigados a comprá-los.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico e medicamentos

**FONTE:** Wagner Kraho-Kanela, 28/02/2013; Cimi Regional Goiás/Tocantins

**2012**

**VÍTIMA:** Ivonete Gonçalves Ribeiro

**POVO:** KRAHÔ-KANELA

**TERRA INDÍGENA:** MATA ALAGADA

**MUNICÍPIO:** LAGOA DA CONFUSÃO

**DESCRIÇÃO:** A indígena padece há três anos de problemas com quistos no seio. Já fez exames mas não consegue agendar consulta com o médico para apresentar os resultados. Fez novos exames, pois os anteriores venceram, e enfrenta o mesmo problema. Como a doença se agravou, a paciente está com medo de que a situação se torne ainda mais séria.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento

**FONTE:** Wagner Kraho-Kanela, 15/02/2013; Cimi Regional Goiás/Tocantins

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades GO e TO

**POVOS:** JAVAÉ, KARAJÁ, KRAHÔ-KANELA

**TERRA INDÍGENA:** INÃWÉBOHONA

**MUNICÍPIO:** LAGOA DA CONFUSÃO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Cinco aldeias

**DESCRIÇÃO:** As comunidades de cinco aldeias denunciam a falta de transporte para o atendimento à população. Há somente um veículo para atender as aldeias, além dos Polos Base de Lagoa da Confusão, Formoso do Araguaia, Casai de Gurupi e Palmas. As distâncias variam entre 70 e 240 km. Quando o veículo se desloca para um dos municípios, as aldeias ficam sem atendimento.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de transporte para doentes

**FONTE:** Wagner Kraho-Kanela, 26/02/2013; Cimi Regional Goiás/Tocantins

**OUT/DEZ/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** KRAHÔ-KANELA

**TERRA INDÍGENA:** MATA ALAGADA

**MUNICÍPIO:** LAGOA DA CONFUSÃO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Lankraré

**DESCRIÇÃO:** A aldeia tinha duas técnicas de enfermagem que se revezavam e atendiam de 15 em 15 dias. Mas a comunidade informa que as profissionais entraram em licença médica e o DSEI argumentou que não tem recursos para substituir as funcionárias, ficando a aldeia sem assistência.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** Wager Kraho-Kanela e comunidade; Cimi Regional Goiás/Tocantins, 14/02/2013

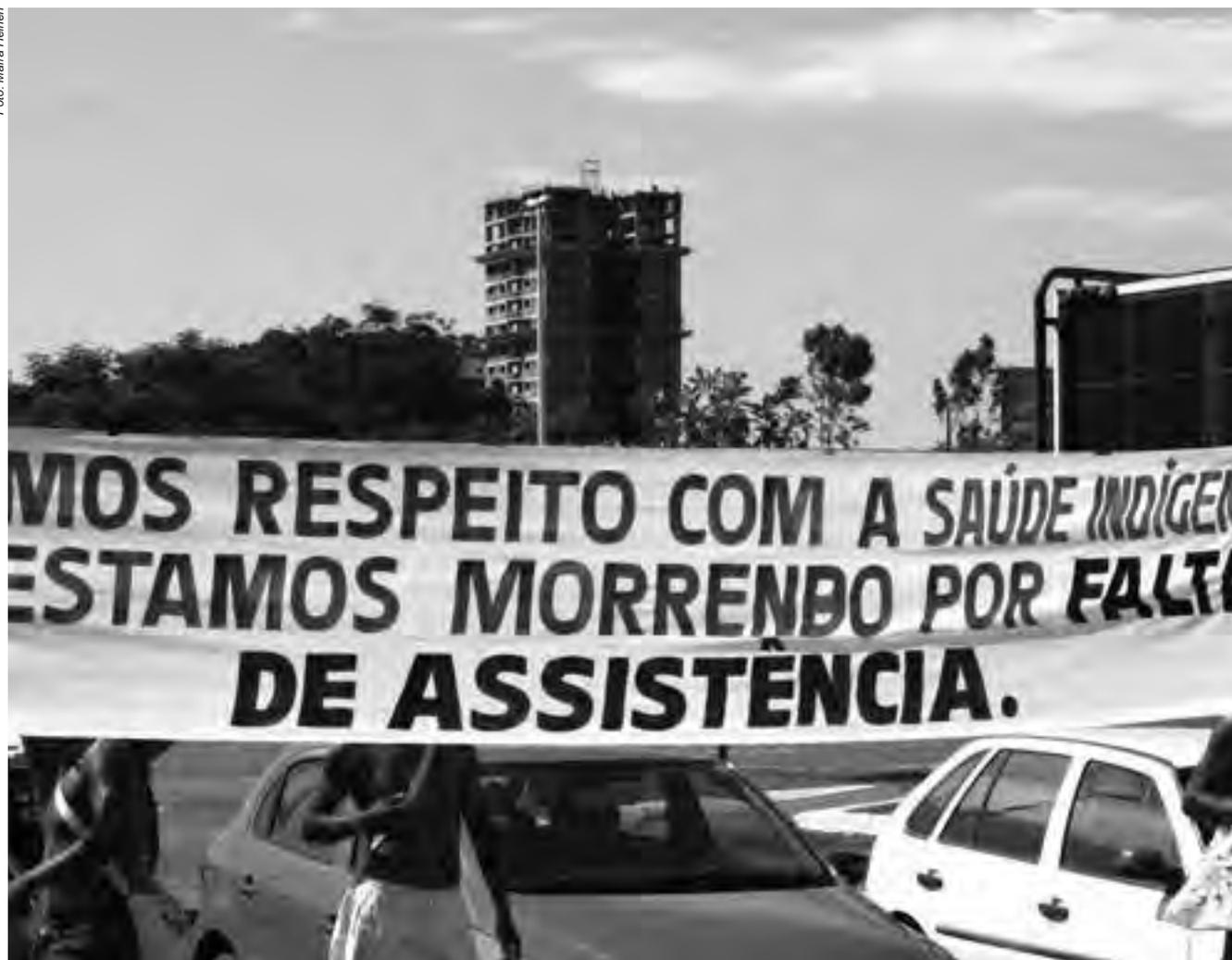
# Morte por desassistência à saúde

A morte por desassistência continuou fazendo vítimas em 2012. Foram registrados 7 casos, com 7 vítimas nos estados do Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Sul e Tocantins. Nos casos registrados, as comunidades reclamam das mortes que teriam ocorrido por falta de atendimento emergencial e falta de assistência e acompanhamento.

A maior incidência de casos se deu no estado do Tocantins, com registro de 4 vítimas, junto aos povos Krahô, Xerente e Apinajé. Os povos Paumari, no Amazonas, Guarani Mbya, no Rio Grande do Sul, e Guajajara, no Maranhão, também reclamam da falta de atendimento.

Mesmo parciais, os dados deste relatório indicam que os povos indígenas estão submetidos a uma realidade de absoluto abandono no que se refere à política de atenção à saúde posta em prática no país. Caso não haja da parte do Ministério da Saúde comprometimento com o Subsistema de Atenção a Saúde Indígena, dedicando-se à sua efetiva implementação com recursos financeiros, profissionais capacitados e com a formação de agentes indígenas de saúde, que poderão atuar de forma efetiva e continuada nas comunidades, não haverá nenhuma possibilidade de reversão do grave quadro da saúde a que estão submetidos os povos indígenas.

Em 2012, o governo federal liquidou apenas R\$ 86.403,00, ou 0,13% dos R\$ 67.986.192,00 autorizados para a ação Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos



Indígenas do estado do Tocantins denunciam a falta de assistência

MORTE POR DESASSISTÊNCIA À SAÚDE

7 CASOS - 7 VÍTIMAS

**AM - 1 Caso - 1 Vítima**

**25/04/2012**

VÍTIMA: Francisco Babadi Paumari

POVOS: PAUMARI

TERRA INDÍGENA: PAUMARI DO RIO ITUXI

MUNICÍPIO: LÁBREA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Crispim

DESCRIÇÃO: O paciente apresentava grave estado de saúde com diagnóstico de malária. Não teve atendimento adequado durante o tempo em que esteve na Casai de Lábrea. Com o agravamento da doença e o atraso na remoção para hospital especializado, o paciente não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial

FONTE: Cimi Regional Norte I, 02/05/2012; Cacique José Roberto Paumari

**MA - 1 Caso - 1 Vítima**

**ABRIL/2012**

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: ARAME

DESCRIÇÃO: Os indígenas denunciam que a Casai não tem condições de funcionamento. Há problemas de infraestrutura física, higienização e carência de profissionais de saúde. A adolescente morreu após enfrentar uma gravidez de risco. Parentes da vítima alegam que faltou assistência e acompanhamento por profissionais da Casai.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura na Casa de Saúde Indígena

FONTE: G1 MA, 17/04/2012

**RS - 1 Caso - 1 Vítima**

**2012**

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: ESTIVA

MUNICÍPIO: VIAMÃO

DESCRIÇÃO: Uma jovem grávida com dores de parto foi levada ao hospital da cidade e no mesmo dia foi recomendada pelo médico a voltar para casa. Na aldeia, ela voltou a sentir-se mal. Foi atendida por uma parteira, mas a criança nasceu morta.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

**TO - 4 Casos - 4 Vítimas**

**2012**

VÍTIMA: Mulher

POVO: KRAHÔ

TERRA INDÍGENA: KRAHÔ

MUNICÍPIO: ITACAJÁ

DESCRIÇÃO: Além de todos os problemas de saúde que afetam a comunidade, os exames do pré-natal não são realizados e as gestantes não recebem nenhum atendimento e/ou orientação de como devem proceder. Nesse caso, em função da falta de acompanhamento médico, a criança faleceu.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: Comunidades indígenas e Cimi Regional Goiás/Tocantins, 17/05/2012

**25/05/2012**

VÍTIMA: Angélica Brupai Xerente

POVO: XERENTE

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTÍNIA

DESCRIÇÃO: A vítima sentiu dores fortes e foi internada no hospital de Miracema por quatro dias, sem o necessário tratamento. Voltou à aldeia e, como não houve melhora, retornou ao hospital. Foi diagnosticada uma forte infecção e a vítima foi transferida para o Hospital de Palmas, onde veio a falecer no dia seguinte.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial

FONTE: Cimi Regional Goiás/Tocantins

**16/MAIO/2012**

VÍTIMA: Juliana Xerente

POVO: XERENTE

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTÍNIA

DESCRIÇÃO: A vítima morreu em um hotel na cidade, antes de conseguir atendimento médico. Ela teria sofrido um AVC e ficou vários dias na aldeia de Salto, sem atendimento. Quando prometeram retirá-la da aldeia para transferi-la para um hospital, ela já havia se dirigido para Tocantína e não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: Eloi Xerente, irmão da vítima; Jornal do Tocantins, 16/05/2012; Cimi Regional Goiás/Tocantins

**13/04/2012**

VÍTIMA: Juvenal Laranja Apinajé

POVOS: APINAJÉ

TERRA INDÍGENA: APINAJÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINÓPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Patizal

DESCRIÇÃO: O indígena foi encaminhado três vezes ao hospital de Tocantinópolis. Na última vez, recebeu alta. O paciente foi deixado na aldeia vizinha com a alegação do motorista de que não havia combustível suficiente para chegar à aldeia dele. O indígena teve que caminhar 10 Km a pé, no meio do mato. Não foi fornecido nenhum medicamento após a alta. Chegando à aldeia sentiu fortes dores na região do abdômen. Por mais de três dias aguardou o veículo e os medicamentos que haviam sido prescritos pelo médico. Infelizmente, o paciente não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial

FONTE: Lideranças indígenas; Cimi Regional Goiás/Tocantins

# Mortalidade na infância

Em 2012, registramos 26 vítimas fatais de crianças menores de 5 anos, mortas por causas facilmente tratáveis. Chamou atenção o maior número de casos no estado do Acre, com 13 vítimas. As crianças morreram acometidas por diarreia aguda e vômito. Os casos se deram na terra indígena Alto Rio Purus. Além do estado do Acre, tivemos vítimas nos estados do Amazonas (4), Maranhão (2), Mato Grosso (1), Rio Grande do Sul (3) e Tocantins (3).

No estado do Amazonas, crianças indígenas adoeceram pela ingestão de água contaminada, no município de Atalaia do Norte. Os casos se deram entre os povos Kanamari e Mayoruna. Indígenas foram estimulados a se deslocar de suas comunidades por políticos, no período eleitoral. Mas foram abandonados após o término das eleições.

Em Mato Grosso, junto ao povo Xavante, uma criança indígena morreu devido à falta de atendimento e à ingestão de água de córregos poluídos. Devido a bloqueios contra a desintrusão da área, os funcionários da saúde foram

retirados por motivo de segurança e quando retornaram à área, a criança já se encontrava em estado grave.

No Rio Grande do Sul, dois recém-nascidos faleceram, segundo os pais Guarani Nhandeva, da terra indígena Mato Preto, por não haver atendimento da equipe de saúde ao acampamento.

Os dados indicam que um dos graves problemas, além da falta de ações preventivas e continuadas nas comunidades, é a falta de saneamento básico, especialmente no que se refere à água. As informações de indígenas, missionários e outros agentes que atuam com populações indígenas denunciam este grave problema: a falta de água potável para o consumo. Em estados como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Sul não existe acesso à água de qualidade para o consumo das comunidades indígenas. As causas de desidratação (diarreia e vômito) de crianças e a consequente mortalidade infantil estão vinculadas às precárias condições de saneamento nas áreas indígenas.

Em 2012, o governo federal liquidou apenas R\$ 8.783.796,00, ou 33,02% dos R\$ 26.604.920,00 autorizados para a ação Proteção Social dos Povos Indígenas

## MORTALIDADE NA INFÂNCIA

### 10 CASOS – 26 VÍTIMAS

#### AC – 1 Caso – 13 Vítimas

06/02/2012

VÍTIMA: Crianças

POVOS: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO PURUS

MUNICÍPIO: SANTA ROSA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Nova Mudança, Aldeia Porto Alegre

**DESCRIÇÃO:** Treze crianças morreram vítimas de diarreia aguda e vômito. Apesar da “ação emergencial” apresentada pela Sesai (Secretaria Nacional) e pela Secretaria Estadual de Saúde, cujo cronograma previa ações como a distribuição de 145 filtros de água, as crianças continuam morrendo e os filtros não chegaram. Em 2011 já haviam morrido 11 crianças com os mesmos sintomas. Conforme declaração do cacique Maurício Huni Kui, da aldeia Porto Alegre, as cacimbas, usadas pelos indígenas e abertas nas encostas, submergiram nas águas barrentas do Purus. Nas aldeias, poços de 60 metros estão secos. Dessa forma, os indígenas buscam outras fontes de água. E este é um dos principais causadores do surto: as precárias condições de saneamento básico. Na maioria dos casos, as crianças morreram na aldeia sem nenhum atendimento médico ou acesso a medicamentos. Em poucas aldeias foram encontrados

envelopes de soro caseiro, mas nenhuma orientação de como prepará-lo.

**MEIO EMPREGADO:** Água contaminada, falta assistência e saneamento

**FONTE:** Cimi Regional Amazônia Ocidental, 07/02/2012; Porantim, março/2012

#### AM – 1 Caso – 4 Vítimas

OUTUBRO/2012

VÍTIMA: Crianças

POVOS: KANAMARI, MAYORUNA

TERRA INDÍGENA: KANAMARI DO RIO JURUÁ

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

**DESCRIÇÃO:** Quatro crianças adoeceram pela ingestão de água contaminada e morreram. Uma agente de saúde declarou que havia muita gente doente e que poderiam morrer mais pessoas. Há vários dias na cidade, cerca de 400 indígenas estavam morando nas mais de 90 canoas que se encontram no porto de Atalaia do Norte. Por falta de acesso à água potável, os indígenas eram obrigados a beber água diretamente do rio. A maioria foi estimulada por políticos a se deslocar das aldeias para votar na sede do município. Estão revoltados porque a prefeitura não estaria disposta a fornecer combustível para o retorno às aldeias.

**MEIO EMPREGADO:** Água contaminada, falta de assistência médica

**FONTE:** Cimi Regional Norte I, 11/10/2012

## MA – 2 Casos – 2 Vítimas

**ABRIL/2012**

**VÍTIMA:** Recém nascido

**POVO:** AWÁ-GUAJÁ

**TERRA INDÍGENA:** CARU

**MUNICÍPIO:** BOM JARDIM

**DESCRIÇÃO:** A mãe não teve acompanhamento médico durante a gravidez. No momento do parto não havia enfermeira na comunidade e, segundo o marido da vítima, um funcionário da Funai se negou a chamar um carro para levar a indígena até o hospital. A criança viveu apenas quatro dias.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** *Indígena Irakataka; Cimi Regional Maranhão, dezembro/2012*

**16/04/2012**

**VÍTIMA:** Natimorto

**POVO:** GUAJAJARA

**TERRA INDÍGENA:** ARARIBÓIA

**MUNICÍPIO:** AMARANTE

**DESCRIÇÃO:** A indígena de 13 anos estava grávida mas não teve acompanhamento pré-natal. Sem atendimento na aldeia, na hora do parto foi à cidade, mas perdeu a criança.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** *Cimi Regional Maranhão, Imperatriz, dezembro/2012*

## MT – 1 Caso – 1 Vítima

**02/07/2012**

**VÍTIMA:** Criança

**POVO:** XAVANTE

**TERRA INDÍGENA:** MARÁIWATSEDE

**MUNICÍPIO:** ÁGUA BOA

**DESCRIÇÃO:** A criança morreu a caminho do hospital, em Água Boa, distante 300 km da aldeia. Durante o bloqueio da BR-158, os funcionários da saúde foram retirados da aldeia por medida de segurança e quando retornaram ao trabalho encontraram a criança já em estado grave. Conforme o cacique Damião Paridzané, as crianças sofrem com diarreia, vômito e pneumonia porque a água vem de córregos poluídos.

**MEIO EMPREGADO:** Água contaminada, falta de assistência médica

**FONTE:** *Cenário MT, 04/07/2012*

## RS – 2 Casos – 3 Vítimas

**AGOSTO/2012**

**VÍTIMA:** Recém nascidos

**POVO:** GUARANI NHANDAVA

**TERRA INDÍGENA:** MATO PRETO

**MUNICÍPIO:** EREBANGO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Acampamento Guarani

**DESCRIÇÃO:** Faleceram dois recém-nascidos na aldeia, um no dia 10 e outro no dia 28 de agosto. Segundo os pais das crianças, não há equipe de saúde no acampamento.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** *Acampamento indígena Guarani, 31/08/2012*

**2012**

**VÍTIMA:** Luana Ferreira Oliveira

**POVO:** GUARANI MBYA

**TERRA INDÍGENA:** PASSO GRANDE

**MUNICÍPIO:** BARRA DO RIBEIRO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Passo Grande Nhu Poty

**DESCRIÇÃO:** A criança já estava doente, apresentando um quadro de pneumonia, e acabou falecendo sem um atendimento adequado por parte da Sesai.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** *Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre*

## TO – 3 Casos – 3 Vítimas

**15/05/2012**

**VÍTIMA:** Ivanilde Krahô

**POVO:** KRAHÔ

**TERRA INDÍGENA:** KRAHOLÂNDIA

**MUNICÍPIO:** GOIATINS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Mankraké

**DESCRIÇÃO:** A criança apresentou sintomas graves como fortes dores de cabeça, febre, vômito, dor na nuca e desmaios. Os familiares pediram várias vezes providências à enfermeira de apoio de Goiatins e sempre se alegava falta de transporte. Quando conseguiram um médico, este prescreveu alguns medicamentos e mandou a criança para casa. O caso se agravou e somente quase 20 dias depois, no hospital de Araguaína, foi constatado que a criança estava com meningite. A paciente foi encaminhada, então, para o hospital de doenças tropicais, onde comunicaram que ela deveria estar numa UTI. A criança foi transferida por helicóptero para o Hospital Geral de Palmas no dia 8 de junho, mas não resistiu, vindo a falecer.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento emergencial

**FONTE:** *Adão Krahô; Cimi Regional Goiás/Tocantins, 15/05/2012 e março/2013*

**14/08/2012**

**VÍTIMA:** Rosita Souza Laranja Apinajé

**POVO:** APINAJÉ

**TERRA INDÍGENA:** APINAJÉ

**MUNICÍPIO:** TOCANTINÓPOLIS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia São José

**DESCRIÇÃO:** A indígena no nono mês de gravidez começou a sentir contrações e fortes dores. Ela foi levada para o hospital no carro da Sesai. Ao ser examinada pelo médico de plantão, este disse que não estava na hora e a paciente foi mandada embora. Quatro horas depois, deu à luz a uma menina. Pela manhã o motorista do carro da Sesai ao invés de levar a mãe e a filha para o hospital para fazer exames, levou-as à aldeia Patizal, a 30 km de distância da aldeia São José. A criança passou mal à noite e veio a falecer.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento médico

**FONTE:** *Lideranças Indígenas; Cimi Regional Goiás/Tocantins*

**28/08/2012**

**VÍTIMA:** Diego Oliveira Dias

**POVO:** APINAJÉ

**TERRA INDÍGENA:** APINAJÉ

**MUNICÍPIO:** TOCANTINÓPOLIS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Botica

**DESCRIÇÃO:** A criança de 1 ano e 3 meses passou muito mal durante 7 dias, antes de ser levada ao hospital. Quando lá chegou, o enfermeiro foi avisado dos sintomas mas, segundo a mãe da criança, não foi tomada nenhuma providência. Foi levada ao pronto socorro, ao verificar que o estado era grave, ela foi encaminhada ao hospital de Araguaína. Faleceu a caminho do hospital.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de atendimento emergencial

**FONTE:** *Lideranças Indígenas; Cimi Regional Goiás/Tocantins*

# Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas

**A**umentaram os casos de disseminação de bebida alcoólica e outras drogas em comunidades indígenas. Em 2012 foram registrados 13 casos, contra os 9 listados em 2011. Foram relatados casos nos estados do Acre, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco e Roraima.

Apesar da venda de bebidas alcoólicas para indígenas, dentro ou fora de terras indígenas, ser proibida, a disseminação de álcool continua sendo um sério problema para várias comunidades. Continuou em destaque o estado de Roraima, onde registramos 4 casos, sendo 3 na terra indígena Raposa Serra do Sol e 1 caso na terra indígena Yanomami.

No estado de Goiás, lideranças do povo Tapuia têm reclamado da entrada de cocaína e crack em sua comunidade. No Maranhão, segundo indígenas do povo Krikati, houve o aumento de acidentes devido à ingestão de bebidas.

Foto: Egon Heck/Cimi



Apesar da proibição legal, continua havendo a disseminação de bebida alcoólica nas comunidades indígenas

## DISSEMINAÇÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA E OUTRAS DROGAS

### 13 CASOS – 254 VÍTIMAS

#### AC – 1 Caso

**2012**

**VÍTIMA:** Indígenas

**POVOS:** KULINA

**TERRA INDÍGENA:** KULINA DO RIO ENVIRA

**MUNICÍPIO:** FEIJÓ

**DESCRIÇÃO:** O alto consumo de bebida alcoólica entre os povos indígenas do Acre, em especial entre os que se aposentam e ficam na cidade, foi apontado como o principal agente de violência contra os indígenas e entre eles. Conforme o padre Paolino, 45 anos de luta na região, os índios se embriagam, são agredidos, agridem, sofrem todas as formas de preconceito, comem lixo e tomam banho em esgoto. Não há alojamentos ou quem se responsabilize por eles.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Contilnet, 26/03/2012

#### AM – 1 Caso

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** TABATINGA

**DESCRIÇÃO:** Conforme dados da pesquisadora Chris Lopes da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), o consumo de bebidas alcoólicas em terras indígenas do Amazonas tem deixado espaço para a ocorrência de suicídios e crimes como violência doméstica, homicídio e envolvimento com narcotráfico. Conforme ainda a pesquisadora, os municípios situados na fronteira internacional, como Tabatinga, Benjamin Constant e São Gabriel da Cachoeira exigem uma

fiscalização maior e, embora nas cidades ribeirinhas o acesso a bebidas também aconteça, é nas cidades maiores que as comunidades ficam mais vulneráveis.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** G1, 11/11/12

#### GO – 2 Casos – 10 Vítimas

**FEVEREIRO/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** TAPUIA

**TERRA INDÍGENA:** CARRETÃO I

**MUNICÍPIO:** RUBIATABA

**DESCRIÇÃO:** As lideranças da comunidade têm realizado denúncias sobre a entrada de cocaína e crack na terra indígena. Um indígena usuário de drogas foi expulso da aldeia.

**MEIO EMPREGADO:** Consumo de bebida alcoólica e drogas

**FONTE:** Cimi Regional Goiás/Tocantins, fevereiro/2012; Eonice da Rocha Moraes Rodrigues

**2012**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** TAPUIA

**TERRA INDÍGENA:** CARRETÃO I

**MUNICÍPIO:** RUBIATABA

**DESCRIÇÃO:** Foi aberto um bar a 200 metros da escola na aldeia. Alunos deixam de ir à escola para jogar sinuca e há um professor que vai dar aula alcoolizado. A violência interna aumentou, pois em todas as festas há brigas após a ingestão de bebida alcoólica. É proibida, por lei, a venda de bebida aos indígenas.

**MEIO EMPREGADO:** Consumo de bebida alcoólica

**FONTE:** Cimi Regional/GO/TO, março/2013

## MA – 1 Caso

2012

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KRIKATI

TERRA INDÍGENA: KRIKATI

MUNICÍPIO: MONTES ALTOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: São José

DESCRIÇÃO: Conforme denúncia das lideranças Krikati, que se mostram muito preocupadas, tem entrado grande quantidade de álcool na comunidade. Alguns indígenas se envolvem em acidentes como consequência da ingestão de bebidas.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e falta fiscalização

FONTE: Cimi Regional Maranhão, dezembro 2012

## MS – 1 Caso

2012

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: O consumo de bebida alcoólica e drogas constitui-se atualmente como uma das causas das violências que assolam as comunidades indígenas do estado. Segundo o vice-capitão do Conselho Indígena de Jaguapiru, crianças a partir de 11 anos já têm contato com as drogas, o que provoca uma elevada evasão escolar, em torno de 25%.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e drogas

FONTE: O Progresso, 27/03/2012

## MT – 1 Caso

2012

VÍTIMA: Comunidade

POVO: MYKY

TERRA INDÍGENA: JAPUÍRA

MUNICÍPIO: BRASNORTE

DESCRIÇÃO: No município, a venda de bebida alcoólica aos índios, apesar de proibida, está sendo facilitada, incentivando o consumo para indígenas menores de idade.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e falta fiscalização

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

## PA – 1 Caso

2012

VÍTIMA: Comunidade

POVO: ARARA

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRA SECA

MUNICÍPIO: ALTAMIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Terra Indígena Cachoeira Seca

DESCRIÇÃO: Com a constante presença de pescadores na área indígena, os Arara passaram a consumir bebidas alcoólicas trazidas por estes, trazendo consequências para o povo, como a violência doméstica e conflitos internos.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e falta fiscalização

FONTE: Cimi Regional Norte - Equipe Altamira

## PE – 1 Caso

2012

VÍTIMA: Comunidades

POVO: TRUKÁ

TERRA INDÍGENA: TRUKÁ

MUNICÍPIO: CABROBÓ

DESCRIÇÃO: Conforme declaração do MPF/PE, a venda de bebida alcoólica para os indígenas agrava os problemas vivenciados pela comunidade. A Procuradoria recomendou ao DSEI/PE que se conscientize os donos de bares para que se abstenham da venda de bebidas aos índios, o que é considerado crime.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e falta fiscalização

FONTE: Assessoria de Comunicação do MPF/PE, 10/12/2012

## RR – 4 Casos – 244 Vítimas

2012

VÍTIMA: Indígenas

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: CARACARAÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Município de Caracarái

DESCRIÇÃO: Os indígenas se dirigem à cidade para vender produtos da floresta como açaí, buritis, bacaba, etc. Quando recebem o pagamento das vendas, alguns deles gastam com bebida alcoólica. Acontecem brigas e arruaças, ocorrendo situações em que as mulheres se embriagam com as crianças no colo. A venda de bebida alcoólica aos indígenas é proibida, mas os comerciantes não respeitam a lei.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e falta fiscalização

FONTE: Folha de Boa Vista, 19/03/2012

2012

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: PACARAÍMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Barro

DESCRIÇÃO: A venda e o aumento de consumo de bebida alcoólica e outras drogas, devido à falta de fiscalização, vem ocasionando o aumento considerável de conflitos entre os índios.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e falta fiscalização

FONTE: CIR – Conselho Indígena de Roraima

2012

VÍTIMA: Comunidade

POVOS: INGARIKÓ, MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: UIRAMUTÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área Fria, região das Serras

DESCRIÇÃO: Aumento de consumo de bebidas alcoólicas devido à presença de garimpeiros em área indígena.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica

FONTE: Pastoral Indigenista de Roraima

2012

VÍTIMA: Jovens e adultos

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: UIRAMUTÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Mutum, região das Serras

DESCRIÇÃO: Devido ao contato com garimpeiros e por ficar próxima à faixa de fronteira, a comunidade sofre com alto índice de dependentes em bebidas alcoólicas. Alguns indígenas já são alcoólatras e precisam de ajuda especializada.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e drogas

FONTE: Pastoral Indigenista de Roraima e Equipe Itinerante

# Desassistência na área de educação escolar indígena\*

**E**m 2012 foram 36 registros de desassistência na área da educação escolar indígena, envolvendo mais de 18 mil vítimas. Tivemos ocorrências nos estados do Acre, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins.

O maior número de casos se registrou em Roraima, com 11 ocorrências. Na terra indígena Raposa Serra do Sol, as comunidades reclamam que jovens e crianças assistiam aula em barracões improvisados, falta energia elétrica e alunos estudando embaixo de árvores.

Também em Roraima, na terra indígena São Marcos, alunos eram obrigados a assistir aulas em casas improvisadas pela comunidade. Empresa contratada pela secretaria de Educação, não terminou as obras de duas salas de aula no prazo previsto.

Em Rondônia, os estudantes indígenas são obrigados a frequentar a escola do município para concluir os ensinamentos básico e médio. A única escola da aldeia apresentava situação precária, somente com a cobertura.

Os casos reunidos neste relatório são demonstrativos de uma omissão sistemática, que afeta os povos indígenas em diversos estados brasileiros. A negligência do Estado tem efeitos visíveis em três direções: a primeira é a falta de estrutura adequada para assegurar uma educação escolar de qualidade, a segunda relaciona-se à carência de quadros e de docentes indígenas nas escolas existentes e a terceira envolve o desrespeito às normativas que regulamentam a oferta de educação escolar aos povos indígenas.

A inadequação das estruturas se comprova, por exemplo, nas frequentes denúncias feitas por lideranças indígenas, relativas à precariedade das edificações escolares, sendo que em algumas não ocorrem reformas há anos, existindo até risco de desmoronamento. Em outras, as condições são insalubres, não há água encanada, energia elétrica, rede de esgoto, instalações sanitárias adequadas ou o número de salas de aula é insuficiente para abrigar os alunos matriculados. Os graves problemas relativos à infraestrutura, apresentados neste relatório, compreendem ainda a inadequada oferta de transporte e de alimentação escolar, bem como a falta de carteiras escolares, mobiliários, quadros de giz, materiais didáticos e recursos audiovisuais, entre outros. Registra-se ainda a inexistência da educação infantil em algumas aldeias que manifestaram seu interesse na oferta deste nível de ensino.

Por sua vez, os alunos do ensino superior, que necessitam sair das aldeias para prosseguir estudando, também reclamam da falta de moradia, alimentação e transporte para assegurar a permanência nas universidades, como também o atraso no repasse de bolsas e auxílios específicos. Vale ressaltar que é responsabilidade do Estado prover as escolas indígenas de recursos financeiros, humanos e materiais visando o pleno atendimento da Educação Básica, e possibilitar a continuidade dos estudos fora das aldeias, quando neste local não forem oferecidas condições para o aluno prosseguir estudando.

Em relação ao segundo aspecto, a carência de quadros para atuar nas escolas indígenas, os dados constantes deste relatório demonstram a gravidade da situação. Em algumas comunidades, a falta de docentes implica ainda no desrespeito aos direitos trabalhistas, tais como licença maternidade e licença saúde, por não haver professor disponível para realizar a substituição do/a docente licenciado/a. Há casos em que professores voluntários assumem as aulas para evitar prejuízos maiores ao aprendizado dos alunos, o que implica igualmente em uma violência, dado que todo trabalhador deveria ter seu trabalho reconhecido e devidamente remunerado. Há situações em que não se realizam concursos públicos, mantendo-se professores sob o regime de contrato temporário, o que tem implicações concretas sobre sua carreira no magistério e seus vencimentos. Há dados registrando a interrupção de processos de formação docente e a negligência em relação à qualificação permanente dos professores indígenas que atuam em diferentes regiões brasileiras.

Conforme o Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 13, editado no ano de 2012, os estados devem estruturar, nas secretarias de Educação, instâncias administrativas de Educação Escolar Indígena com a participação de indígenas e de profissionais especializados, destinando-lhes recursos financeiros específicos. Tal medida, contudo, ainda figura apenas no plano legal, na esmagadora maioria dos casos. Disso decorre o desrespeito, demonstrado por alguns estados e municípios, a premissas já consolidadas como a de que as escolas indígenas são unidades próprias, autônomas e específicas, e que podem, portanto, criar projetos pedagógicos próprios, organizar grades curriculares e calendários que considerem as culturas de cada povo.

O terceiro aspecto que caracteriza a desassistência em educação escolar indígena é o desrespeito a normas

\* Análise de Lara Tatiana Bonin, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



Foto: CIR - Conselho Indígena de Roraima

*Jovens e crianças de Raposa/Serra do Sol assistem aula em barracões improvisados*

Em 2012, o governo federal deixou de liquidar 31% dos R\$ 6.300.000,00, autorizados ao Fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas

federais que regulamentam esta modalidade. Destaca-se, nesta direção, uma ocorrência no município de Rubiataba, Goiás, e outra no município de Brasnorte, Mato Grosso, em que os professores indígenas estariam sendo coagidos a utilizarem a mesma grade curricular e calendário das escolas não indígenas, desrespeitando-se, assim, o direito a uma educação diferenciada, fundamentada nas pedagogias e processos próprios de aprendizagem dos povos indígenas (cf. Art. 210 da Constituição Federal).

Em manifestações coletivas, os povos indígenas denunciam a falta de abertura para a participação na elaboração e execução da política voltada à escola indígena, como também o desrespeito à premissa da consulta às comunidades para a implementação de ações, projetos e políticas que lhes dizem respeito. Apresentam-se dados relativos à interrupção da oferta educacional em 22 aldeias Xerente, no município de Tocantínia, Tocantins, nas quais a prefeitura alega haver um reduzido número de estudantes, desrespeitando, deste modo, princípios estabelecidos em normativas do Conselho Nacional de Educação que não apresentam restrições de ordem quantitativa à oferta educacional aos povos indígenas.

A Constituição Federal afirma que a educação é um direito público subjetivo, sendo responsabilidade do Estado a sua oferta gratuita, ininterrupta e de qualidade. Para populações indígenas esta lei é ainda mais específica,

assegurando-lhes o uso das línguas maternas e respeito aos processos próprios de aprendizagem e responsabilizando as instituições públicas pela proteção e promoção das práticas culturais de cada etnia. Desse modo, o poder público não pode se furtar da responsabilidade de construir escolas, contratar e remunerar professores e outros profissionais da educação, como também deve assegurar o respeito aos modos como estes povos concebem e organizam suas escolas, conferindo-lhes um tratamento diferenciado. Não é o que ocorre em muitos municípios, conforme dados apresentados neste relatório.

No que concerne à criação dos territórios etnoeducacionais, conforme determinações do Decreto nº 6.861/2009 e de um conjunto de documentos que respalda esse modelo, esta nova forma de gestão deve garantir e ampliar o protagonismo indígena em todas as instâncias propositivas e deliberativas da educação escolar indígena. O que se observa, contudo, é a negligência em relação à garantia de participação das comunidades indígenas e muitas lideranças denunciam, em diferentes espaços de mobilização política, não estarem devidamente informadas e não serem consultadas na definição dos limites dos territórios etnoeducacionais, e não terem também a oportunidade de manifestar seu descontentamento e suas proposições frente à realidade de desassistência em diferentes instâncias municipais, estaduais e federais.

Por fim, cabe destacar que o quadro de omissão do Estado frente às urgências das comunidades indígenas se torna ainda mais contundente quando se examinam os dados de execução orçamentária no ano de 2012. Em rubricas que se relacionam à oferta educacional, observa-se que o montante de recursos autorizados não foi efetivamente aplicado. É o caso da rubrica “Fomento e desenvolvimento de processos de educação indígena”, para a qual R\$ 6.300.000 foram autorizados, mas apenas 68,95% foram liquidados, restando, portanto, recursos que poderiam ter sido investidos em melhorias em escolas ou no incremento de processos de formação. Na rubrica “Promoção, proteção e valorização das culturas indígenas”, na qual se poderiam contemplar necessidades relativas à produção de materiais didáticos, por exemplo, foram autorizados R\$ 500 mil, mas o governo não executou absolutamente nada deste montante. Há, ainda, graves problemas relativos à falta de estrutura, saneamento, água encanada, rede de esgoto, que afetam as escolas e que poderiam ser abrandados com a execução integral dos R\$ 58.500.000 autorizados

pelo Congresso Nacional, dos quais o governo liquidou irrisórios 0,13%.

Tais dados demonstram que o descaso para com a educação escolar indígena não resulta apenas da falta de recursos para efetivamente proporcionar condições adequadas de oferta educacional. Resulta, de forma direta, da falta de priorização das ações e políticas destinadas aos indígenas, sendo que os recursos destinados a estas questões permanecem contingenciados.

Pode-se argumentar, assim, que embora haja uma retórica favorável aos povos indígenas, e um conjunto de normativas que respaldam um adequado tratamento, na prática, eles continuam sendo desprezados, discriminados e desrespeitados de maneira intensa e contínua. As dificuldades apontadas pelos indígenas para a participação efetiva nas ações e políticas que lhes dizem respeito mostra também que, para muitos estados e municípios, a oferta de educação escolar indígena específica e diferenciada é vista como uma regalia, uma concessão e não como um direito dos povos indígenas.

## DESASSISTÊNCIA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

### 36 CASOS – 18.865 VÍTIMAS

#### AC – 2 Casos

**2012**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** NUKINI

**TERRA INDÍGENA:** NUKINI

**MUNICÍPIO:** MÂNCIO LIMA

**DESCRIÇÃO:** Embora a educação indígena na região tenha sido referência, atualmente as escolas precisam de reparos urgentes, além de pessoal de apoio, cuja falta atrasou o início das aulas nos últimos dois anos. Há falta de merendeiras, vigias e serventes. Para suprir essa necessidade, alunos, seus pais e professores realizam trabalho voluntário o que, por sua vez, consome o tempo que seria utilizado nas atividades de subsistência como a caça, a pesca e os roçados da comunidade.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** *Juruáonline*, 04/05/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** RIO BRANCO

**DESCRIÇÃO:** Em julho de 2012, 14 etnias do Acre denunciaram, por meio de suas lideranças, as deficiências na área da educação. As escolas estão em situação crítica, insalubres, sem transporte. Não há formação de profissionais e mais da metade das escolas não receberam materiais, livros didáticos e nem alimentos para a merenda escolar. São 179 escolas indígenas e nem 50 receberam os materiais didáticos. O MPF/AC cobrou informações do governo do Acre e do Ministério da Educação sobre os problemas enfrentados para a educação escolar indígena.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de escola e material escolar

**FONTE:** *MPF/AC*, 23/11/2012

#### AM – 3 Casos – 100 Vítimas

**2012**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** APURINÃ

**TERRA INDÍGENA:** APURINÃ, KM 124, BR-317

**MUNICÍPIO:** BOCA DO ACRE

**DESCRIÇÃO:** Não há escola para as crianças e os adolescentes da comunidade Apurinã. O MPF/AM recomendou ao município de Boca do Acre e ao estado do Amazonas que elaborem um projeto de construção e manutenção de uma escola de educação indígena na terra dos Apurinã.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de escola

**FONTE:** *MPF/AM*, 8/10/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** SATERÊ-MAWÊ

**TERRA INDÍGENA:** ANDIRÁ-MARAU

**MUNICÍPIO:** MAUÊS

**DESCRIÇÃO:** Aproximadamente 100 indígenas reivindicam ações que lhes proporcionem a possibilidade de estudar em Manaus. O líder indígena Jacimar Saterê explicou que os índios que moram na zona rural e estudam na sede do município enfrentam dificuldades em relação ao transporte, alimentação e moradia na cidade. Ele afirma que a situação pode comprometer a conclusão do curso superior, oferecido pela Universidade do Estado do Amazonas e que muitos estudantes acabam desistindo dos estudos pois não têm como arcar com as despesas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** *A Crítica*, 01/08/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVOS:** PARINTINTIN

**TERRA INDÍGENA:** IPIXUNA

**MUNICÍPIO:** HUMAITÁ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Pupunha

**DESCRIÇÃO:** Embora haja o prédio para que a escola funcione, os alunos ficam até um mês sem aulas por falta de professores. A contratação é de responsabilidade da prefeitura.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de professor indígena

**FONTE:** *Cimi Regional Norte I, dezembro/2012*

## BA – 1 Caso – 4.000 Vítimas

**06/01/2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** ATIKUM, PANKARARÉ, PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE, TUPINANMBÁ DE OLIVENÇA, TUXÁ

**MUNICÍPIO:** RODELAS

**DESCRIÇÃO:** Cerca de 80 representantes das comunidades e organizações indígenas ocuparam a Secretaria de Educação da Bahia para reivindicar a contratação e contrato para professores; a construção de 41 salas de aula e respectivo mobiliário; transporte escolar e melhoria nas estradas; regularização da situação de pessoal de apoio e administrativo; criação de curso técnico; construção de creches; e coordenador pedagógico. Sem a solução dos problemas apontados, cerca de 4.000 alunos não poderão estudar.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de escola e professores indígenas

**FONTE:** *Rede Anaind, 6/01/12*

## DF – 1 Caso

**SET/OUT/2012**

**VÍTIMA:** Estudantes de universidades

**POVOS:** DIVERSOS

**MUNICÍPIO:** BRASÍLIA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Unb, Brasília; UFPA; UFMT

**DESCRIÇÃO:** Segundo estudantes das universidades de Brasília, do Pará e de Mato Grosso, a Funai costuma atrasar o repasse dos auxílios financeiros aos alunos que estão cursando universidade, o que vem gerando muitas dificuldades, inclusive comprometendo a conclusão das disciplinas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de repasse de verba

**FONTE:** *Estudantes Indígenas da UnB, outubro/2012*

## GO – 2 Casos

**FEV/2012**

**VÍTIMA:** Alunos e professores indígenas

**POVO:** TAPUIA

**TERRA INDÍGENA:** CARRETÃO I

**MUNICÍPIO:** RUBIATABA

**DESCRIÇÃO:** Os alunos e professores das escolas da região estão passando por várias dificuldades. As professoras indígenas quando ficam grávidas não têm direito à licença maternidade; não há professor de apoio e quando elas ficam afastadas têm que pagar do próprio bolso para um substituto. O povo solicita a contratação do quadro geral de funcionários da escola e pede concurso público para professores indígenas, pois são contratadas a cada início de ano e passam uma média de 3 meses sem receber seus salários, não tendo direito nem a férias nem ao 13º salá-

rio. Solicitam, também, que seja respeitado o calendário diferenciado do povo.

**MEIO EMPREGADO:** Demora na efetivação de professores indígenas

**FONTE:** *Lideranças Tapuia; Cimi Regional Goiás/Tocantins, fevereiro/2012*

**14/02/2012**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** TAPUIA

**TERRA INDÍGENA:** CARRETÃO I

**MUNICÍPIO:** RUBIATABA

**DESCRIÇÃO:** Os povos indígenas do estado de Goiás são obrigados a seguir uma grade curricular da escola não índia o que impede a educação diferenciada, como prevê as normas do Ministério da Educação. A situação chegou ao extremo de um professor ter sido comunicado de que não poderia deixar de dar aula mesmo no período de luto, após o falecimento do ancião Zabelino, importante líder da comunidade.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura e educação diferenciada

**FONTE:** *Professores indígenas, 14/02/2012; Cimi Regional Goiás/Tocantins, março/2013*

## MA – 3 Casos

**AGO/SET/2012**

**VÍTIMA:** Professores indígenas

**POVO:** KRIKATI

**TERRA INDÍGENA:** KRIKATI

**MUNICÍPIO:** IMPERATRIZ

**DESCRIÇÃO:** Os professores ficaram sem receber salários por mais de dois meses. Os professores ameaçaram entrar em greve. A Procuradoria da República recomendou ao estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Educação, que adotasse as providências necessárias para o imediato pagamento dos salários atrasados.

**MEIO EMPREGADO:** Atraso no pagamento de professores

**FONTE:** *MPF/MA, 02/10/2012*

**2012**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** GUAJAJARA

**TERRA INDÍGENA:** ARARIBÓIA

**MUNICÍPIO:** ARAME

**DESCRIÇÃO:** As escolas da aldeia estão em situação precária. Nelas, estudam 447 crianças e adolescentes. As poucas cadeiras existentes estão quebradas. Falta material escolar. A verba liberada não chega até a escola. Os professores indígenas recebem apenas 10 salários ao ano, diferentemente do que é estabelecido por lei, que prevê a remuneração também nos períodos de férias escolares.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de repasse de verba

**FONTE:** *O Globo, RJ, 14/05/2012*

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** SÃO LUÍS

**DESCRIÇÃO:** De acordo com o último Censo, grande parte das crianças indígenas do estado do Maranhão, com mais de 10 anos de idade, não sabem ler ou escrever. Conforme o IBGE, a taxa de analfabetismo de crianças e jovens até 24 anos, cerca de 20.900, é o dobro da média entre a população total do estado.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de escolas e professores indígenas

**FONTE:** *G1; TV Mirante*

**MS – 1 Caso – 500 Vítimas****2012****VÍTIMA:** Estudantes**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**DESCRIÇÃO:** Conforme dados do Núcleo de Ações Indígenas, ligado à prefeitura de Dourados, há 500 indígenas com idades entre 6 e 17 anos fora da sala de aula. Essa situação ainda se torna mais alarmante visto o alto índice de violência na reserva, em que cresce o número de crianças e adolescentes em contato com álcool e drogas. Segundo, ainda, o diretor da entidade, Fernando de Silva Souza, há um déficit atualmente de pelo menos 12 salas de aula.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de escola**FONTE:** *O Progresso*, 28/03/2012**MT – 2 Casos – 4 Vítimas**

2012

**VÍTIMA:** Professores e estudantes**POVOS:** DIVERSOS**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**MUNICÍPIO:** BARRA DO GARÇAS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias em Barra do Garças

**DESCRIÇÃO:** Em função do atraso no pagamento de salários, quatro professores aprovados em concurso público para atuar em aldeias indígenas, entraram na justiça. Além da falta de pagamento dos salários, há também uma série de outros problemas nas escolas, a exemplo da falta de transporte, prédio em péssimas condições, sem banheiros, alojamentos e material escolar. Como consequência, os professores não permaneceram nas aldeias e os alunos ficaram sem aula até que a situação fosse normalizada.

**MEIO EMPREGADO:** Atraso no pagamento de professores**FONTE:** *G1 MT*, 06/11/2012**2012****VÍTIMA:** Estudantes**POVO:** MYKY**TERRA INDÍGENA:** JAPUÍRA**MUNICÍPIO:** BRASNOORTE

**DESCRIÇÃO:** O prédio construído em 2011 para abrigar a escola já apresenta graves problemas de estrutura com infiltrações, goteiras, rachaduras e problemas na instalação elétrica. A escola indígena continua atrelada ao sistema único de ensino e se pauta pelas escolas dos não índios. As Diretrizes Nacionais emitidas pelo MEC não estão sendo implementadas pela Seduc de MT, que apresenta portarias contrariando as diretrizes nacionais.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura e educ. diferenciada**FONTE:** *Cimi Regional Mato Grosso***PA – 2 Casos – 2 Vítimas****2012****POVOS:** ARARA, ARAWETÉ, ASURINI, JURUNA, KARARAHÔ, KURUJAYA, PARAKANÃ, XIKRIM, XIPÁYA**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Diversas aldeias

**DESCRIÇÃO:** As comunidades sofrem com a má formação de professores, por faltar-lhes preparação para atuar com educação

diferenciada e não respeitar o calendário indígena e nem suas datas comemorativas. As estruturas das escolas são precárias e de péssima qualidade. A merenda escolar é insuficiente para os alunos, não suprimindo as necessidades. O material escolar não chega nas comunidades.

**MEIO EMPREGADO:** Falta educação diferenciada e infra-estrutura**FONTE:** *Cimi Regional Norte 2 – Equipe de Altamira***2012****VÍTIMA:** Comunidade**TERRA INDÍGENA:** MÃE MARIA**MUNICÍPIO:** BOM JESUS DO TOCANTINS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Akrãtikatêje

**DESCRIÇÃO:** Os Akrãtikateje da Montanha estão sofrendo com a falta de posto de saúde, contratação de um profissional de saúde, construção de escola, distribuição de água potável nas comunidades e fossas sanitárias. Eles já denunciaram o descaso da Funasa e da Seduc ao Ministério Público.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral**FONTE:** *Equipe de Altamira; Cimi Regional Norte 2***PB – 1 Caso****2012****VÍTIMA:** Estudantes**POVO:** POTIGUARA**TERRA INDÍGENA:** POTIGUARA (SÃO MIGUEL)**MUNICÍPIO:** MARCAÇÃO**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Brejinho

**DESCRIÇÃO:** Conforme relatório do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba, foi constatado o estado precário da escola que atende à aldeia. Funciona em uma casa mal conservada, cujas salas apresentam diversos danos que afetam a qualidade da educação, com goteiras, infiltrações, portas quebradas, piso deteriorado e, quando chove, as aulas são suspensas. Foi iniciada há três anos a construção de uma outra escola que, no entanto, está paralisada. Materiais de construção abandonados oferecem risco para os alunos.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura**FONTE:** *Conselho Estadual de Direitos Humanos, PB, 15/10/2012; MPF/PB, 22/10/2012***PR – 1 Caso****2012****VÍTIMA:** Comunidades**POVO:** GUARANI**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**MUNICÍPIO:** GUAÍRA

**DESCRIÇÃO:** Indígenas da região do Paraná e do Mato Grosso do Sul bloquearam a estrada que liga Guaíra a Mundo Novo para reivindicar a construção de escolas inexistentes nas aldeias.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de escola**FONTE:** *Correio Braziliense*, 07/08/2012**RO – 3 Casos****2012****VÍTIMA:** Comunidades de RO, MT e sul do AM**POVOS:** VÁRIAS ETNIAS**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**MUNICÍPIO:** PORTO VELHO

**DESCRIÇÃO:** Representantes dos movimentos e organizações indí-

genas de vários povos de RO, MT e AM, reunidos no Abril Indígena Regional, de 9 a 13 de abril de 2012, elencaram os vários problemas que estão enfrentando relacionados à educação indígena. Solicitam participação dos povos indígenas na elaboração e execução da política de educação em RO, a criação e instalação do Conselho de Educação Escolar Indígena e da Gerência de Educação Escolar para garantir o direito à educação diferenciada; realização de concurso público, implantação do projeto do sexto ao nono ano e ensino médio para evitar a migração de famílias e estudantes para os centros urbanos e a discriminação que ali sofrem; recursos para produção de material didático diferenciado com participação dos professores e suas comunidades.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura e educ. diferenciada

**FONTE:** Movimento e Organizações Indígenas de Rondônia, Noroeste de MT e Sul do AM, 13/04/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVOS:** KWAZÁ, LATUNDÊ, SABANÊ

**TERRA INDÍGENA:** TUBARÃO LATUNDÊ

**MUNICÍPIO:** CHUPINGUAIA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Gleba e Rio do Ouro

**DESCRIÇÃO:** A comunidade reivindica a instalação de escolas para o ensino médio, visto que os estudantes precisam ir à escola na cidade, à noite, com transporte precário, na carroceria de caminhonetes, sujeitos à poeira e chuva, numa distância de mais de 20 km.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de implantação de ensino médio

**FONTE:** Cimi Regional Rondônia

**2012**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** PUROBORÁ

**TERRA INDÍGENA:** PUROBORÁ

**MUNICÍPIO:** ALTA FLORESTA

**DESCRIÇÃO:** Os estudantes frequentam a escola do município para concluir o ensino básico e médio, saindo à tarde e retornando pela madrugada. A única escola da aldeia está em condições precárias, somente com a cobertura, impossibilitando o acesso de estudantes e professores.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de escola

**FONTE:** Equipe Pastoral Indigenista; Cimi Regional Rondônia - Ji-Paraná, 07/12/2012

## RR – 11 Casos – 14.259 Vítimas

**AGOSTO/2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** INGARIKÓ, MAKUXI, TAUREPANG, WAPIXANA

**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA SERRA DO SOL

**MUNICÍPIO:** NORMANDIA

**DESCRIÇÃO:** Aproximadamente cem índios realizaram um protesto na frente da assembleia legislativa e do palácio do governo, em Normandia. O movimento foi para chamar atenção do governo sobre a situação precária da comunidade. Jovens e crianças assistem aulas em barracões improvisados e construídos pelos indígenas. Na época de inverno, as aulas são interrompidas porque os barracões gotejam muito, obrigando os alunos a voltarem para casa. Na comunidade, existem várias escolas em construção sem previsão de terminar.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de escola

**FONTE:** Folha de Boa Vista, 8/08/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** ALTO ALEGRE

**DESCRIÇÃO:** Escolas construídas pelo governo federal estão em situação de risco de desmoronamento, o que coloca em risco a vida dos estudantes. Além disso, não tinham material didático, não havia transporte, nem merenda escolar.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de escola e material escolar

**FONTE:** CIR e APIRR

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVOS:** INGARIKÓ, MAKUXI, PATAMONA, TAUREPANG, WAPIXANA

**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA SERRA DO SOL

**MUNICÍPIO:** PACARAÍMA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Barro - Região do Surumu

**DESCRIÇÃO:** O Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol foi destruído quase na sua totalidade em 2005. Ele representa importante espaço de educação específica e diferenciada. Este centro, construído pelas comunidades indígenas do estado de Roraima, não é ainda reconhecido pelas autoridades, nem conta com suporte técnico e financeiro da União, tal como amparado em lei federal. O centro educativo necessita, com urgência, de reformas e de reconhecimento oficial.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura

**FONTE:** CIR – Conselho Indígena de Roraima

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVOS:** MAKUXI, WAPIXANA

**TERRA INDÍGENA:** SÃO MARCOS

**MUNICÍPIO:** BOA VISTA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Lago Grande

**DESCRIÇÃO:** A Escola Felinto Muller, que conta com apenas três salas de aulas para 210 alunos, está em péssimas condições de funcionamento em função das precariedades estruturais, inclusive com falta de energia elétrica. Alguns professores têm improvisado aulas debaixo de árvores. Durante o inverno, os professores são impossibilitados de lecionarem.

**MEIO EMPREGADO:** Falta infra-estrutura geral

**FONTE:** Comunidade Indígena do Lago Grande

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVOS:** INGARIKÓ, MAKUXI, PATAMONA, WAI WAI, WAPIXANA, YANOMAMI

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** PACARAÍMA

**DESCRIÇÃO:** Devido às péssimas condições das estradas durante do inverno, alunos são impossibilitados de frequentarem a escola.

**MEIO EMPREGADO:** Transporte

**FONTE:** Folha de Boa Vista, 11/05/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVOS:** VÁRIAS ETNIAS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**DESCRIÇÃO:** A Organização dos Povos Indígenas de Roraima (OPIRR) denunciou a falta de professores e de profissionais de apoio e

assistência aos seis centros pedagógicos regionais existentes dentro da área indígena.

**MEIO EMPREGADO:** Falta professor indígena

**FONTE:** OPIRR – Organização dos Povos Indígenas de Roraima

**JULHO/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVOS:** VÁRIAS ETNIAS

**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA SERRA DO SOL

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Região do Baixo Cotingo

**DESCRIÇÃO:** O governo do estado de Roraima nomeou, através de portaria, um indígena para a direção do Centro Pedagógico do Baixo Cotingo, sem consulta às comunidades indígenas, que já tinham outro professor para este cargo. Faltou, portanto, que o governo consultasse a comunidade, desrespeitando a legislação e as normas internacionais, como a Convenção 169 da OIT.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de consulta à comunidade

**FONTE:** OPIRR – Organização dos Povos Indígenas de Roraima

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** SÃO MARCOS

**MUNICÍPIO:** PACARAIMA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Lagoa

**DESCRIÇÃO:** A Secretaria de Educação do Estado de Roraima contratou a empresa Logos Construções e Serviços Ltda para construir duas salas para a Escola Estadual Indígena Tuxaua Evanderson, pelo valor de R\$ 249.947,42. A obra foi iniciada em julho de 2010 com previsão de término para 150 dias, o que ainda não aconteceu, em função da não liberação dos recursos. Pela não conclusão da escola, os alunos são obrigados a receber aulas em pequenas casas improvisadas pela comunidade.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de repasse de verbas

**FONTE:** Pastoral Indigenista de Roraima; Equipe São Marcos e Murupu

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVOS:** VÁRIAS ETNIAS

**TERRA INDÍGENA:** SÃO MARCOS

**MUNICÍPIO:** BOA VISTA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Mawixe

**DESCRIÇÃO:** A escola onde estudavam alunos da 1ª a 4ª série do ensino fundamental, construída em 1975, teve que ser destruída pela comunidade, para segurança dos alunos. Com a falta de recursos para a construção de outra escola, os alunos estão recebendo aulas na maloca da comunidade, que não tem estrutura para recebê-los. Ficam expostos ao sol e às fortes chuvas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de recursos

**FONTE:** Pastoral Indigenista de Roraima e Equipe São Marcos e Murupu

**2012**

**POVOS:** INGARIKÓ, MAKUXI, PATAMONA, WAI WAI, WAPIXANA

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** BOA VISTA

**DESCRIÇÃO:** Indígenas da cidade de Boa Vista passam necessidades nas escolas e universidades, pois não contam com educação de qualidade, nem programas de estudos diferenciados, como garante a lei, e nem recebem apoio dos órgãos de assistência.

**MEIO EMPREGADO:** Falta infraestrutura e educação diferenciada

**FONTE:** Organização dos Indígenas da Cidade

**9/3/2012**

**VÍTIMA:** Estudante

**POVO:** MAKUXI

**TERRA INDÍGENA:** SÃO MARCOS

**MUNICÍPIO:** PACARAIMA

**DESCRIÇÃO:** Três estudantes sofreram ferimentos quando caíram do transporte escolar. O motorista não tinha carteira de habilitação e o transporte escolar estava sem equipamentos de segurança.

**MEIO EMPREGADO:** Transporte precário

**FONTE:** Pastoral Indígena de Roraima - Equipe São Marcos e Murupu

**SC – 1 Caso**

**ABRIL/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade Pirai

**POVO:** GUARANI

**TERRA INDÍGENA:** PIRAI

**MUNICÍPIO:** ARAQUARI

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas reclamam da forma como a responsável pela educação trata os membros da comunidade. Contam que “a professora chega na aldeia e vai direto à escola, não avisa ao cacique que está indo para a aldeia, não consulta o cacique em nada, contrata professores não indígenas sem conversar com a comunidade”. Reclamam que, na escola, não há professores indígenas. A professora nunca dialogava com a comunidade, e nem aceitava sugestões do cacique.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de professor indígena e falta de consulta

**FONTE:** Cimi Regional Sul

**TO – 2 Casos**

**2012**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** JAVAÉ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Cachoeirinha

**DESCRIÇÃO:** O procurador da República, Álvaro Manzano, em visita à área indígena constatou deficiências no provimento à educação. O prédio da escola está fechado há mais de quatro anos, necessitando de uma reforma e sendo utilizado como depósito de materiais e residência. Segundo os índios, há número suficiente de crianças para justificar a implantação do ensino fundamental na aldeia.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de escola

**FONTE:** MPF/TO, 02/04/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** XERENTE

**TERRA INDÍGENA:** XERENTE

**MUNICÍPIO:** TOCANTÍNIA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** 22 aldeias

**DESCRIÇÃO:** A Secretaria Estadual de Educação fechou escolas em 22 aldeias, alegando que não poderiam funcionar porque tinham menos de 10 alunos. Os professores contratados foram exonerados. Foi entregue uma escola nova que, pela mesma alegação, também não funcionaria por não ter o número suficiente de alunos.

**MEIO EMPREGADO:** Desrespeito a normais federais de educação

**FONTE:** Cimi Regional Goiás/Tocantins, 2012

## Desassistência geral

Continuaram aumentando os registros de desassistência geral. Em 2012 constatamos a ocorrência de 62 casos, contra as 38 ocorrências listadas em 2011.

Foram registrados casos em 18 diferentes estados do país: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins. Mato Grosso do Sul continuou liderando, com o maior número de casos: 13 ocorrências.

Submetidos a viver em barracos de lona, os Guarani-Kaiowá convivem com a falta de moradia digna. Conforme denunciam os indígenas, a reserva de Dourados está se tornando uma grande favela, com mais de 1.500 famílias sem teto. No período de chuvas e ventos fortes, os barracos de lona ou sapé não resistem e acabam desabando. A mesma realidade é verificada no Rio Grande do Sul, especialmente nas comunidades Guarani Mbya e Kaingang que vivem

acampadas nas margens das rodovias, aguardando há décadas pela demarcação de suas terras.

Na comunidade indígena Terena, os indígenas bloquearam a BR-262 para cobrar explicações do corte de cestas básicas. Situação também vivenciada pelos Guarani-Kaiowá, da terra indígena de Dourados, onde mais de 3.200 famílias ficaram sem receber as cestas básicas.

Foram também registrados em Mato Grosso do Sul, casos de trabalho escravo ou análogo à escravidão. As ocorrências foram registradas no município de Dourados, onde menores indígenas foram contratados com documentos falsos e uma olaria explorava o trabalho infantil.

Só perdendo para Mato Grosso do Sul, no estado de Roraima foram registrados 9 casos de desassistência geral. Há reclamações das comunidades indígenas devido à precariedade das estradas, falta de água, existência de lixo sem nenhum tratamento e falta de energia elétrica.

Em 2012, o governo federal liquidou somente R\$ 75.865,00, ou 5,06% dos R\$ 1,5 milhão previstos para a ação Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Indígenas



Foto: Márcia Rempel (GAP/INRS)

*Vivendo à beira de rodovias sem nenhuma assistência, comunidade Guarani Mbya aguarda há décadas pela demarcação de suas terras*

## DESASSISTÊNCIA GERAL

62 CASOS – 7.129 VÍTIMAS

## AC – 3 Casos

2012

VÍTIMA: Comunidades

POVOS: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: SENA MADUREIRA

**DESCRIÇÃO:** Conforme denúncia de Ninawá, presidente da Federação do Povo Huni Kui do Acre (Fephac), “há dois anos nenhuma equipe de saúde é enviada para acompanhar a situação dos indígenas na região. Não há escolas, postos de saúde e nenhuma estrutura para os serviços básicos de políticas públicas”. Ainda de acordo com Ninawá, a Força Nacional esteve no Acre, mas as mortes de crianças continuavam acontecendo e vem dizimando índios acreanos em mais de 60% das 46 aldeias localizadas entre Santa Rosa, Manoel Urbano, Assis Brasil, Feijó e Tarauacá. Nas delegacias de polícia de Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa, Jordão, Feijó e Tarauacá tornaram-se rotineiros os boletins de ocorrência envolvendo indígenas em casos de agressão, alcoolismo, furto e estupro. Os abusos são praticados, em sua maioria, pelos “brancos”, que alcoolizam menores e oferecem dinheiro e alimento em troca de sexo. O prefeito de Sena Madureira, Nilson Areal, denuncia que está morrendo índio e vai continuar morrendo porque os problemas são graves e não se vê nenhuma ação para solucionar esses problemas que se instalaram dentro dos municípios acreanos.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Contilnet, 26/03/2012

2012

VÍTIMA: Comunidades

POVOS: ASHANINKA, KULINA (MADIJA)

TERRA INDÍGENA: KAMPA DO IGARAPÉ PRIMAVERA

MUNICÍPIO: TARAUCÁ

**DESCRIÇÃO:** Segundo o presidente da Federação do Povo Hunikui, cacique Ninawá, a invasão de madeireiros peruanos, de pecuaristas brasileiros e de seringueiros na terra indígena tem provocado a saída dos indígenas que seguem acampados às margens do Rio Envira enfrentando problemas de falta de abrigo, alimentação e de atendimento à saúde.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Agazeta.net, 03/10/2012

MAIO/2012

VÍTIMA: Comunidades

POVOS: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: RIO BRANCO

**DESCRIÇÃO:** Cerca de 150 indígenas de vários povos ocuparam no mês de maio o prédio da Funai, com sede em Rio Branco. Na ocasião, foram ameaçados de expulsão com o uso de força policial. Os indígenas reivindicavam melhorias na saúde, educação e demarcação das terras. Denunciaram que, nas aldeias, as comunidades vivem sob ameaças de fazendeiros que cada vez mais limitam o espaço da floresta. O exemplo maior está na Aldeia São Paulino, onde os índios vivem ameaçados e coagidos pelos invasores.

MEIO EMPREGADO: Conflito fundiário

FONTE: Página 20, AC, 22/05/2012

## AL – 1 Caso

2012

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KARIRI-XOKÓ

TERRA INDÍGENA: KARIRI-XOKÓ

MUNICÍPIO: PORTO REAL DO COLÉGIO

**DESCRIÇÃO:** A prefeitura instalou dentro da terra indígena um lixão a céu aberto, onde são despejados resíduos hospitalares. O lixão tem impedido o acesso dos índios à mata, considerada por eles sagrada. Também há o perigo de provocar contaminações e doenças em toda a população indígena. O depósito fica entre as moradias dos indígenas e o espaço destinado aos rituais religiosos, que estão sendo prejudicados.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: Extra Alagoas, 17/07/2012

## AM – 5 Casos – 400 Vítimas

2012

VÍTIMA: Indígenas na cidade

POVOS: KOKAMA, TIKUNA

MUNICÍPIO: RIO PRETO DA EVA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Manaus

**DESCRIÇÃO:** Doze famílias estão abrigadas de forma precária em uma garagem no centro de Manaus e aguardam para serem transferidas para casas de conjunto habitacional. A Funai prometeu a realocação das famílias há quase dois anos mas nada foi feito. Segundo a indígena Kokama, Maria Coelho Fabá, 36 anos, não há condições para que as famílias continuem no local, sem saneamento, com a presença de ratos e baratas. As crianças adoecem com gripe e diarreia.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: UOL, 22/05/2012

21/08/2012

VÍTIMA: Indígenas na cidade

POVOS: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Manaus

**DESCRIÇÃO:** Os próprios servidores da Fundação Nacional do Índio denunciam o abandono nas instalações da sede do órgão. Na entrada do prédio da Funai há uma piscina desativada com água acumulada que, por ausência de manutenção, tornou-se um foco e criadouro do mosquito da dengue. O prédio é insalubre, as salas estão com problemas de infiltrações, arquivos com mofo, banheiros em péssimas condições. Os índios que vêm das aldeias do interior do Amazonas à capital dormem nos corredores da sede, em virtude da falta de infraestrutura das instalações do órgão. Como eles não têm onde ficar, ficam jogados nos corredores e, às vezes, são molhados pela chuva. Servidores pagam aos índios R\$ 10,00 para fazerem a limpeza do local.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura

FONTE: G1, 21/08/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Indígenas em São Gabriel da Cachoeira

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

**DESCRIÇÃO:** O procurador da República, Júlio José Araújo, de São Gabriel da Cachoeira, se reuniu com diversas entidades para tratar de assuntos referentes aos indígenas. Foi verificado que continua um lixão a céu aberto existente na comunidade Boa Esperança, desde 2004. A Casai, que atende a comunidade Yanomami, está abandonada. Verificou-se as condições precárias do presídio e a falta de assistência jurídica aos presos indígenas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** MPF/AM, 18/09/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** SATERÊ-MAWÊ

**TERRA INDÍGENA:** ANDIRA-MARAU

**MUNICÍPIO:** MAUÊS

**DESCRIÇÃO:** Os índios denunciam que os cartórios estão cobrando para fazer o registro civil dos indígenas. Conforme declaração do índio Inácio da Silva, os dois cartórios no município cobram uma taxa de R\$ 18,00 para a emissão de certidão negativa, quando em Manaus e outras localidades essa emissão é gratuita.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** D24 AM, 22/05/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Indígenas

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** ATALAIA DO NORTE

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Canoas às margens do Rio Javari

**DESCRIÇÃO:** O movimento indígena local informou que entrará com um pedido de investigação de um esquema de compra de votos e abandono de índios no município. A denuncia é que 400 indígenas que foram votar na cidade de Atalaia do Norte e permaneceram vários dias alojados em canoas às margens do Rio Javari, aguardando liberação de recursos para a compra de gasolina e poderem retornar às aldeias. Ficaram sem água potável utilizando água poluída do rio. A maioria dos indígenas foi estimulada para sair de suas aldeias e votar no município. Após o fim do período eleitoral se sentiram abandonados pelo poder público.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Lideranças do Vale do Javari, 16/10/2012

## AP – 1 Caso

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** APALAI, KAXUYANA, TIRIYO, WAIAMPI, WAYANA

**TERRA INDÍGENA:** TUMUCUMAQUE

**MUNICÍPIO:** LARANJAL DO JARI

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Parque Nacional do Tumucumaque

**DESCRIÇÃO:** As comunidades indígenas reivindicam que a Funai promova a retirada dos garimpeiros que invadiram suas terras e geram insegurança. Os caciques dos diversos povos reivindicam assistência à saúde e à educação visto que se encontram em completo abandono. Solicitam centro hospitalar, escolas

estruturadas, casa de amparo aos jovens que estudam na capital, capacitação em artesanato e fiscalização constante para combater o avanço dos garimpeiros e traficantes de animais em suas terras.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Jornal do Dia, 25/04/2012

## BA – 2 Casos

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

**TERRA INDÍGENA:** CARAMURU CATARINA PARAGUASSU

**MUNICÍPIO:** PAU BRASIL

**DESCRIÇÃO:** Integrantes do Ministério Público Federal/BA, junto com representantes da comunidade indígena, visitaram o posto de saúde onde se verificou a falta de médicos, situação que perdura por mais de oito meses. Os indígenas também denunciaram as precárias instalações físicas, paredes mofadas e espaço insuficiente. A comunidade reclamou também sobre a falta de água na aldeia e de professores concursados na carreira do magistério indígena.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Assessoria de Comunicação do MPF/BA, 12/06/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

**TERRA INDÍGENA:** TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

**MUNICÍPIO:** SÃO PAULO DE OLIVENÇA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Acuípe do Meio I, Sapucaieira e Campo de São Pedro

**DESCRIÇÃO:** Apesar da ação proposta pelo MPF para que a União providenciasse a perfuração de poços artesianos para o consumo de água potável por parte da população indígena de São Paulo de Olivença, as comunidades não foram beneficiadas. A perfuração foi feita pela Funai que reconheceu a ineficiência do poço, apesar da verba gasta para esse fim. Apesar de haver uma adutora e um sistema de tratamento de água no local, ambos desativados, as 30 famílias da comunidade de São Pedro de Olivença, não são beneficiadas por esses serviços.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de água potável

**FONTE:** Assessoria de Comunicação do MPF/BA, 10/12/2012

## GO – 1 Caso

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** AVÁ-CANOEIRO

**TERRA INDÍGENA:** AVÁ-CANOEIRO

**MUNICÍPIO:** MINAÇU

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas sofrem com falta de alimentos, moradias em ruína, falta de energia elétrica e de água, o que os obriga a cavar pequenas cacimbas, cujo conteúdo é impróprio para o consumo. O interior da terra indígena é ocupado ilegalmente e ainda ocorrem incêndios criminosos e invasão de gado de fazendas vizinhas. Caçadores e pescadores também causam problemas aos indígenas. As famílias sobrevivem de cesta básica, que é enviada a cada dois meses. Muitas vezes os alimentos chegam com a validade vencida ou estragados.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Diário do Norte, 17/09/2012

**MA – 2 Casos**

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** GUAJAJARA

**TERRA INDÍGENA:** CANA BRAVA/GUAJAJARA

**MUNICÍPIO:** GRAJAÚ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Coquinho e Coquinho 2

**DESCRIÇÃO:** Há mais de sete anos os indígenas sofrem com a falta de água, o que os obriga a comprá-la de carros-pipa para o consumo familiar. Além de não terem acesso à rede de saneamento básico, não dispõem de energia elétrica. Não há posto de saúde, telefone, nem veículos para transportar doentes das aldeias para o hospital do município, que fica a 76 quilômetros.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** G1 MA; TV Mirante, 07/05/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** AWÁ-GUAJÁ

**TERRA INDÍGENA:** CARU

**MUNICÍPIO:** BOM JARDIM

**DESCRIÇÃO:** Desde o início do ano a comunidade é penalizada pela falta de água potável. Com a seca do Igarapé Tiracambu, a situação se agravou. A Funai chegou a cavar um poço mas a situação não se resolveu. Foi encaminhado um documento/denúncia ao MPF.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de água

**FONTE:** Indígenas; Cimi Regional Maranhão, dezembro/ 2012

**MG – 1 Caso**

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** MAXAKALI

**TERRA INDÍGENA:** MAXAKALI

**MUNICÍPIO:** LADAINHA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Verde e Topázio

**DESCRIÇÃO:** Ligações precárias de energia elétrica na casa dos indígenas, com arame desencapado, representam grave perigo de choques, curto circuito e incêndios. Segundo o procurador da República, Bruno Magalhães, a situação é de altíssimo risco, pois um incêndio naquelas localidades atingiria gravemente a população indígena, podendo se alastrar para as plantações e matas vizinhas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura

**FONTE:** MPF/MG - Assessoria de Comunicação Social, 08/05/2012

**MS – 13 Casos – 1.633 Vítimas**

**2012**

**VÍTIMA:** Crianças

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Bororo e Jaguapiru

**DESCRIÇÃO:** Lideranças indígenas denunciaram que os alimentos destinados à merenda escolar se deterioraram nas prateleiras enquanto as crianças passam fome nas escolas. Mercadorias vencidas e estragadas permanecem nos estoques. Segundo



Foto: Matias Rempel (GAPIN/RS)

Comunidade Guarani Mbya vive em barracos de lona, no Rio Grande do Sul

a Secretaria de Educação, os repasses de alimentos à escola ocorriam normalmente durante todos os meses. A Secretaria informou que as denúncias estão sendo investigadas e que a diretora da escola foi afastada.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de merenda escolar

**FONTE:** Dourados Agora, 20/03/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Bororo e Jaguapiru

**DESCRIÇÃO:** A maioria das famílias indígenas vive em barracos de lona, havendo um déficit de mais de 1.450 casas. Conforme documento de entidades ligadas à questão indígena, a situação precária de moradia é um dos fatores que contribui para agravos de saúde dos povos indígenas. Segundo o cacique Shatalim Graitto Benites, as famílias indígenas estão sufocadas nas aldeias, sem condições de sobrevivência, o que já está motivando o desaldeamento de grupos. Não há moradia e a cesta básica mensal não é suficiente para as famílias. Conforme o cacique, “queremos terra para plantar e criar nossos filhos com o esforço do nosso trabalho e com o que a terra nos dá”. Ele alega, ainda, que este fato contribui para que a população local sofra com a miséria e a violência que tomaram conta das aldeias.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Dourados Agora, 10/04/2012

**2012**

**VÍTIMA:** 1.500 famílias indígenas

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**DESCRIÇÃO:** Com cerca de 1.500 famílias sem teto, a reserva de Dourados está se tornando uma grande favela, vizinha à área urbana da cidade. Em barracos de lona ou de sapê, que desabam com o primeiro vento forte ou com as chuvas, as mães criam seus filhos em condições precárias. O frio e a fome são desafios para algumas épocas do ano. De acordo com o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Fernando de Souza, nessa situação, aumenta a vulnerabilidade em relação a problemas de saúde, como desnutrição, principalmente dos idosos e das crianças.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Dourados Agora, 30/05/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** TERENA

**TERRA INDÍGENA:** NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

**MUNICÍPIO:** MIRANDA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Miranda

**DESCRIÇÃO:** Indígenas bloquearam a BR-262 e pediram explicações sobre o corte da cesta básica entregue à comunidade bimestralmente pelo governo do estado.

**MEIO EMPREGADO:** Suspensão de cesta básica

**FONTE:** Fátima News, 20/06/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias de Dourados e Caarapó

**DESCRIÇÃO:** Um Acordo de Cooperação Técnica entre diversos órgãos da União e o governo de Mato Grosso do Sul, assinado em 23 de fevereiro e publicado em 5 de março no Diário Oficial da União (DOU), que prevê “ações de segurança pública com cidadania nas terras indígenas regularizadas”, ainda não saiu do papel por omissão do governo do estado. Para o Procurador da República, Marco Antonio D. de Almeida, do MPF em Dourados, “estão sendo negados direitos básicos e constitucionais ao cidadão indígena, numa clara atitude discriminatória por parte do governo estadual”.

**MEIO EMPREGADO:** Suspensão de operação policial

**FONTE:** MPF/MS - Assessoria de Comunicação, 26/04/2012

**JUNHO/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bororo

**DESCRIÇÃO:** A comunidade denunciou que mais de 3.200 famílias ficaram sem receber cestas básicas por cerca de três meses. Assim, a maioria das famílias vinha sobrevivendo apenas com o que consegue plantar, e alguns só têm mandioca. Conforme a agente de saúde Priscila Maciel D. Lopes, no período em que a comunidade não recebeu os alimentos, cerca de 10 crianças tiveram redução de peso e passaram a ter um quadro de risco nutricional.

**MEIO EMPREGADO:** Suspensão de cesta básica

**FONTE:** Fátima News, 29/08/2012

**07/5/20125**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVOS:** BORORO, GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** JÁGUAPIRÉ

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Jaguapiru e Bororo

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas iniciaram um protesto para denunciar a quebra de termo firmado com o governo do estado e as aldeias Jaguapiru e Bororo, por duas vezes. O governo teria se comprometido a recuperar as estradas vicinais das aldeias, mas não aconteceu. As estradas estão em estado calamitoso, inviabilizando a passagem, seja de veículos ou pedestres.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura

**FONTE:** Dourados Agora, 07/5/2012

**OUT/DEZ/2012**

**VÍTIMA:** Comunidade Kurusu Ambá

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** KURUSU AMBÁ

**MUNICÍPIO:** CORONEL SAPUCAIA

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas ficaram dois meses sem receber cestas básicas da Funai. As cestas eram distribuídas de 15 em 15 dias, mas a entrega atrasou. A comunidade está acampada na área de reserva legal da fazenda Auxiliadora desde 2009, enquanto aguarda a demarcação da terra. Embora tenham uma pequena roça de subsistência, são as cestas básicas que representam a maior parte da alimentação. Segundo lideranças da comunidade, a demarcação das terras poderia mudar a situação de extrema miséria em que vivem. Com a devolução da terra, poderiam ter a lavoura, criar os animais e realizar as práticas culturais.

**MEIO EMPREGADO:** Suspensão de cesta básica

**FONTE:** Jornal Dia a Dia, 27/12/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** LIMA CAMPO

**MUNICÍPIO:** PONTA PORÃ

**DESCRIÇÃO:** Centenas de moradores ficaram sem água potável por vários meses. Muitas famílias buscam água nos riachos, com risco de contaminação. O córrego onde a maioria da comunidade se abastece fica na divisa entre a área indígena e fazendas de produtores de soja da região. Os indígenas denunciam a contaminação da água por agrotóxicos.

**MEIO EMPREGADO:** Água contaminada

**FONTE:** G1, 21/11/2012

**20/12/2012**

**VÍTIMA:** Crianças

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** TEKOKA PORÃ

**MUNICÍPIO:** DOURADOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Olaria Sotolani

**DESCRIÇÃO:** Waldemir, liderança do Tekoha Ñu Porã, denunciou a exploração de trabalho infantil em uma olaria localizada na terra indígena. São seis crianças, três indígenas e três não indígenas que recebem R\$ 2,50 por milheiro de tijolo produzido. A comunidade já pediu a saída da fábrica da terra indígena mas, até o momento, nada foi feito.

**MEIO EMPREGADO:** Trabalho escravo

**FONTE:** Cimi Regional MS

**2012**

**VÍTIMA:** Indígenas na cidade

**MUNICÍPIO:** BRASILÂNDIA

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas trabalharam oito meses por ano, no corte de cana-de-açúcar, na Usina Debrasa, sem nenhuma assistência. Apesar da recomendação do Ministério Público para regularizar a situação dos indígenas, a Funai não acatou e argumentou que a permanência dos indígenas no distrito é temporária e que o órgão somente presta assistência nas aldeias de origem, assim, a responsabilidade seria da empresa contratante. O MPF entrou com ação contra a Funai argumentando que o índio não deixa de ser índio porque está distante da aldeia de origem. “O simples fato do indígena residir fora da aldeia durante parte do ano não faz com que perca sua identidade... (...) É inconstitucional qualquer distinção entre índios, especialmente quando esta pode trazer prejuízos aos direitos que lhes são conferidos pela Constituição Federal e pela legislação vigente”.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** MPF/MS, setembro/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** YPO'I E TRIUNFO

**MUNICÍPIO:** PARANHOS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Ypo'i

**DESCRIÇÃO:** A comunidade se abastece precariamente em um córrego próximo ao acampamento, cuja água está contaminada. Conforme denúncia encaminhada ao MPF, em 14 de novembro de 2012, uma grande crosta de espuma branca formou-se sobre toda a superfície da água do córrego que serve à comunidade. Amostras do material foram encaminhadas ao MPF que solicitou à Polícia Federal a instauração

de inquérito para investigar a contaminação.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de água potável

**FONTE:** Midiamaxnews, 23/1/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Homens

**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAÍ

**MUNICÍPIO:** AMAMBAÍ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Estabelecimentos penais de Amambaí, Jardim e Ponta Porã

**DESCRIÇÃO:** Em novembro de 2011 a comissão de inspeção do Departamento Penitenciário Nacional, ao visitar os estabelecimentos penais de Amambaí, Jardim e Ponta Porã, encontrou total falta de assistência da Funai. O MPF recomendou que as Procuradorias da Funai em Ponta Porã e em Dourados criassem um cadastro dos índios presos na região e realizassem um acompanhamento periódico, objetivando esclarecer aos mesmos sobre seus direitos, o andamento dos processos e, eventualmente, peticionando em favor deles. Atualmente há 35 indígenas encarcerados nos estabelecimentos penais de regime fechado de Ponta Porã, Jardim e Amambaí. A situação mais grave verifica-se no estabelecimento penal masculino de Amambaí, onde, do total, 17 ainda estão na fase de processo judicial e outros 14 já foram condenados. A Procuradoria da Funai em Ponta Porã reconheceu a existência de desrespeito aos direitos fundamentais dos índios e concluiu que, diante da situação, e mesmo com quadro reduzido de servidores, a tutela dos índios presos se faz necessária.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência jurídica

**FONTE:** Midiamaxnews, 06/07/2012

## MT – 3 Casos

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** XAVANTE

**TERRA INDÍGENA:** AREÕES

**MUNICÍPIO:** NOVA NAZARÉ

**DESCRIÇÃO:** Os índios estão passando fome e ameaçam bloquear a rodovia MT-326 em protesto por melhorias para as cinco aldeias que enfrentam problemas com a escassez de alimentos, terras inférteis, falta de veículos para o transporte e obras estruturais para garantir a sobrevivência nas aldeias.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de alimentação e assistência

**FONTE:** Diário de Cuiabá, 30/03/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** KAYABI

**TERRA INDÍGENA:** KAYABI

**MUNICÍPIO:** COLÍDER

**DESCRIÇÃO:** Uma pousada que funcionava há quase um ano na terra indígena Kayabi desenvolvia atividades potencialmente poluidoras e estava instalada ilegalmente. O empreendimento tinha pista de pouso e balsas clandestinas. Em cerca de um ano de atuação, foram desmatados perto de 15 hectares de floresta junto ao rio. Entre as irregularidades encontradas está o fato de o empreendimento ser potencialmente poluidor, lançar resíduos sólidos, executar lavra mineral, portar motosserra e pescar em local proibido. Segundo a coordenação da Funai em Colíder, a Pousada Rio Cururu “explora e ludibria os índios” para conseguir manter irregularmente sua estrutura dentro dos limites da terra Kayabi. O coordenador em exercício da

Funai informou que os proprietários oferecem dinheiro e favores aos índios. Como estes se encontram em situação de vulnerabilidade na aldeia, com dificuldade de cuidar das terras e não conseguem emprego na cidade por preconceito, terminam por se submeter aos donos da pousada.

**MEIO EMPREGADO:** Turismo em aldeias

**FONTE:** Midianews, 25/09/2012, 01/10/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** BORORO

**TERRA INDÍGENA:** MERURE

**MUNICÍPIO:** GENERAL CARNEIRO

**DESCRIÇÃO:** A comunidade indígena de Merure enfrentou problemas causados pela desassistência a que está submetida. Na área da saúde, faltam médicos, medicamentos, transporte para os doentes, atendimento emergencial, atraso nos exames e no tratamento necessário, além da utilização de água não potável. Há consumo de bebida alcoólica, o que provoca violência interna. Na área de assistência à educação, falta infraestrutura para atender aos alunos. No quesito de subsistência, há falta de apoio à produção agrícola.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Osmar Resende, SDB, Missão Salesiana-Meruri; Cimi Regional Mato Grosso, março/2013

## PA – 3 Casos – 609 Vítimas

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades/Xingu

**POVO:** ARARA

**TERRA INDÍGENA:** XINGU

**MUNICÍPIO:** ALTAMIRA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Região do Médio Xingu

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas denunciaram o estado da água que são obrigados a consumir. A água do rio poluída, barrenta, em função da construção da primeira barragem provisória no Xingu, a chamada ensecadeira, na construção de Belo Monte. A comunidade está preocupada pois não possui poço e a água do Xingu é utilizada para beber e cozinhar. Além desse problema, uma das principais preocupações dos Arara é que, a partir de novembro, quem vive à jusante da barragem perderá a navegabilidade do rio que é a única saída da aldeia, visto que não há estradas nem pista de pouso.

**MEIO EMPREGADO:** Água poluída

**FONTE:** Cimi Regional Norte II

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** TEMBÉ

**TERRA INDÍGENA:** ALTO RIO GUAMÁ

**MUNICÍPIO:** PARAGOMINAS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Capitão do Poço e Santa Luzia do Pará

**DESCRIÇÃO:** Lideranças denunciaram a falta de medicamentos básicos e de recursos de alta e média complexidade nos polos de saúde indígena. O fornecimento foi terceirizado, mas a empresa não cumpre o contrato. Além disso, há falta de abastecimento de água tratada e de transporte nas aldeias e uma estrutura incipiente dos postos concebidos para atendimento aos indígenas. Os doentes vão para a cidade de Belém e ficam sem apoio e alimentação no terminal rodoviário.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Amazônia Jornal, 05/12/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades Indígenas da Região de Altamira

**POVOS:** ARARA, ARAWETÉ, ASURINI, JURUNA, KA"POR, KAYAPÓ, PARAKANÃ, XIKRIM, XIPAYA

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS

**MUNICÍPIO:** SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

**DESCRIÇÃO:** A Casai é o local de acomodação dos indígenas quando estão na cidade para tratamento da saúde. No entanto não corresponde às necessidades básicas dos índios. Os cômodos são pequenos, superlotados, não dispendo de vagas para quem precise e o calor se torna insuportável, fazendo com que os índios durmam do lado de fora ou mesmo nas ruas, dificultando a recuperação da saúde. Também correm o risco de envolvimento com drogas, prostituição e alcoolismo. Existe a previsão para abril de 2013 da construção de uma nova casa, mas até o momento as obras não foram iniciadas.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de estrutura na Casa do Índio

**FONTE:** Cimi Regional Norte II – Equipe Altamira

## PB – 2 Casos

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** POTIGUARA

**TERRA INDÍGENA:** POTIGUARA (SÃO MIGUEL)

**MUNICÍPIO:** MARCAÇÃO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Nhonho

**DESCRIÇÃO:** A equipe do Conselho Estadual de Direitos Humanos na Paraíba ouviu as denúncias do cacique da aldeia sobre a falta de segurança. Foi reivindicada a necessidade de ronda policial na área e o reforço da patrulha rural, insuficiente para atender às 32 aldeias existentes na terra indígena. Relataram problemas generalizados causados pela existência de pontos de venda de drogas e funcionamento de bares onde se explora a prostituição, mantidos por não indígenas nas aldeias. Acresce a essa sensação de insegurança a ameaça que a família do cacique Geusivã, assassinado recentemente, está sofrendo.

**MEIO EMPREGADO:** Suspensão de operação policial

**FONTE:** CEDH/PB, 15/10/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** POTIGUARA

**TERRA INDÍGENA:** POTIGUARA - MONTE MOR

**MUNICÍPIO:** MARCAÇÃO

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Três Rios

**DESCRIÇÃO:** A caixa d'água e o poço que servem à aldeia, construídos pelo município, foram executados de forma defeituosa, apesar do repasse integral dos recursos. Com a falta de manutenção, a comunidade vem consumindo água contaminada. Além disso, pela falta de pagamento das contas de luz, a ameaça de corte da energia para a bomba de água é constante. A Sesai não assumiu os reparos com o argumento de que não poderiam receber obras com pendências. Segundo a procuradora Duciram Farena, a recusa é absurda e ilegal pois, segundo ela, "Os indígenas não podem ser responsabilizados por problemas de prestação de contas de convênios celebrados com órgão do governo federal".

**MEIO EMPREGADO:** Falta de água potável

**FONTE:** MPF/PB, 10/12/2012

**PR – 3 Casos**

**2012**

**VÍTIMA:** Índios na cidade  
**POVOS:** GUARANI, KAINGANG  
**TERRA INDÍGENA:** RIO DAS COBRAS  
**MUNICÍPIO:** LARANJEIRAS DO SUL

**DESCRIÇÃO:** Em função das precárias condições de subsistência nas áreas e pelas dificuldades na venda do artesanato, os indígenas são obrigados a procurar outros espaços de comercialização de seus produtos em cidades distantes. Como não existem abrigos onde possam ficar hospedados, acabam dormindo ao relento, como é o caso da rodoviária de Cascavel.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de alternativas de subsistência  
**FONTE:** CATVE, 02/02/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade  
**POVO:** KAINGANG  
**TERRA INDÍGENA:** SÃO JERÔNIMO  
**MUNICÍPIO:** SÃO JERÔNIMO

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas reivindicam a instalação de uma bomba de água para abastecer a aldeia que está há meses sofrendo com o problema de falta de água. Denunciam a falta de comprometimento da Funasa que prometeu a instalação de uma bomba em 10 dias, tendo se passado meses e nada foi providenciado.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de água  
**FONTE:** Londrina.odiario.com, 17/05/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade  
**POVO:** KAINGANG  
**TERRA INDÍGENA:** MARRECCAS  
**MUNICÍPIO:** TURVO

**DESCRIÇÃO:** Moradores da aldeia indígena de Marrecas pagaram durante muito tempo pela taxa de iluminação pública, sem que houvesse prestação do serviço.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura  
**FONTE:** Assessoria de Comunicação Ministério Público do Paraná, 17/09/2012

**RO – 3 Casos**

**17/03/2012**

**VÍTIMA:** Parentes do indígena morto  
**POVO:** KAXARARI  
**TERRA INDÍGENA:** KAXARARI  
**MUNICÍPIO:** EXTREMA

**DESCRIÇÃO:** Após o suicídio do indígena Marivaldo Quintino Kaxarari, familiares da vítima enfrentaram as maiores dificuldades para a remoção do corpo para o IML, para as providências necessárias. Segundo explicações do IML os quatro veículos estavam quebrados, o que inviabilizava a remoção para os trâmites necessários. Somente com a intervenção do delegado, e diante da pressão dos familiares frente à decomposição do corpo é que a questão foi resolvida.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de transporte  
**FONTE:** Rondoniaovivo, 18/03/2012

Foto: Renato Santana/Cimi



Comunidade Guarani Mbya vive em condições precárias, RS

**2012****VÍTIMA:** Comunidades**POVOS:** ARIKAPÚ, ARUÁ, DIAHOI, KANOÉ, MAKURAP, SAKURABIAT, TUPARI, WAYORÓ, TERRA INDÍGENA: RIO BRANCO**MUNICÍPIO:** ALTA FLORESTA**DESCRIÇÃO:** Os veículos adquiridos pela compensação da pavimentação da RO 429 ficaram à disposição da Funai, porém, quando a comunidade necessita de transporte para escoamento da produção encontram dificuldades na liberação de motorista. Isto tem causado prejuízo com a perda de produtos pela falta de transporte, por exemplo, grandes cargas de banana.**MEIO EMPREGADO:** Falta de transporte**FONTE:** Cimi Regional Rondônia - Equipe Pastoral Indigenista, Ji-Paraná, 07/12/2012**2012****VÍTIMA:** Indígenas**POVOS:** DIVERSOS**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**MUNICÍPIO:** GUAJARÁ-MIRIM**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Guajará-Mirim**DESCRIÇÃO:** Vários indígenas relataram ao MPF/RO que a Funai de Guajará-Mirim tem se recusado a expedir o Registro Administrativo de Nascimento de Indígenas (Rani) para os índios de Porto Velho e Guajará-Mirim, principalmente para os índios que não residem em aldeias. Para o Ministério Público, a negativa de registro contraria leis nacionais e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil, como a Convenção 169 da OIT. O órgão cita também o ofício 349/11, da Funai em Brasília, onde consta que "todo indígena em território nacional deve ser registrado, independentemente do local de moradia ou da idade do solicitante à época em que o registro for solicitado; a Funai não faz distinção entre indígenas que habitam ou não em terra indígena".**MEIO EMPREGADO:** Recusa de documento indígena**FONTE:** MPF/RO, 24/10/2012

## RR – 7 Casos – 387 Vítimas

**2012****VÍTIMA:** Comunidades**POVOS:** DIVERSOS**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA SERRA DO SOL**MUNICÍPIO:** NORMANDIA**DESCRIÇÃO:** A precariedade das estradas na reserva indígena dificulta o acesso dos índios à saúde e educação. O transporte escolar não consegue chegar até as comunidades e as equipes de saúde da Sesai também têm dificuldades. A situação é crítica com muitos buracos e pontes quebradas, com risco de acidentes e, no período das chuvas, os indígenas ficam isolados**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura**FONTE:** Folha de Boa Vista/RR, 29/08/2012**2012****VÍTIMA:** Comunidade**POVOS:** DIVERSOS**TERRA INDÍGENA:** SÃO MARCOS**MUNICÍPIO:** PACARAÍMA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Nova Esperança, Samã I, Samã II, Ingarumã, Ouro Preto, Nova Morada**DESCRIÇÃO:** Dentro da terra indígena existe um lixão sem nenhum

tipo de tratamento. Este lixão está contaminando as fontes aquíferas de várias comunidades.

**MEIO EMPREGADO:** Água contaminada**FONTE:** CIR – Conselho Indígena de Roraima**2012****VÍTIMA:** Comunidade**POVOS:** MAKUXI, PATAMONA**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA SERRA DO SOL**MUNICÍPIO:** UIRAMUTÃ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Mutum e região das Serras**DESCRIÇÃO:** Em função da falta de fiscalização na faixa de fronteira, vem ocorrendo o tráfico de drogas na região que divide o Brasil e a Guiana, na terra indígena Raposa Serra do Sol. Essa situação preocupa as lideranças indígenas, principalmente em relação aos jovens da comunidade. Eles não querem denunciar abertamente o nome de alguns envolvidos por temer represálias.**MEIO EMPREGADO:** Tráfico de drogas e falta de fiscalização**FONTE:** Pastoral Indigenista de Roraima e Cimi Equipe Itinerante**2012****VÍTIMA:** Comunidades**POVOS:** DIVERSOS**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**MUNICÍPIO:** BOA VISTA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Várias comunidades indígenas**DESCRIÇÃO:** Existem na cidade de Boa Vista cerca de 47 presos indígenas. A maioria sem ter seus direitos constitucionais reconhecidos, tais como cumprimento de penas alternativas fora da penitenciária, em local próximo da aldeia. Os motivos destas prisões são geralmente de pequenos delitos.**MEIO EMPREGADO:** Prisão**FONTE:** Ministério Público Estadual - RR**2012****VÍTIMA:** Comunidade**POVOS:** DIVERSOS**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA SERRA DO SOL**MUNICÍPIO:** UIRAMUTÃ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Mutum, região das Serras**DESCRIÇÃO:** Os programas Bolsa Família e aposentadoria concedidos pelo governo federal não têm ajudado as comunidades indígenas de Raposa Serra do Sol. Os beneficiários desses programas têm que viajar muitos quilômetros para receber o dinheiro que é gasto quase todo em transporte. A dificuldade se acentua durante o período de chuvas na região, isolando a comunidade devido às más condições das estradas. Fato este que encarece os alimentos quando chegam à comunidade.**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura**FONTE:** Pastoral Indigenista de Roraima e Cimi Equipe Itinerante**2012****VÍTIMA:** Comunidade**POVOS:** VÁRIAS ETNIAS**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA SERRA DO SOL**MUNICÍPIO:** NORMANDIA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Xumina**DESCRIÇÃO:** Na RR-202, entre as comunidades indígenas Dexi e Xumina, uma ponte quebrada dificultava o escoamento de produtos alimentícios e a remoção de doentes para atendimento médico.**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura**FONTE:** Pastoral Indigenista de Roraima

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVOS:** DIVERSOS

**TERRA INDÍGENA:** SÃO MARCOS

**MUNICÍPIO:** BOA VISTA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Vista Alegre

**DESCRIÇÃO:** Os recursos liberados pelo programa do governo federal “Luz para Todos”, para que as comunidades indígenas do Baixo São Marcos tenham energia 24 horas, acabaram sem que a obra fosse terminada. Apenas parte dos postes e fios foram instalados. A obra deveria ser finalizada em janeiro de 2012.

**MEIO EMPREGADO:** falta de energia elétrica

**FONTE:** Pastoral Indigenista de Roraima; Equipe São Marcos e Murupu

## RS – 4 Casos – 241 Vítimas

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** GUARANI

**TERRA INDÍGENA:** TEKoha PORÁ

**MUNICÍPIO:** SALTO DO JACUÍ

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas vivem sem energia elétrica e saneamento básico. Segundo o vice-cacique, Roberto Fernandes, a situação está prejudicando o aprendizado na aldeia, porque por volta das 15h as aulas terminam pois já começa a escurecer e não há luminosidade para os alunos estudarem. Quando o dia está nublado no período do inverno, a aula é transferida para o lado de fora da escola. O problema também atinge o posto de saúde da aldeia, pois qualquer tratamento que demande o uso de energia obriga os pacientes a ir ao hospital debaixo de chuva, com frio e à noite.

**MEIO EMPREGADO:** Falta infraestrutura geral

**FONTE:** MPF/RS, 19/06/2012; G1 RS, 07/08/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** GUARANI NHANDÉVA

**TERRA INDÍGENA:** MATO PRETO

**MUNICÍPIO:** EREBANGO

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas da comunidade reivindicam atendimento para os vários problemas que estão enfrentando. Não há espaço físico para moradias, a água que consomem é poluída e, ao redor do acampamento, não há mata. Eles vivem rodeados de plantações de soja, onde os agricultores espalham grande quantidade de agrotóxicos.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Acampamento indígena Guarani, 29/08/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Sete famílias

**POVO:** KAINGANG

**MUNICÍPIO:** PORTO ALEGRE

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Bairro da Glória, Porto Alegre

**DESCRIÇÃO:** O procurador da República, Júlio Carlos S. de Castro Júnior, visitou a comunidade que vive há 15 anos no bairro Glória, em Porto Alegre, para verificar as condições em que vivem os indígenas. Eles sobrevivem com a venda de artesanato visto que perderam os territórios necessários à sua subsistência e que lhes proporcionavam alimentos, ervas medicinais e o guaimbé, madeira utilizada na fabricação de artesanato. Reclamam da dificuldade de se verem incluídos em políticas indígenas, não sendo atendidos por uma equipe

de saúde, dificuldade de acesso à medicação e de acesso, pelas mulheres, ao benefício auxílio-maternidade. Quanto ao pedido de documentos, o “Tudo fácil” tem rejeitado o registro de nascimento indígena da Funai para a confecção de carteira de identidade.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** MPF/RS, 10/10/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Homens

**POVO:** KAINGANG

**MUNICÍPIO:** BOM JESUS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Kaingang

**DESCRIÇÃO:** Uma força-tarefa do MPT, MTE e Funai libertaram 41 indígenas, entre os quais 11 eram menores de 18 anos, que trabalhavam em condições análogas à escravidão. Os trabalhadores foram aliciados por um funcionário do empresário Germano Neukamp, não tinham carteira assinada e o pagamento não era efetuado regularmente. Segundo o procurador do MPT, quando chovia, os indígenas não podiam trabalhar e não recebiam. As condições de alojamento e alimentação eram precárias, instalações sanitárias em péssimas condições, fiação elétrica solta e comida estragada. Segundo o coordenador da Arpinsul, Rildo Kaingang, a total ausência de políticas públicas para as aldeias Kaingang tem forçado cada vez mais indígenas a buscar fontes de renda nas safras de frutas, como maçã e uva, inclusive adolescentes com idades inferiores a 14 anos.

**MEIO EMPREGADO:** Trabalho escravo

**FONTE:** Repórter Brasil, 29/11/2012

Foto: Márcus Rempel (GAPIN/RS)



**Guarani Mbya, à beira de rodovia, vivendo sem nenhuma assistência do poder público**

**SC – 2 Casos – 108 Vítimas**

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** KAINGANG

**TERRA INDÍGENA:** TOLDO CHIMBANGUE

**MUNICÍPIO:** CHAPECÓ

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Toldo Chimbangue

**DESCRIÇÃO:** As 27 famílias instaladas no local, por não terem para onde ir, estão sem alimentos. O Ministério Público Federal, que ajuizou ação pedindo o fornecimento dos alimentos, relata que há várias crianças e gestantes em estado de desnutrição. As condições de saúde e higiene também são precárias no local. Segundo o desembargador federal, Fernando Quadros da Silva, “a situação precária desta comunidade indígena decorre, principalmente, da demora da União na conclusão do processo demarcatório, que deveria ter ocorrido nos cinco anos seguintes à promulgação da Constituição, em 1988”.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de alimentação

**FONTE:** CONJUR, 10/08/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** KAINGANG

**TERRA INDÍGENA:** TOLDO PINHAL

**MUNICÍPIO:** CONCÓRDIA

**DESCRIÇÃO:** Não há módulos sanitários na reserva indígena, e o MPF informa que há mais de quatro anos as obras de construção deveriam ter sido iniciadas. Segundo o MPF, cabe aos DSEIs interior Sul/SC a realização do trabalho.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de estrutura sanitária

**FONTE:** Rádio Rural AM, Concórdia/SC, 30/03/2012

**TO – 6 Casos – 3.751 Vítimas**

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** KRAHÔ

**TERRA INDÍGENA:** CARRETÃO II

**MUNICÍPIO:** NOVA AMÉRICA

**DESCRIÇÃO:** Em função das precárias condições e principalmente pela falta de poços, a comunidade tem que consumir água poluída. O prazo para a licitação e a construção de poços já venceu e até o momento não houve solução. Já foi solicitada uma reunião junto ao MPF/GO, mas a chefe do Dsei Araguaia não pôde comparecer. Foi solicitada nova reunião para ocorrer na aldeia Carretão, ainda sem data definida.

**MEIO EMPREGADO:** Água contaminada

**FONTE:** Vice-Cacique Tapuia; Cimi Regional Goiás/Tocantins, fevereiro/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** XERENTE

**TERRA INDÍGENA:** XERENTE

**MUNICÍPIO:** TOCANTÍNIA

**DESCRIÇÃO:** Os indígenas enfrentam problemas com a falta de manutenção na estrada TO-010, assim como das estradas que fazem ligação com as aldeias. As pontes dentro da área estão em condições precárias e colocam em risco a vida da comunidade, prejudicando o transporte, principalmente de doentes, aposentados e estudantes.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de infraestrutura

**FONTE:** Indígenas Xerente; Cimi Regional Goiás/Tocantins, setembro/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Comunidade

**POVO:** XERENTE

**TERRA INDÍGENA:** XERENTE

**MUNICÍPIO:** TOCANTÍNIA

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Santa Cruz, Traíra e Bela Vista

**DESCRIÇÃO:** As bombas de água de poços artesianos da comunidade Xerente estão quebradas desde o ano de 2011. A Sesai alega não dispor de verbas para os reparos e a comunidade precisa caminhar mais de 1 km para buscar água para o consumo.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de água potável

**FONTE:** Liderança Xerente; Cimi Regional Goiás/Tocantins, setembro/2012

**2012**

**VÍTIMA:** Estudantes

**POVO:** KARAJÁ

**TERRA INDÍGENA:** KARAJÁ SANTANA DO ARAGUAIA

**MUNICÍPIO:** SANTA FÉ DO ARAGUAIA

**DESCRIÇÃO:** Dez famílias indígenas moram em Araguaína numa casa cedida pela Funai. Os indígenas estão na localidade porque não existe escola nas comunidades para os alunos que estão cursando o ensino médio. Além do prédio precisar de reformas, estavam ameaçados de expulsão. Conviviam ainda com a falta constante de energia elétrica e de água, causando sérios problemas aos moradores.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Estudantes Karajá de Xambioá; Cimi Regional Goiás/Tocantins

**18/12/2012**

**VÍTIMA:** Estevão Gonçalves Ribeiro

**POVO:** KRAHÔ-KANELA

**TERRA INDÍGENA:** MATA ALAGADA

**MUNICÍPIO:** LAGOA DA CONFUSÃO

**DESCRIÇÃO:** Indígena com um quadro de doença crônica recebeu orientação dos responsáveis pela saúde a ir à cidade de Gurupi para obter um laudo médico que possibilitaria sua aposentadoria por invalidez. A Funai negou recursos para hospedagem e alimentação. Da mesma forma, a Casai recusou atendimento ao índio, apesar deste explicar que estava ali por motivo de saúde. Estevão dormiu na área do prédio, sem nenhuma ajuda.

**MEIO EMPREGADO:** Falta de assistência geral

**FONTE:** Estevão G. Ribeiro Krahô-Kanela, 26/02/2013

**09/09/2012**

**VÍTIMA:** Comunidades

**POVO:** APINAJÉ

**TERRA INDÍGENA:** APINAJÉ

**MUNICÍPIO:** TOCANTINÓPOLIS

**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Mariazinha; Aldeia Bonito

**DESCRIÇÃO:** As aldeias Mariazinha e Bonito ficaram quatro meses com a bomba de água quebrada, o que comprometeu o abastecimento de água nas aldeias. Sem as bombas, os indígenas estão usando a água do córrego que passa nas aldeias, a qual está sem nenhum tratamento, provocando um alto índice de diarreia. A DSEI diz que não há recurso para consertar o equipamento.

**MEIO EMPREGADO:** Água contaminada

**FONTE:** Lideranças Indígenas; Cimi Regional Goiás/Tocantins



# Capítulo IV

---

## Violência contra os Povos Indígenas Isolados e de pouco contato



**128** Os Povos Indígenas Isolados continuam ameaçados

# Os Povos Indígenas Isolados continuam ameaçados

*Equipe do Cimi de apoio aos Povos Indígenas Isolados*

A Amazônia cobiçada e impactada por megaprojetos de infraestrutura inseridos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana), que visam favorecer a exploração e exportação dos recursos naturais, beneficiando as grandes empresas transnacionais, já não é mais um habitat tranquilo e seguro para os povos que nela vivem há milhares de anos. Os conflitos se espalharam tendo, por um lado, os povos indígenas e as comunidades tradicionais que resistem de todas as formas à ocupação de seus territórios e, por outro, grandes empresas de construção, de energia, bancos, madeireiras, mineradoras, petroleiras, latifundiários e o governo com seus projetos desenvolvimentistas e autoritários. Em meio ao modelo agroextrativista e exportador de matérias primas, violento e depredador na sua essência, encontram-se os povos indígenas isolados que, na busca de manter a sua liberdade, procuram refugiar-se em áreas inacessíveis, hoje já praticamente inexistentes. A ameaça de extinção desses grupos é uma possibilidade cada vez mais real. Apontamos aqui algumas das situações mais dramáticas.

## I. Ameaças aos Isolados Awá Guajá no Maranhão

As ameaças à sobrevivência do povo Awá Guajá começaram na década de 1950 com a construção da BR 222 e se agravaram com o Projeto Grande Carajás (financiado com recursos do Banco Mundial e da Comunidade Econômica Europeia), inaugurado em 1982. Uma ferrovia para escoar o minério da Serra do Carajás até o porto de São Luís (MA), acompanhada por uma estrada, foi construída atravessando o território deste povo.

No rastro do Projeto Grande Carajás, contando com a omissão do Estado, milhares de pessoas ocuparam as terras Awá, desde madeireiros e fazendeiros até pequenos agricultores. Nesse processo de invasão, os Awá foram dizimados. *“Aqueles que não morreram pelas armas, muitas vezes, sucumbiram às doenças introduzidas, para as quais os Awá não tinham imunidade”*<sup>1</sup>.

1 Petição para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, submetida por Survival Intenacional e Cimi, 03 de maio de 2013.

Com a demarcação das terras indígenas Awá, Caru, Araribóia e Alto Turiaçu que, além do povo Awá Guajá, abrigam os povos Guajajara, Ka'apor e Tembé, a expectativa era de que as áreas de perambulação dos grupos isolados sobreviventes do povo Awá Guajá fossem minimamente resguardadas. Não foi o que aconteceu. Os invasores permaneceram onde estavam, novas estradas ilegais foram construídas, a ferrovia Carajás está sendo duplicada e o desmatamento prosseguiu, já atingindo 31% da Terra Indígena Awá, de acordo com dados de 2010.

A situação descrita na Petição para a Comissão Interamericana revela que *“em agosto de 2012 madeireiros começaram a convergir em direção à aldeia de Juriti vindo de três direções diferentes. Em setembro, uma equipe da Funai e outros funcionários foram forçados a se retirar do Território por madeireiros armados”*<sup>2</sup>. A ação madeireira continua avançando impunemente no interior dos territórios indígenas e os caminhões com a madeira saem da área livremente. Os Awá isolados, portanto, estão completamente à mercê dos madeireiros, expostos a todo tipo de violência, inclusive de genocídio. A omissão do Estado está condenando os Awá Guajá à extinção.

## 2. Ameaças aos Isolados do Alto Rio Envira (AC)

Vivem na fronteira Brasil – Peru. No lado brasileiro compartilham a terra com o povo Ashaninka. Sofrem a pressão de madeireiras peruanas e do narcotráfico e projetos petrolíferos se sobrepõem às suas terras. Sua presença é frequentemente notada próxima às aldeias Ashaninka e Kulina. A Funai mantinha na região uma Frente de Proteção Etnoambiental do Alto Rio Envira, que foi abandonada no primeiro semestre de 2012. A equipe do Cimi Amazônia Ocidental, em viagem de levantamento para a região, descreveu assim o que viu: *“As primeiras impressões são de desolação ao ver a base abandonada há apenas um ano, com o mato cobrindo parte das casas e trapiches... A casa principal estava completamente aberta e com tudo revirado, sinal da presença de gente, mas não dá para afirmar se foram os isolados.*

2 Idem



**Obras de Belo Monte causam desmatamento em região com presença de indígenas isolados** – Foto: Lunaé Parracho

*Há muitos equipamentos de comunicação abandonados na área: já logo na entrada da casa principal estão duas baterias aparentemente novas, possivelmente usadas na radiofonia. Vimos equipamentos que parecem ser rádios de comunicação, um estabilizador e muita fiação cortada. Fora da casa está a antena parabólica. Apesar do abandono da área, esta parece estar intacta.*

*Nas outras casas da base, principalmente no que parece ter sido um almoxarifado, percebemos o desperdício de materiais caros, como um motor de voadeira, um motor rabeta e um gerado, tudo absolutamente abandonado. Entre outros materiais revirados e espalhados pelo chão, chamou a atenção centenas de cartuchos calibre 20 da marca CBC. O motivo para se ter acumulado tantos cartuchos num só lugar ainda não nos parece nem óbvio e nem esclarecido plenamente.*

*Preocupa-nos o atual estado de abandono da base e a falta da proteção aos isolados, pois não se sabe o prejuízo cultural e físico aos isolados caso eles venham a romper as baterias, ou levar outros produtos tóxicos para suas casas, por exemplo.*

*Relatos nos dizem que a equipe derradeira que ali trabalhou saiu às pressas, praticamente expulsa por peruanos..."<sup>3</sup>.*

Além das graves consequências que podem advir do abandono de materiais, inclusive explosivos e tóxicos, em terra habitada por povos isolados, a exemplo do que acontece no Maranhão, o Estado cede à ameaça dos invasores, abdicando da sua obrigação na proteção desses povos.

Outra forma de violência contra estas populações isoladas é a falta de assistência de saúde adequada e regular nas aldeias Ashaninka e Kulina por parte da Sesai, o que pode dizimar silenciosamente malocas inteiras, uma vez que os isolados frequentemente aparecem nas moradias indígenas e se apropriam de objetos, entre os quais roupas e redes que podem estar contaminadas por vírus de gripe ou outras doenças.

3 Relatório da viagem da Equipe do CIMI ao Alto Rio Envira. Visita aos povos Madija e Ashaninka do Alto Envira. Período de 10 a 25 de fevereiro de 2013.

### 3. Ameaça aos isolados do Vale do Javari

As empresas petrolíferas ameaçam os povos indígenas isolados no lado peruano e no lado brasileiro, cercando a terra indígena Vale do Javari.

No lado peruano, a empresa canadense Pacific Rubiales Energy está realizando um levantamento sísmico na área do Lote 135, em uma região com presença de indígenas isolados. O Lote se sobrepõe a reserva territorial Tapiche, Blanco, Yaquerana. A empresa pretende abrir no total 789 km de linhas sísmicas e 134 clareiras para pouso de helicópteros. No lado brasileiro, a agência Nacional do Petróleo (ANP), em 2007, contratou a aquisição de dados aerogeofísicos e geoquímicos da Bacia do Rio Acre. Em 2009 contratou atividades de prospecção sísmica de 1.017 km espalhadas por 12 linhas, no Alto Rio Juruá, a apenas 10 km da parte sul da Terra Indígena do Vale do Javari, sendo que uma delas atravessa, inclusive, um varadouro usado pelos indígenas Marubo.

Considerando que no Vale do Javari existem pelo menos 15 grupos indígenas isolados, que perambulam por uma vasta extensão territorial, a prospecção petrolífera que atormentou esses povos na década de 1970, quando foram verificados conflitos com mortos, volta a ameaçar. O fato é ainda mais assustador, pois nem os indígenas e nem sequer

Foto: Rosana Diniz/Cimi Maranhão



*Os Awá Guajá, povo de recente contato, sofrem com a invasão de suas terras por madeireiros*

a Funai foram comunicados, muito menos consultados sobre a prospecção.

Outra ameaça aos povos isolados do Vale do Javari são as doenças que infectam a população indígena contatada sem receber uma atenção adequada das autoridades, motivo inclusive da Campanha “Povos Indígenas do Javari unidos pela saúde, pela vida”, encerrada no final de 2012. É cada vez mais frequente a presença de indígenas isolados nos roçados e nas imediações das aldeias dos demais povos indígenas que habitam o Javari, o que gera grande preocupação com a possibilidade de contágio de doenças infectocontagiosas que são fatais para estes grupos.

### 4. Ameaças aos povos isolados na área de impacto do Complexo Hidrelétrico do Madeira e Reserva do Bom Futuro (RO)

De acordo com as informações existentes, são 5 os povos indígenas isolados na área do Complexo do Madeira. Eles estão seriamente ameaçados pela invasão de madeireiros na Reserva do Bom Futuro e pelo próprio Complexo do Madeira, com a construção das Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, localizadas no município de Porto Velho, Candeias do Jamari e Distrito de Jaci-Paraná, estado de Rondônia.

Encurralados, estes povos perambulam próximo à aldeia Kyowã, do povo Karitiana, a 90 Km de Porto Velho. Segundo relato do povo Karitiana, algumas pessoas que estavam coletando castanhas, na proximidade da aldeia, a menos de 5 Km, se encontraram com este grupo, composto por alguns homens e mulheres, todos com seus arcos e flechas. Em ocasiões diferentes, este grupo foi visto pelos Karitiana, bem como vestígios dos lugares onde montaram acampamento. Isto ocasiona grande insegurança para o povo Karitiana, que já não pode transitar livremente no seu território. Em certas ocasiões em que perceberam a presença de indígenas isolados tentaram conversar, para ver se a língua era a mesma.

A situação de aparecimento dos indígenas isolados, perto da aldeia, fez com que os Karitiana notificassem a frente etno ambiental. Segundo algumas lideranças, nenhuma providência foi tomada.

Em outubro/novembro de 2012, funcionários que trabalham na construção da hidrelétrica Jirau, ao fazer o transporte do combustível para a área onde está sendo construída a obra, no Distrito de Jaci-Paraná, teriam avisado dois indígenas nus, com seus arcos e flechas.

Outra situação é de um grupo de isolados que foi visto por um jovem que trabalhava com gado, bem próximo à cidade de Porto Velho, nos fundos do Bairro Ulisses Guimarães e Jardim Santana.

As ameaças à vida destes povos por estes grandes empreendimentos são evidentes, podendo gerar sérios conflitos entre os mesmos, sem falar que estes povos estão expostos ao genocídio.

## 5. Povos isolados ameaçados pela hidrelétrica Belo Monte

Segundo dados do Cimi, existem 6 referências sobre grupos indígenas isolados na bacia do Rio Xingu e, portanto, na área de influência da barragem de Belo Monte.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, CIDH, em 29 de julho de 2011, outorgou medidas cautelares ao Estado brasileiro, entre as quais *“medidas para proteger a vida, a saúde e a integridade pessoal dos membros das comunidades indígenas em situação de isolamento voluntário da bacia do Xingu, e a integridade cultural de mencionadas comunidades, que incluam ações efetivas de implementação e execução das medidas jurídico-formais já existentes, assim como o desenho e a implementação de medidas específicas de mitigação dos efeitos que terá a construção da represa Belo Monte sobre o território e a vida destas comunidades em isolamento”*<sup>4</sup>.

Após três anos é possível constatar que praticamente inexistem ações desenvolvidas pelo governo para cumprir a solicitação da CIDH. O informe “MC-382-10/ P-817-11 Comunidades tradicionais da bacia do rio Xingu, Pará, Brasil” de 19 de abril de 2013 ressalta que *“não há conhecimento, nem clareza sobre a existência de ações efetivas de implementação e execução de medidas jurídico-formais, ou mesmo de implementação de medidas específicas de mitigação dos efeitos da construção de Belo Monte sobre o território e a vida destas comunidades em isolamento. Mesmo após a outorga de medidas cautelares pela CIDH, o Estado não implementou ações suficientes e efetivas para proteger, em particular, as comunidades em isolamento, as medidas que foram implementadas são transitórias e frágeis, não permitindo que se alcance uma proteção eficiente como requerido pela CIDH”*<sup>5</sup>.

Além disso, existem grupos indígenas isolados na Bacia do Xingu que não foram mencionados pela Funai, e formas de proteção para os mesmos sequer são cogitadas.

## 6. Projetos hidrelétricos ameaçam os povos isolados da bacia do Tapajós

Existem informações consistentes sobre a existência de pelo menos 5 grupos indígenas isolados na bacia do Rio Tapajós, região na qual estão sendo projetadas um conjunto de hidrelétricas. São, portanto, mais 5 grupos isolados ameaçados de extinção, caso as hidrelétricas sejam construídas. É uma temeridade que o governo, que tem a responsabilidade da proteção da vida desses povos, projete obras desse porte que vão atingir seus territórios, e

4 MC 382/10, CIDH, OEA.

5 MC-382-10/ P-817-11 Comunidades tradicionais da bacia do rio Xingu, Pará, Brasil, abril 2013. Informe elaborado por Jamilye Braga Salles, Bacharel em Direito, da equipe jurídica da organização AIDA e Advocacy Assistant da organização International Rivers. Análise revisada e aprovada pelas entidades SDDH, AIDA, Movimento Xingu Vivo para Sempre e Justiça Global, signatárias da MC 382/2010.

Foto: Lunae Parracho



**Seis referências sobre grupos indígenas isolados estão na área de influência da barragem de Belo Monte**

sobre cujos efeitos, sabidamente, não têm controle e nem meios para aferir o seu alcance.

Os casos aqui relatados dão a noção exata do descaso em relação a proteção aos povos isolados. No caso dos Awá Guajá, do Maranhão, e dos isolados do Rio Envira, no Acre, o Estado sucumbe à exploração ilegal de madeira e ao narcotráfico, deixando os isolados absolutamente expostos à bandidagem. Associa-se a isso a precariedade da atenção a saúde dos povos indígenas que entram em contato com os isolados, situação verificada no Vale do Javari (AM) e também no Rio Envira (AC), um risco à vida desses grupos, igualmente grave. O que caracteriza, nestes casos, o papel do Estado é a sua omissão. No caso das hidrelétricas do complexo do Rio Madeira, de Belo Monte e da bacia do Tapajós (se forem construídas) a ameaça à vida dos povos isolados se dá pela ação do Estado. É ele que projeta, estimula e financia as obras desconsiderando a existência dos povos indígenas isolados e, posteriormente, se mostra incapaz de adotar as medidas necessárias à sua efetiva proteção.

É extremamente grave que o governo, mesmo ciente da violência que trouxeram os grandes projetos na Amazônia, no passado recente, para os povos indígenas isolados, como a morte de dois mil índios Waimiri Atroari por ocasião da construção da BR 174, continue, submisso aos interesses dos saqueadores da Amazônia, recriando cenários que atentam contra a vida e o futuro desses povos.

Percebe-se claramente que na opção desenvolvimentista em curso não existe espaço para os povos indígenas e muito menos para os isolados. Assim como não existe espaço para as comunidades tradicionais, para a diversidade cultural e para a natureza. Resta saber se esse é o projeto de futuro, construído na base da violência e da depredação, que a sociedade brasileira quer para si. ■

**LISTAGEM DE REFERÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NO BRASIL**

	REFERÊNCIA/ POVO	MUNICÍPIO	UF	SITUAÇÃO DA TERRA	FONTE	SITUAÇÃO DE RISCO
1.	Isolados do Rio Envira	Feijó e Jordão	AC	TI Kampa e isolados. Registrada	Frente Etno ambiental do Alto Envira – Funai. Comprovação por sobrevôos	Pressão de madeiras do Peru.
2.	Isolados do Alto Tarauacá	Jordão e Feijó	AC	TI Alto Tarauacá. Registrada	Relatórios da Funai e informações de indígenas Kaxinawá	Pressão de madeiras do Peru.
3.	Isolados do Xinane	Santa Rosa e Feijó	AC	TI Xinane. Delimitada	Cimi, Funai	Pressão de madeiras do Peru.
4.	Isolados na TI Mamoadate	Assis Brasil e Sena Madureira	AC	Dentro e fora da TI Mamoadate – (povos Manchineri e Jaminawa). Registrada	Cimi, Funai e indígenas Jaminawa e Manchineri	Parte está no Peru sem proteção. Área de influência da Rodovia Interoceânica e de concessões de exploração madeireira.
5.	Isolados do Rio Chandless	Manoel Urbano e Santa Rosa	AC	Sem providência	Indígenas Kulina, ribeirinhos e Cimi	Área de influência da Rodovia Interoceânica. Parque Estadual dentro da área tradicionalmente ocupada pelos índios.
6.	Isolados do Igarapé Tapada	Mâncio Lima	AC	Sem providência	Indígenas Nawa e Nukini, Cimi e Funai	Região sujeita à exploração de madeiras e garimpos do Peru e rota de narcotráfico. Parque Nacional Serra do Divisor.
7.	Isolados do Rio Inauini	Boca do Acre e Pauini	AM	Dentro e fora da TI Inauini/Teuini. Registrada	Indígenas, Funai e Cimi	Invasores extrativistas.
8.	Hi-Merimã	Tapauá	AM	TI Hi-Merimã. Registrada.	Cimi e Funai	Invasores extrativistas.
9.	Isolados do Igarapé Jacareúba/Katauxi	Lábrea e Canutama	AM	Restrição de uso. Portaria da Funai Nº 215, de 3 de março de 2010	Cimi e Funai	Avanço da frente econômica do agronegócio através do desmatamento e da monocultura da soja, assentamento do Incra e ecoturismo.
10.	Isolados do Rio Itaparaná/Ipixuna	Tapauá e Canutama	AM	Sem providência	Cimi, ribeirinhos e Funai	Área de influência da BR 319. Vulneráveis à violência no contato com extrativistas.
11.	Isolados do Alto Rio Marmelos	Humaitá, Manicoré e Machadinho do Oeste	AM RO	Sem providência	Indígenas Tenharim e Cimi	Frente econômica do agronegócio através da monocultura da soja e PCH Tabajara/PAC2.
12.	Isolados do Kurekete	Lábrea	AM	Sem providência	Cimi e Indígenas Kaxarari	Invasão de fazendas e área de influência da rodovia BR 317.
13.	Isolados do Rio Ituxi	Lábrea		Sem providência	Cimi e indígenas Kaxarari	Invasão de fazendas, projeto de PCH.
14.	Isolados Igarapé Waranaçu	Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira	AM	TI Alto Rio Negro. Registrada	Funai e ISA	
15.	Isolados do Rio Uauapés	Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira	AM	TI Alto Rio Negro. Registrada	Funai e ISA	
16.	Isolados do Rio Curicuriari	Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira	AM	Na TI Alto Rio Negro. Registrada	Funai e ISA	
17.	Isolados do Igarapé do Natal	Santa Izabel do Rio Negro	AM	Sem providências	Funai	
18.	Igarapé Bafuanã	Santa Izabel do Rio Negro	AM	Sem providências	Funai	
19.	Isolados do Baixo Rio Cauaburi	Santa Izabel do Rio Negro	AM	TI Yanomami. Registrada	Funai	
20.	Isolados do Igarapé Joari	Tapauá	AM	Sem providências	Cimi	
21.	Isolados do Bararati	Apui, Sucurundi no AM e Cotriguaçu /MT	AM MT	Sem providência	Funai e Cimi	Exploração madeireira, garimpeira, fazendas e projetos de colonização.
22.	Isolados do Rio Pardo.	Apui e Colniza	AM MT	TI Kawahiva do Rio Pardo. Identificada. Contestações na Justiça	Cimi, Funai, Indígenas Arara e Cinta Larga e mateiros	Condomínio de fazendas, grilagem dentro da terra indígena, invasão de madeiros, garimpo próximo, Rodovia MT 206.
23.	Isolados do Rio Copaca/Uarini	Uarini	AM	Sem providência	Tuxaua da aldeia Miratu/ Cimi	Caçadores e pescadores, gasoduto Urucu – Tefé-Carauari.
24.	Isolados do Rio Maturá	Manicoré	AM	Dentro e fora da TI Pinatuba. Registrada	Indígenas da aldeia Tracuá/Cimi	Conflito com os indígenas Mura.

**LISTAGEM DE REFERÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NO BRASIL**

	REFERÊNCIA/ POVO	MUNICÍPIO	UF	SITUAÇÃO DA TERRA	FONTE	SITUAÇÃO DE RISCO
25.	Isolados do alto Xerua	Itamarati	AM	TIs Deni e Kanamari do Rio Juruá. Registradas	Índigenas Kanamari e Deni/ Cimi	Conflito com indígenas Kanamari e Deni.
26.	Isolados do Igarapé Naua	Benjamim Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença	AM	TI Vale do Javari. Registrada	Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
27.	Isolados do Rio Branco/ Itaqui	Benjamim Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Índigenas do Vale do Javari, Civaja, Cimi, Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
28.	Isolados do Igarapé Urucubaca	Benjamim Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
29.	Isolados do Igarapé Alerta	Benjamim Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
30.	Isolados do Igarapé Inferno	Benjamim Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
31.	Isolados do Igarapé Lambança	Benjamim Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
32.	Isolados do Rio Pedra	Benjamim Constant, Atalaia do Norte	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
33.	Isolados Rio Itui	Atalaia do Norte	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	Risco de contágio por doenças como a tuberculose, hepatite, malária e gripe. Invasão de pescadores e caçadores no verão.
34.	Isolados do Rio Quixito	Atalaia do Norte	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	
35.	Isolados do Igarapé São Salvador	Atalaia do Norte	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	
36.	Isolados do Igarapé Cravo	Atalaia do Norte	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	
37.	Isolados do Igarapé Amburus	Atalaia do Norte	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	
38.	Isolados do Igarapé Flecheiras	Atalaia do Norte	AM	TI do Vale do Javari. Registrada	Funai	
39.	Isolados do Rio Bóia	Jutaí e São Paulo de Olivença	AM	Sem providência	Funai	Garimpo, exploração madeireira.
40.	Rio Parauri	Barreirinha e Itaituba	AM PA	Sem providência	Funai	
41.	Isolados na TI Waiãpi.	Rio Muruturá	AP	TI Waiãpi. Registrada	Índios Waiãmpi e Funai	
42.	Isolados do Igarapé Água Branca na TI Caru	Bom Jardim e São João do Caru	MA	TI Caru. Registrada	Cimi e Funai	Invasão de madeiras, construção ilegal de estradas e desmatamento.
43.	Isolados Awá Guajá	Bom Jardim, Zé Doca, Centro Novo e São João do Caru	MA	TI Awá – Guajá. Homologada	Cimi e Funai	Invasão de madeiras, construção ilegal de estradas e desmatamento.
44.	Isolados na Rebio Gurupi	Centro do Guilherme, Centro Novo, Bom Jardim e São João do Caru	MA	Sem providência	ISA, indígenas Ka'apor	Invasão de madeiras, serraria, construção ilegal de estradas, desmatamento e mineração.
45.	Isolados dos rios Buriticupu, Lagoa do Marajá, Lagoa Sumaúma e Lagoa Buritizal, Lago do Meju, Lago do Patos na TI Araribóia	Amarante do Maranhão, Arame, Santa Luzia, Bom Jesus das Selvas e Buriticupu	MA	TI Arariboia. Registrada	Cimi e Funai	Invasão de madeiras e caçadores, estradas ilegais, desmatamento e queimadas.
46.	Isolados da Serra da Desordem na TI Krikati	Montes Altos, Sítio Novo, Lajeado Novo	MA	TI Krikati. Homologada	Cimi e indígenas Krikati	Queimadas e invasão de madeiras.

**LISTAGEM DE REFERÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NO BRASIL**

	REFERÊNCIA/ POVO	MUNICÍPIO	UF	SITUAÇÃO DA TERRA	FONTE	SITUAÇÃO DE RISCO
47.	Isolados do Igarapé Jararaca na TI Alto Turiáçu	Centro do Guilherme, Centro Novo e Zé Doca	MA	Na TI Alto Turiáçu. Registrada	Cimi e indígenas Ka'apor	Invasão de madeiras, serraria, estradas ilegais, desmatamento.
48.	Isolados do Igarapé Bandeira, Igarapé mão da onça e serra da desordem na TI Caru	Bom Jardim e São João do Caru	MA	Na TI Caru. Registrada	Cimi e Funai	Invasão de madeiras, estradas ilegais e desmatamento.
49.	Isolados Rio Moreru/Pacutinga	Cotriguaçu	MT	Dentro e fora da TI Escondido. Registrada	Cimi	Área de migração, assentamentos.
50.	Isolados Apiaká	Apiacás e Alta Floresta.	MT	GT da Funai	Cimi, Funai e indígenas Apiaká	Exploração madeira, grandes fazendas, projetos de construção de 7 hidrelétricas.
51.	Isolados Kawahib ou Piripikura do Rio Madeirinha	Colniza e Rondolândia	MT	GT da Funai	Cimi, Funai e Opan	Terra invadida por fazendas. Risco de extinção.
52.	Isolados do Pontal	Apiacás	MT	Sem providência	Funai	Exploração madeira, grandes fazendas.
53.	Isolados "Baixinhos" na TI Aripuanã.	Aripuanã	MT	Na TI Aripuanã. Registrada	Cimi, Funai e indígenas Cinta Larga e Arara	Massacrados no Rio Moacir e empurrados pelo projeto de assentamento Conselvan, refugiaram-se na TI Aripuanã. Sem terra demarcada a mercê dos agentes do agronegócio. Ameaçados de extinção.
54.	Isolados no norte da TI Zoró	Rondolândia e Colniza	MT	TI Zoró. Registrada	Cimi e indígenas Zoró	Exploração madeira e fazendas. Dentro e fora da terra indígena.
55.	Isolados do Rio Tenente Marques	Juina	MT	Parque Indígena do Aripuanã. Registrado	Cimi e Funai	Exploração madeira.
56.	Isolados do Rio Cabixi	Comodoro	MT	Sem providência	Cimi e indígenas Mamaindê	Exploração madeira, grandes fazendas.
57.	Isolados do Rio Iquê	Juína	MT	TI Enawênê Nawê Homologada	Funai	
58.	Isolados na TI Kaiapó	São Félix do Xingu e Ourilândia do Norte	PA	TI Kaiapó. Registrada	ISA e Funai	
59.	Isolados próximos à TI Koatinemo	Altamira	PA	Sem providência	Cimi	Projeto do Complexo Hidrelétrico do Rio Xingu.
60.	Isolados na TI Menkranoti no Rio Iriri Novo.	Altamira, S. Félix do Xingu, Peixoto de Azevedo e Matupá	PA	TI Menkranoti. Registrada	ISA e Funai	Projeto do Complexo Hidrelétrico do Rio Xingu.
61.	Isolados no Parque Indígena Tumucumaque	Óbidos	PA	Parque Indígena Tumucumaque	ISA e Funai	
62.	Isolados na TI Xicrim do Cateté	Marabá	PA	TI Xicrim do Cateté. Registrada	Cimi e ISA	
63.	Isolados da Serra do Cachimbo		PA	Sem providência	Funai	
64.	Isolados da cabeceira do Rio Mapuera	Oriximiná	PA	Sem providência	Cimi, Funai	
65.	Isolados do médio Rio Cachorrinho	Oriximiná	PA	Sem providência	Cimi, Funai	
66.	Isolados na TI Bacajá	Altamira	PA	TI Bacajá. Registrada	Índios, Cimi	Projeto do Complexo Hidrelétrico do Rio Xingu
67.	Isolados do Riozinho do Anfriso	Altamira	PA	Sem providência	Cimi e Funai	Exploração madeira, grilagem de terra.
68.	Isolados do Rio Cuminapanema	Óbidos	PA	Sem providência	Cimi e Funai	
69.	Isolados do Rio Mapari	Oriximiná, Óbidos, Almeirin e Alenquer	PA	Limites do Parque Indígena do Tumucumaque	Funai	
70.	Isolados do Alto Rio Ipitanga	Almeirin, Monte Alegre e Alenquer	PA	Limites da T.I Rio Paru d'Este	Cimi e Funai	
71.	Isolados do Rio Tanauru – índios do buraco	Chupinguaia	RO	Portaria de restrição n. 1.283 (DOU - 30.10.2009)	Cimi e Funai	Terra invadida por fazendas. Risco de extinção.
72.	Isolados do Pântano do Rio Guaporé	Pimenteiras	RO	Sem providência	Cimi e colonos	Sobreposição do Parque Estadual do Curumbiara. Ameaçados com o avanço do desmatamento e das fazendas.

**LISTAGEM DE REFERÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NO BRASIL**

	REFERÊNCIA/ POVO	MUNICÍPIO	UF	SITUAÇÃO DA TERRA	FONTE	SITUAÇÃO DE RISCO
73.	Isolados "Sirionó" – Rio Simão	Alta Floresta do Oeste	RO	TI Massaco. Registrada	Cimi e Funai	Sobreposição Rebio Guaporé.
74.	Isolados da Serra da Onça (Jururei)	Alvorada do Oeste e Urupá.	RO	Sem providência administrativa. Decisão judicial determinando sua demarcação	Cimi e Funai	Invasão de colonos e fazendeiros. Empurrados para dentro da TI Uru-Eu-Wau-Wau. Rodovia BR 429.
75.	Isolados Yraparaquara	Seringueiras, São Miguel do Guaporé, Costa Marques, Guajará Mirim	RO	TI Uru-eu-wau-wau. Registrada	Cimi e Funai	Exploração madeireira próximo da TI.
76.	Isolados da Serra da Cotia	Guajará Mirim	RO	Sem providência	Cimi, seringueiros, indígenas Tupari	Garimpo próximo. Unidades de Proteção Ambiental.
77.	Isolados do Rio Novo e Cachoeira do Rio Pacas Novas	Guajará Mirim	RO	Sem providência	Cimi, seringueiros, indígenas Oro Wari	Resex Pacas Novas.
78.	Isolados do Parque Estadual Guajará Mirim	Guajará Mirim e Nova Mamoré	RO	Sem providência	Cimi e indígena Oro Wari	Rota de tráfico, exploração madeireira, Rodovia BR 421.
79.	Isolados do Rio Mutum	Nova Mamoré e Porto Velho	RO	Sem providência	Cimi, Cunpir	Grilagem de terras públicas na região.
80.	Isolados no Parque Nacional do Bom Futuro	Porto Velho e Buritis	RO	Sem providência	Cimi, Funai e indígenas Karitiana	Grilagem de terras públicas na região. Exploração madeireira e garimpo.
81.	Isolados do Rio Formoso e Jaci – Paraná	Nova Mamoré, Buriti e Campo Novo	RO	Sem providência	Cimi e índios Pacas Novas e Cunpir	Invasão de fazendeiros.
82.	Isolados do Igarapé Karipuninha	Porto Velho e Lábrea	RO AM	Sem providência	Cimi e Funai	Hidrelétrica do Rio Madeira do Jirau e agronegócio.
83.	Isolados do Rio Jacundá	Cujubim, Itapuã, Candeias do Jamari e Porto Velho	RO	Sem providência	Cimi e Funai	Exploração madeireira próxima.
84.	Isolados na Rebio Jaru	Ji-Paraná	RO	Sem providência	Cimi e indígenas Gavião e Arara	Fazendeiros e madeireiros e sobreposição Rebio Jaru.
85.	Isolados alto Rio Alalaú	São Sebastião do Uatumã e São João da Baliza	AM RR	TI Waimiri/Atroari. Registrada	Funai	
86.	Isolados do Monte Caburá	Uiramutã	RR	TI Raposa Serra do Sol. Registrada	Indígenas Ingaricó	
87.	Isolados da Serra da Estrutura	Mucajá	RR	TI Yanomami. Registrada	Funai	
88.	Isolados do Alto Rio Jatapu	Caroebe	RR	Sem providências	Funai	
89.	Isolados na TI Inãwébohona	Pium e Lagoa da Confusão	TO	TI Inãwébohona. Homologada	Indígenas Karajá e Javaé/Cimi	Podem ser afetados por projetos de desenvolvimento na região, sobretudo pelo projeto de construção da Rodovia TO 242 cortando o Parque Indígena do Araguaia. Sobreposição do Parque Nacional do Araguaia.
90.	Isolados de Minaçu (Avá Canoeiro)	Minaçu	GO	Sem providência	Funai	



# A n e x o

---

**Resumo da violência contra os  
Povos Indígenas no Brasil**



# RESUMO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS

## Capítulo I – Violência contra o patrimônio

UF	Conflitos relativos a direitos territoriais	Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio	Omissão e morosidade na regularização de terras	Total de casos
AC		1		1
AL		1	1	2
AM		2		2
AP		1		1
CE	1		1	2
GO		1	1	2
MA		8	1	9
MS	3	3	19	25
MT	2	13		15
PA	2	13	7	22
RO		6		6
RR		7	7	14
RS		3	11	14
SC	1	3	6	10
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>62</b>	<b>54</b>	<b>125</b>

## Capítulo II – Violência contra a pessoa

UF	Abuso de poder	Ameaça de morte	Ameaças várias	Assassinato	Homicídio culposo	Lesões corporais dolosas	Racismo e discriminação étnico culturais	Tentativa de assassinato	Violências sexuais praticadas contra indígenas no Brasil	Total de vítimas
AC		4	1							5
AL				1						1
AM			*						7	7
BA				4	1			602**		607
CE					1					1
DF								1		1
MA		11	1**	7	1				1	21
MG		3					*			3
MS	1**	6	86**	37	8	4	12**	411**	2	567
MT		*	1**	1	1			3		6
PA	14**	4	1**	2		4**				25
PB				2						2
PR				2	6			1		9
RJ									1	1
RO		*		1			2**		1	4
RR		1		2			*	1		4
RS					2			2		4
SC	*	*		1				1		4
SP		1	*		1			2		4
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>30</b>	<b>90</b>	<b>60</b>	<b>21</b>	<b>8</b>	<b>14</b>	<b>1.024</b>	<b>12</b>	<b>1.276</b>

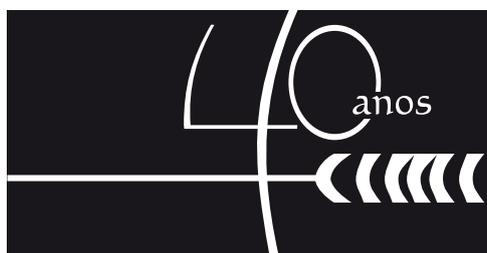
# INDÍGENAS NO BRASIL – Dados de 2012

## Capítulo III – Violência por omissão do poder público

UF	Desassistência geral	Desassistência na área de educação escolar indígena	Desassistência na área de saúde	Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas	Mortalidade infantil	Morte por desassistência à saúde	Suicídio	Tentativa de suicídio	Total de vítimas
AC	*	*	213**	*	13				226
AL	*		1**						1
AM	400**	100**	3.239**	*	4	1	1		3.745
AP	*								0
BA	*	4.000**	233**						4.233
DF		*							0
GO	*	*		10**					10
MA	*	*	53**	*	2	1			56
MG	*		*						0
MS	1.633**	500**	14.249**	*			9		16.391
MT	*	4**	2**	*	1		4	1	12
PA	609**	2**	6**	*					617
PB	*	*	*						0
PE				*					0
PR	*	*	1**						1
RJ			*						0
RO	*	*	5.000**				1		5.001
RR	387**	14.259**	57.400**	244**			1		72.291
RS	241**				3	1			245
SC	108**	*	1**						109
SE			*						0
SP			*						0
TO	3.751**	*	98**		3	4	7		3.863
<b>TOTAL</b>	<b>7.129</b>	<b>18.865</b>	<b>80.496</b>	<b>254</b>	<b>26</b>	<b>7</b>	<b>23</b>	<b>1</b>	<b>106.801</b>

\* Nestes estados, comunidades inteiras foram violentadas. Não há dados precisos do total de vítimas.

\*\* Além do número de vítimas expresso nas tabelas, comunidades inteiras também foram violentadas.



**CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO**

ENDEREÇO

SDS - Ed. Venâncio III, sala 309-314

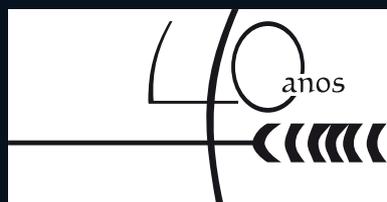
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650

Fax: (61) 2106-1651

**[www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)**





**CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO**

**SDS – Ed. Venâncio III – Salas 309/314  
CEP 70.393-902 – Brasília-DF  
Tel: (61) 2106-1650 – Fax: (61) 2106-1651  
[www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)**

APOIO

